A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SALVADOR:

FIGURAÇÕES DO SEU CAMPO DE CONFLITOS

CAIO OLIVEIRA E MARINHO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Caio Oliveira e Marinho

A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do titulo de Mestre.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profª. Titular Cibele Saliba Rizek

São Carlos, maio de 2022

Versão Corrigida

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira e Marinho, Caio
OO48r A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos / Caio Oliveira e Marinho; orientador Cibele Saliba Rizek; co-orientador Joana da Silva Barros. -- São Carlos, 2022.
219 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Revitalização urbana. 2. Centro de Salvador. 3. Campo de conflitos. 4. Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador. 5. Programa Salvador 360. I. Rizek, Cibele Saliba, orient. II. Barros, Joana da Silva, co-orient. III. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: **Caio Oliveira e Marinho**

Título da dissertação: "A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos".

Data da defesa: **02/08/2022**

Orientadora: Profª. Drª. Cibele Saliba Rizek

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Profª Drª Cibele Saliba Rizek (IAU/USP)	**Não votante**
Prof. Dr. Tomás Antônio Moreira (IAU/USP)	aprovado
Profª Drª Laila Nazem Mourad (UCSal)	aprovada
Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos (FFLCH/USP)	aprovado

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

Dedico este trabalho a Sr. Roque e a Sr. Edimilson,
pela generosidade com a qual me ensinaram a escutar as ruas
e a forjar as ferramentas que nos trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Encerro este curso de mestrado com a sensação do coração rasgado. Rasgado no sentido *lato*. No sentido do frevo – o frevo rasgado: aquele que corta o tempo-espaço. Quatro anos se passaram desde que formalizei com Cibele e com Joana o compromisso que vínhamos construindo desde quando me formava como engenheiro ambiental. Hoje, terminando esta etapa de pesquisa, sinto como se uma vida inteira tivesse passado. Como se um furacão tivesse atravessado o mundo e, agora que vivos e vacinados, estamos aqui nos dando conta da integridade das coisas. Algumas delas se partiram, outras trincaram. E nós seguimos produzindo a vida nas & pelas frestas de todos as rachaduras.

Por ter seguido em pé até esta quarta-de-cinzas, rasgo após rasgo, agradeço a todas as pessoas que construíram comigo esta experiência. Agradeço a todos que fizeram a existência possível neste período de dureza, principalmente àqueles que me ensinaram a não abrir mão das virtudes mais preciosas. Chegamos até aqui porque caminhamos juntos - do Curuzu ao Campo Grande.

A todas e todos vocês, muito obrigado. Vocês fazem parte disso aqui:

Cibele e Joana, hoje tenho a clareza de que a trilha de descobertas que pude constituir com vocês seguirá se realizando. Digo, também, que seguirei produzindo e compartilhando horizontes, reafirmando princípios e sendo fiel ao que a universidade pública brasileira pode melhor oferecer. A generosidade de vocês seguirá transbordando mundos, cruzando fronteiras e desmanchando consensos. Por tudo isso e muito mais, por terem me apresentado a vida e suas leituras plurais, os encantamentos preciosos deste mundo e por sempre terem me recebido de portas abertas (no hote*u*, especialmente), eternamente obrigado.

Aos membros da AACTS e da Ladeira da Conceição da Praia, agradeço pela partilha das suas vidas e pela inestimável confiança. Aos mestres Roque e Edimilson, em especial, agradeço pelo acolhimento, pelos caminhos-ensinamentos e por terem me apresentado à forja. Agradeço, também, por terem me ensinado o significado de ser mestre.

Aos membros dos muitos grupos, coletivos e movimentos que disputam o Centro de Salvador, pessoas com quem construí preciosas interlocuções nesta caminhada, agradeço pela solidariedade generosa e pulsante. Sigamos na produção dos horizontes e na construção do novo mundo que está por vir.

Aos professores e professoras com quem partilhei neste trajeto e com quem muito aprendi também nas bancas de qualificação e defesa: César, Drica, Gaia,

Isabel, Laila, Thaís, Tomás e Ruy. Quanta alegria em poder ouvir suas contribuições e em poder dialogar com vocês. Aprender com quem muito admiramos segue sendo uma das grandes possibilidades da vida acadêmica. Agradeço, também, especialmente àqueles professores e professoras que ministraram as disciplinas deste percurso e que nunca se negaram ao debate e ao confronto das ideias. Além dos já citados, estendo meus agradecimentos a Caio, Ermínia, Jean e Manoel.

Às demais pessoas que erguem a universidade cotidianamente e que sempre me provaram a barbárie das telas-digitais: colegas, companheiros, companheiras de organização, funcionárias, funcionários, pessoas queridas do SAGEMM-IAU e, especialmente, Flávia, Mara e Valmir. Foi incrível construir isso com vocês. Tornar-se pesquisador não é uma tarefa fácil e vocês fizeram disso uma alegria. Um beijo especial para a galera do IAU que fortaleceu nas cocadas! Vocês viabilizaram o corre desse texto (!!).

À manifestA coletivA agradeço pelo encontro multiverso e pela possibilidade de desdobramento daquilo que mobilizamos nesse texto. Agradeço especialmente ao querido Felipe Iruatã, fotógrafo-amigo que topou correr as encruzilhadas fotográficas dessa capa, e à maravilhosa Aju Paraguassu, mensageira visual que me ensina a ver o mundo e que é responsável pela arte que abre essa dissertação.

A todas as pessoas que integraram este percurso pela borda de fora do vínculo com a pesquisa, agradeço da mesma forma. Por me aterem à vida, por me ensinarem, conjuntamente, a ser leal, honesto e amoroso: Pedrinho, Jojó, Abelha, Nelson, Cami, Habib, Isa, Bárbara, Peu, Debem, Juju, Maira, Cib, Thami, Rominho, Edi, Selva, Torresmo, Boo, Jessy, Gui, Nátaly, Rodrigo, Lúcio, Guiga, Ivanzinho, João Batista, Paulinho, Grace, Jane, Jaque, Eliana, Betão, Ingrid, Guido e Calábria: Vocês todos estão aqui.

Ao meu pai e à minha mãe! Pela confiança e pela filiação à tradição rebelde. Cá estamos em mais uma conquista! À minha irmã, Melina, pela escuta sempre paciente e acolhedora. Às minhas avós e aos meus avôs, os de sangue e de coração, os vivos e os que hoje já se encantaram: nosso rio segue correndo!

Finalmente, agradeço a Gabriela, por ter construído este caminho inteirinho comigo. Por ter feito parte de tudo que agradeço aqui. Por ter trocado comigo a delícia de viver. Por estar presente na melhor parte das formulações que esse texto propõe. Agradeço a você por isso e, principalmente, por topar cruzar as cidades e os mundos que, hoje, concretizamos no nosso endereço.

Catemos os cacos e vamos ao texto,

Laroyê.

"Quando comecei a escrever, que desejava eu atingir? Queria escrever alguma coisa que fosse tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança. Mas queria, de passagem, ter realmente tocado no monumento. Sinceramente não sei o que simbolizava para mim a palavra *monumento*. E terminei escrevendo coisas inteiramente diferentes."

Clarice Lispector – A descoberta do mundo (1984)

RESUMO

OLIVEIRA E MARINHO, Caio. **A revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos.** 2022. 219 f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.

Essa dissertação tematiza a revitalização urbana do Centro de Salvador e o campo de conflitos que ela instaura. Partindo de uma análise histórica apoiada em evidências empíricas colhidas durante o campo de pesquisa realizado entre 2018 e 2020 e do questionamento da dinâmica social que é tensionada por este mecanismo de produção do espaço, argumenta-se que há uma integração de diferentes governos na condução da revitalização do Centro de Salvador. Esta, por sua vez, realizada através do deslizamento de diferentes agendas, planos, programas e projetos urbanísticos. Nesse sentido, por meio da montagem do arranjo institucional promotor da revitalização do Centro de Salvador com duas cenas deste campo de conflitos, levanta-se o hipótese de que há um avanço da fronteira de acumulação delimitada pela revitalização do Centro de Salvador. Um avanço especialmente evidente nos últimos trinta anos, quando vê-se de maneira clara as ações dos poderes executivos federal, estadual e municipal por meio do Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS), do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS) e do Programa Salvador 360. Pretende-se contribuir à ciência do espaço e, de maneira mais específica, ao campo da arquitetura e do urbanismo naquilo que concerne tematização da dinâmica de revitalização urbana como uma política de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Revitalização urbana. Centro de Salvador. Campo de conflitos. Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador. Programa Salvador 360.

ABSTRACT

OLIVEIRA E MARINHO, Caio. **The revitalization of Salvador's Centre: figures of its field-of-forces.** 2022. 219 f. Master's dissertation in Architecture and Urbanism – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.

This text themes the urban revitalization of Salvador's Centre and its field-of-forces. Founded on a historical analysis based on empirical evidences gathered during a research field realized from 2018 to 2020 and on a questioning of the social dynamic that is tensioned by this production of space's mechanism, it is argued that there is an integration among different government conductions in the revitalization of Salvador's Centre. A process realized by a sort of slides in different agendas, urban plans, programs and projects. In this sense, by its institutional arrangement and by two scenes of conflict, the hypothesis defended is that there is an advance in the accumulation frontier raised by the revitalization of Salvador's Centre. An advance especially evident in the last thirty years, when it is clearly seen the government action by the "Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador" (PRCHS), the "Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador" (PRP-CAS) and the "Programa Salvador 360". It is intended to contribute to the science of space, specifically to the field of Architecture and Urbanism, by facing the urban revitalization as a policy of economy development.

Keywords: Urban revitalization. Salvador's Centre. Field-of-forces. "Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador". "Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador". "Programa Salvador 360".

LISTA DE SIGLAS

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)

Ação Social Arquidiocesana (ASA)

Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)

Antônio Carlos Magalhães (ACM)

Área Contígua à Proteção Rigorosa (ACPR)

Área de Proteção Rigorosa (APR)

Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)

Associação Comunitária do Largo Dois de Julho e Adjacências (ACLAJ).

Associação de Moradores e Amigos da Chácara Santo Antônio (AMACHA)

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)

Associação dos Artífices do Centro Tradicional de Salvador (AACTS).

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Caixa Econômica Federal (CEF)

Câmara Municipal de Salvador (CMS)

Centro Antigo de Salvador (CAS)

Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)

Centro Histórico de Salvador (CHS)

Comissão de Justiça e Paz (CJP)

Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador (CDEMS)

Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER)

Congresso do Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU)

Conselho Nacional das Cidades (ConCidades)

Cooperação Andina de Fomento (CAF)

Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)

Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS)

Economia Cultural e Criativa (ECC)

Empresa Baiana de Ativos S.A (BahiaInveste)

Empresa Baiana de Saneamento (Embasa)

Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS)

Fundação Gregório de Mattos (FGM)

Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)

Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE)

Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Ação Social (IDEAS)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

Imposto Sobre Serviços (ISS)

Ministério da Cultura (MinC)

Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA)

Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)

Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Organização Não Governamental (ONG)

Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH)

Partido da Frente Liberal (PFL)

Partido Democratas (DEM)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Verde (PV)

Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS)

Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS)

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)

Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Produto Interno Bruto (PIB)

Programa Cidades Históricas (PCH)

Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS)

Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI)

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Programa Nacional de Recuperação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC)

Região Metropolitana de Salvador (RMS)

Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR-E)

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEMDEC)

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Município de Salvador (SEDHAM)

Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Secretaria de Relações Institucionais (SERIN)

Secretaria Estadual de Cultura (SecultBA)

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR-M)

Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS)

Sindicato dos Empregados de Empresas de Vigilância do Estado da Bahia (SindVigilante)

Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (SINDSEPS)

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (SindSaúde)

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)

Superintendência de Controle e Ordenamento do Município (SUCOM)

Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA)

União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO)

Union Internatonale des Architectes (UIA)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Valor Geral de Vendas (VGV)

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Poligonais e delimitações do Centro de Salvador.....64

Fluxograma 1: Arranjo institucional da revitalização do Centro de Salvador.....86

Mapa 2: Localização dos projetos de revitalização divulgados pela Prefeitura Municipal e indentificados pela Tabela 3.....99

Mapa 3: Áreas de desapropriação delimitadas pela Prefeitura Municipal de e pelo Governo do Estado (Nov/Dez 2013).....124

Mapa 4: Áreas de desapropriação delimitadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado (Nov/Dez 2013) e delimitação do Cluster Santa Tereza.....174

Recorte 1: Stêncil da campanha "O Centro Antigo Sangra".....198

Recorte 2: Emblemas da Articulação do CAS e da campanha "O Centro Antigo Sangra".....199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Localização dos imóveis e áreas a serem utilizadas pelo FII 76

Tabela 2: Projetos de revitalização urbana identificados por meio de observação direta entre janeiro e setembro de 2019.....86

Tabela 3: Relação e classificação expandida dos projetos de revitalização urbana.....87-87

Tabela 4: Operações de crédito contratadas pela Prefeitura de Salvador no período 2013-2020.....92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....21

CAPÍTULO 1: ENTRADA.....24

1.1 Questões de pesquisa 29

1.2 A montagem do campo de investigação 48

1.3 A estruturação dos capítulos 52

1.4 A disputa pela nomenclatura 53

CAPÍTULO 2: PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SALVADOR.....57

2.1 A revitalização urbana como produção histórica 59

2.2 O arranjo institucional em evidência..... 84

2.3 Do Centro Histórico ao Centro Antigo: A expansão da fronteira.....113

CAPÍTULO 3: CENAS DO CONFLITO - INVESTIDAS, LUTAS E SENTIDOS NA CIDADE REVITALIZADA..... 130

3.1 Cena 01 – moradia popular em patrimônio, a "estabilização do conflito" e a interdição das negociações: fluxos e refluxos neodesenvolvimentistas 131

3.2 Cena 02 - Das promessas democráticas à investida do urbanismo anticíclico ...156

CAPÍTULO 4: CONCLUSÕES 201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 213

Introdução

Essa dissertação teve início com meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (área de concentração Teoria e História) do IAU-USP no início de 2018, a partir de questões de pesquisa que tinham como pano de fundo a disputa empreendida por um conjunto de grupos, coletivos e movimentos sociais em Salvador. Essas organizações tinham em comum a luta pela permanência em diferentes espaços de moradia e trabalho que, grosso modo, faziam parte dos chamados Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador – nomeações muito utilizadas por esses agrupamentos, originadas da ação planificadora do Governo do Estado da Bahia. O questionamento geral da pesquisa era nucleado nas questões sobre os mecanismos de acumulação relacionados às lutas desses sujeitos políticos.

Sob orientação da professora Cibele Rizek e co-orientação da professora Joana Barros, o projeto de pesquisa que sustentou este ingresso inicial foi sendo redesenhado, contextualizado e, de certa maneira, atualizado pelas várias dimensões e camadas que constituíram o percurso investigativo. A primeira inflexão deste percurso se deu pelo começo do campo de pesquisa, etapa iniciada em julho de 2018 e aprofundada no período de novembro de 2018 a março de 2020, quando encerrei o período de disciplinas e fui morar na capital baiana.

A imersão inicial neste campo me proporcionou experiências cujos contextos eu precisei descrever e ancorar às questões incialmente desenhadas. Essa trilha, por sua vez, foi sustentada por duas entradas metodológicas distintas e complementares: se por um lado, eu me aproximei dos grupos, coletivos e movimentos por meio da observação participante, por outro, por meio de uma pesquisa documental alicerçada na observação direta, eu fui encontrando um conjunto de projetos urbanísticos, orientados por uma política urbana substancialmente coesa desde a década de 1990, que conformaram aqui a acepção dos projetos de revitalização urbana. Junto com esses projetos, apareceram também os planos e programas de governo desenhados por várias entidades federativas. Em conjunto, foram camadas

urbanísticas que conformaram aquilo que nomeamos como o arranjo institucional dos projetos de revitalização urbana.

É importante salientar, ainda, que a observação participante decorreu principalmente do período em que integrei a equipe de assessoria de uma Organização Não Governamental (ONG) voltada para a assessoria jurídica de movimentos sociais, o Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Ação Social (IDEAS). Nessa equipe, trabalhei diretamente com os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, um coletivo de trabalhadores que disputa a permanência pelo seu espaço de trabalho no Centro de Salvador. A partir desta vinculação, pude constituir uma rede de interlocutores com a qual conversei e fiz entrevistas. Essa rede também me habilitou a presenciar reuniões com outros coletivos, audiências públicas e manifestações nas ruas de Salvador; em suma, espaços onde a disputa pelo Centro da capital baiana estava sendo feita.

Foi por meio deste caminho metodológico que o trabalho de dissertação ora apresentado se constituiu, na forma de quatro capítulos. No primeiro, entramos já com primeiras evidências do campo de pesquisa e com o diálogo desta materialidade com algumas questões teóricas. Posto este preâmbulo, caminhamos para o segundo capítulo, onde o arranjo institucional é apresentado, a partir de uma leitura histórica da política urbana voltada para o Centro de Salvador. Além disso, o capítulo 2 também apresenta os projetos urbanísticos que foram flagrados durante a pesquisa. O capítulo 3, por conseguinte, busca situar o arranjo institucional dentro das cenas de conflito em que a disputa pelo Centro de Salvador tem sido feita. O capítulo 4, ao final, é o lugar onde arrematamos nossas ideias e abrimos uma projeção de cenário.

Essa organização de capítulos busca estabelecer um diálogo entre a empiria e as questões teóricas propostas por um determinado campo de reflexão, que envolve referências da literatura internacional como E. P. Thompson, J. Rancière, H. Lefebvre, assim como autores brasileiros como F. de Oliveira. Nesse sentido, apesar da divisão de capítulos indicar uma divisão temática, é em seu entrelaçamento e trama que o que se apreende do movimento do real se explicita. Não é atoa que os capítulos 2 e 3, que contém os achados de pesquisa mais substantivos, são intimamente ligados, sem que as linhas de demarcação entre eles sejam mais nitidamente desenhadas.

Por fim, é importante salientar que o campo de pesquisa realizado foi interrompido de maneira compulsória, por conta do advento da pandemia do vírus COVID-19. Além de suspender os contatos com os últimos interlocutores, esta condição implicou realização da escrita (abril/2020-outubro/2021) e da revisão textual (novembro/2021-abril/2022) sem que eu estivesse em encontro presencial com Cibele, Joana, demais professoras, professores e colegas do IAU. Nesse sentido, os limites irremediáveis das telas e telefones aos quais estivemos restritos, que impactaram sobremaneira a dinâmica da pós-graduação brasileira, se desdobram neste momento de conclusão não em um pesar, mas na certeza de que há uma última agenda de trabalho a ser realizada, isto é: preencher as páginas apresentadas a seguir com a inegociável humanidade do diálogo. Se o contínuo rebaixamento de horizonte tem sido a regra de um mundo em permanente exceção, talvez este seja um exercício adequado para o momento que agora se inicia.

Durante dois anos e cinco meses, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 0001.

Abril de 2022.

Capítulo 1: Entrada

Foi com um certo susto que fui interpelado por Silvana,[1] perguntando se ela podia se sentar ao meu lado, naquela primeira fileira de cadeiras. Como estavam quase todas vazias, porque ainda faltavam muitos minutos para o começo do "Laje Talks", o evento que nós aguardávamos, Silvana queria saber se eram cadeiras reservadas para algum convidado específico. O susto me ocorreu porque eu mexia no celular, buscando precisar a origem da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) – a recém-criada secretaria que organizava aquele evento.

O Laje Talks, como era propagandeado por esta entidade municipal, era um evento que buscava reunir personalidades em torno de temáticas "de interesse público" que, segundo a SECIS, se vinculavam à "dinâmica da cidade" e à "sustentabilidade". Variavam desde a utilização de bicicletas no transporte urbano e formas de conhecer a cidade de Salvador a partir das redes sociais, até a alimentação saudável e o chamado "empreendedorismo jovem".

Na verdade, as sete edições que configuraram o evento[2] funcionaram também (ou principalmente) como um momento de inauguração da sede da referida secretaria e da sua "descontraída" laje. Uma espécie de *marketing* da política urbana que a SECIS implementava e que, em larga medida, o conjunto da Prefeitura Municipal de Salvador vinha construindo. Não à toa, a edição que eu e Silvana presenciávamos tratava especificamente das transformações que vinham ocorrendo no Comércio, o bairro onde aquela Secretaria passava a se localizar e onde a Prefeitura Municipal parecia realizar investimentos e intervenções recentes. A própria pergunta geradora da debate previsto para a edição que estávamos "Comércio: Bairro do futuro?" dava o tom das expectativas e tendências que o evento buscava propagar.

[1] Silvana é o nome de uma das pessoas que conheci durante a incursão no Centro de Salvador que compõe o presente relato. Realizada em 14 de janeiro de 2020, essa atividade de campo constitui a seção de abertura desta dissertação. Maiores informações sobre o papel de Silvana na conjunção dos elementos narrados serão disponibilizadas nas páginas a seguir.

[2] Com exceção da primeira edição, ocorrida em 13 de dezembro de 2019, as outras seis edições do Laje Talks ocorreram no verão de 2020, entre os meses de janeiro e fevereiro.

A ideia de mexer no celular para precisar a origem da SECIS, então, decorria do ímpeto de descobrir o momento em que a "sustentabilidade, a inovação e a resiliência" foram incorporadas no título da secretaria municipal.[3] Isso porque elas eram noções que se traduziam naquele lugar de maneira peculiar: seja por meio das placas de energia solar que alimentavam o prédio e que apareciam próximas ao palco do evento, seja pela própria "laje" que nós ocupávamos (um espaço no terraço do prédio que direcionava nossa visão para o famigerado conjunto de edifícios de arquitetura moderna do bairro do Comércio), ou seja, também, pelas plantas que se estendiam ao longo da fachada desse prédio onde estávamos – a tal da "fachada verde" que a SECIS dizia contribuir para a redução da emissão de carbono da cidade. De fato, era um amontoado de plantas que causavam um certo estranhamento em quem passava pela frente da Secretaria. Pareciam indicar que o panorama moderno daquela importante Avenida estava em transformação.

Apesar do meu desvio, a aparição de Silvana voltou rapidamente minha atenção para o que acontecia na laje da SECIS e me apresentou indícios mais preciosos das tais transformações que a secretaria municipal celebrava. Quando começamos a conversar e perguntei por qual motivo ela estava presente, Silvana me contou que era uma guia turística autônoma e trabalhava por meio do *Instagram,* plataforma digital que permitia a venda seus serviços e a comunicação com seus clientes. Silvana disse, também, que estava ali porque gostaria de saber das novidades sobre o bairro do Comércio que os

[3] Como descobri posteriormente, a SECIS foi criada através da Lei Municipal 8.376/2012. Uma lei promulgada dez dias antes de ACM Neto (DEM) iniciar o seu primeiro governo à frente da Prefeitura Municipal de Salvador. A criação da secretaria decorre da extinção da então Superintendência de Meio Ambiente, que era subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano até o final de 2012. Durante a referida transformação, a Superintendência de Meio Ambiente teve as suas competências elevadas a um estatuto de Secretaria Municipal, evidenciando uma própria expansão das ações municipais no âmbito geral do meio ambiente e do que a Prefeitura Municipal sob o governo do DEM veio a chamar de sustentabilidade. Nesse sentido, a SECIS foi criada em 2012 como Secretaria da Cidade Sustentável. Em 2017, após incorporar a responsabilidade de "criar um ecossistema de inovação" na cidade, passou a se chamar Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação. Por fim, adotou a noção de "resiliência urbana" no seu escopo no ano de 2018. No cargo de secretário desde 2014 e idealizando parte substantiva dessas transformações, André Fraga assumiu o cargo após liderar a presidência do Partido Verde (PV) em Salvador (2011-2013). Durante este momento, ele comandou a chamada reorientação programática do Partido, que levou o PV a compor a base aliada do DEM no pleito que elegeu ACM Neto para a Prefeitura. André Fraga deixou a função de Secretário em 2020, para concorrer às eleições municipais desse mesmo ano, quando foi eleito vereador da cidade.

palestrantes trariam. Assim, reuniria condições para "vender melhor os [s]eus produtos aos clientes que passariam a frequentar aquele bairro ainda mais". Era uma esperança que ela parecia nutrir.

Para apresentar as novidades e transformações que Silvana aguardava, além do secretário titular da SECIS, André Fraga, também estariam presentes: Mara Orge, a proprietária do Colón, um restaurante presente no Comércio desde 1914; Iuri Barreto, um *digital influencer* que administrava um canal de divulgação de museus, eventos, restaurantes e espaços públicos de Salvador; Francisco Senna, um professor de arquitetura e urbanismo da UFBA[4] (que também é ex-Presidente da Fundação Gregório de Mattos[5] e ex-Assessor do Conselho Curador da Fundação Odebrecht); Gustavo Menezes, o diretor de Parceria Público-Privada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)[6] e, finalmente, Paulo Marques, um dos diretores do Grupo Fera Investimentos.

Ao longo das falas desses palestrantes, era significativo notar que a diversidade dos contextos ilustrados por eles convergiam para uma celebração uníssona das transformações que vinham tomando espaço no Comércio. Além disso, eram pronunciamentos que promoviam um clima de bons amigos e descontração - potencializado pelas cervejas que uma funcionária da SECIS oferecia e distribuía gratuitamente ao público. Inclusive, no meio desta homogeneidade, tinha sido especialmente notória a fala de Paulo Marques, o diretor do Grupo Fera.

Além de começar elogiando o "ambiente"[7] da sede daquela Secretaria, dizendo que se sentia em um "*rooftop* de Nova Iorque, numa metrópole", Marques explicava as razões que tinham feito o Grupo Fera "acreditar e fazer uma aposta a longo prazo" em Salvador. No caso, a *aposta* que ele fazia

[4] Universidade Federal da Bahia, doravante nomeada apenas como UFBA.

[5] Fundação Municipal vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) cuja finalidade é formular e executar a política cultural do município.

[6] SEDUR é a sigla responsável por identificar tanto a Secretaria *Municipal* de Desenvolvimento Urbano, quando a Secretaria *Estadual* de Desenvolvimento Urbano. Para evitar confusões, elas serão identificadas a partir daqui, respectivamente, como SEDUR-M e SEDUR-E.

[7] Durante os parágrafos que falaremos da participação do funcionário do Grupo Fera, todas os termos e frases acompanhado das aspas são reproduções *ipsis litteris* daquilo que ele falou no evento.

referência era a compra de 123 imóveis em 16 edifícios localizados no Centro da cidade que o referido Grupo havia feito no período recente. Um investimento que, diante do estado de arruinamento desses prédios e imóveis, vinha sendo comemorada através do lançamento do badalado Fera Palace Hotel. Este, por sua vez, um hotel de luxo que havia sido inaugurado cerca de dois anos e meio antes do evento que presenciávamos, em 2017, perfazendo o primeiro lançamento do Grupo Fera em Salvador. O restante dos projetos "aguardavam o momento oportuno do mercado" para serem desenvolvidos. Alguns deles, como "mercado gastronômico"[8] que Marques prenunciava naquele evento, já tinham seus desenhos definidos.

Sobre as razões da aposta em Salvador, ele dizia que, apesar dos "imbróglios imobiliários" e das "imprevisibilidades" pertinentes ao licenciamento de imóveis tombados, "o *Centro* de Salvador está recheado de imóveis maravilhosos, com um legado arquitetônico incrível, de uma cultura [sic], de uma história [sic] riquíssimas". Um verdadeiro parque imobiliário cuja *revitalização*[9] ele celebrava, especialmente junto aos outros dois agentes da Prefeitura que dividiam o palco daquela laje com ele. Nesse sentido, Marques ressaltava que a capital baiana estava entrando, em 2020, "num ciclo de brilhantismo enquanto município", haja vista, "o trabalho que a municipalidade está fazendo em promover Salvador está sendo feito com maestria". Na sua perspectiva, aquilo que ele acompanhava de perto estava "posicionando a cidade como um produto, que se orienta a explorar o turismo, a hotelaria e toda a cadeia que se desenvolve nessa economia, como um dos principais *pilares* para tirar nossa cidade de um anonimato como estava nos últimos anos".

Ainda que esse anonimato soteropolitano possa soar um pouco forçado, visto que o turismo não é uma atividade econômica exatamente nova,

[8] Conforme anunciado, o mercado gastronômico consistirá na reunião de um conjunto de restaurantes especializados em culinárias de diversas nacionalidades. Sediados em um mesmo prédio (atualmente sendo revitalizado), esses restaurantes serão instalados nas proximidades do Fera Palace Hotel e constituirão um corredor de empreendimentos no Centro de Salvador ligados ao Grupo Fera.

[9] A utilização do termo *revitalização*, doravante escrito sem a marcação em itálico, corresponde a uma questão fundamental desta dissertação. O item 1.4 deste capítulo concentra uma reflexão objetiva sobre as razões que nos levaram a determinar a nossa forma de utilização. Além desta dedicação específica, de forma geral, o nosso objetivo é que este texto encorpe alguns argumentos neste amplo debate.

tampouco insignificante para a economia da cidade, a fala de Marques chamava a nossa atenção por três motivos. Primeiro, porque ela traduzia uma cumplicidade muito substantiva do Grupo Fera com os agentes públicos (o diretor da SEDUR-M e o titular da SECIS) ali presentes, e segundo porque ele enfatizava que as transformações e novidades aguardadas e celebradas naquele Laje Talks se espalhavam, não apenas no bairro do Comércio, como em todo o Centro da cidade. Além disso, Marques parecia colocar em evidência a própria construção de um sentido de desenvolvimento para Salvador que o Grupo Fera e a Prefeitura Municipal estavam imaginando, planejando e executando. Na sua propaganda, inclusive, ele traçava um verdadeiro caminho de transformação da capital baiana na sua desejada metrópole nova-iorquina.

Com a fala de Marques, todos aqueles adereços da sustentabilidade e as minúcias arquitetônicas, que o professor-arquiteto descrevia ganhando os aplausos calorosos do público, se revelavam cada vez mais explicativos. Os produtos que Silvana passaria a vender, bem como os seus verdadeiros proprietários, ficavam cada vez mais claros e davam as pistas de uma política urbana muito bem delimitada, com orientações bastante claras. Em conjunto, eram elementos que desenhavam uma articulação institucional e os traços de uma dinâmica de produção da cidade que essa dissertação se propõe a questionar. Que há uma política urbana operada pelo poder executivo municipal e intricada com agentes privados vinculados à economia do turismo nos parece evidente, mas em que medida essa política urbana é nova? Quais são as transformações que ela está preconizando? Sob qual fundamento esta economia é erguida?

Ainda sem deixar muito claro como Marques acompanhava os esforços da Prefeitura Municipal tão de perto, ele completaria sua fala pontuando que "cabe a cada um de nós, aqui, de fato, começar a desenvolver mais a nossa autoestima enquanto soteropolitano. Bater no peito com muito orgulho, falar que vocês são da primeira capital do Brasil, que foi uma das cidades mais ricas e esplendorosas da América Latina, como o professor falou. E tudo isso está aí para ser explorado."

1.1 Questões de pesquisa

"O *phátos* deste trabalho: Não há épocas de decadência"
Walter Benjamin – *Konvolut* [N 1,6]

Francisco de Oliveira (2003, p. 14), em um dos momentos que se dedicou a pensar o Brasil a partir da cidade de Salvador, nos legou formulações e questionamentos preciosos para entendermos a formação das classes sociais no nosso país e seu problema de re-presentação. "A classe como pobreza e o carnaval como identidade" foi a síntese formulada no início do século XXI para falar de uma Bahia que elegia e reelegia Antônio Carlos Magalhães ao mesmo tempo que convertia, na eleição de 2002, uma das maiores votações para Lula.

Cerca de duas décadas depois, [10] o pensamento do sociólogo pernambucano permanece demonstrando sua força. Diante do que relatamos brevemente, a "nossa autoestima enquanto soteropolitano" e os respectivos discursos de legitimação dos novos "pilares" de sustentação do "desenvolvimento" da capital baiana se evidenciam como mecanismos de dissimulação da realidade social em questão. Aspectos que nos parecem destinados à construção de uma hegemonia burguesa em que a delimitação dos interesses contraditórios de classes tenta ser apagada. É a autoestima (ufanista) que dá lugar à consciência (de classe) - enquanto os dominantes celebram suas cifras em expansão.

Talvez o autor de "O elo perdido – classe e identidade de classe na Bahia" (OLIVEIRA, 2003), tendo a industrialização baiana da década de 1950 em tela, não tenha construído nesta obra uma aproximação tão imediata à dinâmica de produção da cidade, como objetivamos aqui. No entanto, a provocação de Oliveira nos parece especialmente oportuna quando abordamos a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador, o tema dessa dissertação. Isso porque, se "a re-produção [das relações de produção] é o movimento pelo qual a objetividade se re-presenta" (2003, p. 18) e esta re-produção, argumenta Chico, aparece colonizada pelo mito da baianidade,[11] nos parece haver uma

[10] De ACM (avô) para ACM Neto e de Lula à Bolsonaro.

[11] Por "mito da baianidade", Oliveira (2003) se refere à forma como a sociedade brasileira processou a impossibilidade de constituição do trabalho assalariado como tendência principal da sociedade baiana. O mito, nesse sentido, é uma elaboração que resulta de uma pobre divisão social do trabalho cujos fortes estigmas do trabalho escravo projetam, ainda no século XXI, a "não-identidade social". Nos termos do autor, o seu papel é desempenhar "a

expressão ainda mais contundente da referida dissimulação quando a objetividade a ser representada é o próprio espaço, a própria construção da cidade de Salvador.

Diante do prenúncio que lançamos nas páginas anteriores, isso nos parece ter expressão quando Paulo Marques, por exemplo, qualifica os imóveis adquiridos pela empresa em que trabalha como os próprios agentes da história e da cultura soteropolitana. O autointitulado empreendedor fala destes imóveis como se as suas paredes, o concreto e os tijolos fossem os protagonistas desta trajetória e "a cidade" fosse, ela mesma, um sujeito: coeso e pacífico. E não como se essa forma de representação estivesse ali ocultando os sujeitos de carne e osso, as relações sociais e, fundamentalmente, o conflito entre classes que produziu e produz este espaço.

Essa consideração assume importância neste trabalho porque o questionamento da dinâmica de revitalização do Centro de Salvador nos parece comumente deslocado pela noção coesa e pacífica da cidade. Através deste horizonte, o problema da revitalização é deslocado do seu núcleo principal – o conflito entre as classes que disputam esse espaço -, passando a residir na situação de arruinamento das edificações deste Centro e, para utilizar um vocabulário muito em moda, nas consequentes *externalidades negativas* desse processo; aquilo que equivocadamente se convencionou a ser chamado de *degradação*. Isto é, a existência de edificações fisicamente deterioradas, com fachadas descascando e algumas paredes rachadas, outras delas escoradas para não desmoronar e, na grande maioria dos casos, sem a presença ativa dos seus proprietários. Nessa linha de raciocínio, são imóveis que abrem espaço para serem ocupados por meios precários: Seja por trabalhadores pobres que utilizam os imóveis como oficinas e espaços de trabalho sem pagar aluguel ou sem o registro da propriedade, seja por aqueles sem-teto, que, para conseguir ocupar esses lugares, fazem uns reparos aqui e ali, ou seja pela povo de rua que se abriga transitoriamente entre muitas dessas edificações. Ainda nessa lógica, dado que a situação do conjunto desses imóveis é de um suposto *abandono,* a grande saída para este problema

função de licor digestivo" para dissimular a realidade social e vender "a identidade das classes sociais e seus interesses antagônicos" (2003, p.87).

seria dispor de um governo determinado a preservar o *nosso patrimônio* histórico e cultural. Para isso, a situação ideal deste horizonte seria contar com investimentos públicos e com a capacidade de atração da iniciativa privada que pudesse suscitar ações de modo coeso. Na melhor das hipóteses, destinando uma parte dos recursos para a inclusão e melhoria de vida das pessoas pobres que fazem parte da atual precariedade.

Na contramão deste horizonte, o objetivo deste trabalho é problematizar a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador a partir do conflito que ela instaura. Isso significa encarar a revitalização do Centro de Salvador como uma dinâmica de desenvolvimento econômico, e, em larga medida, questionar o mecanismo de acumulação que ela institui. Nesse sentido, nos somamos aos esforços de superação das noções de degradação e abandono como categorias descritivas, visto que elas nos parecem ferramentas ideológicas necessárias à sustentação desta dinâmica de acumulação. Principalmente porque negam a inscrição da produção da cidade no tempo histórico e obscurecem o funcionamento das relações de exploração que alicerçam esta dinâmica.

Sendo esse tema importante para o campo em que estão inseridos a arquitetura e o urbanismo, a colocação da revitalização nestes termos se destina ao seu melhor entendimento. Afinal, o deslocamento que a questão da representação realiza leva muitos dos trabalhos às recomendações e conclusões que se restringem aos erros procedimentais que determinado programa de revitalização cometeu, ou então à análise da suposta ausência de uma concepção territorial que o estado deveria assumir. Ainda que estejam sob uma perspectiva crítica das desigualdades, reivindicando a vida que já existe onde se propõe revitalizar, essas recomendações nos parecem incorrer no mesmo desvio original, de redução da importância que o conflito desempenha no entendimento rigoroso do problema da revitalização.

Desta forma, se postulamos na seção anterior a necessidade de entender a organização do arranjo institucional que promove a revitalização do Centro de Salvador, nos parece igualmente fundamental questionar os limites desta dinâmica de desenvolvimento. Ou melhor, questionar, através do

conflito, qual é a dinâmica social que está sendo tensionada por este mecanismo de produção do espaço (?).

A pertinência dessa proposição nos parece colocada pela conjuntura em que estamos inseridos ao longo dessas três primeiras décadas do século XXI. Um momento em que vemos as transformações do mundo produtivo que eram anunciadas anteriormente se aprofundarem. Se a hipótese lefebvriana da urbanização completa (LEFEBVRE, 2002) já apregoava um deslocamento do eixo da acumulação e uma alteração nos processos de produção de mais-valia como configurações da sociedade pós-industrial, os indícios de reprimarização e desindustrialização que caracterizam a economia brasileira no momento presente nos impõem uma necessidade de aprofundar o entendimento sobre o papel que a economia política da urbanização desempenha nessa conformação. Principalmente porque, sendo a produção do espaço e das cidades um dos eixos de articulação entre o mercado fundiário e o mercado financeiro e, nos termos lefebvrianos (LEFEBVRE, 2016, p. 47), sendo o espaço urbano "essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção", é cada vez mais importante identificar, decompor e inscrever no tempo histórico as inflexões e continuidades que cada fragmento do espaço evidencia sobre a dinâmica de acumulação do capital que tem sido levada à cabo neste início de século.

Nesse mesmo diapasão, a abordagem da revitalização urbana como uma dinâmica de desenvolvimento econômico também tem pertinência a partir da leitura de que há uma atualização das formas de exploração do trabalho. Materializadas pelo avanço sobre os direitos trabalhistas, pelo dilaceramento da jornada de trabalho e pela compressão do horizonte de integração pelo trabalho assalariado, os ditames do modo de produção que tomam forma através da revolução molecular-digital (OLIVEIRA, 2013) nos levam a avançar na crítica do desenvolvimento econômico enquanto horizonte de luta política. Isso porque as pretensas possibilidades de promoção de integração social, geração de emprego e garantia de direitos por meio do desenvolvimento são contrapostas pelo seu papel no atual aprofundamento das formas de extração de mais-valia. Nessa mesma direção, o tratamento da revitalização urbana como política de desenvolvimento traça uma perspectiva

equivalente para o questionamento do papel do planejamento urbano e da intervenção estatal, uma vez que a regulação urbana estatal como um suposto mecanismo garantidor do exercício da cidadania se dissolve, especialmente quando vemos o estado agindo como indutor e reprodutor das desigualdades que o planejamento, em tese, buscaria evitar.

O recentíssimo "Plano Salvador 500", [12] documento de planejamento elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)[13] que estipula os cenários econômicos, territoriais e sociais para a capital baiana até 2049 (quando a cidade fará 500 anos de fundação) nos aproxima dessa configuração. Após constar no seu diagnóstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p.69) uma composição do Valor Adicionado ao PIB do município[14] significativamente desproporcional, sendo 86,5% (R$46,2 bilhões) desse valor oriundo do setor de serviços, 13,4% (R$7,3 bilhões) oriundo da indústria[15] e 0,1% (R$53,4 milhões) da agropecuária, a FMLF anuncia que o horizonte macroeconômico em que a cidade de Salvador está envolvido é de aprofundamento da concentração no setor de serviços (assim como é para as metrópoles brasileiras). Além disso, a partir deste cenário, o documento estipula uma agenda de ações da Prefeitura Municipal que referendam e contribuem para esse aprofundamento.

O que nos parece mais importante é que o agente do executivo municipal articula um conjunto de planos e projetos urbanos que lastreiam a expansão do chamado setor de serviços. Inclusive, há uma associação ainda mais direta dos tais planos e projetos urbanos com dois nichos específicos

[12] O Plano Salvador 500 é dividido em 3 cadernos. O primeiro é destinado ao diagnóstico das condições atuais da cidade no que concerne os temas "*Sociedade Economia e Território*" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a); o segundo é responsável pelo traçar dos possíveis "*Cenários*" até o ano de 2049 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020b); e o terceiro é destinado à construção de uma "*Agenda*" a ser cumprida pelo executivo municipal, onde são estabelecidos objetivos e metas a serem atingidas para o *sucesso* do Plano (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020c).

[13] A FMLF é uma entidade vinculada à SEDUR-M. Além de ter sido responsável pela elaboração do referido "Salvador 500", a referida Fundação é responsável pela elaboração de parte significativa das intervenções urbanas na cidade, especialmente aquelas vinculadas à dinâmica de revitalização. Como veremos nas páginas a seguir, a FMLF constitui uma instância municipal de papel preponderante nas questões que abordamos aqui.

[14] Valores referentes ao ano de 2017 (Fonte: IBGE/SEI *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p.69)

[15] No setor da indústria do município de Salvador, destacam-se as atividades de construção civil e de fabricação de gêneros alimentícios.

deste setor terciário que, de acordo com a FMLF, apresentam um "potencial expressivo de dinamização econômica" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p. 71). São eles: o turismo e a aquilo que é nomeado como a Economia Cultural e Criativa (ECC). [16] A própria Agenda do Plano exibe uma correspondência imediata de projetos urbanísticos com esses nichos de mercado. Isso através do estabelecimento de categorias dentro dessa Agenda, que, por sua vez, contém objetivos e metas específicas voltadas para a expansão dos referidos nichos da economia. No documento do Plano, verificamos essa correspondência através das categorias de projeto nomeadas como: "Ambiente Urbano Sustentável" (objetivos 2, 4 e 7), "Moradia Digna" (objetivo 1) e "Cultura para todos" (objetivo 2) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020c, pp. 80-137).

É significativo notar as estratégias desenhadas e as relações de trabalho que a FMLF busca construir por meio desses direcionamentos do desenvolvimento econômico. Apesar de não haver uma padronização na disponibilização dos dados, fato que nos limita em termos analíticos, a Fundação pontua que o turismo, em 2011, respondeu por 6,43% do PIB municipal e, em 2017, correspondeu à 7,57% do Valor Adicionado ao PIB na Zona Turística da Baía de Todos os Santos.[17] Neste sentido, para a expansão do segmento, a entidade municipal desenha um direcionamento para fortalecimento do "turismo de negócios" e do "turismo náutico". E ainda, a intensificação de dois segmentos pouco explorados, a saber, o turismo religioso

[16] Seguindo a caracterização adotada pelo extinto Ministério da Cultura, a partir das definições da UNESCO (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011), os segmentos caracterizados como parte da Economia Criativa e suas respectivas atividades associadas são: Patrimônio Natural e Cultura (museus, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais e patrimônio natural), Espetáculos e Celebrações (artes de espetáculo, feiras, festas e festivais), Artes Visuais e Artesanato (pintura, escultura, fotografia e artesanato), Audiovisual e Mídias Interativas (cinema e vídeo, TV e rádio, Internet *podcasting*, *video-games*), Livros e Periódicos (livros, jornais e revistas, outros materiais impressos, bibliotecas e feiras do livro) e Design e Serviços Criativos (design de moda, design gráfico, design de interiores, design paisagístico, serviços de arquitetura e serviços de publicidade).

[17] Zona Turística é a unidade territorial utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Zona Turística da Baía de Todos os Santos, além de Salvador, inclui os seguintes munícipios: Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Félix, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz. A referida Zona é a delimitação mais próxima da unidade territorial da capital baiana, não havendo no banco de dados do referido Instituto outra delimitação que se restrinja aos seus contornos específicos.

e o turismo de raízes - este último sendo compreendido como as atividades turísticas que envolvem "os povos de santo e as festas, dança e música populares ligadas às raízes afrodescendentes da cidade" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p. 74).

Quando analisa o padrão de remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras vinculados diretamente à economia do turismo, a FMLF expressa que o setor estabelece em uma remuneração média de R$858,56 mensais (dados do ano de 2015). Como este valor nos parece muito impreciso, visto que decorre de um estudo que reúne dados de Salvador junto com outras 365 cidades (SANTOS, SANTANA e SILVEIRA, 2018), talvez seja mais adequado o dado fornecido pelo IPEA (2020), que, por sua vez indica uma média de remuneração para a Zona Turística da Baía de Todos os Santos de R$1.571,55 mensais para o ano de 2019. Ainda que expressivamente superior e restrito à noção de empregos formais, equivale a remuneração aproximada de 1,6 salários mínimos.

Por outro lado, quando aborda investimentos na chamada ECC, a FMLF diagnostica um conjunto aproximado de 58 mil pessoas vinculadas a estas atividades atualmente em Salvador, cerca de 2% da população da cidade. Além disso, baseada em um questionário encomendado pela própria Fundação para embasar o Plano Salvador 500, a FMLF exprime a distribuição das posições de trabalho deste ramo no que concerne aos seus tipos de regulamentação trabalhista: São 12,21% dos trabalhadores com carteira assinada, 11,7% empregados do serviço público e 7,89% empregadores, enquanto os outros 68,2% estão em situações precarizadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p.76). Variam entre: trabalhos por conta própria (36,9%), empregados sem carteira assinada (11,2%), não remunerados (5,09%) ou outras situações indefinidas (15,01%) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p.76). Quando a Fundação compara este perfil com a média referente ao estado da Bahia, a partir de dados do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC, 2020), percebemos uma convergência, visto que 73% dos trabalhadores e trabalhadoras baianos da ECC aparecem "sem vínculo formal de trabalho".

Sobre a média salarial, a FMLF não apresenta valores absolutos para o município, apenas localiza que a média está entre dois e três salários mínimos.

O único valor absoluto descrito se refere ao estado da Bahia e tem origem em dados da Secretaria Estadual de Cultura (SecultBA), expressando um rendimento médio no estado da Bahia de R$1.195,00 para o ano de 2010, tendo sido o estado com terceiro maior rendimento médio do Brasil neste ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p. 77). Quando faz o balanço do conjunto desses dados, a FMLF diagnostica que um dos "desafios" da ECC é o fato de que as suas "atividades não se apresentam, contudo, como importantes fontes de emprego formal" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020a, p.74-75).

O empenho das informações anteriores nos ilustra o horizonte para onde o direcionamento econômico do planejamento municipal aponta. Misturando um padrão de baixas remunerações com flexibilização nas relações de trabalho, sua importância geral se dá porque são essas atividades econômicas que, à primeira vista, apresentam uma relação direta com a dinâmica de revitalização urbana. A FMLF, inclusive, estabelece como metas do Plano Salvador 500 a realização de vinte projetos de revitalização em espaços e equipamentos públicos a serem "implantados anualmente até 2024" e, no que concerne edificações ou conjuntos de edificações "degradados e/ou subutilizados", dez projetos implantados até 2030. Todos eles como articuladores das diretrizes econômicas, territoriais e sociais diagnosticadas neste mesmo documento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020c, pp. 81-82).

A incorporação dos projetos de revitalização na agenda municipal a longo prazo é significativa porque, em certa medida, contradiz um conjunto de análises na literatura acadêmica que aborda a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador. Este conjunto se agrega por um difundido balanço negativo dos instrumentos de planejamento dedicados à revitalização, sejam eles um programa, um plano ou um projeto urbanístico. Em grande parte das vezes, há uma repetida avaliação de que determinado instrumento de planejamento, em tese, não alcançou o seu resultado esperado, ou seja: foi incapaz de atingir a tal sustentabilidade econômica e social que apregoava e, de maneira mais geral, supostamente incapaz de superar o estado de *degradação* e *abandono* do Centro de Salvador. Contudo, o que nos parece é

que a incorporação de projetos de revitalização na agenda da política urbana de Salvador até 2049 como um mecanismo de articulação do horizonte econômico anuncia o contrário do que tem sido defendido por esse conjunto de análises.

Se percebermos as formas como esse horizonte de análise se manifesta em significativas contribuições acadêmicas, é possível caracterizar melhor aquilo que baliza esse referido conjunto de referências. Além disso, também é possível identificar as variações que ele apresenta nas diferentes situações. Grosso modo, podemos localizar essas importantes análises a partir de três momentos históricos [18] diferentes sobre os quais elas se debruçam. São momentos que se referem ao período de incidência de distintos planos e programas de governo destinados à revitalização do Centro de Salvador: O primeiro está localizado entre o plano que marcou o início das investidas do governo em direção à construção da revitalização do Centro, o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, lançado em 1969, e o momento anterior ao Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS). Este, por sua vez, o plano mais duradouro e que intermediou, à sua época, o maior montante de investimentos em sítios históricos do Brasil (SANT'ANNA, 2003), razões que nos levam à caracterizar o seu período de vigência como o segundo momento de incidência dessas análises.

Lançado em 1991 e executado a partir de 1992, o PRCHS está inserido em um período que engloba treze anos de execução, até o momento em que a judicialização das violações de direitos cometidas pelo Governo do Estado, por meio da sua implementação, levaram o ente estadual à assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado da Bahia, em 2005. Este, por sua vez, um mecanismo judicial que emperrou o planejamento que vinha sendo desenhado até então, marcando uma última inflexão na vigência do referido PRCHS.

[18] Essa divisão em três momentos converge com a caracterização temporal que Gordilho-Souza expressou em seu trabalho (2012). Ainda que não esteja literalmente expressa em muitas produções acadêmicas, a referida periodização nos parece uma caracterização comum no campo de análises que referimos aqui. Isso se dá porque a divisão que ela assume tem influência preponderante do Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS): um marco na dinâmica de revitalização do Centro de Salvador. Grosso modo, a divisão em três períodos corresponderia aos momentos de antes, durante e depois do referido plano. Como se verá adiante, o presente trabalho busca incidir nesta periodização.

Por fim, o terceiro momento de análise tem início após um breve intervalo de dois anos em que o Centro de Salvador não dispôs de um mecanismo de planejamento em execução evidente. O ano de 2007, que marcou a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo do Estado, correspondeu ao momento de elaboração do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS), que viria a ser lançado em 2010. O período de análise do planejamento inaugurado pelo PRP-CAS se estende, mais ou menos, até 2017, quando as contribuições acadêmicas que abordam a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador passaram a ficar mais escassas (pelo evidente motivo de ser um período recente) e quando um outro mecanismo do planejamento elaborado pela Prefeitura Municipal, o Programa Salvador 360, começou a ser implementado e a trazer novas inflexões para a unidade deste conjunto de análises. Como ainda são pouco exploradas pela literatura acadêmica, a pertinência dessas inflexões recentes e o papel que elas desempenham na reconfiguração da leitura sobre a revitalização do Centro de Salvador são contribuições que esta dissertação pretende realizar.

De maneira esquemática, a partir de uma análise bibliográfica cujos principais marcos estão citados a seguir, podemos dizer que os trabalhos que englobam o primeiro momento de planejamento da revitalização do Centro de Salvador, entre 1969 e 1991, tendem a justificar a suposta falta de efetividade dos planos por conta daquilo que eles caracterizam como uma ação minimizada do estado: às vezes justificada porque os investimentos foram poucos ou porque os objetos da ação estatal ficaram restritos aos chamados imóveis de destaque de propriedade dos poderes públicos. É importante notar que esse é o período em que começa a tomar corpo uma política urbana voltada para os centros históricos das cidades brasileiras (no seguimento das diretrizes da Carta de Veneza de 1967). Inclusive, o referido Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, lançado em 1969, é uma das experiências precursoras do Programa Cidades Históricas (PCH), o conhecido programa federal que foi implementado em âmbito nacional e que realizava o primeiro movimento da União neste sentido.

O trabalho de Gomes e Fernandes (1995), que está inserido em uma obra organizada por estes mesmos autores inteiramente dedicada às questões do

Centro de Salvador, nos parece uma importante referência sobre este primeiro momento. Ao reunir um conjunto importante de posições que traduzem muito do que os planejadores progressistas, de modo geral, pensavam (na primeira metade da década de 1990) sobre o que tinha sido feito nas duas décadas anteriores (1970 e 1980) e sobre o que eles projetavam para o futuro como aquilo que poderia dar certo, nos parece apropriado retomar seus argumentos. O autor e a autora, inclusive, reúnem um somatório de motivos para avaliar negativamente os variados planos anteriores ao PRCHS. Eles pontuam:

> "Em primeiro lugar, falharam esses planos e projetos [das décadas de 1970 e 1980] porque a recuperação do centro antigo de Salvador nunca foi inserida em sua *verdadeira dimensão urbana*: ele sempre foi vista como uma questão 'cultural' e sempre como um problema localizado. Em segundo lugar, nunca se conseguiu reverter a situação de extrema pobreza da população nem tampouco se conseguiu reduzir a *marginalidade* que dominava aquele espaço, fatos que sempre funcionaram como *obstáculo* ao desenvolvimento turístico da área, *afugentando* ao mesmo tempo eventuais novos consumidores e novos investidores. Estes últimos, que ainda deveriam enfrentar os limites advindos da condição de área tombada, dispunham, de resto, de outras perspectivas de investimentos, muito mais interessantes, nas novas áreas de expansão da cidade, conforme já indicado. Por outro lado, há de se considerar também limites muito grandes de recursos financeiros para a área do patrimônio histórico e cultural (...). Além disto, existiam também limitações oriundas dos próprios mecanismos utilizados para financiar as intervenções. No caso dos recursos oriundos do PCH, por exemplo, só se poderia intervir em imóveis de propriedade do poder público, o que representava, evidentemente, uma enorme limitação. Finalmente, podemos lembrar que a fala de articulação entre os três níveis do poder público com atuação na área sempre foi outro elemento complicador"
>
> (GOMES e FERNANDES, 1995, pp.52-53, grifo nosso)

Numa direção semelhante, Sant'Anna (2017) constrói uma análise sobre este mesmo período que critica a preponderância da ação estatal. Numa extensa obra que resulta de um período de muitos anos em que a autora se debruçou sobre o tema, com especial ênfase na dinâmica dos centros urbanos que foi desenvolvida em Salvador, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a autora caracteriza a política das décadas de 1970 e 1980 voltada ao Centro da capital baiana como uma:

> "política assistencialista e de caráter demagógico, que não criava mecanismos reais de promoção social mediante, por exemplo, a aquisição de moradia. Ao lado disso, protegiam os interesses dos proprietários de imóveis da área, os quais, sem pressão contrária, continuavam deixando com o Estado a responsabilidade da conservação dos casarões. Essa atitude paternalista do governo estadual ajudou a sedimentar junto aos proprietários, como se verá adiante, uma *cultura de não investimento*, ancorada na espera de uma próxima intervenção estatal."
>
> (SANT'ANNA, 2017, p.83, grifo nosso)

Como podemos ver nas citações, para este entendimento estabelecido predomina uma avaliação de uma hipotética insuficiência dos programas públicos devido a uma incapacidade dos governos de definir uma (também hipotética) política correta para o Centro de Salvador, com sua devida magnitude e alcance. Além disso, chama a atenção nas citações o peso que as noções de "degradação" e "marginalidade" desempenham, funcionando como aspectos que, para esta linha de raciocínio, emperram os mecanismos de investimento e consequente revitalização da área. As considerações citadas, inclusive, fazem um alerta para que os referidos problemas não sigam "afugentando" os investimentos privados.

Se na primeira citação há uma dimensão comportamental e subjetiva dos investidores privados que os autores entendem influenciar a efetividade do planejamento estatal, há um delineamento de uma questão moral no segunda citação, que aparece como um suposto entrave ao desenvolvimento da dinâmica de reprodução do capital abordada aqui. Essa perspectiva nos parece ser uma tônica perene ao longo das avaliações sobre os mecanismos de planejamento que operam a revitalização do Centro de Salvador, mesmo que ela não se apresente de modo tão manifesto como nos casos observados.

Por último, chamamos atenção ao argumento utilizado por estes autores de que os planos e programas não incorporam uma "verdadeira dimensão urbana". Esse argumento começa a ter contornos nesse primeiro momento de análise e se aprofunda posteriormente, em especial nas análises que vão incidir no PRCHS e que, por sua vez, configuram o segundo momento de análise descrito.

Sant'Anna (2003) em um dos seus textos bastante difundidos que guardam o calor da hora de implementação das diretrizes contidas no PRCHS demonstra este aprofundamento. Neste texto que embasa a elaboração do livro anteriormente citado, a autora argumenta:

> As razões da transformação desse Pelourinho comercial em um empreendimento em estado de coma, permanentemente plugado no oxigênio da Unidade de Terapia Intensiva dos cofres públicos são *políticas,* de *concepção* e de *desenho*, além de vinculadas a fatores externos ligados à dinâmica urbana e à dinâmica econômica da região (...). A concepção da área como um shopping, mas sem as regras comerciais desse tipo de empreendimento e sem a adesão de todos os envolvidos, *não permite* também que *a intervenção caminhe com os próprios pés*. (...) Considerando a atual estrutura da cidade, contudo, a intervenção no centro histórico e as outras de requalificação realizadas na área central - por sua própria natureza *epidérmica* e por *não estarem conjugadas* a outras medidas de planejamento urbano - *não pretendem e nem têm força* para deflagrar um processo de recentralização ou para *redirecionar os vetores predominantes de crescimento, investimento e circulação de mercadorias na cidade.*
>
> (SANT'ANNA, 2003, pp.52-54, grifos nossos)

Além de reforçar os problemas sobre as décadas anteriores, no que a tange o comportamento político do Governo do Estado, a autora realça neste novo período aquilo que ela entende como os erros de concepção e de desenho do PRCHS que, em tese, foram responsáveis por sua suposta debilidade. Aqui nos parece estar presente uma elaboração que vincula ainda mais diretamente uma hipotética deficiência urbanística do Plano à falta de sustentabilidade econômica das suas diretrizes. Isso tem ainda máxima expressão na medida em que a referida crítica incide na falta de "pretensão e força" das intervenções urbanísticas para alavancar novas direções de desenvolvimento. Uma perspectiva que aprofunda o que já tinha sido anunciado anteriormente pela autora através da figuração do Pelourinho (parte integrante do Centro de Salvador e lugar primordial de intervenção no âmbito do PRCHS) como um "shopping" à céu aberto. Esta análise, por sua vez, foi amplamente difundida e consolidada na avaliação dos treze anos que englobaram a implementação do PRCHS por parte do Governo do Estado da Bahia, a ponto de ter sido adotada

como crítica pelo próprio ente estadual quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo.

Mesmo depois da incorporação dessas críticas, o terceiro momento de avaliações da política urbana de revitalização do Centro de Salvador continuou sendo marcado por um permanente diagnostico de uma suposta falta de efetividade do plano de então. Gordilho-Souza (2012), sendo uma autora responsável por parte da elaboração do texto do PRP-CAS e atuando também como consultora do Governo do Estado nos estudos que viabilizaram a elaboração do referido Plano, comenta aquilo que ela considera como os erros deste período de planejamento a partir do descompasso das ações implementadas pelo Governo do Estado com aquilo que foi idealizado. Para a autora:

> "Passados três anos desde o seu anúncio desse novo Plano [o PRP-CAS], não se percebe uma efetiva implantação do conjunto de propostas indicadas, tampouco iniciativas práticas de intervenção pública em habitação que tenham impactado a requalificação pretendida. Entretanto outras iniciativas públicas e privadas já se impõem com mais vigor para essa área e seu entorno, *sem que haja conjugação com os propósitos do referido Plano*, evidenciando contradições entre os conteúdos propostos e resultados
>
> (GORDILHO-SOUZA, 2012, p.87, grifos nossos)

Numa análise mais distanciada, entretanto, Mourad (2011) não segue a mesma linha anterior. Esta outra autora localiza as supostas insuficiências no próprio mecanismo de planejamento que se integrou ao PRP-CAS. Para ela:

> "Parece que o plano não foi capaz de romper com a lógica de intervenções fragmentadas, de restauração de monumentos ou realização de obras de infraestrutura. A dimensão *urbana e urbanística ainda não foi incorporada ao processo de reabilitação do Centro Antigo de Salvador*. (...) novamente verifica-se o tratamento do Centro Antigo por fragmentos."
>
> (MOURAD, 2011, pp.96-97, grifos nossos)

> "Nota-se, claramente, uma atuação de revalorização imobiliária e fundiária em área detentora de potencialidades do patrimônio histórico, através da produção de vazios. Tal fenômeno ocorre, dentre outras razões, em função de a política de 'Centro Antigo' *ser tratada de forma autônoma e marginal à*

> *política econômica e territorial mais geral*. A *ausência* de instrumento de indução na área central que contribua para a recuperação e salvaguarda patrimonial e social aliada à estratégia do plano diretor que orienta a produção '2.611.829,79m², dos quais incide somente 11,5% m² do centro antigo', acaba incentivando o *abandono* do centro antigo, apropriando-se fundamentalmente da produção do capital imobiliário. Isso contribui para facilitar e ampliar o processo de destruição do patrimônio urbano e a expulsão da população mais pobre."
>
> (MOURAD, 2011, p.190, grifos nossos)

De partida, é significativo notar que ambas autoras atestam um movimento de realização de investimentos privados e "revalorização imobiliária" do Centro de Salvador no período inaugurado pelo PRP-CAS. Uma elaboração que, à primeira vista, contrapõe este terceiro período de análises com o que havia sido elaborado até então, quando pontuava-se nestes momentos anteriores as referidas dificuldades que "afugentavam" os investidores. Mourad (2011), inclusive, faz uma vinculação desta dinâmica imobiliária privada com a "produção de vazios" do Centro, uma perspectiva distinta daquela que percebia a degradação como o elemento que supostamente atrapalhava a dinâmica de revitalização.

Apesar disso, quando centram suas análises no mecanismo de planejamento do Governo do Estado, as duas autoras continuam a qualificar a implantação do PRP-CAS como fragmentada. Ou melhor, elas caracterizam a ação no Centro desintegrada do planejamento econômico maior para toda a cidade. Seja de modo diretamente vinculado ao conteúdo do PRP-CAS, como na análise de Mourad, ou seja por conta do desencontro com o que havia sido sintetizado na forma do plano, como na análise de Gordilho-Souza, o fato é que ambas autoras elencam determinadas características da política do Governo do Estado para classificá-la como dissociadas de sua "dimensão urbana e urbanística". Apesar de terem traçado uma diferença inicial, ao fim e ao cabo, as autoras coadunam com o diagnóstico que afirma uma suposta falta de sucesso da ação estatal, atrelada à hipotética ausência de um instrumento de planejamento que pudesse ser integrado à dinâmica econômica da cidade como um todo. Um horizonte apoiado nas noções de abandono e degradação que, por sua vez, reforça esta noção de ausência do estado (ou da sua

supostamente correta política de revitalização) como causa da "destruição do patrimônio".

Em síntese, ao longo destes diferentes momentos e destas distintas elaborações, vemos que há uma constante avaliação de que os planos e a ação estatal de revitalização do Centro não deram certo. Às vezes justificada pelo fracasso dos erros procedimentais ou pela presumida falta de integração geral de determinado mecanismo de planejamento com a dinâmica da cidade, persiste um direcionamento sistemático da crítica da arquitetura e do urbanismo a um horizonte em que a recuperação do patrimônio possa se tornar viável, na medida em que se apoie em um desenho econômico e urbanístico em que estejam harmonizados o planejamento estatal, a ação imobiliária da iniciativa privada e a inclusão dos pobres.

Se a leitura crítica da dinâmica de revitalização que constitui o Centro de Salvador insiste neste posicionamento, por outro lado, o que vimos é uma incorporação da revitalização urbana no planejamento "social, territorial e econômico" da cidade à longo prazo. Ou seja, uma evidência de que a ação dos poderes públicos segue apostando neste viés da política urbana. Além disso, por mais que haja alguma possível pertinência da crítica relativa a determinados erros procedimentais e as transformações na dinâmica de planejamento sejam evidentes, os projetos realizados no Centro de Salvador que englobam o período do PRP-CAS ao Salvador 360 não parecem decorrer de uma ação estatal fracassada. Pelo contrário, o novo "ciclo de brilhantismo" que Paulo Marques disse estar sendo conduzido pela Prefeitura "com maestria" nos parece estar sendo celebrado por aqueles que tem sido bem sucedidos nesse negócio. Nesse sentido, são decorrências de um contexto que aparenta trazer novas contribuições a este debate.

Por conta disso, a análise do projetos de revitalização que esta dissertação pretende fazer, à luz das questões que levantamos aqui, nos parece constituir um elemento fundamental para a compreensão do encadeamento dessa dinâmica de produção do espaço. Isso porque a multiplicidade de incidências dos poderes executivos e as *apostas* da iniciativa privada, como vimos no Laje Talks, demonstram realizar dimensões da revitalização urbana que vêm sendo anunciadas durante boa parte do período

histórico que mencionamos. Elucidam, assim, a maneira pela qual este período complexo, erroneamente tido como fracassado, se combina à incorporação da revitalização urbana no horizonte de planejamento da cidade até 2049.

Nesse sentido, ao contrário do que se observou nos últimos anos, a hipótese de trabalho que levantamos é a de que a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador tem sido resultado de um encadeamento progressivo da ação de diferentes governos, realizada por meio dos seus respectivos planos, programas e projetos urbanísticos. Uma direção da política urbana que vem sendo construída a partir de um campo de conflitos sociais em que diferentes sujeitos, coletivos e grupos populares se contrapõem à instituição da referida dinâmica de produção do espaço. Isso significa que, mesmo com as eventuais (e significativas) brechas conquistadas através da ação política desses agentes, a ação dos poderes executivos (na suas três esferas) e dos agentes privados tem sido hegemonicamente efetivada através da vinculação direta desta política à dinâmica econômica da cidade. Um processo espoliativo sustentado por expulsões sistemáticas dos habitantes deste Centro que, especialmente nos últimos trinta anos, demonstra ter expandido os limites da sua fronteira de acumulação.

Esta é uma hipótese que aponta para a importância do entendimento da revitalização do Centro de Salvador enquanto uma política de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o que parece cabível à ciência do espaço e seus múltiplos campos disciplinares é a superação das noções de abandono, de degradação e das suas respectivas limitações conceituais. Seguindo as pistas lefebvrianas, talvez seja essa exata transgressão que nos aproxime dos sentidos de cidade em que a igualdade esteja melhor situada.

Como indicamos sumariamente nas páginas anteriores, a estruturação teórica e conceitual deste trabalho reside no conflito social como forma de caracterização do problema da revitalização urbana. Essa perspectiva, de influência thompsoniana (THOMPSON, 1978), decorre da noção de que um contexto social tem sua interpretação tão melhor realizada quanto mais precisa for a compreensão dos interesses antagônicos que polarizam os seus sujeitos. Assim, nossa perspectiva aqui é dispor de recursos metodológicos que nos permitam compor o eixo de articulação dos agentes que integram a

dinâmica de revitalização urbana, a partir dos seus processos de formação e das suas respectivas determinações recíprocas. Seja na medida em que os dominantes tensionam as condições que balizam as formas ação dos oprimidos, mas seja, também, na medida em que essas iniciativas de resistência delimitam a ação dos dominantes - por menos articuladas que suas ações possam nos parecer e por mais hegemônica que demonstre ser a ação do estado e dos agentes do capital.

Nesse sentido, ao invés de um conflito específico, falamos aqui no *campo de conflitos* que tem sido articulado ao longo deste período de construção da dinâmica de revitalização urbana no Centro de Salvador. Nos interessa perceber como este campo acompanha a dinâmica de revitalização urbana e como determinados momentos armam diferentes configurações e situações de conflitos.

Essa orientação conceitual nos parece apropriada porque nos permite superar as limitações anteriormente descritas e caracterizar a dinâmica de revitalização rigorosamente. Na mesma medida em que há um recorrente diagnóstico do fracasso do planejamento estatal, as disputas e as cenas de conflito que constituem o Centro de Salvador, nesta linha de raciocínio, são constantemente tomadas como consequências desta suposta ação malograda de planejamento. Empiricamente, esse desvio parece decorrer do fato da dinâmica de revitalização urbana estar indissociada de um conjunto de expulsões daqueles que habitam o Centro de Salvador – sobretudo dos trabalhadores, dos pobres, dos sem-teto e do povo de rua. Dessa forma, se o planejamento aparenta ser insuficiente, muitas vezes as expulsões e as ações que um grupo ou coletivo constroem na contramão dessas expulsões aparecem como um resultado das hipotéticas degenerações do planejamento estatal. Isto é, uma ação destituída do seu sentido político e da legibilidade que ela confere ao entendimento rigoroso do problema da revitalização urbana. Dito de outra maneira, quando as expulsões não são problematizadas à luz do campo de conflitos em torno do Centro de Salvador, elas convergem para interpretações nas quais as inciativas coletivas aparecem apenas como uma resposta impulsiva às ações de espoliação do estado e dos agentes do capital.

Numa aproximação com os termos thompsonianos, isso significa que o nosso direcionamento aqui é construir uma leitura sobre a dinâmica da revitalização do Centro de Salvador em que a história social não fique apenas à reboque da história econômica (THOMPSON, 1998). Por isso, nos interessa pensar o nexo da dinâmica de revitalização com as ameaças de expulsão dos trabalhadores do Centro, além do simples diagnóstico da violência que incide na vida desses grupos e além do dizer de quais empreendimentos buscam substitui-los. Nos interessa questionar: qual é a dinâmica social que está sendo tensionada por meio desta dinâmica espoliativa? De que forma se constituem e se integram as iniciativas coletivas de reação desses grupos ameaçados? E, até mesmo nos casos em que a ação desses grupos e coletivos de resistência seja menos articulada, o que essa suposta falta de articulação diz sobre o mecanismo de acumulação instituído pela dinâmica de revitalização?

O nosso objetivo ao estruturar o trabalho desta forma e ao colocar essas questões em primeiro plano é entender de que maneira a ação dos oprimidos constitui aspectos fundamentais da dinâmica de revitalização do Centro de Salvador. Por mais que às vezes pareça sutil a diferença com a noção de uma suposta resposta à degeneração do planejamento estatal, as formas de organização dos "de baixo" lidas através dessa perspectiva nos levam a uma delimitação mais precisa do eixo que articula o campo de conflitos que essas formas de ação mobilizam.

Nesse sentido, além das autoras e autores já citados, buscamos aqui nos associar a um conjunto de trabalhos que caminharam nesta direção, como nos casos de Bittencourt (2011), Rebouças (2012) e (2019), Santos (2017), Zanoli (2017) e tantos outros. Algumas das especificidades aqui tratadas talvez estejam vinculadas à centralidade que atribuímos ao momento de transição entre diferentes governos e seus respectivos planos, ao invés do foco no momento em que este ou aquele governo concentrava as ações de planejamento da revitalização. Como esta referida transição contém muitos traços da coesão dos diferentes mecanismos de planejamento estatal, esse enfoque nos parece um elemento importante para compreender o funcionamento da dinâmica de revitalização urbana enquanto mecanismo integrado de acumulação do capital.

1.2 A montagem do campo de investigação

A constituição desta dissertação, a hipótese que anunciamos e a própria delimitação do seu recorte temático decorrem centralmente da realização de um campo de pesquisa empírico. Esta etapa de pesquisa esteve inicialmente orientada pela identificação das diferentes situações de conflito vinculadas ao Centro de Salvador e ocorreu entre julho de 2018 e março de 2020.

Através de estratégias de observação *in loco* e de uma pesquisa documental buscamos, primeiramente, compreender o nexo entre os projetos de revitalização urbana e a constituição dos diferentes grupos, coletivos ou movimentos que, de alguma forma, se contrapunham à dinâmica urbana que estava sendo verificada. O primeiro achado decorrente deste momento inicial era de que havia uma preponderância muito significativa dos poderes públicos na realização dos referidos projetos de revitalização. Além disso, constatamos o fato de que não havia uma correspondência direta de todos esses projetos com alguma inciativa de mobilização popular. Nesse sentido, através de entrevistas com agentes dos poderes públicos e de um aprofundamento da pesquisa documental, passamos a buscar uma composição das cenas de conflito com aquilo que viemos denominar do *arranjo institucional* promotor da revitalização urbana. Isto é, a organização dos projetos urbanísticos a partir das secretarias e demais instâncias do poder executivo que eram responsáveis pela sua operação, os programas e planos que articulavam a política de cada um dos governos que se dedicavam à revitalização e, finalmente, as fontes de financiamento vinculadas aos respectivos planos e programas.

A identificação e o acompanhamento dos grupos, coletivos e movimentos que estavam envolvidos em diferentes cenas de conflito, por sua vez, foram inicialmente realizados através de algumas incursões pontuais no Centro de Salvador. Foram momentos em que conheci alguns membros e lideranças desses diferentes tipos de organizações que estavam na construção da luta pela permanência nos seus espaços de atuação.

Após este primeiro momento, o campo de pesquisa ganhou densidade substantiva quando eu passei pela seleção de um projeto vinculado a um dos grupos que eu havia conhecido no momento inicial do campo, os "Artífices da Ladeira da Conceição da Praia". Como será aprofundado nos capítulo 3, esse

grupo de trabalhadores tinha se mobilizado a partir da incidência de um projeto de revitalização nas suas oficinas de trabalho. Um projeto vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à Prefeitura Municipal de Salvador que exigia, por meio de uma notificação pública, a saída destes trabalhadores dos seus espaços de trabalho. Uma situação que era lida por eles como uma evidente tentativa de expulsão.

O projeto que permitiu meu contato com os artífices decorria da vinculação de uma ONG de assessoria popular, o Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Ação Social (IDEAS), a uma parte[19] deste grupo de trabalhadores. O IDEAS era uma entidade composta por três advogados que vinham auxiliando os artífices na disputa pela permanência desde o momento da notificação. Este vínculo havia sido construído por meio da participação da referida ONG no tratamento jurídico da disputa pela permanência e, também, na dinâmica das reuniões de negociação com os diversos agentes do estado. O projeto, idealizado cerca de quatro anos após à notificação, surgira como uma decorrência do trabalho conjunto desses grupos e buscava consolidar os horizontes construídos por eles ao longo deste tempo. Para isso, inclusive, o projeto contava com um financiamento do Fundo Baobá,[20] que possibilitava a seleção de dois bolsistas destinados à integração da equipe de assessoria dos artífices, no sentido de auxiliá-los na realização do trabalho previsto pelo projeto.

Este trabalho, para o qual fui selecionado, consistia na condução conjunta com os artífices de uma pesquisa sobre a situação daqueles trabalhadores que exerciam ofícios próximos aos empenhados pelos

[19] Não eram todos os integrantes do grupo dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia que participaram ativamente do projeto junto ao IDEAS. Os participantes deste projeto eram aqueles trabalhadores que tinham uma maior proximidade aos membros da referida ONG e, de modo geral, enxergavam essa ação conjunta como uma possibilidade de saída para a situação que encontravam. Além disso, os participantes do projeto eram os integrantes da Ladeira da Conceição que apresentavam uma maior disposição para o comparecimento de reuniões e eventos que não tratavam diretamente da disputa pelas suas oficinas de trabalho.

[20] O Baobá é um fundo destinado à promoção da equidade racial que dispõe de financiamento para projetos vinculados à população negra do Brasil. Atuando por meio da publicação de editais, seu vínculo com o IDEAS e os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia se deu a partir da submissão do projeto aqui referido que, por sua vez, dava ênfase ao fato dos artífices serem predominantemente negros, bem como às dimensões raciais que os ofícios desses profissionais estavam vinculados.

integrantes da Ladeira da Conceição da Praia.[21] Buscava-se entender a situação enfrentada pelos trabalhadores de ofício do todo o Centro naquilo que concernia às dificuldades de permanência nas suas oficinas. Questionava-se em que medida havia uma dinâmica de expulsões presente na vida destes outros profissionais. Ou melhor, em que medida havia uma dinâmica de evasão do Centro vivida por esta categoria de trabalhadores, seja por causa uma ameaça direta, como no caso da Ladeira da Conceição, ou seja também pela emergência dificuldades no sustento e na manutenção das suas respectivas oficinas de trabalho. Os artífices e o IDEAS vislumbravam a possibilidade de construção de uma organização coletiva que estivesse vinculada à luta pela permanência dos trabalhadores de ofício de todo do Centro de Salvador (e não somente àqueles da Ladeira da Conceição da Praia): a chamada Associação dos Artífices do Centro Tradicional de Salvador (AACTS).

Os nove meses do projeto em que fiz parte da equipe de assessoria do IDEAS constituíram um período em que participei semanalmente das reuniões com os artífices. Foram momentos fundamentais para a compreensão em profundidade da dinâmica de revitalização urbana, pois permitiram que eu pudesse conhecer as histórias de vida dessas pessoas, localizar as disputas que envolviam a Ladeira da Conceição, ter contato com outros grupos e coletivos próximos a esta luta por permanência e, também, me "afetar" (FAVRET-SAADA, 2005) pelas expectativas, anseios e horizontes que estes trabalhadores construíam na disputa pelo Centro de Salvador.

Por meio da constituição dessas relações, eu também pude participar de eventos que não estavam ligadas às atividades do projeto em si. A partir do vínculo firmado com os artífices, também compareci a eventos que envolviam outros grupos e coletivos que se mobilizavam na mesma disputa com a Prefeitura Municipal de Salvador, o Governo do Estado da Bahia e com o IPHAN.

[21] Os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia se distribuíam majoritariamente entre ferreiros, serralheiros e marmoristas. Durante a pesquisa, os ofícios considerados dentro da proximidade destes três primeiros foram os seguintes: ourives, ferreiro, serralheiro, armeiro, marceneiro, polidor de móveis, espadeiro, marmorista, empalhador, pedreiro, alfaiate, costureira, rendeira, bordadeira, calafate, estofador, pintor, sapateiro, curtidor, surrador, calceteiro, oleiro, parteira, lavadeira e mecânico. Este conjunto de ofícios foi definido em uma das reuniões do projeto, através do repertório que os artífices presentes mobilizaram para definir quais seriam os profissionais de ofício considerados como artífices. Como veremos no capítulo 3, este processo de nomeação constituiu uma questão fundamental para a organização do grupo de trabalhadores da Ladeira da Conceição da Praia.

Aqui, estão incluídas a participação em uma audiência pública[22] realizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), uma reunião de apresentação dos projetos de revitalização conduzidos pelo IPHAN, algumas reuniões mais gerais de definição das estratégias de disputa que os artífices assumiriam com seus grupos parceiros e, também, a participação no evento de conclusão do projeto de revitalização da Ladeira da Conceição. Este, por sua vez, um evento que celebrou a conclusão do referido projeto com a permanência dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia nos seus espaços de trabalho.

De modo geral, decorre desta etapa do campo de pesquisa a realização de um conjunto de experimentações que foram fundamentais para mobilizar e modificar "meu próprio estoque de imagens" (FAVRET-SAADA, 2005, p.159) sobre o conflito pelo Centro de Salvador. Elas conferem densidade substantiva ao presente trabalho porque configuram o momento histórico do campo de conflitos que buscaremos situar ao longo de todo este texto. Isso significa que a referência ao trabalho com os artífices e o IDEAS é predominantemente indireta. Isto é, a partir do "acesso ao mundo conceitual" (GEERTZ, 2008, p. 17) desses sujeitos, o objetivo aqui traçado é descrever densamente a dinâmica de revitalização urbana do Centro Salvador em que eles estavam inseridos. Em larga medida, é uma possibilidade de "conversa" (GEERTZ, 2008) com o universo que estas pessoas me apresentaram, mais do que uma abordagem específica sobre o projeto que realizamos.

Após a finalização do projeto com artífices e o IDEAS, o campo de pesquisa empírico foi ampliado no sentido de concluir a tarefa que a vinculação a este grupo impunha. Isto é, situar de maneira ampliada a experiência de mobilização dos artífices no contexto histórico das iniciativas de resistência aos projetos de revitalização, em diálogo com a ação estatal que ia sendo desenhada pela construção do arranjo institucional. Desta maneira, foram realizadas mais incursões exploratórias *in loco* no Centro e algumas entrevistas com membros de outras organizações e entidades de assessoria que já tinham atuado no Centro anteriormente. Ao mesmo tempo, também

[22] Esta audiência pública será abordada diretamente no capítulo 2. Como ela contém traços do conflito entre agentes importantes vinculados à produção do Centro de Salvador, traremos um relato de campo retratando os elementos principais mobilizados durante a sua ocorrência.

compareci a eventos que continuavam informando sobre os projetos de revitalização realizados pelos poderes públicos, a exemplo do já citado "Laje Talks".

A limitação dessas atividades foi definitivamente colocada por conta da pandemia do vírus COVID-19, quando as incursões restantes foram, na sua maioria, suspensas e as últimas entrevistas planejadas foram restritas àquelas pessoas que puderam ser realizadas por meio virtual. A última incursão a campo, na verdade, se deu em 4 de novembro de 2020, motivada pelo já referido evento promovido pela Prefeitura Municipal de "entrega" da obra de revitalização da Ladeira da Conceição da Praia.

1.3 A estruturação dos capítulos

É no seguimento da maneira como foi constituído este campo de pesquisa empírico que está colocada a estruturação da presente dissertação. Além deste capítulo inicial, que se completa por meio de uma nota explicativa em que discutimos a disputa pela nomenclatura presente em elementos centrais do texto, somam-se mais três capítulos.

O capítulo 2 foca no conjunto de planos, programas e projetos destinados à revitalização do Centro de Salvador. Isso significa que iniciamos a sua abordagem por meio da inscrição histórica da dinâmica de revitalização urbana, notando quando ela se constitui como uma dinâmica de produção do espaço propriamente dita. Seguindo esta orientação, continuamos o capítulo através da apresentação das evidências da revitalização do Centro de Salvador colhidas durante o campo de pesquisa empírico. Um conjunto de indícios que revelam a forma de incidência do arranjo institucional promotor desta revitalização nos últimos trinta anos e que, em seguida, tem suas tensões levantadas a partir de um relato de campo em que falam sobre os efeitos desse arranjo os agentes do Governo do Estado; da Prefeitura Municipal; e os representantes dos grupos, coletivos e movimentos que se contrapõem à referida dinâmica de produção do espaço. Por meio de uma perspectiva entrecruzada, ao fim do capítulo puxamos alguns fios estruturantes desse encontro que nos permitem encadear o conjunto de

sujeitos, projetos, planos e programas de revitalização urbana abordados, permitindo a enunciação da nossa hipótese de trabalho.

O capítulo 3, por sua vez, busca adensar a hipótese enunciada partir da perspectiva dos oprimidos. Apoiado no momento da audiência pública descrita no capítulo 2, este capítulo está estruturado por um percurso semelhante ao da constituição do arranjo institucional, só que através das cenas em que a disputa pelo Centro de Salvador aparece ainda mais viva. Neste sentido, o capítulo 3 busca complexificar o mecanismo de funcionamento da dinâmica de revitalização urbana através da forma como as organizações e coletivos vêm se posicionando diante da dinâmica de revitalização. Buscamos, aqui, entender quais clivagens do nosso campo de conflitos ensejam a própria formação desses grupos e, também, de que forma as reivindicações propostas por eles disputam o Centro de Salvador. Uma montagem de cenas produzida a partir dos contatos com os grupos, coletivos e movimentos que integraram o campo de pesquisa empírico e, também, a partir de um conjunto de referências bibliográficas que se direcionaram pelo mesmo sentido da presente dissertação.

O capítulo 4, finalmente, é o lugar onde alinhavamos as nossas ideias. Buscando sintetizar as perspectivas cruzadas dos dois capítulos anteriores, o elenco das discussões principais do texto e o diálogo com o momento conjuntural que atravessa o nosso campo de conflitos são os elementos que permitem condensar as tensões que buscamos trabalhar aqui. Nessa direção, são também estes elementos que, em diálogo com a nossa hipótese de trabalho, nos permitem imaginar futuros. Trata-se menos de uma conclusão fechada e mais de uma reflexão sobre o cenário em que estamos situados.

1.4 A disputa pela nomenclatura

Antes de seguir para a estrutura retratada, é necessário pontuar que algumas questões centrais, discutidas ao longo dos referidos capítulos, passam por uma delimitação precisa dos seus termos. Como são nomenclaturas importantes para esta dissertação na sua completude, elas são utilizadas comumente desde o início do texto, antes mesmo desta nota

explicativa. Nesse sentido, buscamos aqui precisar as escolhas que balizaram a sua utilização, para que não passem despercebidas ainda mais.

A primeira e mais significativa destas nomenclaturas é a "revitalização". Como já fizemos neste capítulo introdutório, utilizamos a noção de revitalização para caracterizar as ações de planejamento urbano estatal voltadas para o Centro de Salvador que ocorrem desde o final dos anos 1950 até as primeiras décadas do século XXI. No seguimento das formulações de Otília Arantes (2000), é necessário pontuar que a noção de revitalização e seus correlatos (reabilitação, revalorização, recuperação, requalificação, regeneração, etc) foram objetos de significativa disputa acerca do seus significado e aparecem com força na literatura somente a partir dos anos 1990. Isto se deu em grande medida, porque foi apenas neste momento que a política urbana se tornou "ostensivamente empresarial", incorporou os efeitos da globalização e definiu "papel preponderante da gestão cultural" (ARANTES, 2000, p.38) no receituário do planejamento. Em outras palavras, foi só a partir dos anos 1990 que a implementação de uma política urbana significou a adoção de uma política econômica globalizada em que a produção das cidades assumiu um papel central para o desenvolvimento do neoliberalismo como ordem global. Isso significa que falar em uma dinâmica de revitalização ainda na década de 1950, por exemplo, é assumir o risco de um anacronismo que desloca importantes referenciais da história urbana.

Apesar deste problema, optamos por seguir com a utilização do termo "revitalização" neste arco temporal ampliado por conta da hipótese de trabalho que levantamos. Queremos dizer com isso que uma série dos elementos que claramente identificamos, a partir dos anos 1990, como traços da chamada revitalização já estão presentes nos processos de intervenção governamental no Centro de Salvador desde 1959. Nesse sentido, a opção pela utilização da "revitalização" neste arco temporal ampliado nos parece importante porque compõe parte central do nosso argumento e, também, porque a mudança de paradigma que os anos 1990 conferem à dinâmica de revitalização é explicitada em nossas investigações. Não à toa, como pontuamos na seção anterior, esta é uma discussão que determina a estrutura do capítulo 2.

Além disso, um outro problema que concerne à nomenclatura da "revitalização" é a multiplicidade de derivações terminológicas com que os diferentes governos e agentes da disputa pelo Centro de Salvador se referem a esta dinâmica de produção do espaço (reabilitação, revalorização, recuperação, requalificação, regeneração, etc). O que observamos, é que, em um contexto amplo, não restrito ao âmbito soteropolitano, estes termos foram amplamente disputados por conta das suas diferenças semânticas, sendo a revitalização especialmente criticada por conta da pressuposta ausência de vida que ela imputava aos locais em que seus projetos incidiam. Nesse sentido, levantava-se os problemas pertinentes à lógica da referida política de revitalização e, quando outras formas de intervenção urbana pretendiam realizar benfeitorias nas condições urbanísticas de determinado espaço sem os seus respectivos efeitos nefastos, outros termos supostamente mais adequados passavam a ser utilizados. Este é o exemplo da utilização do termo "requalificação".

Na dinâmica de produção do Centro de Salvador que colocamos em tela nesta dissertação, essa questão nos parece assumir uma configuração emblemática. Isso porque "revitalização" não é o termo mais amplamente utilizado nos documentos produzidos pelo Governo do Estado, pela Prefeitura Municipal ou pelo IPHAN. O que observamos é que, nos dois primeiros casos de modo mais claro, há uma frágil tentativa de utilização padronizada de uma das referidas variações terminológicas. Uma tentativa que, por sua vez, varia de acordo com o grupo político que está a frente do governo. Por exemplo: o Governo do Estado petista, na maioria das vezes, utiliza o termo "reabilitação", enquanto as gestões municipais vinculadas ao DEM priorizam a utilização da "requalificação".

Apesar da expressão destas tentativas, os diferentes documentos publicados por estas instâncias do poder público e seus diferentes governos contém uma multiplicidade de utilização das variações destes termos. A análise do conteúdo desses documentos de planejamento, inclusive, nos mostra que esta multiplicidade se confunde com uma indistinção nos sentidos que estão sendo empregados. Nos mesmos documentos em que prevalece a

"reabilitação" também coexistem a "revitalização" e a "requalificação"; todas nomenclaturas utilizadas com sentidos equivalentes e de maneira aleatória.

Estes indícios nos parecem evidenciar que, na política urbana vinculada ao Centro de Salvador, as diferenças que um dia foram importantes às discussões vinculadas à revitalização urbana perderam o seu sentido. Mais do que uma simples confusão gramatical, o caráter de indistinção colocado pela utilização múltipla destes termos nos parece revelar que a dinâmica de produção da cidade que pressupõe violentos processos de expulsão tem se tornado o cânone da ação estatal. Ou seja, as alternativas da política urbana que supostamente respeitariam as vidas anteriormente existentes à emergência dos seus respectivos projetos urbanísticos nos parecem ter perdido seu lugar no contexto soteropolitano. Desta forma, como o encadeamento dos planos, programas e projetos aqui defendido nos parece bastante eloquente no que se refere à referida indistinção, a nossa opção aqui é rejeitar as suas formas mais sutis e utilizar aquela que traduz de maneira mais literal a violência que nela está contida. Ou seja, utilizar a própria "revitalização" como termo identificador desta dinâmica de produção urbana.[23]

A última precisão necessária antes de dar seguimento ao presente texto decorre das distintas formas de nomear o "Centro". Primeiro, é necessário esclarecer que as nomenclaturas Centro Histórico de Salvador (CHS) e Centro Antigo de Salvador (CAS) são historicamente construídas pelo planejamento estatal e se referem a perímetros diferentes do espaço geográfico da cidade. Como abordaremos diretamente no capítulo a seguir, inclusive dispondo de um mapa explicativo, o CAS é uma área maior que contém a área do CHS e a sua ampla utilização é historicamente posterior ao segundo termo.

Além disso, sobre as nossas escolhas textuais, como já foi feito até aqui, utilizaremos "Centro" (com letra maiúscula) como a nossa referência principal para delimitar o espaço que tratamos como objeto desta dissertação. A

[23] Nos casos em que for importante demonstrar como um determinado projeto ou plano foi nomeado pelo governo que o constituiu, utilizaremos a terminologia nativa com letra maiúscula. Por exemplo: "o projeto de *Requalificação* da Rua Chile, realizado pela Prefeitura de Salvador..."; "o Plano de *Recuperação* Participativa do Centro Antigo de Salvador foi instituído pelo Governo do Estado...".

retirada de quaisquer dos seus adjetivos (histórico, antigo, tradicional, etc) decorre da noção de que o espaço que fazemos referência, nos termos lefebvrianos, "trata-se, do espaço vivido, vinculado à prática social" (LEFEBVRE, 2016, p. 40). Ou seja, o espaço que temos como objeto, além de não ser um produto exclusivo da ação estatal, decorre de uma construção muito particular[24] produzida por diferentes relações sociais e pelo conflito entre suas respectivas sociabilidades. Nessa mesma direção, o "Centro" não se trata de um posicionamento na paisagem urbana. Caso este fosse o nosso objetivo, a melhor expressão seria dada pelo termo com letra minúscula. Sendo assim, não verificaremos esta ocorrência em nenhuma das páginas a seguir e, portanto, ficaremos com "Centro" até o fim, para evidenciar este nosso conjunto de direcionamentos.

Capítulo 2: Planos, programas e projetos de revitalização do Centro de Salvador

"Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína"
Caetano Veloso (1991) – Fora da ordem

Os projetos de revitalização urbana do Centro de Salvador se materializam a partir de intervenções infraestruturais em praças, mercados públicos, ruas, edifícios públicos e particulares, e, também, equipamentos de transporte coletivo: terminais de ônibus e ascensores públicos.[25] As alterações urbanas que são promovidas por meio desses projetos se caracterizam de maneira significativa por dois motivos. Primeiro porque elas mobilizam uma grande quantidade de investimentos públicos e/ou privados a ponto de transformar as condições de uso dos lugares onde incidem e, segundo, porque, em consequência das mudanças no uso dos referidos lugares, essas alterações urbanas transformam também a dinâmica mais geral do espaço (e da cidade) que integram.

[24] É esta noção de particularidade do espaço social que nos leva a utilização do termo como um nome próprio. Isto é, expresso através da letra maiúscula.

[25] Além do Elevador Lacerda, o exemplo mais conhecido de ascensor público, há um conjunto de outros três meios de transporte dessa natureza em atual funcionamento. Os ascensores públicos integram a rede soteropolitana de transportes públicos desde 1610 e se destinam à possibilidade de trânsito pela falha geológica desta cidade (ANDRADE JÚNIOR, 2012).

Ou seja, os projetos de revitalização implicam em intervenções urbanísticas e partem delas para alavancar novos fluxos de capitais, de pessoas e, também, novas formas de produção e circulação de mercadorias (bens e serviços) nos lugares em que afetam.

No Centro de Salvador, os projetos de revitalização urbana aparecem atrelados ao desenvolvimento do que concebemos, nos últimos sessenta anos, como o turismo na capital baiana. Há uma razão histórica nisso (abordada mais a frente), uma vez que a dinâmica de revitalização foi fundamental para a consolidação deste tipo de negócio. Apesar disso, a vinculação econômica dos projetos de revitalização não se restringe ao turismo. Na verdade, esta atividade termina por assumir uma proeminência discursiva de sustentação da revitalização urbana que muitas vezes esconde as outras atividades econômicas que se vinculam à referida dinâmica de produção urbana. São atividades econômicas relacionadas ao transporte, à logística, à construção civil e às diferentes cadeias de serviços, a exemplo da cadeia do entretenimento. Em conjunto, elas compõem uma variedade de nichos de mercado que, por meio dos projetos de revitalização, se entrelaçam e retroalimentam, constituindo circuitos econômicos promotores destes novos usos da cidade.

O desenvolvimento de novos circuitos econômicos a partir dos projetos de revitalização constitui um importante nexo para as nossas questões, pois é na transformação que promovem que parte fundamental dos processos de espoliação dos oprimidos se realiza. Seja pela via da expulsão, do apagamento da memória e da desintegração dos espaços que conformam as sociabilidades desses sujeitos, a incidência de projetos de revitalização se constitui como um ponto disparador e irradiador de uma transformação do espaço que, por sua vez, se concretiza a partir de uma vinculação bastante tensa. Isto porque os lugares do Centro de Salvador que estão em vias de serem revitalizados, onde pressupõe-se uma ausência de investimentos recentes, são marcados pela ocupação popular. São lugares em que os trabalhadores pobres mantém suas oficinas e espaços de trabalho, onde os sem-teto reivindicam suas moradias e onde os camelôs e ambulantes constroem sua viração. Desta forma, através da dinâmica de transformação urbana que abordamos, é o espaço que eles

constituem que tem seus usos deslocados, apagados e reprimidos pelos novos circuitos econômicos promovidos pela revitalização. Isto quer dizer que, para a efetivação das transformações urbanísticas referidas, é necessário que as formas de existência desses sujeitos sejam o objeto desta transformação, sendo a impossibilidade de permanência nos espaços da revitalização uma das condições estruturantes deste processo de acumulação do capital.

É esta a tensão que permeia o processo de transformação urbana referido. Nesse sentido, os projetos de revitalização do Centro de Salvador aparecem como aquilo que condensa parte significativa dos conflitos que produzem este espaço. Através deles, vemos um campo de forças sociais se organizar e se contrapor. Isto porque, se os conflitos pelo espaço podem implicar na impossibilidade de permanência das pessoas a que nos referimos, é também neles onde as formas de resistências aos projetos de revitalização são possíveis: manifestações, brechas e enunciados que contém a negação dos circuitos revitalizados e suas possibilidades de contestação.

Desta forma, neste primeiro momento voltamos o nosso interesse aos projetos de revitalização para entender em quais termos esta relação tensa entre os poderes públicos e os habitantes do Centro de Salvador vem sendo travada. Além disso, perguntamos sobre o *processo* de constituição da revitalização urbana na história da cidade, uma perspectiva através da qual julgamos necessário 1) aprofundar a caracterização destes projetos, 2) entender quais são os seus agentes indutores, os lugares onde incidem, 3) perceber quais são suas fontes e formas de financiamento e, também, 4) identificar qual é o arranjo institucional por meio do qual esses projetos se realizam.

2.1 A revitalização urbana como produção histórica

Perguntar sobre o processo da revitalização urbana na cidade de Salvador é especialmente importante porque isso vem ocorrendo de maneira difusa desde 1959. Dentro desse período, vemos um conjunto de transformações, rupturas e continuidades que influenciam e localizam o que vemos nos dias atuais.

Para poder aprofundar a análise dos processos mais recentes, achamos necessário construir uma gênese de determinadas dinâmicas que reconhecemos dentro desse nosso recorte, já que é apenas a partir do conhecimento dessa história que será possível entender a qualidade da transformação urbana que constitui o nosso objeto de pesquisa.

A revitalização do Centro de Salvador está voltada, desde o seu início, a uma nova dinamização econômica deste espaço. Nova, porque as atividades que inicialmente caracterizaram este espaço como *o* Centro da cidade passaram por um processo de ampla reconfiguração, em função do processo de modernização da cidade de Salvador iniciado na década de 1950. Na verdade, é a própria diversificação dessas atividades e a transferência delas para outros lugares que constituiu parte fundamental da modernização soteropolitana.

Um dos exemplos eloquentes deste movimento pode ser verificado pela transferência, em 1972, de um conjunto substantivo das sedes das secretarias do Governo do Estado da Bahia. Neste ano, boa parte dessas secretarias saíram do Centro e passaram a constituir um novo espaço, o Centro Administrativo da Bahia (CAB), cujo projeto urbanístico era de responsabilidade dos modernistas Lúcio Costa e João Filgueiras Lima (Lelé). A localização de atividades administrativas dentro daquilo que vinha sendo concebido como um vetor de crescimento da cidade era parte fundamental deste momento de modernização e induzia uma série de investimentos na nova região, que passava a ser mais densamente ocupada. O Centro, portanto, deixava de sediar parte substantiva das atividades administrativas que lá estavam desde a constituição republicana do estado da Bahia.

Além de uma mudança na localização e da diversificação dessas atividades, o conjunto de transformações que foram inauguradas na década de 1950 decorreram do momento por que passava a industrialização baiana. Uma processo, por sua vez, capitaneado pela construção da Refinaria Landulpho Alves e pelas atividades vinculadas à extração e refino de petróleo

que se localizaram nos municípios vizinhos[26] de Salvador (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, além da perda da centralidade administrativa, o Centro perdeu a característica de concentração dos fluxos econômicos e urbanos de toda a capital baiana, porque estes foram ampliados e transbordaram os limites iniciais que davam os contornos do arranjo produtivo pré-industrialização.

Dessa forma, as transformações que incidiram na configuração do Centro de Salvador decorreram desse outro arranjo produtivo e, consequentemente, de outros arranjos vinculados à produção do espaço urbano. A dinâmica de revitalização, por sua vez, nos parece ser fruto de uma configuração específica desses arranjos vinculados à produção do espaço, cujos primeiros traços podem ser notados ainda no fim da década de 1950, mais precisamente no ano de 1959.

Neste momento, houve uma mudança nos critérios de proteção patrimonial da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, atual IPHAN) e esta mudança alterou a forma como o Centro de Salvador era concebido. Isto porque, até 1959, o DPHAN estabelecia que poderiam ser tombados como patrimônio histórico apenas imóveis individualizados. Após 1959, o DPHAN passou a tombar no Centro de Salvador conjuntos arquitetônicos como um todo. Essa determinação institucional inaugurou a noção de Centro Histórico de Salvador (SANT'ANNA, 2015).

Inicialmente, esta forma de nomear o Centro fazia alusão ao conjunto de edificações do século XVI, cuja maior representação é figurada pelo espaço conhecido como Pelourinho. Porém, mais do que uma simples referência arquitetônica, esta nomeação marcou o momento em que o patrimônio histórico passou a ser encarado como a "possibilidade de vir a ser um negócio" (GOMES e FERNANDES, 1995, p. 51). Sua estruturação passava a se consolidar por meio da crescente oferta dos serviços vinculadas à cadeia do turismo que, neste contexto, se difundiam em Salvador. De acordo com os autores, inclusive, essa tendência foi observada em todo o Brasil a partir da década de 1960 e

[26] A estruturação das atividades petrolíferas nos municípios vizinhos de Salvador, inicialmente na Baía de Todos os Santos, foi fundamental para a formação do que hoje conhecemos como a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

estava diretamente vinculada à emergência dos "setores da classe média" que "se beneficiaram do 'milagre brasileiro'" (GOMES e FERNANDES, 1995).

Apesar disso, mesmo a mudança de critério patrimonial indicando um movimento inicial desta "possibilidade de vir a ser um negócio", a dinâmica da revitalização urbana não se configurou plenamente neste período. Exatamente porque a emergência do turismo e a mudança no patamar da proteção do patrimônio histórico e arquitetônico não colocaram a ação dos agentes indutores da revitalização como fatores estruturantes da produção da cidade.

A revitalização urbana só deu indícios de estruturação evidente pouco mais de duas décadas depois, quando as iniciativas de institucionalização das políticas de patrimônio entraram em um movimento crescente, alterando a escala e o arranjo institucional desta dinâmica de produção do espaço. Esse movimento teve início em 1983, quando foi aprovada em Salvador a Lei Municipal 3.289/1983 que criou as primeiras delimitações geográficas que passaram a regular normativamente o Centro de Salvador. Com o intuito de estabelecer os critérios de tombamento arquitetônico e patrimonial, foram definidas através desta lei as poligonais da Área de Proteção Rigorosa (APR) e a Área *Contígua* à Proteção Rigorosa (ACPR) que, somadas, configuravam a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) de Salvador.

Um ano depois, na sequência imediata daquilo que o município havia realizado, o IPHAN realizou o tombamento da maior parte desta Área de Proteção Rigorosa (APR). Neste momento, ano de 1984, a concepção de Centro Histórico, que era representada por pequenos conjuntos arquitetônicos espalhados desde 1959, passou a ser diretamente vinculada a esta APR: uma delimitação espacial mais ampla, integrada e bem definida. Esse movimento de ampliação de escala esteve vinculado à entrada no referido arranjo normativo de uma outra entidade vinculada à proteção patrimonial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Isso se deu porque, no momento de instituição desses mecanismos legais do Município e do IPHAN, a busca desses agentes públicos era construir um quadro normativo oficial para adequar o Centro de Salvador aos parâmetros da UNESCO. A apreciação desta Organização internacional para o

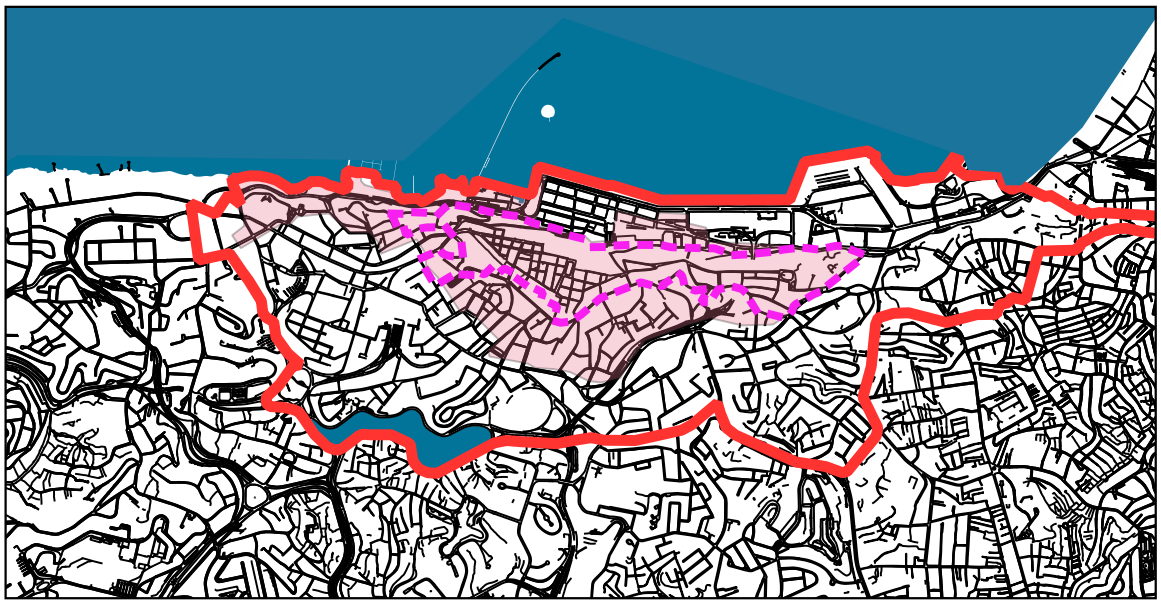
processo de tombamento do Centro como Patrimônio da Humanidade, objetivo maior desta empreitada legal, só aconteceria mediante à delimitação da área de preservação deste Centro Histórico (APR) e, necessariamente, da sua área de entorno, a já referida ACPR (SPHAN, 1983). O Mapa 1, disponibilizado na página seguinte, nos permite visualizar melhor as referidas poligonais e delimitações.

A partir dessas novas nomeações e delimitações, é importante perceber que a própria noção de Centro Histórico não é, desde o início, automaticamente vinculada a uma determinada área da cidade de Salvador. Fica evidente que esta nomeação é uma etapa fundamental do desenvolvimento de um arranjo normativo e institucional que vai sendo desenhado para o Centro. Nesse senti do, a vinculação do termo Centro Histórico de Salvador a uma delimitação espacial bem definida, realizada no biênio 1983-84, é posterior a esta mesma nomeação (inaugurada em 1959), tomando forma em um momento de internacionalização das escalas de proteção patrimonial.

Um outro aspecto notável desse período é o fato de que a UNESCO não se limitou apenas à apreciação de propostas esporádicas que os governos locais direcionavam à seu mecanismo de funcionamento interno. A partir do tombamento como Patrimônio da Humanidade, a entidade internacional começou a desempenhar um papel na delimitação da política urbana e patrimonial de Salvador e, nesse sentido, passou a receitar diretamente aos governos locais as medidas necessárias para a conversão do patrimônio em negócios. Juntamente com o município de Salvador e o estado da Bahia, a UNESCO criou um desenho institucional que começou a atuar independentemente das diretrizes federais do IPHAN, fazendo com que estados e municípios (de outros países, inclusive) competissem pelo acesso às consultorias técnicas e aos capitais disponíveis (SANT'ANNA, 2017).

MAPA 1

Poligonais e Delimitações do Centro de Salvador



0 0.5 1 km

N

Legenda:

- Área de Proteção Rigorosa (APR) - Lei 3.289/1983
- Área de Tombamento do IPHAN (1984)/ UNESCO (1985) Centro Histórico de Salvador
- Área Contígua a Área de Proteção Rigorosa (ACPR) - Lei 3.289/1983 - Centro Antigo de Salvador
- Ruas e Avenidas principais

Fonte: Elaboração do autor por meio do *software* livre Quantum GIS (Versão 3.4 Madeira) utilizando como *basemap* o mapa intitulado "Plano de Bairro 2 de Julho" elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum e financiado pela Proext-UFBA.

Disponível em: http://planodebairro2dejulho.blogspot.com. Último acesso em outubro de 2019.

Essa aproximação esboça a subordinação da política urbana local aos critérios de um organismo multilateral como um elemento chave para que os fluxos de capital ancorados na revitalização da cidade pudessem circular de maneira expandida. Inclusive, não é nenhum acidente que a subordinação aos parâmetros da UNESCO tenha se conformado no início da década de 1980. Nessa década, a crise da dívida na economia nacional esgotou a lógica de produção urbana realizada pelos financiamentos do BNH e abriu caminho para uma agenda de ajustes estruturais se materializar na cidades brasileiras. No mesmo diapasão, a adoção de uma política urbana orientada pelas diretrizes de organismos internacionais foi um dos pilares que passaram a estruturar este momento. Exatamente porque, junto às diretrizes urbanas, caminharam (em nome da "eficiência" e das "boas práticas de governança") um conjunto de financiamentos internacionais e um padrão de uso dos fundos públicos que vinculavam de maneira ainda mais direta a política urbana aos mecanismos empresariais de gestão das cidades e, consequentemente, à acumulação de capital. Em resumo, um conjunto de medidas que redefiniram o papel estado e o lugar da produção urbana no arranjo das forças produtivas. Aspectos que foram sendo introduzido pelas elites e governos locais como a "grande saída econômica" do período. A adoção daquilo que Pedro Arantes (2006) cunhou como a agenda de "ajuste urbano".

Se essa agenda de ajuste urbano e a consequente estruturação da revitalização urbana tiveram, no Centro de Salvador, seus contornos iniciais esboçados em 1983, elas tomaram corpo definitivo somente a partir de 1992. Neste ano, o Governo do Estado da Bahia, sob o comando de ACM, do Partido da Frente Liberal (PFL), lançou o já citado Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS) e passou a implementar um conjunto de medidas fundamentais para que a dinâmica de revitalização se consolidasse. Entretanto, como pontuamos no capítulo anterior, o PRCHS não teria sido o primeiro plano ou programa de governo destinado a esta implementação, pelo contrário. O primeiro plano de governo que propunha investimentos de revitalização do Centro, lembremos, foi lançado ainda em 1969. Além dele, entre o início da década de 1970 e o fim da década de 1980 foram lançados

outros vinte planos e programas.[27] O que diferenciou o PRCHS é o fato de que foi após o seu início que a revitalização urbana foi estruturada como uma dinâmica urbana propriamente dita, capaz de expandir as bases de acumulação de capital dos circuitos econômicos que ela envolvia. Isso porque o Governo do Estado foi capaz, através do PRCHS, de implementar três medidas fundamentais na sua política urbana. Foram elas: 1) a execução de uma política fundiária que centralizou a propriedade dos imóveis do Centro nas mãos do estado[28]; 2) o aumento massivo no volume de investimentos destinados à infraestrutura urbana do Centro da cidade (incialmente estatais e, depois, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID); e, finalmente, 3) a efetivação deste mesmo estado como grande agente responsável pelo conjunto de desapropriações e expulsões que abriram as fronteiras para as diretrizes da UNESCO tomarem forma. Em conjunto, essas medidas estabeleceram as condições econômicas, políticas e técnicas iniciais para que este modo de produzir a cidade tomasse uma primeira forma definida e encampasse seus respectivos negócios.

Em termos comparativos, até o seu lançamento, o Governo do Estado através do PRCHS contou com o mais abrangente conjunto de intervenções urbanas em áreas preservadas de todo o Brasil, somando também a maior quantidade de recursos públicos já vista no país empregados para esta

[27] Como nos informam GOMES e FERNANDES (1995), foram lançados vinte planos e programas de revitalização em um período de vinte anos. Dentre esta vasta relação, podemos citar: o Plano Geral de Recuperação do Centro Histórico de Salvador de 1969 (idem); o Projeto Pelourinho e o Plano de Desenvolvimento do Maciel, ambos da década de 1970 (SOUZA e VIEIRA, 2010); o Plano Diretor do Pelourinho de 1977 (idem); a Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador de 1978 (idem); o Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos de 1986 (idem); o Projeto Quarteirões da Humanidade e o Programa Especial de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos na década de 1980 (idem). Além desses, também aparecem planos e programas de revitalização voltados apenas para uma parte do Centro, especialmente para a área do bairro do Comércio. Sobre esses últimos, sabe-se do Projeto Comércio de 1987 (SANTOS, 2007); do Programa de Revitalização do Centro Comercial e Financeiro da Cidade Baixa de 1992 (idem); do Programa de Valorização do Comércio/Pilar de 1994 (idem); do Projeto de Requalificação Urbana do Pilar de 2003 (idem); e, finalmente, do Plano Urbanístico do Comércio de 2004 (idem).

[28] Os imóveis desapropriados no âmbito do PRCHS pelo Governo do Estado, na sua ampla maioria, foram destinados a integrar os bens do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Esta, por sua vez, uma autarquia vinculada à SecultBA que passou a desempenhar um papel significativo na gestão das propriedades imobiliárias públicas do Centro de Salvador. Veremos o papel do IPAC nesse âmbito especialmente ao longo do capítulo 3, quando tratarmos das ocupações do MSTB.

finalidade (SANT'ANNA, 2003). Nesse sentido, para a referida autora (SANT'ANNA, 2003, p.45) o PRCHS "inaugura, nos anos 90, uma espécie de redescoberta do patrimônio urbano como tema de valorização, requalificação, renovação e reestruturação de áreas centrais em várias cidades do pais".

Analisando o PRCHS mais de perto, vemos que, para ser implantado, ele foi dividido em sete etapas sequenciadas, cada uma delas incidindo sobre um determinado perímetro deste Centro Histórico. Além da divisão espacial, as etapas do PRCHS corresponderam também a momentos de execução das intervenções urbanísticas diferentes, sendo da primeira etapa até a quarta executadas entre 1992 e 1995, a quinta e a sexta etapas realizadas entre 1996 e 1999 e, finalmente, a sétima etapa iniciada em 2000 e interrompida pelo mecanismo judicial do TAC, em 2005 (REBOUÇAS, 2012). Sobre a dinâmica de financiamento das suas obras de revitalização, os recursos da primeira até a sexta etapa tinham origem no orçamento do Governo do Estado. Até este momento, também predominou o modelo de intervenção que removia a população pobre habitante do Centro para dar lugar a *boutiques,* museus, lojas de *souvernirs,* restaurantes e, também, sedes do aparelho estatal.

No ano 2000, entretanto, quando a sexta etapa foi concluída e deu-se início ao planejamento da sétima etapa, duas questões que foram sendo gestadas durante a implantação inicial do PRCHS apareceram de modo mais evidente, reconfigurando o funcionamento inicial do PRCHS e, consequentemente, da dinâmica de revitalização urbana que havia sido organizada inicialmente. A primeira delas se referia ao processo de resistência das pessoas que foram sendo expulsas dos seus locais de moradia, bem como suas estratégias de permanência, e a segunda se referia a um suposto "balanço negativo" das etapas anteriores do PRCHS. Em relação às formas e iniciativas de resistência, em 2001, um grupo de pessoas que estavam sendo expulsas, os quarenta e quatro moradores do Prédio dos Alfaiates, [29] conseguiram reverter o decreto de desapropriação que os afetava. Este decreto tinha sido emitido pelo Governo do Estado no ano de 1999 como parte da integrante sexta etapa do PRCHS. Por intermédio do Ministério Público, os

[29] Chama-se Prédio dos Alfaiates por conta da expressiva quantidade de alfaiates que moravam neste referido edifício.

moradores pressionaram o Governo do Estado para assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), reconhecendo as dimensões de abuso de poder do executivo estadual contidas no decreto, determinando a sua suspensão e, finalmente, o cumprimento direito à permanência dessas pessoas no prédio em disputa.

No ano de 2002, em decorrência dos projetos previstos para a sétima etapa, um outro decreto de desapropriação foi lançado indicando um conjunto de remoções em uma área onde moravam 698 pessoas. Algumas delas eram pessoas que já tinham sido expulsas nas fases anteriores do PRCHS e que, após serem removidas forçadamente, tinham passado a ocupar os imóveis que ainda estavam fora das áreas de incidência do PRCHS. Além disso, compunham este contingente de pessoas um grupo de mulheres que vinham se organizando desde o momento das expulsões realizadas nas primeiras etapas. Sob evidente influência do ocorrido no Prédio dos Alfaiates, parte dessas mulheres se organizaram e protagonizaram a fundação de uma associação, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH). A AMACH, por sua vez, também construiu uma estratégia de questionamento jurídico do decreto de desapropriação e impetrou, também por intermédio do Ministério Público, uma Ação Civil Pública contra o Governo do Estado e sua respectiva Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER). Como resultado desta Ação Civil, o decreto foi suspenso e a AMACH e o Governo do Estado estabeleceram um processo de negociação que culminou, em 2005, na assinatura de um segundo TAC. Este, por sua vez, previa a permanência de 103 famílias na área da sétima etapa, determinando que o Governo do Estado elaborasse um programa de construção de unidades de habitação de interesse social que contemplasse os moradores nos seus espaços de moradia originais. Este programa veio a ser o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS).

As conquistas desses grupos produziram uma significativa alteração na correlação de forças que legitimava as ações do PRCHS. Neste momento, as críticas à implementação do PRCHS, sobretudo na imprensa, passaram a ocupar um maior espaço e reverberaram ainda mais outras análises negativas que vinham se acumulando sobre o PRCHS. Essas avaliações negativas decorreram, principalmente, do fato de que 34,6% das unidades imobiliárias

revitalizadas pelo PRCHS entre 1992 e 2000 não estavam sendo utilizadas (MOURAD, 2011). Ou seja, além da ação popular, também incidia sob o PRCHS um balanço das etapas anteriores que diagnosticavam um desempenho supostamente insatisfatório das ações de revitalização realizadas até então. Lado a lado com a ação dos grupos que iam sendo expulsos, essas avaliações negativas conformaram um leque de questões relativas ao PRCHS que conduziram uma alteração no seu modo de realização da revitalização urbana.

Dizemos um leque de questões porque elas suscitam diferentes avaliações negativas. Variam desde críticas às intenções nucleares que motivavam o plano, ao julgarem a sua atuação orientada por violentos interesses econômicos privados (REBOUÇAS, 2012), até críticas cujo objetivo era "aperfeiçoar o modelo", uma vez que incidiam no modelo "shopping" à céu aberto que estava sendo implementado nas primeiras etapas do referido Programa (ZANCHETI e GABRIEL, 2010). Um mecanismo que, de acordo com a crítica, não atingia a "sustentabilidade física-espacial, social e econômica" (ZANCHETI e GABRIEL, 2010, p.1) que se propunha ao longo de sua execução. Como fruto deste processo, formou-se aquilo que Fernandes[30] (2006 apud REBOUÇAS, 2012) chamou de uma "complexificação do quadro institucional, financeiro e social" do PRCHS.

Podemos perceber melhor esta alteração através das decorrências da quarta edição do Seminário Internacional para a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe (SIRCHAL) em Salvador. Promovido pelo BID, pela UNESCO, por agentes do governo francês e pela *Union Internatonale des Architectes* (UIA), este seminário se dedicou a articular uma rede de autoridades políticas e técnicas dos países da América Latina e do Caribe, sob a tutela de uma metodologia dita participativa, objetivando a disseminação e troca de experiências que concerniam a revitalização dos centros históricos das suas respectivas cidades.

Na edição a que nos referimos, realizada em Salvador, o conjunto de agentes nacionais e internacionais presentes (BID, CONDER, IPHAN, etc.)

[30] FERNANDES, A. **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?** Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil), Ana Fernandes (coord), PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBa, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2006.

diagnosticaram o esgotamento do modelo de revitalização desenvolvido pelo PRCHS até aquele momento (ano 2000, transição da sexta para a sétima etapa). Desta forma, esses agentes produziram um conjunto de sugestões para o âmbito do PRCHS no sentido de promoção da sua "maior sustentabilidade". Uma dessas sugestões foi a introdução da função habitacional no desenho urbanístico do PRCHS. Uma outra delas se deu sob o modelo de financiamento do Programa. A partir da sétima etapa, o BID assumiu o lugar do Governo do Estado da Bahia e passou a ser a agência de financiamento do PRCHS.[31] Além disso, o BID passou a condicionar a emissão do dinheiro à adoção da função habitacional no Programa. Foi um momento, portanto, em que foram impostas à dinâmica de revitalização implantada através do PRCHS um conjunto de transformações operativas que alteraram e "complexificaram" o seu funcionamento. Nesse sentido, a sétima etapa teria se consolidado incorporando esta complexificação. Olhando em perspectiva, vemos que ela sintetiza uma primeira inflexão na dinâmica de revitalização que o Governo do Estado da Bahia buscou estruturar. Após os primeiros nove anos de execução do PRCHS, a adoção do financiamento internacional e dos ajustes nas diretrizes urbanísticas se conformaram como repercussões de um acúmulo de expertise técnica e da disseminação de "boas práticas" de revitalização, que eram promovidas por esta rede internacional de instituições (protagonizada pela UNESCO) articuladas em torno da revitalização. A introdução delas na sétima etapa do PRCHS significaram, portanto, um momento de reconfiguração e ajuste da dinâmica de revitalização em Salvador, após um primeiro período de consolidação. Contudo, se a sétima etapa marcou um momento de mudança no âmbito do PRCHS, ela também foi o último momento em que este Programa vigorou.

Seis anos após o início da sétima etapa, o PRCHS encontrou o seu fim, em decorrência da eleição de 2006, quando o Partido da Frente Liberal (PFL) de ACM perdeu o pleito estadual para o Partido dos Trabalhadores (PT), que elegia

[31] A rigor, a introdução do BID como agente financiador das ações da sétima etapa decorrem da vinculação do PRCHS ao Programa Monumenta. Este, por sua vez, um Programa de escala federal, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) que, por sua vez, vinha sendo negociado com o BID desde 1995. Nesse sentido, a vinculação da sétima etapa do PRCHS ao Programa Monumenta e, consequentemente, ao BID, decorreram das propostas apresentadas pelo Governo do Estado da Bahia ao MinC com sua posterior aprovação (REBOUÇAS, 2012).

Jaques Wagner como governador. Até 2006, entretanto, os compromissos assumidos pelo Governo do Estado através do PRCHS durante os seus quinze anos de implementação, incluindo os dois TACs assinados, não foram executados de modo conclusivo. O PRCHS, na verdade, deixou uma série de pendências que sobrevivem até os dias de hoje, momento em que elas permanecem ameaçando os habitantes da área da sétima etapa, sem que seus projetos, compromissos e acordos possam ser concluídas de modo evidente.

Além disso, as pendências do PRCHS foram incorporadas à agenda de planejamento urbano do governo petista. Exatamente porque, quando a gestão representada por Jaques Wagner assumiu o poder, um novo plano foi lançado sob a justificativa de "corrigir a distorção" provocada pelo PRCHS. Este novo plano veio a ser o Plano de Reabilitação Participativa do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS).

Nas palavras do Governador petista:

> "A revitalização restrita ao Pelourinho, ocorrida na década de 90, fez da região um dos maiores destinos turísticos do país, graças à riqueza do seu patrimônio artístico e cultural. Tal intervenção, no entanto, não contemplou a sustentabilidade econômica, social, urbanística e ambiental desse importante sítio. O Plano de Reabilitação Participativa do Centro Antigo de Salvador, ora lançado, pretende corrigir essa distorção e devolver à cidade o seu berço, sendo um marco dos *novos tempos* em que vive a Bahia"
>
> (BAHIA, 2010a, p.6, grifo nosso)

O PRCHS do carlismo,[32] então, aparece no PRP-CAS petista em negativo, conformando um dos aspectos retóricos importantes na conjuntura de lançamento deste Plano mais recente. Isto porque o texto que legitimou o PRP-CAS reforçava a sua dimensão participativa e tinha por objetivo ser orientado

[32] O carlismo é compreendido aqui como o fenômeno político de cunho conservador e autoritário, centrado na figura de Antônio Carlos Magalhães (ACM), que arregimentou um conjunto de governadores do Estado da Bahia, prefeitos e uma série de dirigentes partidários até 2007, notadamente ligados ao então Partido da Frente Liberal (PFL, atual Partido Democratas) e ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É um termo popularmente utilizado para identificar os governos que estiveram sob influência direta de ACM, figura política que alcançou espaços de poder significativos na Bahia e no Brasil, sobretudo a partir da ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964.

pela função social da terra urbana; um aspecto entendido como o avesso do PRCHS.

Essa mudança na tônica de realização do PRP-CAS fica especialmente evidente através de dois principais motivos. Em primeiro lugar, pela adoção do princípio de "participação" no nome deste Plano, [33] que foi traduzida materialmente pela realização daquilo que o Governo do Estado, através do Plano, nomeou como uma etapa de "consulta às entidades locais" (BAHIA, 2014, p. 33) – uma etapa prévia de lançamento do PRP-CAS. De acordo com o texto do Plano, essa consulta consistiu na realização de quatro eventos chamados de "Câmaras Temáticas" que, sob a tutela do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS), a instância do Governo do Estado vinculada a CONDER que foi responsável pela elaboração do Plano, reuniram "cerca de 600 pessoas, representantes da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada" (BAHIA, 2014). Realizadas entre julho de 2008 e dezembro de 2009, as "Câmaras Temáticas" influenciaram o PRP-CAS "na avaliação dos diagnósticos, na análise das proposições apresentadas pelos consultores contratados pela UNESCO, e na análise das ações desenvolvidas pelo ERCAS".

Aqui nos parece importante salientar que essas três atribuições das Câmaras temáticas são competências analíticas. Além disso, traduzem o seguinte caminho das proposições urbanísticas: inicialmente elas foram produzidas pelos tais consultores da UNESCO, em seguida, passaram pela apreciação das 600 pessoas que constituíram as "Câmaras Temáticas" (ganhando o *status* de participativa) e, finalmente, foram incorporadas no texto do plano. É significativo perceber, também, que esta forma de constituir a noção de "participação", como também nos mostra o texto do Plano, deriva da adoção da metodologia participativa desenvolvida no âmbito do SIRCHAL, o referido Seminário realizado pelo BID e pela UNESCO que influenciou a realização da sétima etapa do PRCHS e "complexificou" seu modelo de funcionamento.

[33] De acordo com o documento institucional que constitui o PRP-CAS (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010a, p. 33), a sua caracterização como um plano participativo deriva da adoção da metodologia de participação desenvolvida no âmbito do SIRCHAL, o referido Seminário realizado pelo BID e pela UNESCO que também influenciou a realização da sétima etapa do PRCHS.

De volta ao nosso argumento anterior, em segundo lugar, a mudança na tônica de realização do PRP-CAS adotada pelo governo petista fica evidente também por conta da nomeação do Centro que é inaugurada no âmbito deste Plano: A justificativa adotada pelos agentes do Estado para nomear o Centro como Centro Antigo, ao invés de Centro Histórico, decorre de uma ampliação da área de incidência geográfica deste novo Plano. Se o perímetro de intervenção do PRCHS era aquele tombado pela UNESCO, o PRP-CAS passou a adotar o conjunto das áreas delimitadas pela Lei 3.289 de 1983 como área de incidência, ou seja, o todo da Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).

Lembremos com o Mapa 1 que esta APCP é fruto da área conhecida como Centro Histórico somada ao seu entorno. Este entorno, entretanto, tinha sido delimitado em 1983 apenas a reboque daquilo que seria tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, como um requisito para a obtenção deste título.[34]

Foi o PRP-CAS, então, que inaugurou a utilização dessa área de APCP como área de abrangência e incidência de um plano de governo. E fez isso construindo uma argumento de mudança, justificando que este novo Plano, diferente do PRCHS anterior, estaria preocupado com o Centro *de modo integrado*, incluindo a área do seu entorno. Para os produtores do PRP-CAS, isso significava a negação de uma ação meramente localizada em construções de destaque, que não pudesse atingir a coesão do tecido urbano (BAHIA, 2010a). Desta forma, a área definida como APCP, em 1983, passou a ser nomeada como Centro Antigo em 2010, ano de lançamento do PRP-CAS.

O que aparece como divergência, entretanto, a análise acurada da revitalização do Centro de Salvador como dinâmica urbana permite ler como continuidade. Isso porque, a partir dos projetos que foram implantados entre 2010 e 2020, fica evidente que o PRP-CAS funcionou muito mais como um dispositivo de avanço das fronteiras da revitalização, do que uma alteração no

[34] Nas palavras do Secretário de Cultura, do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), que protagonizou a submissão ao processo de tombamento do Centro de Salvador como Patrimônio da Humanidade: "Essa legislação [de delimitação da APCP] a UNESCO considera indispensável, condição essencial para o processo [de inclusão na lista de patrimônio] ser examinado. (...) a *preservação do entorno não significa tombamento*. Existe uma zona tombada, que é o Centro Histórico. A *moldura* desse sítio [a APCP] é que precisa ser protegida por uma lei de preservação" (SPHAN, 1983, p.13, grifos nossos).

seu funcionamento em direção à justiça social. Na verdade, o PRP-CAS se apoiou no desenvolvimento da dinâmica de revitalização urbana, inaugurada no momento do PRCHS, e aprofundou, pois agregou novas estruturas ao modelo de desenvolvimento do Centro de Salvador centrado no patrimônio histórico e arquitetônico. Além disso, o PRP-CAS contou com a permanência da UNESCO como definidora das suas diretrizes urbanísticas e como agência definidora das formas de financiamento deste novo Plano.

Desta maneira, a continuidade do PRCHS na agenda do PRP-CAS reside no fato do primeiro plano ter sido referido no texto do segundo como contraposição, mas, na verdade, representar a inauguração das bases econômicas, políticas e técnicas, para que o plano petista se desenvolvesse. Para entender isso melhor, ainda é necessário pontuar os últimos detalhes desta gênese dos planos e programas e avançar nas configurações do contexto recente.

O PRP-CAS teve origem no Programa Nacional de Recuperação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC). Este Programa era vinculado ao Ministério das Cidades e, a partir de 2003, traçava uma linha de atuação nacional em áreas urbanas centrais com vistas ao combate dos seus vazios especulativos. Um processo que se vinculava ao enfrentamento do déficit habitacional e ao cumprimento da função social da propriedade (MOURAD, 2011). O PRP-CAS era a versão baiana deste Programa Nacional, tendo sido produzido entre 2007 e 2010, no contexto de mudança na gestão do Governo do Estado da Bahia, quando o PFL deu lugar ao PT.

O PRP-CAS, que originava das formulações da agenda do Ministério das Cidades, passou a associar essa alteração dos grupos políticos no Governo do Estado à mudança da qualidade da política para o Centro. Por isso, o governo petista dizia adotar como seus eixos estruturantes a participação social, a inclusão da função habitacional nas suas ações, e, finalmente, o combate à subutilização de imóveis fruto de uma ação meramente localizada (BAHIA, 2010a). Nesse sentido, afirmava-se construtor de uma ação integrada, não apenas para o CHS, mas para o todo do CAS.

Lançado em 2010, o PRP-CAS teve uma versão atualizada no ano de 2014 e vem influenciando a política do Governo do Estado até os dias atuais,

quando ainda demonstra estar minimamente ativo. Ao longo do seu desenvolvimento, o referido Plano foi implementado através de um acordo de cooperação técnica com a UNESCO. A partir desse acordo, o PRP-CAS organizou o seu *modus operandi* através de dois eixos: a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) para os imóveis vazios no Centro e uma "estrutura de governança" específica, conformada pela Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS) (BAHIA, 2014). O FII seria o instrumento que colocaria o conjunto dos 1.400 imóveis subutilizados no CAS à disposição do mercado imobiliário, objetivando a construção de uma forma de captação de recursos privados que ampliasse os investimentos na área. A DIRCAS, por sua vez, seria a instância do Governo do Estado que disporia de "orçamento, autonomia, patrimônio e recursos humanos" próprios para operar a gestão do CAS e deste FII (BAHIA, 2014).

Mesmo tendo realizado alguns dos projetos previstos, os eixos estruturantes do PRP-CAS não progrediram conforme o planejado. O FII, por exemplo, foi um instrumento que incialmente contou com amplos esforços para ser executado. Sua delimitação tinha sido realizada por meio de uma série de Termos de Referência através dos quais o Governo do Estado contratou profissionais especializados para atuarem na definição do seu escopo, nos seus tipos de intervenção e na delimitação da sua viabilidade financeira. Do conjunto dos 1.400 imóveis citados, foi determinado que o FII incidiria em 994 unidades, das quais 383 constituiriam a fase inicial de alavancagem de funcionamento do Fundo (BAHIA, 2020, pp. 46-53). De acordo o Governo do Estado, esta forma de incidência atenderia três das catorze proposições síntese do PRP-CAS (as propostas identificadas como 03, 04 e 14 – BAHIA, 2010a).

As áreas selecionadas (BAHIA, 2020, p. 57), onde estariam localizados os referidos 383 imóveis, também foram delimitadas e estão discriminadas na Tabela 1, disposta a seguir:

Tabela 1: Localização dos imóveis e áreas a serem utilizadas pelo FII

Nº	Localização Aproximada	Área (m²)
1	Avenida Contorno/Rua Visconde de Mauá - Em frente à Bahia Marina	7.276,34
2	Avenida Contorno/Rua Visconde de Mauá - Em frente ao Restaurante Amado	8.421,50
3 e 4	Rua Manoel Vitorino - Lado esquerdo da Igreja da Conceição da Praia	9.583,75
5	Ladeira da Conceição da Praia	2.287
6	Igreja da Conceição até o Elevador Lacerda	7.963
7	Praça Cairu, Rua do Corpo Santo e Ladeira da Montanha	18.765,21
8	Ladeira da Misericórdia	1.748,26
total		56.045,06

Fonte: Elaboração do autor a partir de BAHIA (2020, pp. 141-159).

A definição dessas áreas decorreu da realização de projetos de arquitetura que delimitavam as tipologias de uso e os prognósticos relativos aos preços de venda dos 383 imóveis. As áreas 1 e 2 foram estipuladas como lugares de construção de 96 unidades residenciais de alto padrão; as áreas 3, 4 e 5, por sua vez, estavam destinadas a integrar os projetos de um estacionamento e de 371 unidades imobiliárias vinculadas à serviços diversos (uma parte constituindo um shopping e a outra um conjunto independente de salas comerciais); e, finalmente, as áreas 6 e 7 seriam destinadas unicamente para lojas e salas comerciais no formato de uma galeria de serviços, sem a definição do número de unidades a serem construídas (BAHIA, 2020, pp. 141-178).

O Valor Geral de Vendas (VGV) calculado para a totalidade desses empreendimentos (BAHIA, 2020) seria de R$383.583.554,00, dos quais R$45.547.500,00 (11,9%) corresponderiam aos custos de desapropriação e R$98.051.564,00 (25,6%) constituiria o lucro líquido para os investidores do Fundo.[35] Sobre a dinâmica de execução dos referidos empreendimentos, o projeto encomendado pelo Governo do Estado recomendava a intervenção

[35] Diante da evidente destinação do FII ao lucro imobiliário para seus investidores, nos parece emblemático notar que a justificativa adotada nos Termos de Referência publicados pelo Governo do Estado baseava a seleção dos imóveis no Centro de Salvador "visando o cumprimento da função social da propriedade, conforme definido na Constituição Federal, no Estatuto da cidade e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador" (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020, p. 62).

distribuída em fases. A sugestão era contar com um período de intervalo de 12 meses entre cada uma delas para que seus efeitos no mercado imobiliário fosse garantidos.

É evidente que a determinação desses valores e seus desenhos arquitetônicos estiveram acompanhadas de uma modelagem econômica do Fundo de Investimento propriamente dito. Através do documento denominado como "Estudo de viabilidade para a estruturação de operação imobiliária no Centro Antigo de Salvador" produzido pela consultoria técnica contratada por meio de um dos Termos de Referência, a estruturação do FII estava centrada no Governo do Estado como acionista majoritário e demais cotas acionárias destinadas à iniciativa privada. O mecanismo de funcionamento do Fundo era sintetizado por quatro etapas (BAHIA, 2020): 1º) O poder público promove as desapropriações dos imóveis do Centro; 2º) como consequência, promove regularização fundiária das áreas envolvidas; 3º) torna-se detentor da área com valor significativo para a região; 4º) promove desenvolvimento de forma estratégica a partir dos projetos já delimitados. A forma do FII auferir o lucro imobiliário, então, estava vinculada a duas formas de tratamento dos referidos empreendimentos. Seja por meio da venda das suas unidades após as ações de incorporação imobiliária, ou seja também pela permanência dos produtos imobiliários sob a propriedade do acionistas do Fundo, objetivando o lucro por meio de geração contínua de renda imobiliária.

Para a gestão do FII, o Governo do Estado planejava a contratação da Caixa Econômica Federal como sua agência administradora. Na Nota Técnica Nº18/2015, a CONDER menciona esta possibilidade por conta da referida entidade ter participado de um "grande projeto urbano e cultural, o 'Porto Maravilha' da cidade do Rio de Janeiro, levando-a à uma notória especialização de conhecimento" no que concerniam este tipo de atividade administrativa (BAHIA, 2020, p.136)

Durante o momento de definição das formas de funcionamento do FII, a DIRCAS ainda submeteu um conjunto de dúvidas à Procuradoria Geral do Estado (PGE) naquilo que concernia a legalidade dos seus mecanismos de operação. A análise que a Diretoria solicitou questionava sobre a possibilidade de inserir os imóveis que já eram de propriedade do próprio Governo do Estado

(imóveis pertencentes à CONDER e ao IPAC) na carteira do FII. Além disso, também questionava se era possível realizar a desapropriação dos 383 imóveis por meio de recursos privados que viessem integrar o FII.

A PGE, por sua vez, respondeu à DIRCAS através do Processo NºPGE2014186399-0 (BAHIA, 2020, pp.200-212) confirmando a possibilidade e atestando a legalidade desses dois questionamentos. A Procuradoria, que considerava a preservação do patrimônio histórico e a finalidade pública dos imóveis como os nexos causais do instrumento financeiro do FII, baseava seu argumento no fato de que o aporte de propriedades públicas na carteira do Fundo "também ter[ia] por escopo a implantação de projetos residenciais para as classes média e baixa" (BAHIA, 2020, p.208).[36] Nesse sentido, considerava plausível a incorporação do patrimônio público no próprio Fundo, visto que esta ação significava "manter substância da função pública desses imóveis" (BAHIA, 2020, p.208), No que se refere à possibilidade de custear a desapropriação de imóveis por meio de recursos privados, a PGE também atestou positivamente sob o argumento de que, sendo o Governo do Estado o cotista principal do FII, os recursos privados "passam a ter natureza pública" (BAHIA, 2020, p.210), cabendo a utilização deles na realização das desapropriações. Por fim, a PGE ainda sugeriu ao ente estadual a normatização dessas determinações ao nível legislativo, para que as regras de funcionamento do FII se "imuniz[assem] a flutuações políticas" (BAHIA, 2020).

Mesmo depois de passar por todas essas etapas, estudos e trâmites institucionais, a CONDER suspendeu a continuidade do FII do CAS em 2017. Um dos fatores centrais alegados pelo ente estadual (BAHIA, 2020, pp.301-307) é que houve uma dificuldade na identificação dos proprietários dos imóveis objetos de ação do FII nos cartórios imobiliários. A falta das informações precisas relativas à propriedade desses bens, além de conferir uma demora significativa aos processos de desapropriação, constituía uma insegurança jurídica que impedia a operação do Fundo nos termos levantados pelo seu planejamento. Esta mesma insegurança também era potencializada pela

[36] Apesar desta afirmação da PGE, os projetos elaborados pela DIRCAS que constituíam a primeira etapa de estruturação do FII não preveem habitacão para "as classes média e baixa". Como já salientamos, as unidades imobiliárias cujos desenhos arquitetônicos já estavam elaborados eram destinadas apenas à imóveis do chamado "alto padrão".

ausência de regras claras e públicas por parte do IPHAN naquilo que concernia o licenciamento dos imóveis localizados dentro da APCP do Centro Antigo (BAHIA, 2020)

De acordo com a CONDER (BAHIA, 2020), essas indefinições implicaram em um desinteresse substantivo por parte dos empreendedores imobiliários que poderiam participar do referido negócio. Além disso, era central o fato de que a conjuntura de crise no mercado imobiliário dificultava a vinculação desses investidores em empreendimentos que apresentavam os riscos mencionados, fato que, consequentemente, inviabilizava a entrada desses agentes na participação do Fundo.

Nesse sentido, após as tentativas malogradas de execução do FII, em dezembro de 2017, a sua gestão foi transferida para a Empresa Baiana de Ativos S.A (BahiaInveste). Esta, por sua vez, era uma empresa de economia mista que viria a gerir todo o patrimônio imobiliário do Governo do Estado da Bahia. O objetivo em transferir o FII do CAS para a referida empresa era sair de um planejamento que estivesse apenas focado no Centro e pudesse se vincular ao patrimônio imobiliário do Governo do Estado que incidisse em todo o território baiano. No momento presente, entretanto, este projeto tanto não apresenta nenhuma evidência de execução, quanto não consta mais no escopo da referida empresa (PROJETOS..., 2020).

A resolução final das ações planejadas no âmbito do FII corroboram com o destino da DIRCAS. Esta Diretoria teve seu quadro institucional abruptamente diminuído. Se antes ela aglutinava três superintendências do Governo na sua estrutura, em 2018, ela foi reduzida a uma dessas superintendências, a Superintendência do Centro Antigo de Salvador (SCAS). A SCAS atualmente se subordina à Diretoria de Habitação (DIHAB) da CONDER e conta com um orçamento limitado às intervenções de manutenção construtiva: reparação de fachadas, telhado e pavimento (SCAS, 2019). Uma parte ínfima do que se propunha inicialmente.

O conjunto das informações anteriores nos mostra que, após o período em que o PRP-CAS lançou suas bases de funcionamento, mas não continuou conforme o seu planejamento, houve uma mudança conjuntural que contribuiu para a sua transformação organizativa e redução orçamentária. Além das

dificuldades impostas pela conjuntura macroeconômica, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 deslocou as forças políticas que sustentavam as ações do Governo do Estado da Bahia no Centro de Salvador, impactando diretamente a execução de projetos de revitalização planejados pelo PRP-CAS. Além dos argumentos levantados pela CONDER, também percebemos isso através do contingenciamento de 61% do orçamento do IPHAN e por meio do consequente refluxo no PAC – Cidades Históricas (PAC-CH) que decorreram do golpe de 2016. O PAC–CH foi um programa operado pelo IPHAN que previa a execução de vinte e três projetos de intervenção urbana no Centro de Salvador, muitos dos quais integravam parte importante do escopo do PRP-CAS (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2017; REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL BRASIL, 2019).

A reconfiguração nas condições de ação do Governo do Estado agir no Centro alterou também a organização dos outros agentes envolvidos na dinâmica da revitalização. Isto porque a redução do papel do Governo da Bahia permitiu que a Prefeitura Municipal de Salvador assumisse um protagonismo maior no desenvolvimento de seus projetos urbanísticos, consolidando um conjunto de ações que já vinham sendo desenhadas desde quando o então prefeito ACM Neto assumiu a Prefeitura, em 2013. Após o golpe de 2016, sem a presença efetiva do Governo do Estado, a Prefeitura ampliou a contratação de crédito destinado aos projetos de revitalização e concentrou a expertise técnica que tinha sido desenvolvida no âmbito do PRP-CAS; um conjunto de condições que permitiram o ente municipal atingir um maior alcance nas suas ações planejadas no momento anterior ao golpe.

Essas ações anteriores representam os primeiros direcionamentos do governo de ACM Neto em direção à revitalização do Centro. Foram medidas que previam distintas modalidades de intervenção urbana e que tiveram ampla divulgação pela imprensa. Destacaremos aqui três delas, seguindo a ordem de suas publicações: 1) a regulamentação da Manifestação de Interesse Privado (MIP)[37] e o subsequente acatamento da MIP da Odebrecht, que, ainda em 2013,

[37] Instituída em 2013, a MIP é um instrumento jurídico estabelecido pela Lei Municipal 23.935 que permite que empresas privadas apresentem ao poder público municipal, por livre demanda, projetos de intervenção urbana. Também existente em outros municípios brasileiros, como em São Paulo, este instrumento jurídico tem sido considerado como um

desenhou um projeto de revitalização urbanística incorporado ao PDDU de 2016 sob a forma de uma Operação Urbana Consorciada;[38] 2) O lançamento do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI), em 2015, que estabeleceu abatimentos fiscais para projetos não-residenciais no Centro a serem implantados, reformados ou ampliados; 3) E, finalmente, o Programa Revitalizar, aprovado em 2017, que também estabeleceu reduções/isenções fiscais (IPTU, perdão de dívidas, ISS, etc) a imóveis a serem reformados, incluindo, desta vez, aqueles de função habitacional.

Nesse sentido, após um período em que essas propostas tinham sido lançadas mas não alcançavam grandes escalas em comparação com o ambicioso PRP-CAS do Governo do Estado (o projeto de OUC nem se realizou, por exemplo), a Prefeitura obteve o domínio sob as ações de revitalização do Centro. Nesse contexto, após o desmantelamento do PRP-CAS, o ente municipal lançou um programa próprio que passou a concentrar os esforços direcionados ao Centro numa escala, desta vez, bastante notória e significativa. Assim foi lançado o programa Salvador 360 que, a partir de 2017, integrou a agenda de governo da Prefeitura Municipal e, durante a execução da nossa pesquisa, foi o dispositivo de governo que produziu mudanças no Centro de Salvador de maneira mais evidente.

O programa Salvador 360 é um programa construído a partir de oito eixos de execução. São eles: Eixo 1 – Simplifica; Eixo 2 – Negócios; Eixo 3 – Investe; Eixo 4 - Centro Histórico; Eixo 5 - Cidade Inteligente; Eixo 6 - Cidade Sustentável; Eixo 7 - Cidade Criativa; e Eixo 8 - Inclusão Econômica. De acordo com a propaganda institucional, constitui-se como um programa de desenvolvimento econômico com foco em investimentos em infraestrutura, que também prevê ações de fomento a investimentos em empresas, geração de empregos e "fortalecimento da economia informal", prevendo um diálogo com a chamada Economia Cultural e Criativa e o desenvolvimento sustentável (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2017). Tem este nome, pois calcula a implementação de trezentas e sessenta ações que atendam à cidade na sua

paradigma na progressiva concessão da execução projetos urbanos de interesse público (e da própria produção da cidade) à iniciativa privada. Ver D'ALMEIDA (2019).

[38] Para mais informações sobre a existência das MIPs em Salvador e sobre a MIP da Odebrecht, ver REBOUÇAS e MOURAD (2019).

completude.

Para o Centro, dois desses oito eixos são mobilizados para dar conta dos seus projetos de revitalização urbana. O eixo 4 - Centro Histórico e o eixo 5 – Cidade Inteligente.[39] O eixo 4, como o seu nome indica, concentra o conjunto mais expressivo de intervenções urbanas e constitui-se como a principal entrada da Prefeitura no Centro da cidade, a partir da qual estão articuladas diferentes políticas públicas, que, por sua vez, captam recursos de uma variada fonte de financiamentos. Apenas para este eixo 4, o investimento calculado e propagandeado pela Prefeitura Municipal é de mais de trezentos milhões de reais.

É significativo notar que apesar de ser intitulado como Centro Histórico, a área de incidência dos projetos aos quais ele está vinculado corresponde à poligonal do Centro Antigo. Além disso, Centro Antigo também é a referência nominal que a Prefeitura Municipal expressa nos documentos que caracterizam as ações no âmbito do Eixo 4, a exemplo do vídeo institucional de propaganda da referida política. [40] Queremos dizer com isso que Centro Histórico é apenas o título do eixo de intervenção do Salvador 360 e não a exata referência espacial que está sendo utilizada no âmbito do Programa. Como já viemos notando, este é outro indicativo da significativa disputa pela nomenclatura presente na dinâmica de revitalização do Centro de Salvador.[41]

O eixo 5, por sua vez, está vinculado ao Centro da cidade apenas pela estruturação e implantação do Hub Salvador. Este, um empreendimento sob posse da Prefeitura, gerido por uma Parceria Público-Privada, que consiste num espaço de aluguel de escritórios para *startups* da dita ECC.

---

[39] Apesar desse termo se remeter às "Smart Cities" (MOROZOV e BRIA, 2020), o referido eixo do Programa Salvador 360 demonstrava estar mais vinculado à implantação de atividades econômicas associadas à ECC, do que aos dispositivos de controle tecnológico vinculados à gestão urbana que configurariam a suposta "cidade inteligente".

[40] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B6QlGvCSPXc. Último acesso, 04 de outubro de 2021.

[41] Neste caso, especificamente, associamos a insistência na noção de Centro Histórico pelos governos liderados por ACM Neto por conta da direta vinculação que a noção de CHS tem com a política implementada pelo seu avô, ACM, a figura política diretamente associada ao PRCHS, responsável pela ampla difusão e consolidação do termo. Neste sentido, é uma forma do Prefeito responsável pela elaboração do Salvador 360 buscar uma aproximação ao legado do carlismo, ainda que seu contexto de atuação se dê no momento em que as fronteiras do PRCHS estejam alargadas na forma do Centro Antigo.

O momento em que os projetos de revitalização do Salvador 360 assumem notoriedade no Centro, executando medidas anteriormente idealizadas pelo PRP-CAS, coincide com o período de realização do campo empírico desta pesquisa. A partir desta coincidência de tempos, inclusive, é que surgiram as questões sobre as quais esta gênese procurou se debruçar. Fazia-se necessário compreender como o arranjo institucional que conferia notoriedade aos projetos de executados através do Salvador 360 se relacionava com as iniciativas anteriores vinculadas à dinâmica de revitalização urbana.

Além das dimensões conjunturais que tentamos esboçar nos parágrafos anteriores, a análise do conteúdo desses projetos de revitalização evidencia que há uma linha de continuidade entre as ações planejadas pelo Salvador 360 e as ações dos planos e programas que vieram antes. Uma linha que nos permite compreender a revitalização urbana como dinâmica urbana propriamente dita e que esclarece o papel desta forma de produção da cidade no modelo de desenvolvimento econômico que está sendo implementado em Salvador.

Para detalhar esta linha de continuidade, buscaremos agora explorar outras entradas de pesquisa, através de evidências colhidas durante o campo empírico. Para isso, tentaremos compor um retrato do arranjo institucional e dos projetos de revitalização que estiveram em fase de execução entre 2019 e 2020, quando direcionamos o campo de pesquisa para esta identificação e percebemos o referido momento de transição da preponderância das ações do PRP-CAS para a preponderância das ações do Salvador 360.

Os recursos metodológicos utilizados variam entre a pesquisa documental e as estratégias de observação no próprio Centro de Salvador. Através deles, buscamos identificar os projetos de revitalização urbana e montar a rede de articulação do seu arranjo institucional. As estratégias de observação direta tiveram lugar entre janeiro e setembro do ano de 2019. A pesquisa documental, por sua vez, buscou acompanhar e complementar os primeiros indícios, se estendendo até o fim de 2020 e atualizando periodicamente as informações de cada projeto identificado.

Ao fim, esse percurso deverá ser complementado por um relato de campo de uma Audiência Pública realizada pelo MP-BA. Nesta audiência, falam os agentes do poder estatal que estão na operação dos referidos projetos de revitalização, centrais para o nosso arranjo institucional, e alguns dos grupos e coletivos que disputam o Centro de Salvador.

A partir desse relato e da participação desses agentes na audiência, é possível adensar a lista de projetos identificados inicialmente. Além disso, podemos pensar as contradições da sua implementação por meio de duas perspectivas entrecruzadas. A perspectiva das falas institucionais, que, além de informações objetivas sobre os projetos de revitalização, nos informam sobre o modo como esses projetos vão sendo articulados. E, do outro lado, a perspectiva que contesta a sua hegemonia. Produzida por algumas das lideranças dos referidos movimentos, as dissonâncias produzidas por elas colocam em cena elementos fundamentais para pensar a linha de continuidade da dinâmica da revitalização. Através deste conjunto de elementos, achamos possível destrinchar as questões da revitalização do Centro de Salvador nos dias atuais e, nesse sentido, articular os elementos que compõem os fenômenos descritos neste capítulo.

2.2 O arranjo institucional em evidência

Para dar corpo às primeiras observações, sistematizaremos o conjunto desses achados de pesquisa por meio de duas tabelas. A partir delas, relacionaremos e catalogaremos os projetos de revitalização urbana identificados ao longo do campo de pesquisa empírica. Na Tabela 2, veremos o conjunto de intervenções urbanas captadas pela observação direta, que estavam em execução entre janeiro e setembro de 2019, e, na Tabela 3, veremos esta relação expandida pela pesquisa documental, cuja última revisão foi feita em novembro de 2020.

A expansão de uma tabela para a outra se deu pelas redes dos planos e programas públicos apresentados, pelas falas realizadas pelos agentes públicos e privados e, finalmente, pelas publicações em diários oficiais e de noticiários que referendavam e complementavam estes anúncios. Evidências que também nos permitiram montar o Fluxograma 1, onde apresentamos o

encadeamento do arranjo institucional responsável por estes projetos. As categorias que ocupam o topo das colunas das tabelas e terminam por catalogar os projetos foram definidas ao longo do processo de pesquisa, quando percebemos suas capacidades de inscrever e qualificar cada um desses projetos na dinâmica de revitalização como um todo. Todos os projetos que, mesmo anunciados, não entraram em nenhuma fase de execução foram descartados destas listagens sistematizadas. Os quadrantes representados apenas com um hífen ("-") representam informações que não foram possíveis de localizar. No caso da coluna "Ano de início/término das obras", a utilização do asterisco (*) vale para os projetos que não foram concluídos até o último momento de revisão da tabela. Nesta coluna, o hífen também se repete para os "anos de início" que não foram possíveis ser encontrados.

Tabela 2: Projetos de revitalização urbana identificados por meio de observação direta entre janeiro e setembro de 2019

Id	Nome do projeto	Id	Nome do projeto
1	Requalificação dos Arcos da Ladeira da Conceição	9	Elevador do Taboão
2	Requalificação da Rua Chile	10	Requalificação da Praça Marechal Deodoro
3	Requalificação da Praça Cairu	11	Reconstrução do Mercado de São Miguel
4	Nova sede da Fundação Gregório de Mattos	12	Requalificação da Avenida Cônego Pereira
5	Casa do Carnaval	13	Requalificação da Avenida Sete
6	Museu da Música	14	Requalificação da Praça Terreiro de Jesus
7	Casa da História e Arquivo Público de Salvador	15	Requalificação da Praça Castro Alves
8	Requalificação das Muralhas do Frontspício	16	Requalificação da Avenida Miguel Calmon

Fonte: Elaboração do autor.

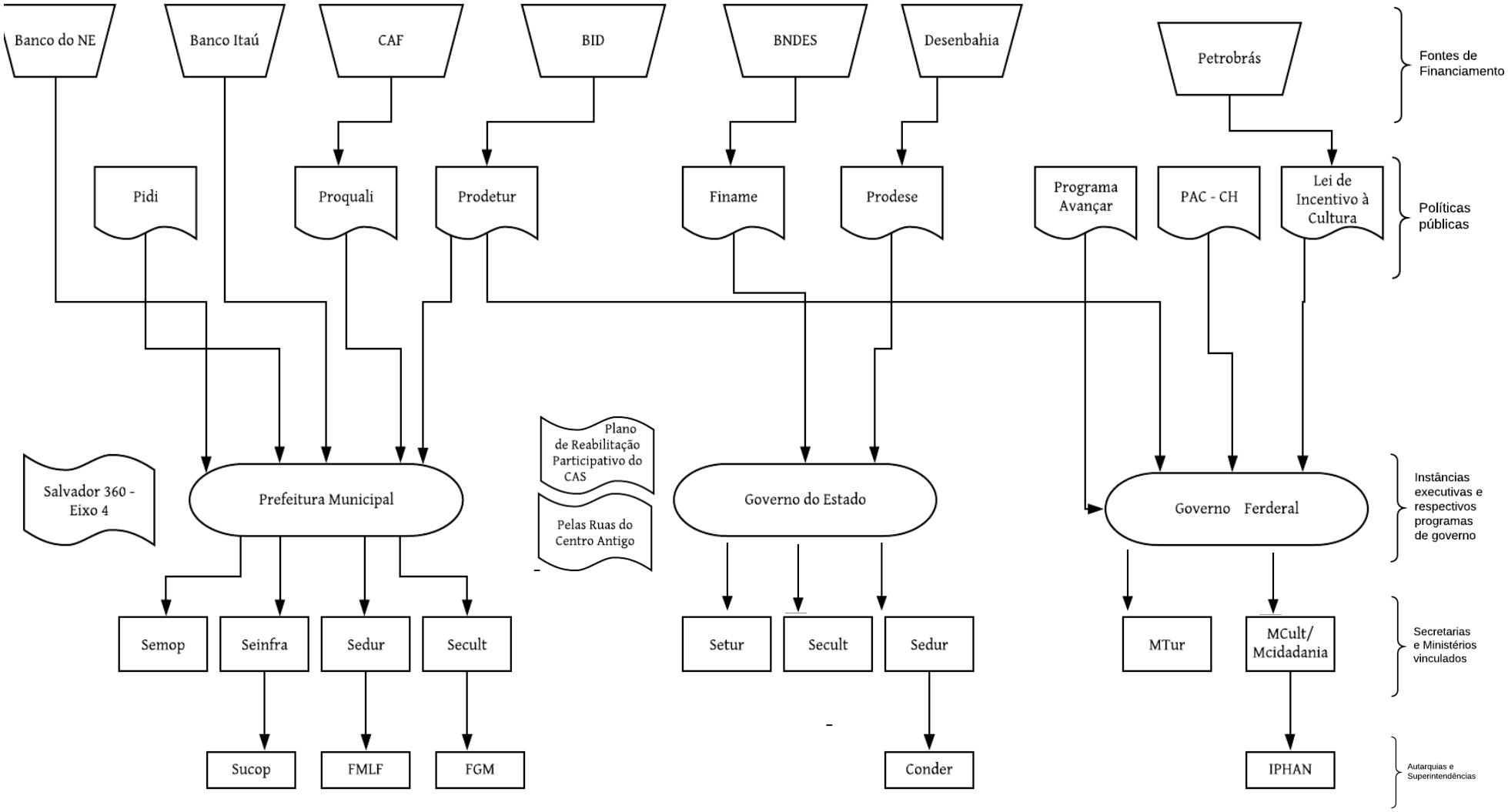
Tabela 3: Relação e classificação expandida dos projetos de revitalização urbana

Nº	Nome do projeto	Plano/Programa urbano vinculado	Política pública associada	Responsabilidade do projeto	Operadores do projeto	Entidades envolvidas	Ano de início/término das obras	Financiamento
1	Requalificação dos Arcos da Ladeira da Conceição	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	-	IPHAN, FMLF, Sucop (Seinfra)	2019/2020	Prefeitura Municipal
2	Requalificação da Ladeira da Barroquinha	-	-	Pública	Metro Arquitetos	Semop, FGM	2014/2015	Banco Itaú e Prefeitura Municipal
3	Requalificação da Rua Chile	Plano de Reabilitação Participativo do CAS	Pelas Ruas do Centro Antigo	Pública	-	Conder (Sedur - Gov. Estado)	2018/2019	-
4	Requalificação da Praça Cairu	Salvador 360 - Eixo 4	Proquali	Pública	-	MTur	2018/2020	(4,6 milhões)
5	Premium Car Park	-	PIDI, Prodese	Privada	-	Sedur (Prefeitura) e Governo do Estado	2016/2017	Desenbahia (Fundese), BNDES
6	Nova sede da Fundação Gregório de Mattos	Salvador 360 - Eixo 4	Pidi, PAC-CH	Pública	-	IPHAN, FGM	2017/2019	Prefeitura (1,5milhões) e IPHAN
7	Casa do Carnaval	Programa Avançar	-	Pública	-	IPHAN, Prefeitura Municipal	_/2019	Governo Ferderal (10 milhões)
8	Hotel Fera Palace	-	Prodese	Privada	-	Governo do Estado	2014/2017	Desenbahia (Fundese), BNDES
9	Hotel Fasano	-	-	Privada	Prima Empreendimentos	Prefeitura Municipal	2015/2018	Banco do Nordeste (85milhões)
10	Praça da Inglaterra	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	-	FMLF, Sucop (Seinfra)	2018/2018	(1,2 milhões)
11	Hub Salvador	Salvador 360 - Eixo 5	-	Pública	Consórcio Bossa Nova Empreendimentos e DP Participações	-	_/2018	-
12	Museu da Música	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur Proquali	Pública	Seinfra	Secult	2019/*	Prefeitura Municipal (7,8 mihões) e CAF
13	Casa da História e Arquivo Público de Salvador	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur Proquali	Pública	Consórcio Prodetur Salvador (Metro Engenharia e Consultoria e Construtora BSM)	Secult	2019/*	BID e CAF (60,7milhões)
14	Requalificação das Muralhas do Frontspício	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur	Pública	-	IPHAN	2019/2020	BID (4,5milhões)

Nº	Nome do projeto	Plano/Programa urbano vinculado	Política pública associada	Responsabilidade do projeto	Operadores do projeto	Entidades envolvidas	Ano de início/término das obras	Financiamento
15	Elevador do Taboão	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur, PAC-CH	Pública	-	IPHAN	2019/*	BID
16	Praça Marechal Deodoro	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	-	Seinfra, Semop, FLMF	2019/2020	(4,1milhões)
17	Reconstrução do Mercado de São Miguel	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	-	Seinfra, FMLF	2019/2020	(5,1milhões)
18	Requalificação da Avenida Cônego Pereira	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	Construtora BSM Ltda	Seinfra, Semop, FLMF	2019/2020	(16 milhões)
19	Espaço Cultural da Barroquinha	-	Lei de Incentivo à Cultura	Pública	-	FGM, Mcult, IPHAN	2013/2014	Petrobrás
20	Requalificação da Avenida Sete	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur	Pública	Consórcio Nova Avenida Sete	Secult, FMLF	2018/2020	BID (17,5milhões)
21	Requalificação da Praça Terreiro de Jesus	Salvador 360 - Eixo 4	-	Pública	A&P Arquitetura e Urbanismo	FMLF, Secult, Seinfra	2018/2019	(1,6milhões)
22	Requalificação da Praça Castro Alves	Salvador 360 - Eixo 4	Prodetur	Pública	Consórcio Supervisor ER Castro Alves	Secult, FMLF	2018/2020	BID (17,5milhões)
23	Monotrilho de Salvador	-	-	Pública	Consórcio SkyRail (Metrogreen e BYD)	Conder (Gov. Estado)	2020/*	(1,5 bilhões)
24	Igreja do Passo	Programa Avançar	PAC-CH > Programa Avancar.	Pública	-	IPHAN	2014/2018	Governo Federal (11,3 milhões)
25	Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Salvador	PAC 2		Pública	Chroma Empreendimentos	Governo do Estado	2012/2015	(30,2 milhões)
26	Requalificação do Terminal de Ônibus da Barroquinha	-	-	Pública	-	FMLF, Seinfra, Prefeitura Municipal	2020/*	(5,5milhões)
27	Avenida Miguel Calmon	Salvador 360 - Eixo 4	Projeto Ruas Completas	Pública	-	SEMOB, SECIS, FMLF, World Resource Institute (WRI), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Instituto Clima e Sociedade (ICS)	2018/2019	Caixa Econômica Federal (4,8 milhões)

Fonte: Elaboração do autor.

Fluxograma 1: Arranjo institucional da revitalização do Centro de Salvador



Fonte: Elaboração do autor.

De partida, o primeiro olhar para a Tabela 3 nos diz que os *projetos* de revitalização tem sido majoritariamente promovidos pela ação do poder público, correspondendo a 88,9% (24) dos empreendimentos listados. Ainda que alguns agentes privados tenham aparecido neste processo de pesquisa, tanto nos documentos, quanto nos eventos presenciados, esta origem está relacionada a um número significativamente menor de projetos (3).

Aquilo que parece explicar esta tendência é o fato de que há em 74% dos projetos listados (20) um plano ou um programa de governo declaradamente vinculado à sua emergência. Por outro lado, nos parece importante salientar que isto não significa que os agentes privados são pouco significativos neste contexto. Ao contrário, estes são indícios que nos informam sobre o tipo de relação que esses diferentes agentes da revitalização urbana desempenham. Ao falarmos dos projetos de revitalização mencionados, falamos de uma rede intricada que envolve iniciativas do poder público e empreendimentos privados; um conjunto de ações que capitaneiam os novos usos da cidade que passa a se revitalizar.

Nesse sentido, para além de uma exclusividade do poder público na execução da revitalização, o que aparece neste primeiro olhar é a delimitação de um papel específico do estado nesta relação. Como nos evidencia o Fluxograma 1, suas diferentes instâncias de governo aparecem como os agentes responsáveis por encadear e organizar esta dinâmica de produção da cidade. Um papel cuja relação com o setor privado demonstra ser porosa e transitiva.

Além das breves evidências que apresentamos no relato do Laje Talks, é possível perceber esse tipo de relação por meio de um aprofundamento na leitura das Tabelas 2 e 3. Ao lermos a coluna "Plano/Programa urbano vinculado", vemos que a grande maioria dos projetos está atrelada ao programa "Salvador 360 – Eixo 4". Dos dezesseis projetos de revitalização indicados na Tabela 2, identificados através da observação direta, apenas dois não são vinculados ao referido programa (identificados como Requalificação da Rua Chile e a Casa do Carnaval).

Se olharmos para a Tabela 3, vemos que a preponderância do programa Salvador 360 se mantém. São incluídos nesse conjunto outros dois projetos, os

relativos à Praça da Inglaterra e ao Hub Salvador. Como podemos perceber, são os únicos projetos vinculados ao Salvador 360 que escapam do período de observação direta, sendo, portanto, os únicos exteriores ao ano de 2019. Em conjunto, constituem a soma de dezesseis projetos de revitalização articulados, não só a partir do Eixo 4 – Centro Histórico, mas, também, do Eixo 5 – Cidade Inteligente.

Como já indicamos anteriormente, os projetos vinculados ao programa Salvador 360 estão inseridos em um contexto que se assemelha ao período de execução desta pesquisa. Porém, olhando de modo ainda mais específico, vemos que o período de *execução* dos seus projetos está muito próximo ao período de pesquisa empírica destinado à *identificação* deles pela observação direta, tendo havido uma significativa convergência temporal nestes eventos.

Esse momento de expressiva realização dos projetos de revitalização aparenta ter relação direta com a política econômica adotada pelo município no período de governo de ACM Neto. Conforme explicitado no balanço financeiro municipal do período 2013-2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020d), houve um aumento no volume de investimento anual em infraestrutura urbana que saiu de R$157 milhões em 2012 (ano anterior à eleição do DEM), para R$727 milhões em 2020 (momento final do governo de ACM Neto). Esse aumento em quase cinco vezes no volume de investimento em infraestrutura urbana se desdobrou, consequentemente, em um maior o direcionamento desse investimento nos projetos de revitalização do Centro.

De acordo com o balanço da Prefeitura Municipal, esse aumento decorre de duas razões principais. A primeira delas é a realização de dez operações de contratação de crédito durante o referido período e a segunda consiste na desafetação e alienação de um conjunto de imóveis de propriedade municipal.

O principal resultado das dez operações de contratação de crédito está no aporte de R$2,434 bilhões no caixa municipal no período de 2013 a 2020. A Prefeitura afirma, ainda, que essas contratações aconteceram após um período de treze anos em que a o município não recorria de modo significativo a esta política financeira. Situando estes dados em termos relativos, no momento anterior à chegado do DEM na Prefeitura, ano de 2012, o dinheiro oriundo de operações de crédito representava 1,9% do montante investido em

infraestrutura urbana. Em 2019, o dinheiro que vinha das operações de crédito foi elevado para 42% deste investimento. Em termos absolutos, estas porcentagens significam um aporte financeiro oriundo das operações de crédito na infraestrutura urbana de R$3 milhões em 2012, ao passo que, no ano de 2020, a referida porcentagem significou um aporte absoluto de R$307 milhões. A lista dessas operações de crédito é evidenciada pela Tabela 4:

Tabela 4: Operações de crédito contratadas pela Prefeitura de Salvador no período 2013-2020

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO 2013-2019				
PROJETO	ORIGEM	EM R$ 1.000		
		FINANCIADO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
I - CONTRATADAS		2.434.763	802.445	3.237.208
1 - Modernização da Admnistração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico - PMAT (1ª Tranche)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	50.880	18.282	69.162
2 - BRT Lapa-Iguatemi/Pró-Transporte - Trecho 1	Caixa Econômica Federal	300.000	-	300.000
3 - BRT Trecho 1 - contrapartida do Pró-Transporte	Caixa Econômica Federal	108.000	-	108.000
4- Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR SALVADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	303.091	303.091	606.181
5 - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA 1	Caixa Econômica Federal	72.272	-	72.272
6 - Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio - 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	389.597	389.597	779.193
7- Salvador Social (1ª Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	721.475		721.475
8 - Programa de Requalificação Urbana de Salvador - Proquali	Cooperação Andina de Fomento (CAF)	350.348	87.587	437.935
9 - Programa Nacional de Apoio à Gestão Admnistrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM - III	Caixa Econômica Federal	35.000	3.389	38.889
10 - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - Finisa 2	Caixa Econômica Federal	104.100	-	104.100
II - A CONTRATAR		721.475	-	721.475
12 - Salvador Social (2ª Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	721.475	-	721.475
TOTAL		3.156.238	802.445	3.958.683

Fonte: Relatório Anual de Atividades da Prefeitura de Salvador – Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020d, p. 223).

Isso significa que há um volumoso salto no investimento em infraestrutura urbana decorrente, em boa medida, dessas contratações de crédito. Duas das operações listadas pela Tabela 4, inclusive, são diretamente vinculadas aos projetos de revitalização do Centro (identificadas pelas operações de números 4 e 8). Cabe salientar ainda que o conjunto de todas

essas operações foi realizado a partir do contrato com bancos nacionais e internacionais (BNDES, Caixa Econômica Federal, BID, BIRD e CAF) e representaram, no ano de 2020, 80% do total das dívidas contratuais totais assumidas pela Prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020d). Em 2012, apenas 4,6% do total das dívidas contratuais tinham origem em operações de crédito dessa natureza. Nas duas operações destinadas à captação de recursos para os projetos de revitalização, os recursos são oriundos de bancos internacionais (BID e CAF).

No que tange à desafetação e alienação de imóveis do município, foi divulgado por este mesmo relatório (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020d) que a execução destas medidas contribuiu com R$209 milhões no caixa municipal no período entre 2014-2020. Regulamentadas pelas leis municipais Nº8.655/2014 e Nº9233/2017, essas desafetações e alienações incidiram sobre um conjunto de noventa e seis propriedades imobiliárias públicas e resultaram, em termos relativos para o ano de 2019, em um percentual de 18% do total de investimentos em infraestrutura. Ou seja, se somarmos o montante da desafetação e alienação de imóveis com o montante que decorre da contratação de crédito no ano de 2019, teremos que 60% (18% + 42%) de todos os investimentos de infraestrutura urbana decorreram da associação entre essas medidas.

É importante salientar que o dinheiro resultante da desafetação de alienação de imóveis do município não foi oriundo exclusivamente da venda desses imóveis. Conforme estabelecem as leis municipais que regulamentam as medidas, após a desafetação do patrimônio público, além da alienação desses imóveis por meio da venda, eles também puderam ser alienados na forma de ativos financeiros. Isso se deu a partir da destinação dos imóveis à integralização do capital da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador (CDEMS). Esta Companhia foi criada no âmbito da Reforma Tributária municipal de 2013 e foi regulamentada pela Lei Municipal 8.421/2013. Trata-se de uma sociedade mista, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, que tem poderes para contrair empréstimos, emitir valores imobiliários e dar seus ativos como garantias em projetos realizados por meio de PPPs. Em decorrência das duas leis municipais que

regulamentaram a desafetação e a alienação, a CDEMS integrou a sua carteira de investimento com o valor correspondente à parte dos noventa e seis imóveis que foi transformada em ativos.[42]

Diante da associação entre a política econômica conduzida pelo município e a dinâmica da revitalização urbana, é possível entender melhor a primazia do poder público que anunciamos inicialmente. Isto porque a forma de produção, reprodução e circulação do capital dessa associação de políticas reside numa conjugação direta da ação do estado e dos fundos públicos (por ele geridos) ao capitais do mercado financeiro, cabendo ao estado o papel majoritário de contratação, administração e investimento desses capitais.

Desta forma, apesar da iniciativa privada aparecer na Tabela 3 realizando investimentos em apenas 3 dos 27 projetos, ela está diretamente vinculada ao conjunto total de ações empreendidas pelo poder público. Ao mesmo tempo, essa é uma posição substancialmente menos evidente, visto que sua materialidade está realizada nas figuras dos acionistas dos bancos que financiam os empréstimos para o município; ou seja, distantes do mecanismo de execução dos projetos urbanos. Nesse sentido, a maior evidência que o poder público assume na dinâmica de revitalização urbana parece ser determinada pelo papel estratégico que seus agentes têm na sua organização e na sua delimitação. No nosso momento de análise, isso fica evidente pelo registro de um número expressivo de projetos realizados pela Prefeitura Municipal no âmbito do Salvador 360.

O registro de um momento de concretização mais intensa do programa Salvador 360 é exatamente um dos principais motivos que suscitou a Audiência Pública que anunciamos inicialmente - e que nos permite aprofundar o quadro do arranjo institucional da revitalização urbana indicado aqui. Trata-se de uma audiência concretizada pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do MP-BA.

Realizada em 4 de setembro de 2019, a audiência buscava averiguar

[42] Ao longo da pesquisa documental conduzida, não conseguimos discriminar dentre as noventa e seis propriedades os montantes correspondentes à venda e à integração da carteira da CDEMS. Tampouco identificar qual fração do conjunto dos imóveis citados foi destinada às respectivas modalidades.

informações da Prefeitura Municipal sobre o programa Salvador 360 e seus horizontes de projeto. Além disso, um dos objetivos da Promotoria era entender quais eram as perspectivas de intervenção na região da rua Chile, onde haviam sido recentemente implantados dois empreendimentos hoteleiros de luxo[43] e onde o Governo do Estado também intervia de modo mais pontual com obras de calçamento.

O MP-BA convocara a audiência como parte do Inquérito Civil 003.0.39287/2014. Este inquérito havia sido instaurado no ano de 2014, visando obter esclarecimentos sobre a política urbana implementada pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal. O objetivo do inquérito era garantir a "participação democrática e humanizada na Requalificação do Centro Antigo de Salvador" (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

Na ocasião inicial, em 2014, o MP-BA instaurara o referido inquérito em decorrência de uma iniciativa promovida pelo chamados Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ) e Movimento Nosso Bairro é Dois de Julho (MNB2J).[44] Os referidos grupos questionavam um conjunto de decretos de desapropriação de imóveis no Centro, cuja emissão tinha sido feita em 2013 pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal. Decorriam, respectivamente, das ações planejadas no âmbito do PRP-CAS (Decretos Nº 14.865, 14.866, 14.867 e 14.868) e do Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências (Decreto Nº 24.435). Este último projeto, uma iniciativa da Prefeitura Municipal desgarrada de um planejamento geral para o Centro e restrita, portanto, ao

[43] Além do já citado Fera Palace Hotel, foi inaugurado em 2018 o Hotel Fasano (Tabela 3, projeto 9), localizado a uma distância de cem metros deste seu primeiro concorrente. O Fasano, por sua vez, é um empreendimento gerido pelo Grupo homônimo ao hotel cujo controle acionário majoritário é dominado pela JHSF Participações, uma empresa do ramo imobiliário com capital aberto na bolsa de valores e que, além de atuar no mercado brasileiro, tem participações no seguimento imobiliário em países como os Estados Unidos e o Uruguai.

[44] O GAMBÁ é um ONG fundada em 1982 a partir da iniciativa de técnicos e profissionais liberais ligados às questões ambientais. Apesar de protagonizar a instituição do referido Inquérito Civil, a referida ONG não desempenha maiores influências para as questões que levantamos aqui. Uma situação diferente ocorre com o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho (MNB2J). Este, por sua vez, é um movimento de moradores do bairro homônimo e foi constituído em 2012. É fruto da mobilização popular organizada para se contrapor ao Projeto de Humanização do Bairro Santa Tereza, uma proposta urbanística da Prefeitura Municipal que previa intervenções urbanas em consonância com interesses imobiliários de empresas privadas do mercado imobiliário. Desde então, o Movimento vem se posicionando em defesa da salvaguarda dos direitos democráticos e da decisão coletiva nas questões tangentes aos planos e projetos para o referido bairro. Sua formação, atuação e papel na produção do Centro de Salvador será abordada no capítulo 3.

fragmento do Centro nomeado como “Entorno da Ladeira da Preguiça”.

Os decretos de desapropriação por utilidade pública mencionados incidiam em um conjunto de unidades habitacionais cujos ocupantes não dispunham de regularidade imobiliária. Eram decretos que implicavam na expulsão dessas pessoas dos seus locais de moradia. Além disso, por conta das publicações do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal terem sido realizadas sem qualquer tipo de aviso prévio, tampouco sem explicitar o conteúdo dos planos que justificasse as tais desapropriações, elas configuravam, no argumento dos grupos referidos, uma violação dos direitos civis da população afetada. Nesse sentido, o GAMBÁ e o MNB2J protocolaram uma representação no MP-BA para questionar a legalidade das medidas e, também, conseguir informações e explicações dos referidos poderes executivos.

A audiência a que nos referimos, de setembro de 2019, era a primeira de um “novo ciclo” de audiências que retomariam as discussões em busca de atualizações de cada instância de governo. Tratava-se de uma retomada porque entre o início do inquérito (2014) e o momento a que nos referimos (2019), as discussões perderam uma periodicidade regular em decorrência do afastamento da promotora que conduzia o inquérito e, também, do “arrefecimento” dos planos e projetos anteriormente anunciados. Esta era uma percepção que, ao falar do seu afastamento, também era exposta pela referida promotora na abertura da audiência. Ela centrava seu argumento na redução do número de projetos que via ao passar pelas ruas da cidade e, também, na redução das demandas que vinham das instâncias dos poderes públicos voltadas aos projetos urbanos do Centro (CONDER e FLMF, principalmente).

O retorno do acompanhamento pelo MP-BA se justificava no período mais recente, então, pelo aparecimento dos novos projetos de revitalização vinculados ao Salvador 360. Além disso, havia uma necessidade do MP-BA por atualizações do posicionamento do Governo do Estado. Nesse âmbito, a audiência era uma forma de buscar novidades sobre o andamento dos projetos que haviam sido anteriormente anunciados no contexto do PRP-CAS. Além disso, a Promotoria buscava informações sobre acordos realizados entre essas

instâncias do poder público e dois relevantes agentes privados que apareciam gerindo dois hotéis de luxo recentemente inaugurados nas imediações da rua Chile, os já citados Grupo Fera e Grupo Fasano. A audiência cumpria o papel, portanto, de atualização deste quadro após o aparecimento de questões novas e a retomada da promotora responsável. Para isso, a representante do MP-BA convocara representantes da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado. Estes apareceram na audiência representados, respectivamente, por uma funcionária da FMLF, fundação vinculada à SEDUR-M, e por um conjunto de quatro representantes da CONDER, empresa pública vinculada à SEDUR-E.

O espaço aberto ao público estava significativamente preenchido. No aguardo das informações prestadas pelos representantes dos poderes executivos, estavam presentes em torno de vinte e cinco pessoas, de origens diversas, de onde se destacavam alguns estudantes e professoras da UFBA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), assessores de vereadores e, também, integrantes de coletivos e movimentos que encorpam a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador. Esta Articulação, de alguma forma, organizava o conjunto dos presentes, pois algumas de suas representantes distribuíam um panfleto instrutivo sobre o histórico de reuniões já realizadas e sobre as perspectivas colocadas para aquela audiência específica. Além disso, a referida Articulação aparecia como a instância que unia e representava a coalização das lideranças dos diversos movimentos ali presentes que pareciam disputar a emergência de planos e projetos do Centro de Salvador. Merecem destaque o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) o Centro Cultural "*Que Ladeira é Essa?*" e o MNB2J.[45]

A audiência começou com uma fala de abertura da promotora responsável pelo inquérito, seguida de uma apresentação da funcionária da FMLF, que falou sobre as intervenções da Prefeitura e foi seguida por comentários e perguntas dos demais presentes. Depois, este mesmo formato de apresentação seria seguido pela CONDER, apresentando as ações do Governo do Estado. Ao final das respectivas falas, a promotora reservou um

[45] Todos esses grupos serão devidamente contextualizas no capítulo 3.

tempo de conversa com os ouvintes que estavam presentes.

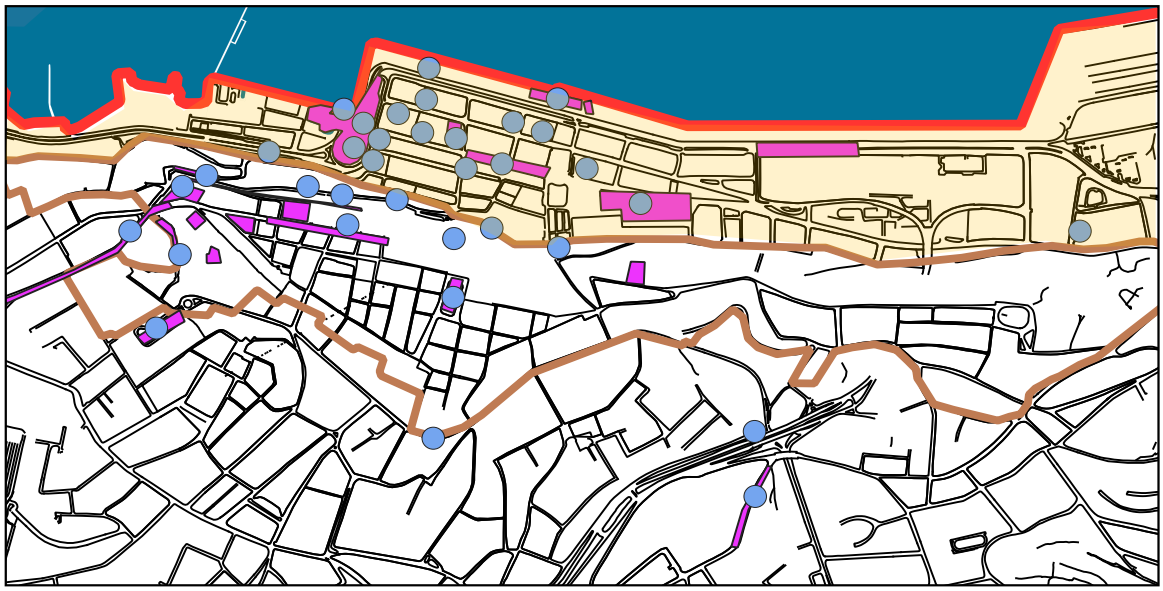
Durante a fala de abertura, a promotora deu mais detalhes sobre a origem do inquérito e comentou as diversas ações do MP-BA. Ela explicitou ainda o intuito e a função do MP-BA no sentido de destrinchar os efeitos sociais de uma série de intervenções no Centro de Salvador. Apontou os decretos de desapropriação que deram origem ao inquérito, mencionando ainda o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) do Centro Antigo de Salvador. No contexto inicial do inquérito, o FII havia tomado uma grande relevância, sendo alvo de objeções do MP-BA e dos coletivos organizados do Centro. A ponderação da promotora durante a audiência era de que o Governo do Estado não dava informações sobre o encaminhamento dessas intenções, sendo necessário compreende-las de maneira mais clara. Além desse diagnóstico, a promotora comentou sobre as novidades que apareciam no contexto recente, além da falta de investimento de recursos federais para os projetos do Centro. Apontava ainda um "novo movimento da iniciativa privada" que não se dava em forma de PPP, mas em uma "outra modalidade de intervenção" (não especificada na sua fala). Para ela, também era notória a iniciativa da Prefeitura em uma quantidade significativa de projetos e intervenções urbanas por meio do Salvador 360. Esses fatores colocavam a necessidade de parametrizar os elementos que compunham aquele momento para que o MP-BA pudesse sugerir ações e contribuir para que a situação se desenvolvesse da melhor forma possível.

As falas institucionais que seguiram à referida audiência pública trouxeram um conjunto de informações objetivas sobre projetos de revitalização que têm a grande maioria do seu conteúdo expresso na Tabela 3. No caso da Prefeitura, a representante da FMLF apresentou um mapa localizando os projetos de revitalização urbana. As informações deste mapa estão disponibilizadas na página a seguir, no Mapa 2, onde aproveitamos também para comparar as iniciativas mencionadas pela Prefeitura Municipal com a aquelas que listamos na Tabela 3.

Além de dispor a localização dessas intervenções, a funcionária da Prefeitura falou sobre as estratégias de incidência no Centro elaboradas no âmbito da FMLF. Ao vincular os projetos expostos com o Salvador 360, ela relatou que o executivo municipal dispunha de quatro outras diretrizes

MAPA 2

Localização dos projetos de revitalização divulgados pela Prefeitura Municipal e identificados pela Tabela 3



0 250 500 m

N

Legenda:

- Projetos de revitalização divulgados pela Prefeitura Municipal
- Projetos de revitalização identificados na Tabela 2
- Poligonal Centro Histórico
- Poligonal Centro Antigo
- Ruas e Avenidas principais
- Bairro do Comércio (Lei Municipal 9.278/2017)

Fonte: Elaboração do autor por meio do *software* livre Quantum GIS (Versão 3.4 Madeira) utilizando como *basemap* o mapa intitulado "Plano de Bairro 2 de Julho" elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum e financiado pela Proext-UFBA.

Disponível em: http://planodebairro2dejulho.blogspot.com. Último acesso em outubro de 2019.

para o Centro. Na verdade, eram consideradas pela servidora municipal três diretrizes e mais um conjunto de oito "projetos" que aqui foram classificados como uma outra diretriz, uma vez que eles correspondem muito mais a uma medida administrativa do que a um conjunto de projetos de revitalização, com seu conteúdo urbanístico substantivo. Trata-se da transferência de 80% das sedes das secretarias municipais para o bairro do Comércio, localizado no Centro da cidade.[46]

Essa ação normativa foi mediada pela definição de um regime de locação entre a Prefeitura Municipal e o proprietário de cada imóvel utilizado como sede das secretarias municipais. Neste regime, a Prefeitura ficava responsável por determinar as reformas necessárias nas edificações para adequar as suas respectivas secretarias e o proprietário dos imóveis alugados ficava encarregado de realizá-las. O custo desta operação seria viabilizado pelo próprio aluguel pago pela Prefeitura em um contrato previsto para durar entre vinte e trinta anos. É o chamado regime de "locação por encomenda" (*built to suit*), normatizada pela Lei 9.452, aprovada pela Câmara Municipal em junho de 2019. A lei referida permite esta forma de aluguel pois arbitra que "imóveis estratégicos para o desenvolvimento da cidade" prescindem de licitação para a formalização do seu aluguel (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2019). Com a transferência deste contingente significativo, anunciada para ocorrer até o final de 2020, a Prefeitura estimava a inserção de um contingente de vinte mil servidores [47] públicos municipais circulando diariamente nas ruas do bairro do Comércio.

A segunda medida que seguia conjuntamente com a transferência das sedes é relativa a um Plano de Habitação também no bairro do Comércio. Ainda em fase de elaboração,[48] esboçado de maneira superficial no Plano Salvador 500 e divulgado por falas públicas dos agentes municipais e por meio de

[46] Essa foi a medida administrativa que viabilizou a transferência da SECIS para o Comércio e possibilitou o acontecimento do evento que descrevemos no início dessa dissertação.

[47] De acordo com o Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (SINDEPS, 2018), a quantidade de servidores municipais é de 21,8 mil. Nesse sentido, há um pequeno exagero na estimativa da funcionária da FMLF, sendo os 80% anunciados mais próximos de um contingente de 17,4 mil pessoas.

[48] Pelo fato de não ter entrado em nenhuma fase de execução, o referido Plano de Habitação também não entrou na lista da Tabela 3.

matérias jornalísticas, este Plano de Habitação calcula a utilização de 200.000m² de potencial construtivo presentes no referido bairro, previstos para serem disponibilizados através da reforma de imóveis que estão em diferentes estágios de arruinamento e/ou sob ocupação do povo de rua.

A funcionária da Prefeitura afirmou que o projeto se dividirá em três etapas e que, cada uma delas contará com diferentes categorias de financiamento e público destinatário. A primeira etapa, que está mais avançada no projeto, prevê a construção de mais ou menos duzentas e dez unidades habitacionais destinadas aos funcionários públicos municipais, com renda média mensal de dois mil e quinhentos reais. Sua realização está planejada para acontecer na parte do Comércio que vai da igreja do Corpo Santo até o Plano Inclinado Gonçalves. Como forma de financiamento, a funcionária da Prefeitura Municipal disse ter elaborado um estudo que prevê a utilização do fundo de previdência destes funcionários como fonte de financiamento das obras. A segunda etapa, por sua vez, também projeta um número de duzentas unidades habitacionais e destina-se à incorporação imobiliária privada. Sua pretensão é englobar a área que vai do referido Plano Inclinado até a Associação Comercial da Bahia.

Por fim, as ações da terceira e última etapa pretendem resultar em trezentas unidades habitacionais. Destinada a habitações de interesse social, esta região está prevista para ser regulamentada como a ZEIS do Pilar, num processo de regulação fundiária integrado a este projeto habitacional. A fonte de financiamento destas unidades, entretanto, de acordo com a agente da Prefeitura de Salvador, era incerta, pois estava vinculada a "possíveis" financiamentos do Governo Federal. A intensão é cobrir a região que vai da Associação Comercial até o túnel Américo Simas.

As últimas duas medidas anunciadas pela Prefeitura Municipal estão relacionadas à elaboração de um Plano de Mobilidade Funcional e da Regulamentação Normativa da Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).[49] Sobre o Plano, o seu objetivo dizia-se tratar da conectividade interna e externa do Centro de Salvador em relação a suas outras regiões. Este Plano

[49] Lembremos (ver Mapa 1) que a APCP é a delimitação que compreende a Área de Proteção Rigorosa (APR) somada da Área Contígua à Proteção Rigorosa (ACPR).

visaria, portanto, a integração com os grandes corredores de transporte da cidade: o já existente metrô e os projetos do BRT e do Monotrilho, ambos em processo de implantação pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, respectivamente. A sua concepção se orientaria pela priorização do pedestre e do ciclista. No que tange a sua efetivação, foi colocado que ele estaria em estágio de licitação da empresa responsável por viabilizá-lo. Encerraria esse prazo de licitação ainda em outubro do ano de 2019.[50]

Por último, falou-se da regulamentação normativa da APCP. Este é um instrumento que busca uma forma de disciplinar os critérios e o padrão urbanístico de intervenção no Centro. Atualmente, este padrão é encarado pela Prefeitura como muito abrangente, a ponto de promover a "descaracterização urbanística" do espaço. Essa regulamentação viria cobrir ausência de parâmetros definidos que cria problemas na execução de quaisquer obras que são autorizadas na região referida. A funcionária da FMLF expôs que a formalização desta proposta estava sendo feita pela cooperação técnica da SEDUR-M e FMLF com a UNESCO, o IPHAN, o IPAC e a UFBA. O seu lançamento estaria previsto para acontecer também no final de 2020.[51]

A apresentação seguiu quando os agentes da CONDER expuseram as três entradas estratégicas do Governo do Estado no Centro de Salvador. Inicialmente foi apresentado um plano de revitalização de vias e acessos do Centro que estava centrado em intervenções no passeio, no pavimento e obras de microdrenagem nas ruas. Prevendo um total de trezentas e treze ruas revitalizadas até novembro de 2020, divididas em cinco regiões,[52] a CONDER afirmava que duzentas e dezesseis já estavam completas. Apesar de não fazer qualquer menção direta à política "Pelas Ruas do Centro Antigo", identificada na Tabela 3 através da observação direta e pesquisa documental anterior, a CONDER iniciava sua fala desenhando as mesmas ações que apareciam

[50] Não conseguimos ter acesso às evidências (via publicações no Diário Oficial do Município e notícias jornalísticas) que comprovassem a conclusão da referida licitação, tampouco a identificação da empresa responsável por sua elaboração.

[51] Também não foi possível ter acesso a evidências mais substantivas sobre o cumprimento deste anúncio por parte da FMLF.

[52] As regiões correspondentes à referida política se distribuem a partir dos bairros que ela faz a cobertura. São elas: Região 1 - Comércio e Calçada (52 ruas); Região 2 – Nazaré, 2 de Julho, Politeama (91 ruas); Região 3 – Saúde, Barris, Tororó e Liberdade (118 ruas); Região 4 – Santo Antônio (9 ruas); Região 5 – Barbalho, Macaúbas, Lapinha e Soledade (43 ruas).

vinculadas a essa política (que atribuímos na Tabela 3 às obras de pavimentação da Rua Chile). Apesar de não ter sido mencionada com este nome na audiência, os escopos daquilo apresentado pelo Governo do Estado e daquilo identificado na pesquisa documental eram bastante convergentes.

Em seguida, a CONDER partiu para uma análise das suas políticas habitacionais, fazendo um balanço numérico dos dois programas de habitação que incidem no Centro, o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) e o Programa de Habitacional do Servidor Público (PROHABIT). O PHIS foi instituído pelo SNHIS, e, em seguida, implementado no contexto do TAC firmado pela CONDER, Ministério Público e AMACH em 2005, no âmbito da sétima etapa do PRCHS. A CONDER, nesta apresentação, fazia referência a algumas das pendências que se delongavam no período de catorze anos entre o TAC e a audiência, a exemplo das obras da sede da AMACH. O órgão estadual afirmara, nesta apresentação, que a sede e algumas outras edificações teriam as suas obras de revitalização em conclusão próxima.

O PROHABIT, por sua vez, era um programa mais amplo, originado em 1997 e destinado ao financiamento habitacional para o servidor público estadual. A partir do TAC de 2005, esse programa teve sua incidência no Centro intensificada, com uma expressiva quantidade de policiais militares atendidos para o financiamento de habitações na região. Em conjunto com o PHIS, compunha uma dupla de políticas habitacionais que perduravam por um tempo alongado, as vezes produzindo mais unidades, outras vezes menos. Durante a apresentação, a CONDER recuperava o balanço quantitativo delas para anunciar mais dois projetos que, em tese, estariam em vias de entrar em execução.

O primeiro deles era o projeto da Vila Capistrano, que contaria com um recurso de R$6,5 milhões, prevendo a alocação de 82 famílias que atualmente vivem sob aluguel social, sendo parte delas ex-moradoras da Chácara Santo Antônio. Esta localidade se encontra na encosta do Santo Antônio Além do Carmo e, desde 2011, vem articulando seus moradores em torno da Associação de Moradores e Amigos da Chácara Santo Antônio (AMACHA). Nome similar ao

da AMACH inclusive por um espelhamento no seu processo de constituição.[53]

O segundo projeto em vias de ser realizado dizia-se ser o Vila Nova Esperança – Rocinha. Este projeto também tinha sido decorrência das disputas envolvendo os moradores do Centro durante a implantação do PRCHS, só que numa área diferente daquela em que os moradores estavam sendo representados pela AMACH. Ele incidia na Rocinha, área do Pelourinho marcada pelas manifestações políticas e culturais vinculadas ao reggae e aos preceitos da religião Rastafári.

Em fase de implementação desde 2008, o projeto era anunciado pela CONDER como se tivesse um horizonte de conclusão próximo, tendo sido mencionado o efetivo de profissionais mobilizados e o empenho da CONDER na sua conclusão. Tanto para o projeto da Vila Nova Esperança - Rocinha, quanto o da Vila Capistrano, eles diziam contar com financiamentos do PAC – Falha Geológica, uma linha específica do PAC destinadas à obras de infraestrutura na falha geológica soteropolitana.

Os coletivos e grupos que estavam presentes na audiência receberam as notícias referentes à construção desses projetos de habitação com estranheza. Isto porque os projetos mencionados estavam inseridos em um longo histórico de disputa e agora, a partir do que a CONDER anunciava, apareciam como tivessem suas pendências repentinamente solucionadas. Causava ainda mais estranheza porque a notícia não era nada conhecida pelos presentes da audiência: apesar deles não serem exatamente os indivíduos que disputavam os projetos da Vila Nova Esperança e Vila Capistrano, conformavam um grupo próximo às pessoas que estavam diretamente envolvidas na situação. Ou seja, caso esses anúncios fossem de conhecimento público e conformassem elaborações consistentes dentro do planejamento da CONDER, era provável que as pessoas presentes na audiência também soubessem da informação.

Mesmo diante da dúvida dos coletivos e grupos da audiência, a CONDER afirmou a proximidade do período de conclusão dos referidos projetos e, após esta especificação, tentaria terminar sua exposição. O objetivo final era

[53] A constituição da AMACHA também será melhor abordada no capítulo 3.

comentar o terceiro eixo de ação no Centro, que era o eixo das intervenções de manutenção estrutural, realizado por meio de pinturas de fachada e de recuperação de telhados.

Após explicitar quais eram os imóveis a que se destinavam essas ações, entretanto, o membro da CONDER que falava foi interrompido pela promotora que conduzia a audiência. Esta interrupção aconteceu porque, diferentemente da fala da funcionária da Prefeitura, aquilo que a CONDER apresentava não correspondia às expectativas da Promotoria. Isto porque as cobranças do MP-BA vinham no sentido de atualizar o que havia sido anunciado nos anos anteriores, que, na convocatória da audiência, se referia de forma nominal ao FII do Centro e, de modo mais abrangente, às demais ações planejadas nesse mesmo âmbito. Por este motivo, ao interromper o funcionário da CONDER, a promotoria questionou, ao fim, se havia algo planejado que fosse "relativo ao Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador" (PRP-CAS).

O funcionário da CONDER respondeu à promotora questionando o tipo de "reabilitação" que ela se referia, se era "de pavimento ou passeio". Revelava, portanto, o desconhecimento do referido PRP-CAS, ou, no melhor das hipóteses, o desconhecimento do seu nome. Esta tinha sido uma situação que guardava seu caráter constrangedor e concluía a participação da CONDER na audiência, visto que após esse momento, a promotora tomou a palavra e fez algumas considerações, assumindo que a CONDER não respondia ao que o MP-BA queria investigar.

O motivo principal que parecia levar o funcionário da CONDER ao desconhecimento do PRP-CAS era a sua recente admissão na divisão em que ele ali representava. Como ele próprio revelara ao tentar se desculpar pelo mal entendido, havia sido relocado há apenas três meses para a Superintendência do Centro Antigo de Salvador (SCAS), a superintendência vinculada à Diretoria de Habitação (DIHAB) e responsável por aquela apresentação. Expunha, então, que era a própria SCAS uma criação recente dentro da estrutura organizativa da CONDER.

Como já mencionamos, a SCAS tinha sido fruto de uma reestruturação de uma outra e mais antiga Diretoria vinculada à CONDER, a Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS). Era a DIRCAS que estava diretamente atrelada ao

processo de elaboração do PRP-CAS e, portanto, tinha seu antigo quadro de funcionários vinculado ao referido Plano. Além de uma reestruturação, o que o funcionário recente da SCAS-CONDER revelava é que a DIRCAS havia reconfigurado significativamente a sua atuação por conta de uma redução no quadro de funcionários e no orçamento. Com esta situação desenhada, as ações até então apresentadas pela CONDER, no contexto daquela apresentação, tomavam o caráter de preenchimento do espaço vazio deixado pelo PRP-CAS – uma conclusão da promotora diante da resposta do desinformado funcionário.

As impressões causadas pelas apresentações do Governo e da Prefeitura nos permitem delinear uma volumosa atuação da Prefeitura Municipal no Centro, ao mesmo tempo em que fica evidente uma redução dos horizontes planejados pelo Governo do Estado. No meio dessas articulações, muitas mudanças de perspectivas e prospecções. Na verdade, uma trama de projetos de revitalização para o Centro que estava amarrada a outras tantas iniciativas planejadas anteriormente, por vezes bem sucedidas, outras nem tanto.

Para entender a profundidade desses cruzamentos, ainda é necessário desenhar um último elemento. Trata-se da ação dos movimentos e organizações coletivas diante dos anúncios dos projetos. A inserção daqueles que tentam disputar a legitimidade pública desta ação dos poderes públicos e que estava latente na nossa audiência pública através da presença dessas pessoas. É do nosso interesse a recuperação de um momento específico, em que as tensões que permeavam o evento se precipitaram. O momento em que uma das lideranças tomou pra si a fala e um pequeno alvoroço foi formado.

Este alvoroço começou a se desenhar no momento de apresentação do Plano de Habitação pela Prefeitura. De modo específico, quando a funcionária detalhou a quantidade de imóveis que esse Plano objetivava, afirmando que a sua primeira fase seria destinada aos funcionários públicos municipais cuja renda média mensal fosse de dois mil e quinhentos reais.

A justificativa utilizada para um direcionamento tão específico era o fato da Prefeitura não ter apoio financeiro nem federal nem estadual. Isso significava que um plano de habitação de *interesse social* promovido pela

Prefeitura seria impossível, pois "não havia recursos para isso". Seria necessário, portanto, uma primeira fase destinada apenas aos funcionários públicos municipais que coubessem dentro da referida faixa salarial. A justificativa utilizada pela representante da Prefeitura ainda caracterizava esta medida como o resultado positivo de um grande esforço do ente municipal. Pois era uma ação que construiria a viabilidade inicial do Plano de Habitação, facilitando a execução das suas duas etapas subsequentes. Além disso, a funcionária ressaltava o lado positivo da ação ao ser destinada à "faixa 1", nomenclatura cuja origem está no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ao justificar a escolha do Comércio como sede das secretarias municipais, a funcionária revelaria que a escolha do bairro era propícia porque ali havia "imóveis mais livres e mais fáceis de serem negociados". Imóveis cuja situação fiscal não impunha muitas barreiras para a execução de decretos de desapropriação, similares àquelas barreiras que "o Governo do Estado estava enfrentando". De acordo com ela, o ente estadual tinha emitido alguns decretos de desapropriação que haviam "caducado" recentemente. Esse problema decorria do fato dos imóveis escolhidos pelo Governo do Estado disporem de impedimentos legais substantivos que, ao fim da situação, impediram a concretização do planejamento estadual. Uma situação distinta dos imóveis que a Prefeitura Municipal havia escolhido no Comércio.

Além disso, a funcionária disse que uma ação municipal seria necessária no referido bairro para "criar um ambiente de moradia". Nas suas palavras, havia um "preconceito em morar lá" que deveria ser deixado de lado. Para isso, ressaltava o papel da Prefeitura em atuar como um agente indutor dessas fases iniciais do suposto Plano de Habitação, ressaltando que "na hora que a gente tiver duas etapas de habitação prontas, vai surgir um interesse de um bairro de classe média, média-baixa, enfim, um bairro de *todas as classes*, para se morar".

Estes elementos foram suficientes para uma das lideranças do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), que ali se fazia presente, tomar a fala para si e pontuar suas discordâncias. Essa liderança tratou inicialmente da questão da desapropriação dos imóveis e, em seguida, caminhou para o quadro

mais amplo que a Prefeitura estava desenhando. Como guardam o calor da hora, reproduziremos as falas do modo como foram postas em diálogo.

> [Liderança do MSTB] - Desapropria pra onde? [Se referindo aos decretos de desapropriação] Quer dizer... Tem *pessoas* lá que serão desapropriadas. [...] Eu te trago alguns exemplos de famílias que moravam nesses casarões que hoje estão em ruina e tiveram que sair. E te dou um exemplo de um casarão que se chamava 'Portão de Madeira, Cadeado de Ferro'. Eles tiveram que sair porque caíram [o imóvel desabou] e eles hoje moram em uma outra região na parte de cima [referência à cidade alta]. Eles querem voltar pro Comércio, só que agora não existe mais o prédio. E ai?
>
> Não se fala em moradia popular. O que me deixa incomodada é quando se fala apenas das habitações de funcionários públicos, de pessoas com dois, três salários mínimos, que não é a realidade do Centro Histórico. E aí o que me incomoda mais ainda é essa gentrificação, é ir buscar essas pessoas, 'criar um ambiente' pra elas, como se não existisse pessoas que quisessem morar nessa região."
>
> [Funcionária da Prefeitura interrompendo a fala da liderança] – "Eu não estou falando de gentrificação em momento algum aqui. [...] Nem a gente está usando nenhum tipo de expulsão de morador da área. Não queira mudar minhas palavras. Eu estou falando uma coisa completamente diferente [...]. Em nenhum momento a gente está entrando em área que está ocupada, que tem morador. [Liderança do MSTB tenta intervir, mas tem sua fala é novamente atropelada acompanhada do aumento do tom de voz da funcionária da Prefeitura] Vocês têm que entender o seguinte: A Prefeitura não pode usar recursos próprios, nem tem recursos próprios pra tanto, pra poder construir habitação social! Isso deveria ser feito pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, não pela Prefeitura Municipal, que tem uma receita que não dá pra fazer um tipo de programa desse. Agora, o que a gente vai fazer? A gente está buscando, esperando um programa que venha do Governo Federal [...]"
>
> [Após sucessivas falas de demais pessoas presentes e outras explicações por parte da Prefeitura, a Liderança do MSTB retoma] - Antes de qualquer coisa, não se trata de estar com raiva. Você está tratando com uma pessoa de sessenta e dois anos que mora no Centro Histórico há quinze anos. Não muito distante [de onde a reunião acontecia], a Ladeira da Praça [estava] com um projeto já aprovado e entregue pela Universidade [Federal da Bahia], que está dentro do modelo que foi colocado pela Prefeitura: comércio embaixo e as moradias em cima. Essas pessoas foram retiradas não tem nem seis meses. Elas foram retiradas da Ladeira da Praça. Uma ocupação

> que tem o mesmo prazo[54] aonde eu estou hoje. Então, é muito delicado pra mim você dizer que tem outras práticas [que não a expulsão], mas eu vi há seis meses atrás famílias sendo retiradas e estão hoje pelo Centro da cidade em algum lugar a essa hora.
>
> A questão racial pra mim é central em tudo que eu faço, porque quem não tem casa são os pretos dessa cidade. Não falar de Economia Criativa quando você tem as pessoas subindo e descendo essa cidade e sobrevivendo desta forma que dá e não ser chamado, não ser envolvida pela Prefeitura... Eu já entendi o que você diz: quem vai cuidar de moradia social é o Governo do Estado, então eu nem vou me gastar com isso [...] Então, assim, o que eu estou dizendo é que se não houver a sociedade, a população do Centro envolvido nisso, nessa reforma, em toda essa transformação, não vai dar certo. Não vai dar certo. Porque as pessoas estão adoecendo e as pessoas estão morando na rua. Não vai dar pra deixar essa cidade tão bonita como querem com outro viés que não seja o nosso, de quem mora aqui."

Os elementos que nos chamam mais atenção nessa fala da liderança do MSTB são as contraposições em relação às ações e aos projetos citados pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado. Essas contraposições negam a forma como os projetos de revitalização tinham sido apresentados pelos agentes do poder público: livres de tensões. Essas tensões que não são restritas apenas à questão de permanência/expulsão dos habitantes pobres, mas que dizem respeito à maneira de conceber o Centro da cidade e a inserção dos projetos de revitalização na sua dinâmica.

Nesse sentido, a construção dessas contraposições reconfigura as informações e falas dos agentes do poder público. Através da mirada que estamos direcionando à questão da revitalização, há uma construção de uma diferença na própria maneira de conceber o espaço em disputa, e essa diferença está exposta na fala da nossa liderança por meio de quatro aspectos importantes que deteremos atenção nos parágrafos subsequentes.

O primeiro deles, diz respeito às formas possíveis de ocupação da cidade. A afirmação de que os decretos de desapropriação necessariamente desapropriam alguém, por exemplo, incide e disputa determinadas formas de

[54] A palavra "prazo", nesse caso, se refere ao momento em que as ocupações referidas tiveram início.

ocupação e existência que passam silenciadas pelo discurso institucional. Isto, num primeiro momento, aparece diretamente relacionado às formas de ocupação dos sem-teto, mas, em larga medida, refere-se à qualquer outra forma de habitar que está além dos limites da figura do "morador", invocada de forma imperiosa pela funcionária da Prefeitura. Ao se contrapor aos dizeres institucionais, evidenciando a expulsão daqueles que ocupavam o "Portão de Madeira e Cadeado de Ferro", então, a liderança desloca o sentido do que é ser "morador", explicitando que, no Centro da cidade, os moradores são pessoas que habitam em condições que estão fora daquelas normalizadas pela Prefeitura Municipal.

Podemos ainda apontar um aprofundamento reflexivo provocado pela nossa liderança quando ela menciona a insensatez que consiste a fala da "necessidade de criação de um ambiente de moradia". Apontando o nome dos lugares, ela observa que o bairro do Comércio já é, evidentemente, um lugar onde a moradia é realidade. Desta forma, o que nos aparece como elementos em disputa são os sentidos e formas de moradia que, na perspectiva institucional, eram apagados ou sumariamente transformados.

Esta ação toma um caráter especialmente importante porque o Plano de Habitação havia sido anunciado pela funcionária do município como um projeto urbanístico que viesse trazer "todas as classes" para o Centro. A própria delimitação de um programa destinado à "faixa 1", com todas as impregnações oriundas do PMCMV, é concebida pela representante municipal como um atendimento à demanda de inclusão social.

Desta forma, ao expor as iniquidades do projeto, a fala da liderança do MSTB nos parece incidir nesta consideração recuperando importantes sentidos do direito à moradia. Exatamente porque ela demonstra que o Plano de Habitação não prevê moradia para as pessoas que não tem renda. Isso acontece no momento em que ela ancora e o direito à moradia à noção de "realidade" do Centro, indicando que os sem-teto desta cidade estão fora do limites da "faixa 1". Além de apontar para a limitação advinda da exclusão dos (ainda) mais pobres, podemos também entender este apontamento como a vinculação do referido plano habitacional ao critério da renda, como definidor do plano habitacional. Ou seja, um critério que apaga parte substantiva das

pessoas que deveriam ser consideradas pela noção do direito à moradia em sua dimensão universalizante.

A própria evocação da "gentrificação" por parte da liderança nos parece aprofundar essa disputa. Inclusive porque a representante da Prefeitura insiste em negar que haja a "gentrificação". Esta discordância revela, por um lado, uma propaganda da Prefeitura pautando o compromisso em atender o direito à moradia dos pobres, promovendo a "inclusão de todas as classes", e, por outro lado, a partir da contestação da fala da nossa liderança, o apontamento para a forma como esta "inclusão" é realizada. Isto é, discursivamente voltada para a população mas, na prática, reprodutora das desigualdades que incidem em suas vidas.

Um outro elemento que se contrapõe à forma como os projetos foram apresentados aparece quando a liderança do MSTB recupera a temporalidade que envolve esses projetos. Ela faz isso no momento em menciona a sua idade e o tempo de existência da ocupação em que mora. Os quinze anos de disputa cotidiana pelo seu espaço de moradia contrastam com resultados imediatos provocadas pelas ações da Prefeitura e, também, com os projetos de habitação anunciados pelo Governo do Estado que estavam em vias de conclusão. Ao reivindicar este tempo, ela ressoa novamente a desconfiança com a qual os anúncios dos "novos" projetos de habitação foram recebidos por todos os ouvintes e, finalmente, nos põe a duvidar sobre o comprometimento com a execução dos projetos que os agentes do Estado e da Prefeitura anunciaram como se estivessem em conclusão próxima.

Como último aspecto de ponderação sobre as falas da nossa liderança, notamos o momento em que é mencionada a continuidade das expulsões deliberadas no Centro. Se restava ainda alguma possibilidade dos projetos recentes não estarem diretamente vinculados a manifestações tão evidentes da violência, ela se esgota naquele momento. Desta forma, vemos tomarem corpo as contradições que envolvem o processo de execução dos projetos de revitalização urbana, inclusive porque a fala da liderança sinaliza que as expulsões não ocorrem por uma carência projetual ou de referendo técnico. Como ela disse, as pessoas foram despejadas da ocupação em que residiam mesmo quando elas tinham um projeto arquitetônico que seguia as

orientações de "comércio embaixo e moradias em cima", revelando que as intenções em revitalizar residem na substituição dos usos dos imóveis classificados como "degradados", e não nas suas supostas melhorias arquitetônicas e infraestruturais.

O conjunto de todas essas observações é muito significativo porque constitui um aprofundamento na abordagem da questão dos projetos de revitalização urbana. A reunião dos contrapontos colocados pela nossa liderança ilumina muitos desentendimentos (RANCIÈRE, 1996) que estavam ocultos até então, mas que claramente participam da constituição e da execução desses projetos, planos e programas.

Metodologicamente, isso significa que há, por trás de todas as redes de projetos, planos e programas que identificamos anteriormente, uma extensa movimentação que não se explicita imediatamente. Contudo, esta movimentação integra uma parte fundamental do retrato dos projetos de revitalização no Centro que viemos tentando evidenciar aqui. Ou melhor, é uma movimentação que produz as forças de articulação deste retrato. E quando ela é posta em evidência, reunimos melhores condições para entender a maneira como se forma o campo de conflitos articulado a esta dinâmica urbana.

Até o momento, reunimos as condições para entender que ainda se fazem presentes na dinâmica da revitalização urbana em Salvador as propostas referentes ao PRCHS, ao PRP-CAS e ao Salvador 360, mas ainda não possível organizar de maneira clara a linha de continuidade que anunciamos anteriormente. Resta, apenas, a impressão geral de que Salvador 360 se apresenta em pleno vigor, o PRP-CAS apresenta alguns traços evidentes, mas estava planejado para funcionar em maior escala e, finalmente, a impressão de que o PRCHS aparece apenas como foco de pendências que se arrastam há dezesseis anos.

Na forma de agentes envolvidos nesta dinâmica de produção da cidade, percebemos a presença da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado, em alguma medida do IPHAN. Além deles, um conjunto de seis movimentos organizados, de onde aparece, ainda, uma instância de articulação das suas ações. Também foi possível notar que, como sujeitos na disputa pela cidade, existem também aqueles que agem numa escala ainda menos evidente. É o

caso dos ocupantes do prédio "Portão de Madeira, Cadeado de Ferro," que não constituem uma organização ou movimento propriamente dito, mas que igualmente disputam a vida no Centro de Salvador.

Diante do escrito, entendemos que nossa tarefa agora é percorrer os cruzamentos esses sujeitos, projetos, planos e programas. Daqui objetivaremos organizar as informações que ainda aparecem desencontradas e, finalmente, olhar para o fenômeno da revitalização urbana do Centro com esta lente em perspectiva.

2.3 Do Centro Histórico ao Centro Antigo: A expansão da fronteira

Alguns fios nos permitem encadear de modo evidente os sujeitos, projetos, planos e programas de revitalização urbana que abordamos até agora. O primeiro deles é constituído pelo arranjo institucional que põe em marcha a dinâmica da revitalização. Desde o momento de tombamento do CHS como Patrimônio da Humanidade até os dias atuais, vemos que há uma conjugação das instâncias de governo estadual e municipal com a UNESCO, constituindo aí um modo de delimitar a política urbana e patrimonial de Salvador subordinado às diretrizes dessa Organização internacional.

Caso observemos os projetos executados no momento em que o Programa Salvador 360 é mais evidente, a referida subordinação fica evidente a partir da forma de atuação da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Esta autarquia vinculada à SEDUR-M se vale de um *acordo de cooperação técnica* com a UNESCO para executar os projetos de revitalização do Salvador 360 que evidenciamos nas Tabelas 1 e 2 (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, 2017, p. 33).

Intitulado "Projeto Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador", este acordo, formalizado em 2017, acopla à FMLF uma estrutura de gestão especializada para o Centro. Sua visão estratégica para a revitalização envolve, por exemplo, a atração do mercado imobiliário a partir do estímulo à produção de unidades habitacionais pelos projetos de revitalização.

Essa forma de vincular a inciativa privada e o estado é determinante para o caráter do Plano de Habitação anunciado pela funcionária da Prefeitura

na nossa audiência. Nesse sentido, a concepção de utilizar o fundo de pensão dos funcionários municipais para construir a etapa inicial deste Plano e, em seguida, atrair o mercado imobiliário é uma dessas decorrências.

Outro aspecto central desse acordo de cooperação técnica com a UNESCO é o fato dele ser uma repetição daquilo utilizado na elaboração do PRP-CAS. Este Plano estadual também contou com o mesmo formato de cooperação técnica com a UNESCO e foi a partir dele que o Governo do Estado planejou criar a DIRCAS e o referido Fundo de Investimento Imobiliário (FII) como forma de negociar os imóveis vazios do CAS.

A presença da UNESCO, compartilhada entre as estruturas de gestão do plano estadual e deste programa municipal, implicou na vinculação da agenda destes dois dispositivos urbanos à referida Organização internacional. Foram construídas "parcerias" cujo formato e orientação das ações transitaram igualmente entre o PRP-CAS e o Salvador 360, elaborando um ajustamento programático na ação empreendida por eles. Além do formato e da orientação estratégica, também transitou entre os planos parte importante do corpo técnico utilizado.[55]

Esta similaridade fica ainda mais evidente quando examinamos as características dos projetos de revitalização. Isto porque, olhando para os documentos que encorpam esse Plano estadual e esse Programa municipal, é possível identificar que 9 dos 16 projetos identificados na Tabela 2 como parte do Salvador 360 estão expressamente descritos no documento de atualização do PRP-CAS como "Projetos que contribuirão para a valorização dos Equipamentos Culturais" (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014, p. 116-117). Ou seja, são iniciativas que já tinham sido idealizadas desde o PRP-CAS e que foram trasladadas para o Salvador 360. Explicitam, por assim dizer, outras decorrências da semelhança estratégica de ambos planos.

[55] A atuação de pessoas que trabalham primeiro no PRP-CAS e depois no Salvador 360 é uma constatação que pode ser flagrada através de uma comparação entre a equipe técnica que consta no corpo de realização do PRP-CAS (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2014, p.2) e as contratações de "serviço técnico especializado" por parte do município. Estas, por sua vez, foram pessoas contratados no âmbito da realização do "Projeto de Cooperação Internacional Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador" (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018). Cabe pontuar que não se tratam de contratos para quaisquer posições, mas cargos de gerência e comando nas equipes técnicas que elaboraram os referidos planos de revitalização.

Um deles é o projeto de Reconstrução do Mercado de São Miguel, cuja ordem de serviço foi assinada pela Prefeitura em março de 2019. Acontece, entretanto, que a reconstrução deste mercado público já tinha sido diagnosticado pelo PRP-CAS em 2010 como um eixo prioritário de intervenção. Ela aparece, inclusive, em duas das catorze proposições finais que o PRP-CAS explicitara como compromissos do Governo do Estado.

Consta, inclusive, que o projeto já dispunha de orçamento destinado pelo Governo do Estado (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010a, p.31) e que o ente estadual já havia requerido um termo de cessão da Prefeitura. Isso porque o terreno é de propriedade municipal. O executivo estadual, entretanto, foi incapaz de seguir com a obra e devolveu a cessão do uso para a Prefeitura, que passou, posteriormente, a incluí-la no Salvador 360.

Outros três projetos também integram a mesma lista. São os projetos de Requalificação dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia, de Requalificação das Muralhas do Frontispício e de obras no Elevador do Taboão. Nestes três casos, entretanto, há uma outra instância de articulação institucional. Após o Governo do Estado indicar a centralidade dos projetos através do documento do PRP-CAS, o IPHAN se colocou como ente responsável pela execução desses projetos, através de uma vinculação ao PAC – Cidades Históricas. Contudo, por conta da já mencionada redução orçamentária do IPHAN decorrente do golpe de 2016, após assumir essa condução, o órgão federal de patrimônio perdeu capacidade orçamentária e cedeu, posteriormente, os projetos elaborados à Prefeitura Municipal, que os incluiu no escopo do Salvador 360.

Esses exemplos mostram que, a partir da conjugação dos poderes executivos municipal e estadual com a UNESCO, há um deslizamento dos projetos de intervenção urbana, especialmente evidentes do PRP-CAS para o Salvador 360. Além de apontar para um acordo estratégico dos planos e dos seus agentes promotores, aspecto que já não é trivial, estes deslizamentos também mostram que há um encadeamento da revitalização em que os projetos que não foram realizados em determinado momento, são realizados posteriormente. Ilustram, portanto, a existência de uma cadência da dinâmica de revitalização que transita entre diferentes governos e que, por sua vez, tem

origem na vinculação dessas instâncias de poder com a UNESCO e com as agendas econômica e urbana produzida nesse âmbito.

Nesse sentido, chama atenção, novamente, o momento de complexificação institucional do PRCHS que mencionamos na seção inicial desse capítulo. Lembremos que é no momento de transição da sexta para a sétima etapa do PRCHS em que há uma revisão do arranjo institucional do referido programa, em decorrência das barreiras que o Governo do Estado enfrentou no decorrer das primeiras etapas implementadas ao longo dos anos 1990. Dessa revisão no arranjo institucional inicial, que anteriormente contava com financiamentos apenas do Governo do Estado e não incluía a tipologia habitacional no desenho do programa, surgiu um conjunto de modificações que complexificaram o arranjo do PRCHS, no sentido da promoção da tipologia habitacional e na aproximação institucional com o BID.

À luz desses acontecimentos, podemos entender que o encadeamento da revitalização urbana que transita entre o PRP-CAS e o Salvador 360 encontra um momento seminal nessa referida passagem da sexta para a sétima etapa do PRCHS. Especialmente no que tange o desenho urbanístico dos projetos suscitados e o arranjo institucional que operacionaliza a revitalização. Olhando em retrospectiva, o conjunto dessas medidas aparece como resultado do acúmulo de expertises que foi produzido quando os dispositivos urbanísticos de encadeamento da revitalização urbana tomavam seus contornos iniciais em Salvador.

Nesse mesmo diapasão de complexificação do PRCHS e do seu arranjo institucional, há um segundo fio que aparenta alinhavar essa dinâmica de produção das cidades nos últimos trinta anos. Trata-se da estrutura de financiamento da revitalização urbana que vai sendo montada ao longo deste período. No âmbito da transição da sexta para a sétima etapa do PRCHS, também ocorreu a mudança do modelo de financiamento das obras, uma vez que ele passou de um financiamento proveniente dos recursos do tesouro estadual para um financiamento estruturado nos créditos emitidos pelo BID. A partir da sétima etapa, a contratação de crédito emitido por bancos para financiar os projetos de revitalização parece entrar um movimento crescente até chegar nos dias atuais.

Na verdade, entre a sétima etapa e o momento de evidência do Salvador 360 podemos ver diferentes mecanismos de captação desses créditos que, ora alcançam maior êxito, ora menor. De todo modo, mesmo aqueles que nem saem do papel contribuem igualmente para o desenho dessa política de financiamento pois, em conjunto, conformam experiências distintas que estão atreladas ao financiamento da revitalização a partir do crédito financeiro. São os casos da tentativa de constituição do FII do CAS no âmbito do PRP-CAS, do PAC – Cidades Históricas, dos linhas de crédito emitidos pela Desenbahia, pelo BNDES e pelo Banco do Nordeste (que financiam os projetos privados expostos na Tabela 3) e, também, das dez operações de crédito realizadas pela Prefeitura entre 2013 e 2020, que, por sua vez, repercutem no financiamento dos projetos do Salvador 360.[56]

Inclusive, se explorarmos analiticamente as diferenças de cada um desses mecanismos e relacionarmos com o maior ou menor êxito que eles alcançam, veremos que um desses mecanismos se sobressai. É o mecanismo de contratação de crédito que se vincula aos bancos internacionais, com destaque para o BID, e que empenha os recursos provenientes dos fundos públicos para lastrear os projetos de revitalização.

Este é o modelo inicial, adotado pela política econômica da sétima etapa do PRCHS, e, também, adotado no desenho do Salvador 360. Ou seja, é um modelo que alinha diretamente a política econômica do primeiro e do mais recente dispositivo urbanístico de revitalização urbana que viemos analisando aqui. O elemento mais notório desta aproximação é o fato de que, após variadas tentativas de implantação de outros mecanismos para obter crédito, este arranjo financeiro reaparece e não fica limitado à política urbana do Centro.

Caso voltemos à política econômica e urbana evidenciada pela Tabela 4 nas páginas anteriores, entenderemos que a captação de crédito para investimento em infraestrutura via bancos internacionais, empenhando os fundos públicos, se espraia para um conjunto de intervenções urbanas que

[56] Os mecanismos de captação de recursos mencionados ao longo deste capítulo que não estão vinculados ao crédito financeiro são estruturadas a partir de outras duas maneiras. Ou por meio do emprego de recursos diretamente do tesouro municipal/estadual, ou por meio de isenções fiscais. Esses últimos são os casos do PIDI e do Programa Revitalizar.

incidem não apenas no Centro, mas no conjunto total da cidade. Constituem, portanto, um movimento de ampliação do alcance desta política e, consequentemente, deste modo de produção urbana.

Um outro ponto fundamental que a referida ampliação evidencia é o fato de que esta política econômica adotada põe em circulação uma rede de capitais mais ampla do que aquela imediatamente vinculada às obras de revitalização. Na situação apresentada aqui, visualizamos isso de modo claro através da transferência das secretarias municipais de governo para o bairro do Comércio. Lembremos que a mudança na localização de 80% das sedes das secretarias municipais foi regulamentada por regime de locação em que a Prefeitura Municipal, munida do crédito do BID contratado, se comprometeu a arcar com o custo dos imóveis alugados por um período de, no mínimo, vinte e, no máximo, trinta anos.

Nesse sentido, a partir dos investimentos direcionados para sanar estes alugueis, a Prefeitura tem dinamizado no bairro do Comércio um conjunto de atividades econômicas mais extenso do que aqueles empenhados nas obras propriamente ditas. Esses circuitos mobilizados envolvem desde os serviços que visam atender os vinte mil funcionários que passaram a trabalhar cotidianamente neste espaço, até os proprietários dos imóveis de todo este bairro. Influenciam, portanto, no conjunto da dinâmica imobiliária, uma vez que a tendência especulativa de novos usos no bairro do Comércio não fica restrita aos imóveis que sediam as secretarias municipais diretamente.

Coadunam com este ponto, as outras induções que Prefeitura tem planejado através da construção do referido Plano de Mobilidade. Esta medida, que associa à dinâmica do Centro aos projetos do BRT e do Monotrilho, conta com investimentos que ampliam a dinâmica da circulação viária e reposicionam o lugar que o Centro desempenha na articulação da cidade. Aqui, também, não podemos deixar de levar em conta a construção da ponte Salvador-Itaparica, o investimento bilionário do Governo do Estado em parceria com um consórcio de empresas chinesas que tem sido implementado e incidirá diretamente no Centro de Salvador. Estes outros exemplos constituem no Centro um nó infraestrutural e logístico da cidade que, por sua vez, vinculam os créditos do BID e os projetos de revitalização que viemos citando aqui à

potencialização desta outra série de outros circuitos econômicos que não são imediatamente vinculados à produção urbanística.

À luz dessas reflexões, vemos que o protagonismo do poder público identificado no início do capítulo, a partir das Tabelas 2 e 3, indica a extensão e profundidade do papel que o estado desempenha na organização desta política urbana e econômica. A porosidade e transitividade com o setor privado se dá, então, *a partir* da utilização do crédito financeiro pelos bancos internacionais nos projetos de revitalização. O estado contrata o capital e o faz circular, repercutindo em uma multiplicidade de circuitos econômicos mobilizados no entorno imediato da dinâmica de revitalização e, também, além dela.

O fato da dinâmica de revitalização urbana estar vinculada a um espraiamento de diferentes circuitos econômicos nos leva a concebermos sua condição de existência enquanto uma política de desenvolvimento urbano-econômico. Ou seja, uma política que, ao invés de simplesmente repetir uma determinada dinâmica urbana e econômica, constrói uma mudança do lugar que a produção das cidades ocupa na produção, reprodução e circulação de capitais. Se o paradigma da sétima etapa, ao romper com financiamentos somente oriundos do estado, já evidenciava uma mudança no papel da revitalização na produção da cidade, este movimento de ampliação que citamos vinculada ao Salvador 360 nos leva a pensar em um aprofundamento deste padrão de acumulação de capital.

Isso é especialmente visível através das decorrências do eixo do programa Salvador 360 nomeado como "Cidade Inteligente". Nas intervenções urbanas relacionadas na Tabela 3, o referido eixo é a via de construção do já mencionado Hub Salvador. O Hub é um empreendimento, também localizado no bairro do Comércio, que oferece o serviço de aluguel de espaços de trabalho para as ditas "*startups*". Ou seja, para empresas cujos modelos de funcionamento incorporam: risco na rentabilidade do negócio, estratégias de rápida expansão, os altos índices de processamento de dados e relações trabalhistas flexibilizadas. O Hub Salvador é gerido por um consórcio de duas empresas (DP Participações e Bossa Nova) através de uma PPP com a Prefeitura Municipal de Salvador. Constitui, portanto, um empreendimento cujo

padrão de acumulação está em consonância com as diretrizes da revolução molecular-digital que desbancaram o paradigma fordista de produção.

A definição do Hub Salvador que está no panfleto distribuído aos que visitam o empreendimento[57] talvez ilustre isso ainda melhor:

> "O QUE É O HUB? O hub é uma comunidade de empreendedorismo, inovação e tecnologia que estimula criatividade e produtividade, gerando conexões, incentivando a colaboração e ajudando nossos membros a crescerem juntos. Tudo isso acontece em um espaço de mais de 3.000m², mais de 400 estações de trabalho, 10 salas privativas, espaço para eventos, áreas de convivência, sala de produção audiovisual, sala holística [sic] e poltronas acústicas para ligações, além do Coffe Hub, nossa cafeteria disruptiva [sic]. Aqui é o lugar ideal para fazer conexões valiosas para o seu negócio pois *funciona como um ponto gravitacional do ecossistema empreendedor de Salvador*. O Hub Salvador é mais que um coworking, *é uma plataforma de negócios*"
>
> (HUB SALVADOR, 2019, grifo nosso)

O fato do Hub Salvador ser entendido e propagandeado como um "ponto gravitacional" do modelo de empresas da revolução molecular-digital ilustra a função que ele busca desempenhar na articulação e no aprofundamento de determinadas relações sociais de produção. Além disso, também evidencia o papel estratégico que ele desempenha na dinâmica de revitalização. É significativo o fato do Hub Salvador conter uma articulação do conteúdo do seu projeto urbanístico (e o tipo de uso que ele suscita) com os ditames da revolução molecular-digital. Esta articulação não é percebida de modo tão claro nos outros projetos do Salvador 360, nem naqueles outros delimitadas no âmbito do PRP-CAS e do PRCHS, o que nos permite classifica-lo como uma particularidade diante dos outros projetos de revitalização. O Hub, nesse sentido, simboliza de modo muito evidente um conjunto de esforços do estado destinados à implantação das sofisticadas estruturas do modo de produção capitalista globalizado. É uma das novidades que o Salvador 360 aparenta produzir na dinâmica de revitalização urbana experimentada nos últimos trinta anos.

[57] Um dos momentos da pesquisa empírica realizada no Centro de Salvador compreendeu uma incursão ao Hub Salvador. Nesta etapa de pesquisa, o referido panfleto explicativo do que consistia o Hub Salvador foi entregue pela pessoa que atendia na recepção.

Ainda sobre essas dimensões simbólicas, é importante pontuar que o Hub Salvador está assentado na mesma edificação do Terminal Marítimo de Passageiros de Salvador. Este Terminal passou por um processo de revitalização financiado pelo PAC2, uma vez que era entendido como um dos equipamentos urbanos estratégicos para a Copa de 2014. Dizia-se necessário adaptar suas estruturas antigas para recepcionar os navios transatlânticos que aportariam em Salvador durante este megaevento.

A co-incidência espacial do Hub Salvador e do Terminal Marítimo de Passageiros ilustra como a especificidade do Salvador 360 está vinculada ao conjunto mais amplo da revitalização urbana. Além disso, também evidencia como o Hub Salvador, mesmo sendo um exemplo singular, está diretamente atrelado aos demais projetos tematizados aqui. Isso também nos diz que, mesmo que os projetos de revitalização urbana não expressem de maneira tão evidente esse aprofundamento das relações de produção próprias de um capitalismo globalizado, assim como faz o projeto do Hub Salvador, essa é uma tendência que está sendo alimentada pelo conjunto desses projetos.

De volta às nossas preocupações iniciais, através do conjunto de análises desta ultima seção, podemos ver que a linha de continuidade da revitalização urbana está alinhavada, até então, por três fios. São eles: 1) a estruturação de um arranjo institucional, 2) a delimitação de uma política econômica centrada na contratação de créditos internacionais e 3) a utilização deste horizonte como modelo de desenvolvimento econômico, que começa no Centro e se expande para o conjunto da cidade. É através desses fios por onde conseguimos articular os diferentes agentes do capital e as diferentes instâncias do estado; por onde é possível entender os reflexos das questões conjunturais e estruturais que vão emergindo dentro desse período histórico; e, por onde, também, vemos serem costurados os planos e programas de governo: dispositivos que, cada um a sua maneira, estabelecem discursos, cruzam instituições e, também, relações de poder (AGAMBEN, 2009).

Contudo, resta um último fio a ser analisado. É ele que completa a trama que estamos constituindo aqui, pois é o que melhor esboça a estruturação dos custos sociais da revitalização urbana. Trata-se da execução de uma política de desapropriações imobiliárias por utilidade pública pela qual o estado

viabiliza a base de acumulação deste processo. Os indícios dessa política já foram trazidos aqui pontualmente, inclusive quando falávamos dos pilares de estruturação inicial da revitalização, no âmbito do PRCHS. Se resgatarmos o argumento, veremos que a execução sistematizada de um conjunto de decretos de desapropriação inseridos nas diversas etapas do PRCHS expulsaram, entre 1992 e 2004, um total de 3.692 moradores do Centro Histórico (MOURAD, 2011). Afirmamos, inclusive, que estes decretos centralizaram a propriedade de um número substantivo de imóveis do Centro nas mãos do estado e, nesse sentido, permitiram que as obras de revitalização pudessem ser executadas transformando as antigas moradias de homens e mulheres pobres em *boutiques,* museus, lojas de *souvernirs,* restaurantes e, também, sedes do aparelho estatal.

Acontece que a execução desse tipo de decreto segue funcionalizando a dinâmica da revitalização nos dias atuais. Como também já evidenciamos aqui, para cada um dos dois outros planos e programas que viemos destacando, também são preconizados decretos de desapropriação para fins de utilidade pública. No caso do PRP-CAS, os decretos Nº 14.865, 14.866, 14.867 e 14.868 e, no caso do Salvador 360, os decretos que visam a desapropriação dos imóveis do Comércio para dar lugar ao propagandeado Plano de Habitação – que até o momento não foram publicados oficialmente. Registramos nas páginas anteriores, inclusive o Decreto Nº 24.435, que se vinculava ao Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências, parte da ação da Prefeitura idealizada antes mesmo do Salvador 360.

Sobre os quatro decretos do Governo do Estado, nos parece fundamental destacar que, de acordo com os documentos reunidos nos autos do Inquérito Civil do MP-BA (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020), são eles que estiveram diretamente vinculados à constituição do Fundo de Investimento Imobiliário anteriormente citado. Na verdade, os imóveis aos quais esses quatro decretos se referem são aqueles 994 imóveis que foram diagnosticados como objeto de ação do FII. Inclusive, são especificamente as áreas delimitadas pelo Decreto 14.868 que constituíam as áreas dos 383 imóveis que dariam a primeira fase de pontapé inicial do Fundo, onde seriam localizados os imóveis de alto padrão, o shopping, o estacionamento e as salas

comerciais. O Mapa 3, disponibilizado a seguir, nos permite visualizar as referidas áreas de incidência,[58] bem como as áreas de incidência do decreto municipal. Nele, é significativa a convergência espacial das medidas do Governo do Estado com a do Município, e também com os projetos de revitalização anteriormente expressas no Mapa 2.

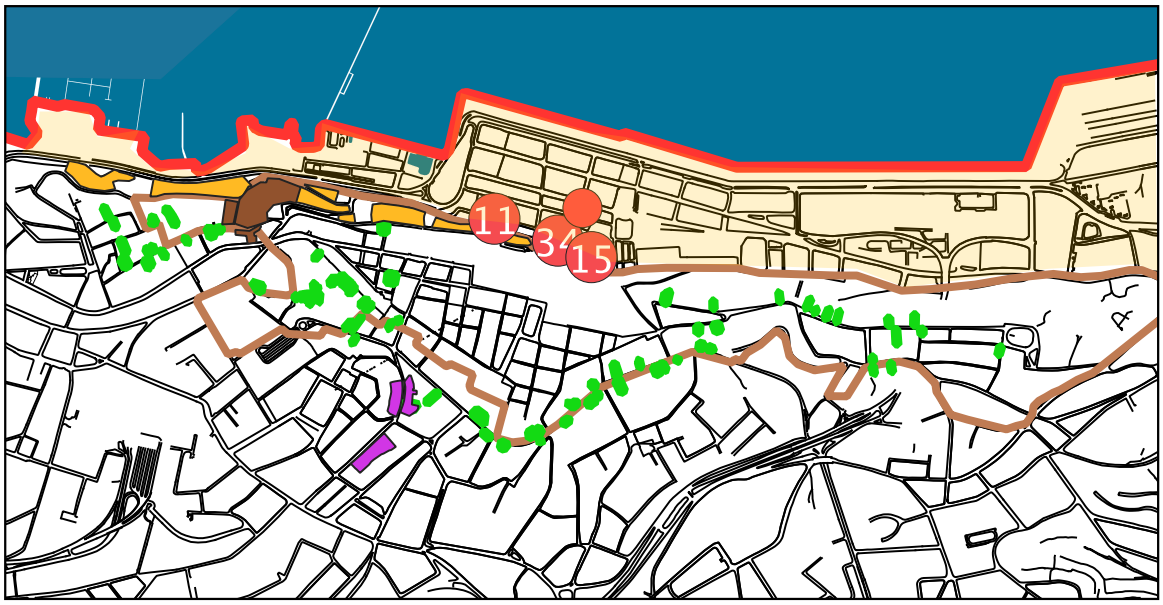
O que depreendemos dessa análise é que os decretos de desapropriação por utilidade pública aparecem sistematicamente na revitalização do Centro porque maximizam a renda diferencial da terra obtida entre o momento antes da revitalização e o momento depois (SMITH, 1979). Isto se dá porque o custo de indenização inerente à desapropriação, no Centro de Salvador, pode ser comprimido ao máximo, representando para o estado valores muito baixos ou, até mesmo, inexistentes. Caso lembremos o valor calculado no âmbito do FII, veremos que a porcentagem relativa ao custo de desapropriação era de apenas 11,9% do valor total investido no desenvolvimento dos empreendimentos. A compressão desse gasto é possível nos casos de desapropriação de imóveis que somam dívidas imobiliárias e fiscais superiores ao seu valor venal. Ainda que, legalmente, o estado deva indenizar os proprietários em conformidade com o valor de mercado dos seus respectivos imóveis, a situação retratada abre um precedente para que o estado compense as dívidas dos proprietários com o pagamento rebaixado das indenizações.

É importante salientar que as referidas dívidas, por sua vez, decorrem da depreciação da renda imobiliária da terra. De modo geral, proprietários imobiliários só começam a somar dívidas no momento em que a utilização do imóvel para fins de moradia própria ou para aluguel não compensam mais os seus custos. Esta situação de depreciação, por sua vez, foi produzida durante as quase quatro décadas de modernização soteropolitana, período entre 1950 e o final dos anos 1980. Neste momento, a expansão da cidade de Salvador as-

[58] As áreas de incidência do Decreto Estadual 14.867/2014 estão representadas por círculos vermelhos. Quase todos os círculos estão acompanhados por um número no seu interior que representa a quantidade de imóveis dentro daquela área que estão incluídos no decreto. Este recurso foi utilizado pois a discriminação individualizada dos imóveis (como acontece no caso do Decreto 14.865/2014) não seria possível, dada a escala em que o Mapa 3 se encontra. O único círculo sem número no seu interior representa apenas um imóvel desapropriado

MAPA 3

Áreas de desapropriação delimitadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado (Nov/Dez 2013)

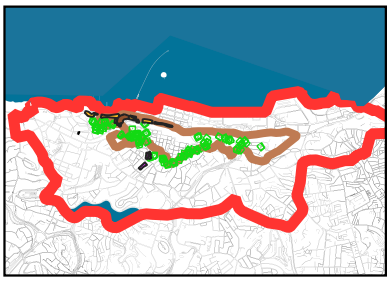


0 250 500 m

N

Legenda:

- Decreto Municipal Nº24.435/2014
- Decreto Estadual Nº14.865/2014
- Decreto Estadual Nº 14.866/2014
- Decreto Estadual Nº14.867/2014
- Decreto Estadual Nº14.868/2014
- Poligonal Centro Histórico
- Poligonal Centro Antigo
- Ruas e Avenidas Principais
- Bairro do Comércio (Lei Municipal 9.278/2017)



Fonte: Elaboração do autor por meio do *software* livre Quantum GIS (Versão 3.4 Madeira) utilizando como *basemap* o mapa intitulado "Plano de Bairro 2 de Julho" elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum e financiado pela Proext-UFBA.

Disponível em: http://planodebairro2dejulho.blogspot.com. Último acesso em outubro de 2019.

sociada a ausência de investimentos estatais significativos no Centro (e presença desses investimentos nas áreas de expansão) apresentavam uma dinamicidade significativamente maior nas novas frentes de desenvolvimento da cidade, implicando na migração dos capitais de natureza imobiliária e, portanto, na depreciação da renda das propriedades do Centro.

Por conta desta dinâmica de depreciação, os imóveis do Centro passaram a sediar relações de propriedade e inquilinato localizadas fora do regime de legalidade desenhado pelo estado. Ou seja, passaram abrigar os trabalhadores pobres da cidade. Pessoas que vivem em imóveis ocupados sem a autorização expressa do proprietário, em construções não reguladas por escritura, regimes de comodato diversos e, também, pessoas que vivem nos imóveis ditos abandonados, que vivem transitando constantemente entre diferentes moradias. Em resumo, os homens e mulheres pobres condicionados a habitar em condições de precariedade, localizadas no limite exterior daquilo que as leis de regulação da propriedade privada arbitram.

Isso significa que essas formas de habitação precarizadas funcionalizam ainda mais a dinâmica da revitalização. Pois, já que esses homens e mulheres não estão dentro da legalidade desenhada pelo estado, o custo da desapropriação dos imóveis ocupados pode ser comprimido ao máximo, inexistindo nos casos em que a dinâmica de moradia dos ocupantes é transitória e precária. Mesmo assim, ainda que o estado pague alguma indenização para os habitantes dos imóveis desapropriados, este valor é substancialmente inferior àquele estabelecido para os habitantes dos imóveis que não apresentam essas dívidas.

Como fator que também contribui para a compressão das indenizações no Centro de Salvador, soma-se a atuação das forças policiais de estado. A sua ação sistematizada através de ameaças, coerções e agressões deliberadas contribui para forçar a saída de ocupantes vulneráveis dos imóveis que visam ser desapropriados, sem que estes possam receber indenizações reparatórias. Nesse sentido, permitem que o estado reduza ainda mais os custos dessas desapropriações.

Em síntese sumária, os decretos de desapropriação por utilidade pública constituem um mecanismo fundamental da revitalização. Através dele, o

estado localiza os custos da maximização do diferencial de renda (SMITH, 1979) nas diferentes formas de ocupações dos pobres que vivem no Centro de Salvador. É este mecanismo que constituiu, por exemplo, a dinâmica de expulsão do PRCHS. Para os moradores do Centro Histórico localizados nos imóveis que foram desapropriados, o estado utilizou três medidas de expulsão (REBOUÇAS, 2012): A primeira consistiu no pagamento de uma indenização de R$1.882 por cada família removida. A segunda consistia no reassentamento desses moradores em bairros localizados na fronteira urbana da cidade, como Fazenda Coutos (a 20km de distância do Centro), [59] onde as pessoas reassentadas ainda deveriam arcar com um custo mensal de financiamento da residência a ser pago ao estado. E a última consistiu na expulsão violenta, operada pela Polícia Militar, sem nenhum mecanismo de reparação.

Por outro lado, é fundamental ressaltar que essas formas de realização da desapropriação no âmbito do PRCHS encontraram pontos de resistência na ação politica dos moradores e trabalhadores do Centro Histórico. As mais emblemáticas e difundidas experiências durante o PRCHS são as ações promovidas pelos alfaiates e pela AMACH no momento de virada da sexta para a sétima etapa. São inciativas que constituem significativas tentativas de contraposição à dinâmica de revitalização.

Elas mostram que, assim como a política de desapropriação é permanente ao longo dos planos e programas de revitalização, o conflito que ela encena também é. Nesse sentido, a instauração do inquérito pelo MP-BA, a partir das ações do Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho (MNB2J), aparece integrada ao conjunto dessas iniciativas, uma vez que questiona, exatamente, os decretos de desapropriação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal referentes, dessa vez, ao PRP-CAS e do Projeto do Entorno da Ladeira da Preguiça.

Dessa forma, a audiência relatada anteriormente, que decorre do referido inquérito, pode ser localizada como um dos momentos que integra as cenas desse campo de conflitos. Inclusive, ela parece ilustrar a conjuntura de

[59] Exemplificamos Fazenda Coutos pela fato deste ser o destino de alguns dos moradores expulsos do Centro no âmbito do PRCHS que, por sua vez, estão retratados no filme Pelores (2004), de Marina Ruges e Aline Frey. Neste documentário, as cineastas entrevistam algumas dessas pessoas e ilustram a dinâmica que aqui fazemos referência.

transição do protagonismo da execução da revitalização do Governo do Estado para a Prefeitura Municipal, levando alguns dos elementos descritos no seu âmbito a ganhar ainda mais força explicativa. É o caso, por exemplo, do registro da funcionária da Prefeitura de que os decretos de desapropriação emitidos pelo Governo do Estado haviam caducado e que, nesse sentido, a Prefeitura havia escolhido realizar o seu Plano de Habitação no bairro do Comércio, uma vez que ali "os imóveis estão mais fáceis de serem negociados". Na verdade, o que nos revela o Mapa 3, em convergência com as áreas citadas nominalmente pela referida funcionária na audiência, é que a Prefeitura tem utilizado como *lócus* do seu Plano de Habitação as mesmas áreas que estavam planejadas para serem desapropriadas pelo Decreto Estadual 14.867 e que "caducaram" porque o FII não foi executado até o fim.

Disso, o que é mais esclarecedor para compreender a dinâmica da revitalização urbana e sua relação com a desapropriação é a revelação de que a política de desapropriação fundiária é uma ação que vai sendo produzida a partir de um cálculo do poder público. Um cálculo que deriva das experiências somadas ao longo dos 28 anos que separam o PRCHS da audiência que presenciamos e que incorpora, também, as decorrências das ações de resistência produzidas pelos grupos e coletivos que se contrapõem à revitalização.

Para o conjunto das reflexões que viemos fazendo, essa maneira de estruturar a política de desapropriação fundiária revela uma linha de continuidade porque combina diferentes experiências dos planos e programas que tributam em um mesmo modelo de desenvolvimento econômico. Além disso, sob a luz das formas que esse modelo repercute no Centro de Salvador, vemos acontecer dentro deste período um avanço de um modo de produzir a cidade que incorpora os enunciados da trama conflitiva observada.

O Plano de Habitação anunciado pela Prefeitura, nesse sentido, aparece como uma cristalização deste avanço. Lembremos novamente que seu conteúdo veio acompanhado da negação por parte da funcionária da Prefeitura de que as ações municipais estavam produzindo "gentrificação", da declaração de que o objetivo do Prefeitura é fazer um Plano de Habitação que trouxesse "todas as classes" para o Comércio e, finalmente, da construção de

uma etapa deste Plano dedicada exclusivamente à "faixa 1". Tudo isso ao mesmo tempo em que a funcionária afirma que a Prefeitura não possui recursos para a produção habitação de interesse social. É sintomático, nesse sentido, o alvoroço que ela causa. Porque decorre de uma estratégia de produção da cidade que assume as facetas da inclusão social, sem incorporar os fundamentos políticos da igualdade e da universalização de direitos que estão umbilicalmente ligadas ao direito à moradia. E aqui a fala da nossa liderança ressoa novamente.

Por outro lado, do ponto de vista institucional, o Plano de Habitação nesses moldes representa a concretização daquilo que foi desenhado no âmbito do PRCHS, quando a questão habitacional foi introduzida como novidade. Vemos, então, que há um ciclo do receituário da UNESCO e do BID que se completa, e faz isso se apropriando do arsenal crítico da luta por moradia ao mesmo tempo em que dá corpo a um conjunto de fluxos econômicos orientados pela concentração de capital e pela ideologia hegemônica. Tudo isso, fundamentado por uma política de desapropriação fundiária que incide na moradia dos pobres e por um conjunto de mecanismos que lastreiam a acumulação em consonância com os paradigmas do capitalismo globalizado. Não é à toa que vemos na definição do Programa Salvador 360, ao lado dos referidos eixo Cidade Inteligente e Centro Histórico, o também mencionado "estímulo à economia informal" deliberado e programático.

Não parece ser à toa, também, a geografia que os processos relatados constroem. Muito além de uma coincidência fortuita, o fato do bairro do Comércio sediar o Hub Salvador, a política de desapropriação associada ao Plano de Habitação e a transferência das sedes das secretarias municipais constitui um fenômeno que materializa espacialmente a mencionada ampliação da revitalização no Centro como modo de produzir a cidade. O que nos permite ressignificar as questões referentes às fronteiras e nomeações do Centro. Isto porque o bairro do Comércio extrapola os limites restritos do CHS que eram considerados durante o PRCHS, ao passo que está incluído na poligonal da APCP que passou a ser nomeada como CAS. Além disso, como nos mostram os Mapas 2 e 3 é esta a área que concentra tanto as intervenções mapeadas, quanto os imóveis vinculados ao decreto de Desapropriação 14.867

- que posteriormente se transformam na área de incidência do Plano de Habitação. Desta maneira e, principalmente, pela forma como as ações materializadas no Comércio cadenciam a dinâmica de revitalização e o conjunto dos planos e programas analisados, o argumento institucional utilizado no PRP-CAS de que a nomeação de CAS é fruto de um rompimento no modo de ação da revitalização, que sai das edificações de "destaque" do PRCHS e passa a se preocupar "com o Centro de modo integrado, incluindo a área do seu entorno", cai por terra. A consolidação dos limites atrelados à nomenclatura CAS como delimitação espacial dos planos e programas, então, parece muito mais significar que esta forma de nomear o Centro simboliza o avanço das fronteiras de acumulação a partir da dinâmica de revitalização urbana que vem se consolidando desde o PRCHS.

É por conta desses desdobramentos da política de desapropriação fundiária que dizemos que esse último fio retratado conclui a trama da revitalização urbana. Tomada a partir do conjunto que apresentamos aqui, essa trama desenha o conjunto de permanências que compõem o que viemos chamando da linha de continuidade dos últimos trinta anos. Através dela, fica evidente que os agentes operadores do modelo de desenvolvimento urbano-econômico que toma forma no Centro, ao eleger seus "pontos gravitacionais", ao determinar os lugares em que os seus custos são realizados, constroem um sentido para a cidade que está sendo produzida; um modo de articulação das sociabilidades, de subordinação dos sujeitos e de orientação da vida das pessoas. Para a classe que dirige esse processo, esse sentido está ligado, evidentemente, à realização de fluxos globais de produção, reprodução e circulação do capital e, também, à produção dos signos que constroem a hegemonia desta dinâmica.

Contudo, a nossa linha de continuidade também mostra que há um conjunto de grupos, coletivos e movimentos que tentam se contrapor à dinâmica de revitalização do Centro de Salvador. Constituem diferentes formas de organização coletiva que buscam articular os expulsos da cidade revitalizada. Ainda que haja uma evidente desproporção nessas forças, parece ser frutífero investigar mais profundamente a constituição dessas experiências, no sentido de provocar os enunciados que elas acionam. Um

exercício através do qual podemos compreender ainda mais a organização do campo de conflitos em torno da revitalização, de modo a tensionar os enunciados que esses grupos mobilizam.

Nesta direção, tentaremos prosseguir a partir da forma como as experiências de contraposição se colocam diante da dinâmica de revitalização. Buscaremos, então, explorar algumas das cenas de conflito que apenas indicamos sumariamente, entendendo a transformação da cidade (e da vida dos seus habitantes) que aparece latente nessas cenas. Em última instância, este talvez seja um caminho por onde podemos perguntar se há uma disputa pelos sentidos da cidade (?), de que forma essa está sendo produzida (?) e o que ela nos permite imaginar como horizonte possível (?).

Capítulo 3: Cenas do conflito - investidas, lutas e sentidos na cidade revitalizada

Neste capítulo, discutiremos as tensões e disputas em torno das intervenções no Centro de Salvador. Nosso objetivo aqui é tematizar a dinâmica social e as disputas que estão em jogo na chamada revitalização urbana, colocando em primeiro plano movimentos sociais e populares que estavam concernidos nos processos que anunciamos no capítulo anterior. Se anteriormente nos dedicamos à identificação do arranjo institucional responsável pela execução da revitalização urbana, nos interessa agora expor mais diretamente as cenas e o conjunto de sujeitos, coletivos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que estiveram vinculados aos processos de intervenção no Centro de Salvador no período analisado nesta dissertação.

Entendemos como *cenas* do conflito, os momentos em que múltiplas situações de conflito encorpam uma disputa em que diferentes usos da cidade se antagonizam. Essa noção se aproxima de Rizek (2016), no sentido de que a composição de uma cena nos permite identificar, na articulação de múltiplas situações de conflito, "feixes de interconexão" que nos permitem ler relações nem sempre evidentes num plano de análise imediato, recortado nos limites estritos de determinada situação de conflito.

Uma cena do conflito configura, portanto, um momento em que as ações de diferentes grupos, coletivos e movimentos aparecem vinculadas ao arranjo institucional anteriormente abordado por meio de um mesmo fio condutor. Através dessa mirada, somos levados a conceber a dinâmica de revitalização urbana pelo seu entrelaçamento com as suas experiências de contestação ora apresentadas, tematizando as relações sociais que estão em jogo nesta dinâmica de produção do espaço.

Resulta disso que a construção das cenas apresentadas a seguir não respondem a uma tentativa de identificação exaustiva dos grupos, associações e movimentos que incidem na dinâmica revitalização do Centro de Salvador. Buscamos percorrer os caminhos destas tramas de disputa para melhor situar no tempo-espaço as clivagens, permanências e reconfigurações deste campo de conflitos. Nesse sentido, os grupos e associações que integram as cenas descritas a seguir estão, evidentemente, inscritos no período que retratamos densamente no capítulo anterior (1990-2020), conformando-se como elementos que construíram a dinâmica conflitiva da revitalização.

3.1 Cena 01 – moradia popular em patrimônio, a "estabilização do conflito"[60] e a interdição das negociações: fluxos e refluxos neodesenvolvimentistas

A experiência de constituição da Associação dos Amigos e Moradores do Centro Histórico (AMACH) é um marco nas tentativas de enfrentamento das ações do Governo do Estado no momento do PRCHS. Seu significado se deve, em boa medida, a duas características deste processo. Em primeiro lugar, pelo fato da AMACH resultar de um acúmulo das dinâmicas de expulsão anteriores

[60] A noção de "estabilização do conflito" aparece entre aspas pois se refere a uma expressão utilizada em uma das entrevistas que fundamentam este capítulo, concedida por Thaianna Valverde, assessora do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Como será aprofundado a seguir, a noção é importante porque diz respeito a uma suposta mudança na forma como o governo estadual lidou com diferentes grupos que disputavam o Centro de Salvador, logo no contexto em que houve a transição do governo estadual do PFL para o PT. Como buscaremos mostrar, se inicialmente o governo de cunho progressista acenou para essas melhores condições de diálogo com os movimentos sociais, no sentido de estabilização do conflito, o período final que integra esta cena terminou sendo caracterizado por uma tentativa de silenciamento e interdição do conflito por parte deste mesmo governo.

às da referida sétima etapa do PRCHS;[61] e, em segundo lugar, por conta dela ter efetivamente barrado parte das expulsões planejadas pelo Governo do Estado, articulando uma rede diversa de enfrentamento às ações do PRCHS.

Sobre o primeiro aspecto, é importante localizar que a formação da AMACH decorre da disputa pela ocupação dos imóveis localizados na área da sétima etapa do PRCHS. Há uma correspondência direta entre a atuação dos seus membros e o decreto de desapropriação referente a esses imóveis, o decreto estadual Nº 8.170, emitido em 25 fevereiro de 2002. Ao longo das ações pelas quais a AMACH se construiu, a disputa dos seus integrantes se desdobrou na construção de medidas judiciais que buscaram assegurar a manutenção dos moradores nas suas respectivas residências, além da construção de três equipamentos coletivos que garantissem a permanência no local: uma creche, uma cozinha comunitária e uma sede da Associação. A formalização da Associação, em 3 de julho de 2002, é resultado do enfrentamento desse decreto de desapropriação.

Contudo, apesar dessa correlação direta, as ações que culminaram na fundação da AMACH começaram a ser realizadas ainda no início dos anos 1990. O relato de Jecilda Mello,[62] uma das pessoas que vem liderando essas inciativas, é de que havia um grupo de mulheres, do qual ela fazia parte, que começou a fazer reuniões no momento em que as expulsões nas áreas das etapas iniciais do PRCHS começaram a ser percebidas. O objetivo desse grupo era conter as expulsões sumárias que vinham se expandindo a cada etapa de intervenção do PRCHS que era inaugurada. A área que viria a ser objeto de incidência da sétima etapa já estava sofrendo consequências do processo de revitalização do PRCHS antes mesmo da emissão do respectivo decreto de desapropriação que nela incidiria, porque parte das pessoas que estavam sendo expulsas das primeiras áreas de intervenção do Plano migravam para os casarões ditos abandonados daquelas outras áreas que ainda não estavam

[61] Conforme explicitado no capítulo anterior, a sétima etapa do PRCHS corresponde à última fase de intervenções no Centro de Salvador realizada durante as gestões dos governadores vinculados ao então Partido da Frente Liberal (PFL).

[62] O relato de Jecilda Mello decorre de uma das conversas que tivemos ao longo de duas incursões a campo que realizei no espaço de incidência da AMACH. A primeira (a qual fazemos referência aqui) em 11 de fevereiro de 2020 e a outra em 18 de fevereiro de 2020. Ambas foram registradas por meio de anotações no caderno de campo.

sob intervenção. Sendo a sétima etapa a última delas, os casarões deste perímetro foram seguidamente ocupados por pessoas que eram expulsas à medida que cada etapa de intervenção do PRCHS ia sendo executada.

Essas expulsões sumárias foram realizadas pelo Governo do Estado, entre 1992 e 2002, através do oferecimento aos moradores dos já mencionados auxílios-relocação ou do reassentamento em bairros distantes. Entre 2001 e 2002, especificamente, esta dinâmica de expulsões ainda esteve apoiada em um "Plano Preliminar de Reassentamento" do PRCHS, que decorria das exigências da vinculação da sétima etapa com o BID (REBOUÇAS, 2012). Nesse plano, parte da dinâmica de reassentamento era vinculada ao Programa Viver Melhor, um programa criado em 1995 pelo Governo do Estado da Bahia, que integrava parte da sua política de habitação e construía unidades imobiliárias financiadas pela CEF nos bairros localizados na fronteira urbana da cidade (ANDRADE, 2005). A partir desta vinculação, os moradores do Centro que aderiam ao Plano eram transferidos às unidades recém-construídas, onde ainda necessitavam pagar parcelas de R$51,00 por cinco anos, para cobrir a parte que lhes cabia do financiamento da unidade imobiliária (BITTENCOURT, 2011). Parte da justificativa das expulsões sumárias residia no combate ao estigma *degradação* que era vinculado às áreas de moradia do Centro neste momento.

Além dos mecanismos referidos, é fundamental mencionar que estas ações de remoção foram amplamente produzidas em associação às forças de coerção policial, que aceleravam o processo de expulsão dos moradores do Centro. Bittencourt (2011), a partir de incursões que realizou neste momento das expulsões, descreve o relato de moradores da época. O autor pontua:

> "Segundo relatos que vou escutando e anotando em mais esta reunião da AMACH as informações já parecem muito tristes. Em pleno Natal de 2001 (dia 24/12/2001) a CONDER bate nas últimas casas resistentes do Centro Histórico de Salvador, dizendo: 'ou vocês assinam este documento ou voltamos aqui com a polícia, até dia 26 de Janeiro vocês têm que assinar senão vão sair', relata... uma moradora indignada. Muita gente assinou os documentos por pressão, sem conhecimento das leis de usucapião e outros direitos... Um outro rapaz, levanta-se e fala: 'Depois da pressão veio as desmoralizações pessoais; isto aqui é lugar de puta, travestis e drogados'. Neste sentido os [sic] travestis, segundo informações que correm nesta

> reunião, foram os que piores sofreram os preconceitos: 'eles [sic] receberam qualquer mixaria e foram embora'. Outras pessoas também foram atacadas moralmente, é o caso de um artista plástico presente, que ao virar uma das lideranças do movimento foi chamado de drogado e estuprador (em virtude de um engano passado que foi solucionado judicialmente e ao qual ele foi inocentado)."
>
> (CEAS, 2002,[63] apud Bittencourt, 2011, p.78)

De acordo com a CONDER, até o início das expulsões da sétima etapa, a área que viria a ser afetada abrigava 1.674 famílias habitantes e 55 comerciantes (REBOUÇAS, 2012). De modo geral, eram pessoas que dependiam de condições de habitação e trabalho precárias. No que tange as suas formas de sustento, variavam entre o desemprego e ocupações autônomas de baixa remuneração (entre vendedores ambulantes, biscateiros, diaristas, cozinheiras, costureiras, artesãos e sapateiros). O que significava que, no âmbito das suas habitações, era comum estarem submetidas a formas de moradia ditas irregulares, sendo notória a quantidade de ocupações que aconteciam à revelia de qualquer registro legal. Apenas uma parcela minoritária residia pagando aluguéis e uma parte ainda mais residual tinha o registro de propriedade dos imóveis ocupados.[64]

Como a citação revela, no momento em que o decreto de desapropriação da sétima etapa foi lançado, muitos desses moradores aceitaram de imediato os auxílios do Governo Estadual e deixaram as suas casas. Dentre os motivos que justificaram essa aderência imediata ao auxílio, Jecilda Mello salienta que era comum os moradores acharem impossível subverter as decisões do Estado, uma vez que estava sob tutela de ACM, governador que, segundo ela, era tido como aquele de quem "ninguém ganha[va]".

Por outro lado, após quase uma década de reuniões nas casas e nos bares dos vizinhos, a ação de Mello e do grupo de mulheres da qual ela fazia parte criara legitimidade entre algumas pessoas afetadas para disputar as

[63] CEAS. **O novo ou o velho Pelô!** Relatório da Equipe Urbana do CEAS. Salvador: 2002

[64] Em um universo de 105 famílias entrevistadas vinculadas à AMACH, Bittencourt (2011, p.93) pontua que "46,2% disseram estar ocupando o imóvel que residia sem pagar qualquer tipo de aluguel nem ter os documentos de posse, 38,7% moravam de aluguel e 13,2% eram proprietários".

suas permanências nos casarões da sétima etapa. A partir da emissão do decreto de desapropriação, parte dos moradores permaneceram em suas moradias, buscando formas de impedir a expulsão que os ameaçava. Ao todo, eram 600 famílias (BITTENCOURT, 2011)[65] que insistiam em permanecer nas casas que habitavam, muitas delas, há mais de 25 anos (BITTENCOURT, 2011, p.129).

Soma-se a isso, o fato de que, logo antes das tentativas de expulsão dos moradores da sétima etapa, os moradores de um casarão na Rua da Misericórdia, o já mencionado Prédio dos Alfaiates,[66] conseguiram impedir a execução do decreto de desapropriação dos imóveis onde habitavam. [67] Conforme relatado, o decreto de desapropriação do Prédio dos Alfaiates tinha sido emitido em 1999 e era fruto da sexta etapa do PRCHS. As ações para impedir esta expulsão decorreram de uma disputa judicial que os alfaiates construíram em conjunto com a assessoria jurídica do deputado estadual petista Zilton Rocha. Essa estratégia viria a servir de referência para a condução dos moradores da sétima etapa. Neste caso, entretanto, o corpo jurídico seria ainda maior, composto de quatro advogadas: duas vinculadas ao mandato de Rocha e duas que chegaram pelas relações individuais que tinham com os moradores (BITTENCOURT, 2011, p.116).

Essas dinâmicas conformaram um momento de confluência com os esforços dos moradores da área atingida pela sétima etapa do PRCHS na contraposição do seu respectivo decreto de desapropriação. É um momento em que as experiências de enfrentamento que vinham se acumulando entre os moradores do Centro se combinam, na medida em que a ação dos alfaiates passa a respaldar a movimentação dos moradores da sétima etapa para barrar o decreto de desapropriação que os afetava.

Como relata Mello, após a emissão do decreto, os moradores que viriam a fundar a AMACH se empenharam na contraposição das expulsões, buscando

[65] Apesar de Bittencourt (2011, p.142) afirmar que foram 600 famílias que insistiam em permanecer neste momento de formação da AMACH, Rebouças (2012, p.35), por sua vez, afirma que foram aproximadamente 698 pessoas que integraram as ações de resistência da área da sétima etapa neste mesmo momento.

[66] Lembremos que o referido edifício é chamado de Prédio dos Alfaiates por conta da significativa quantidade de alfaiates que nele residiam.

[67] Decreto Estadual Nº7.722 de 20 de dezembro de 1999.

permanecer em suas casas e reivindicando o uso desses imóveis como moradia popular. Ela destaca nesse momento a busca pela imprensa como forma de publicização daquilo que eles estavam vivenciando. Nas suas palavras: "As pessoas ouviam [sobre as expulsões do Centro Histórico], mas não viam. E a gente queria que visse[m]".

A partir da visibilidade nos jornais e meios de comunicação da cidade que os moradores da sétima etapa atingiram, além das referidas advogadas e do próprio Zilton Rocha, começaram a chegar os *amigos* que viriam a se juntar aos *moradores* para formar a AMACH. No relato de Jecilda Mello, é a partir desse momento que eles "começa[ram] a se reunir como movimento social". Esses *amigos* consistiam em outras pessoas e entidades que se agregaram às ações dos afetados pelo decreto e passavam a auxiliar na realização das reuniões semanais, na elaboração das reivindicações da Associação, no trâmite jurídico e, também, na divulgação das iniciativas que eram promovidas. Em suma, ações que davam corpo à Associação de *Moradores e Amigos* do Centro Histórico (AMACH).

Também estão incluídas nesse grupo de pessoas que se aproximam da AMACH aquelas que foram expulsas nas etapas anteriores do PRCHS e que já tinham ido para bairros distantes. Elas buscaram a Associação como entidade de representação nos espaços de negociação com o poder público que foram conquistados. Desses espaços, destacam-se uma Ação Civil Pública impetrada pelo MP-BA contra o Governo do Estado e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) submetida no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). As duas ações foram conduzidas pela assessoria jurídica mobilizada pela AMACH, resultando em um conjunto de audiências públicas e, finalmente, no início de negociações com o Governo do Estado.[68]

Essa conformação é significativa porque demonstra que, durante a sua formação, a AMACH ganhou legitimidade no conjunto do Centro Histórico, passando a vocalizar demandas anteriormente silenciadas. Lembremos que há uma confluência no corpo da AMACH também daqueles moradores que foram

[68] Reiteramos aqui o documentário Pelores (2004) como uma obra emblemática que reúne passagens importantes de algumas dessas reuniões com o Governo do Estado. Nelas, inclusive, aparecem algumas dessas pessoas que, mesmo já tendo saído do Centro, buscavam a AMACH como entidade representante de sua pauta de reivindicações.

parar na área de intervenção da sétima etapa porque tinham sido expulsos de lugares anteriores. Dessa forma, a capacidade de manifestação do enfrentamento ao PRCHS e a conquista de um determinado espaço institucional aparecem como elementos que rompem com uma determinada maneira pela qual as violências de estado estavam sendo executadas. É um movimento no qual a AMACH incide na dinâmica do PRCHS como um todo, representando não somente as pessoas que estavam sendo afetadas pelos decretos da sétima etapa, mas também consolidando pautas mais amplas, cujas reivindicações se vinculavam também àqueles grupos que estavam sendo alvo das expulsões ocorridas no Centro desde o início do PRCHS.

Esta é uma diferença substantiva, por exemplo, que a referida Associação apresenta em relação à experiência dos alfaiates. Ainda que haja uma evidente correlação e proximidade entre ambas as experiências, é a AMACH que polariza e aglutina de maneira mais efetiva a disputa pelo direito à moradia e as demandas dos pobres e trabalhadores precarizados do Centro que estavam sendo alvo da coerção do Governo do Estado no âmbito do PRCHS.

Sobre esta amplitude e significância, também mencionamos que elas decorrem do efetivo impedimento da desapropriação e da rede de enfrentamento que a AMACH mobilizou. Isto porque a disputa empenhada pela AMACH, em quatro anos de tramitação judicial (2002-2005), resultou na celebração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Governo do Estado. Trata-se assim de um encaminhamento resultante das negociações em que o ente estadual assumiu o compromisso de suspender as desapropriações e atender a demanda por habitação social no Centro através do seu recém-criado programa, o (também referido) PHIS.[69]

As ações da AMACH, portanto, tematizaram e concretizaram horizontes de disputa política referentes ao direito à moradia. Ainda que o PHIS carregue pendências e não tenha cumprido os compromissos assumidos descritos no TAC até os dias de hoje, o reposicionamento do lugar que a habitação teve na

[69] O referido Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), foi instituído em 16 de junho de 2005, decorrente da publicação da Lei Federal 11.124, que dispôs sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

política estadual se deve, também, aos tensionamentos que essa Associação consolidou, principalmente por meio da publicização desta questão, seja através das ações que se utilizaram da mídia, ou seja também pelas manifestações em espaços públicos.

A consolidação de pautas mais amplas também é percebida através das entidades que se aproximaram da AMACH no seu período de formação. Isso porque a participação dessas entidades como *amigos* do Centro Histórico advém dos pontos de encontro entre as reivindicações da AMACH e a disputa política que essas outras organizações realizavam. Melhoramos este entendimento quando listamos essas entidades. São elas: a União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (SindSaúde), o Sindicato dos Empregados de Empresas de Vigilância do Estado da Bahia (SindVigilante), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Ação Social Arquidiocesana (ASA) da Arquidiocese de Salvador, o Instituto das Irmãs Obatlas do Santíssimo Redentor, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e, finalmente, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (BITTENCOURT, 2011). Ainda que suas contribuições pudessem variar na forma e na intensidade, a construção dessa aproximação aponta para intersecções e contribuições da pauta mobilizada pela AMACH com os objetivos e trabalhos que essas outras organizações desenvolviam.

Pela lista evidenciada, podemos enxergar esses cruzamentos a partir das filiações políticas a que as entidades listadas se vinculam. São três tipos de filiações que ficam evidentes: Aquela que reúne entidades próximas ao programa partidário do PT do início dos anos 2000, que engloba as quatro primeiras organizações citadas, além do próprio Partido; a segunda que decorre da correntes remanescentes da teologia da libertação, que vai da ASA ao CEAS; e, por último, aquela representada pela universidade pública, identificada apenas pela UEFS.

Essas diferentes filiações nos parecem encontrar eco no posicionamento da AMACH por conta do enfrentamento ao Governo do Estado e sua política de expulsões coercitivas. Nesse sentido, participavam da elaboração de panfletos informativos, ações de rua e reuniões organizativas; ações de articulação em que circulavam demandas, saberes e práticas a partir

de um direcionamento comum – e é nesse sentido que elas nos permitem argumentar sobre a consolidação de pautas mais amplas nas lutas constitutivas da AMACH. Inclusive, um dos enunciados mais significativos produzidos nesse âmbito nos parece ser a reivindicação da moradia de trabalhadores pobres dentro de uma área de patrimônio tombado em contraposição à degradação que justificava suas expulsões.

Nessa construção, os *moradores e amigos* elaboraram uma forma de tematização das disputas populares que influenciou não apenas as pessoas atreladas diretamente à conjuntura da sétima etapa, mas o conjunto de sujeitos políticos impactados pelos projetos de revitalização urbana do Centro de Salvador de modo geral.

Essa elaboração tem uma correspondência ainda mais específica na relação desenvolvida entre a AMACH e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Um dos fatores que influenciam esta particularidade é o fato de que o CEAS foi a entidade que fez parte dos *amigos* do Centro Histórico pelo maior tempo, entre 2001 e 2012.[70] Durante esses anos, a partir do trabalho que realizaram em conjunto, a AMACH e o CEAS elaboraram instrumentos de organização que se desdobraram na construção de outras associações e articulações de enfrentamento à expulsão decorrentes da dinâmica de revitalização urbana.

Cabe pontuar que a AMACH é uma das primeiras associações às quais o CEAS se vinculou no Centro de Salvador, desenvolvendo aquilo que concebe como assessoria popular. A assessoria popular é a forma pela qual o CEAS realiza um trabalho de articulação, mobilização e formação política junto a associações e comunidades pobres que estão em situações de conflito cuja expulsão é eminente. A natureza desta forma de atuação do CEAS está na sua origem jesuíta - uma das ordens católicas que se vinculam à teologia da libertação e que, por sua vez, conforma esta entidade como uma organização

[70] As informações sobre a atuação do CEAS decorrem de uma entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2020 com Thaianna Valverde, uma das atuais responsáveis pelo trabalho de assessoria da Equipe Urbana da entidade. Além disso, a dissertação de Bittencourt (2011), já citada aqui muitas vezes, constitui um importante registro da atuação do CEAS no Centro de Salvador, visto que o referido autor foi um dos responsáveis pela vinculação inicial do Centro de Estudos com a AMACH.

responsável pelo fortalecimento dos direitos sociais de grupos e associações em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a assessoria do CEAS no estado da Bahia divide a sua atuação em duas equipes de trabalho, a Equipe Rural e a Equipe Urbana, sendo esta última a que atuava (e ainda atua) nos conflitos fundiários em Salvador. Até o momento de participação na AMACH, a Equipe Urbana já assessorava quatro grupos e também mantinha um acompanhamento menos sistemático com outros quatro deles. Foi através do contato que a Equipe Urbana teve com os registros na imprensa das ações que os moradores da sétima etapa, que a AMACH passou a integrar a lista de entidades que eram acompanhadas pela assessoria do CEAS (BITTENCOURT, 2011).

Como parte da tríade de mobilização, articulação e formação política, há de se destacar no trabalho conjunto do CEAS e da AMACH a constituição da Articulação de Luta por Moradia (ALM). Essa Articulação foi formada em 2003 durante as disputas judiciais da AMACH com o Governo do Estado, e decorria da aproximação da AMACH com outros sete grupos de moradores de diferentes bairros com quem o CEAS possuía diálogo (seja de assessoria ou de acompanhamento mais indireto). São os moradores das seguintes localidades: Alto de Ondina; Alto do Cabrito; Gamboa de Baixo; Marechal Rondon; Pau da Lima; São Marcos e Sussuarana.

A ALM, então, constituía um espaço de reivindicação de moradia popular, em que esses diferentes grupos de moradores também trocavam experiências, desenvolvendo um trabalho de elaboração política conjunta. O que afirma Bittencourt (2011) é que um dos seus principais resultados foi o reconhecimento mútuo das disputas que, por sua vez, localizavam na cidade de Salvador as frentes de atuação pelo direito à moradia em que essas associações e grupos estavam inseridos. E daí resulta um reconhecimento nas similaridades e diferenças estabelecidas entre essas diferentes organizações coletivas.

A proximidade entre essas organizações ficava evidente pela forma como as ações de expulsão estavam sendo sistematicamente realizadas. Isto é, pelas ameaças originarem de ações do Governo do Estado e da CONDER e pela presença de problemas similares nas diferentes situações, como a

dificuldade na obtenção de informações e a precariedade no estabelecimento do auxílio-relocação. As diferenças, por sua vez, ficavam evidentes a partir da tipologia dos projetos urbanísticos que esses grupos se contrapunham. Daqui é significativo observar que apenas a AMACH e a Gamboa de Baixo[71] possuíam uma vinculação com os projetos de revitalização do Centro.

O projeto de revitalização que ameaçava dos moradores da Gamboa de Baixo era o projeto de revitalização da Avenida Contorno.[72] Tratava-se de um projeto de criação de um atracadouro que ligaria esta localidade costeira até uma praça pública, localizada na cidade alta, por meio de um teleférico (ZANOLI, 2017).

Para a realização do Projeto, seria necessário remover parte dos moradores Gamboa; pessoas pobres, que mantinham relações de trabalho vinculadas à pesca e que residiam em habitações precárias, sendo algumas dessas habitações instaladas dentro de uma edificação do século XVIII, o Forte São Paulo da Gamboa. O Forte, por sua vez, era uma construção tombada pelo IPHAN, que vinha de uma antiga ocupação da Marinha e que passou a ser ocupado pelos moradores da Gamboa, especialmente após a década de 1960, quando o poder público e as forças armadas realizaram suas últimas intervenções no local (ZANOLI, 2017).

A descoberta da existência do projeto de revitalização da Avenida Contorno pelos moradores da Gamboa só aconteceu por conta da existência

[71] A Gamboa de Baixo é uma área de encosta pertencente ao Centro de Salvador, localizada na borda marítima da Baía de Todos os Santos, onde vivem mais de trezentas famílias. Marcada pela atividade pesqueira dos seus moradores e pela atuação dessas pessoas nos conflitos relativos aos projetos de revitalização urbana, a Gamboa terá sua vinculação com esta dinâmica explicitada nas páginas a seguir.

[72] De acordo com Zanoli (2017), o projeto de revitalização da Avenida Contorno estava vinculado ao Projeto Via Náutica. Este, por sua vez, um projeto de construção de píers espalhados na cidade que juntamente constituiriam uma hidrovia de 15km de extensão para o transporte de passageiros. Idealizada na gestão do prefeito Antônio Imbassahy (PFL, 1997-2004) e anunciado em 2008 já na gestão municipal comandada por João Henrique (PMDB), o Projeto Via Náutica não foi executado em sua completude, sendo limitado à reforma de píers que já existiam na cidade. A ocorrência do referido projeto na Gamboa, onde um dos *píers* seriam construídos, é retratada pela fala de Ana Caminha, liderança comunitária da Gamboa de Baixo com quem estabeleci contato direto em aproximadamente seis momentos distribuídos ao longo de variadas incursões a campo. Como já explicitado, o trabalho de Zanoli (2017) também é uma importante referência acadêmica que aborda a relação do Projeto com as disputas vinculadas aos moradores da Gamboa de Baixo.

de um outro projeto urbanístico: a construção do Parque das Esculturas, um equipamento cultural que passaria a pertencer ao conjunto museológico do Solar do Unhão e do Museu de Arte Moderna (construções vizinhas à Gamboa de Baixo). As obras de construção do Parque das Esculturas tiveram início após a remoção forçada de um conjunto de pessoas que moravam na área escolhida para a sua localização, a área conhecida como Água Suja.

Após tomarem conhecimento da expulsão dos moradores da Água Suja, os moradores da Gamboa também foram surpreendidos pela CONDER, que começou a pintar as paredes de algumas casas da Gamboa para identificá-las como alvo de uma próxima intervenção. Naquele momento, por conta da experiência anterior, os moradores da Gamboa presumiram um destino parecido aos seus vizinhos. Nesse sentido, quando investigaram o ocorrido e descobriram a existência do referido projeto de revitalização da Avenida Contorno, deram sequência a um processo de mobilização coletiva que vinham construindo nos últimos anos.

Essa mobilização coletiva decorre do fato de que a Gamboa tinha sido afetada por um surto de cólera em 1992. Este surto levou os moradores a realizarem uma série de manifestações públicas na cidade, reivindicando o acesso adequado ao saneamento básico. Esse processo resultou, também em 1992, na formação da Associação Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo como entidade representativa desses moradores e das suas demandas.

A associação de moradores, então, quando percebeu as paredes das casas da Gamboa sendo identificadas pela CONDER como alvos de intervenção, buscou novamente formas de denúncia da situação que estavam vivendo. Passaram a atuar: pressionando a CONDER para obter informações sobre o Projeto, combatendo o estigma de degradação que a imprensa imprimia à Gamboa e fortalecendo laços com entidades parceiras.

Enquanto as tratativas com a CONDER culminaram, a partir de 1994, na realização de reuniões de discussão sobre o projeto de revitalização da Avenida Contorno com a presença do Governo do Estado e com a associação de moradores, a busca concomitante deste coletivo pelo fortalecimento de parcerias resultou na aproximação de duas entidades externas à Gamboa de Baixo. Uma delas foi o CEAS, entidade que, pelo intermédio pela Comissão de

Justiça e Paz (CJP), passou a assessorar a Gamboa na luta pela permanência e nas negociações com a CONDER a partir de 1995 (ZANOLI, 2017, p.88). E a outra entidade que se vinculou à Gamboa foi a UFBA, através de um grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Resultou desta aproximação o fato de que parte da estratégia utilizada para enfrentar ameaçada da CONDER esteve ligada à construção de argumentos técnicos e propostas urbanísticas que encorpassem as demandas dos habitantes da Gamboa como forma de contraposição à proposta de remoção.

Após um período inicial dessas reuniões, em 1996, a associação de moradores da Gamboa, juntamente com a contribuição dessas entidades parceiras, conseguiu alterar o teor do Projeto proposto pela CONDER. A alternativa negociada previa, no lugar da construção de um atracadouro, a realização pela CONDER de obras de adequação de infraestrutura das casas da Gamboa. Ou seja, a realização de transformações estruturais nas habitações dos moradores, provisão de estruturas de saneamento e pavimentação das ruas, mantendo a predominância da moradia neste lugar.

Esta mudança implicava na inclusão da Gamboa no Programa Viver Melhor, o programa habitacional do Governo Estadual que havia sido criado em 1995 e que, agora, substituía o referido projeto de revitalização e construção do teleférico. É importante destacar que este Programa era exatamente o mesmo que destinava os moradores da área da sétima etapa do PRCHS para as áreas localizadas na franja urbana da cidade. Além disso, a introdução da Gamboa no Viver Melhor, apesar de resultar na mudança do caráter urbanístico da intervenção do Governo do Estado, manteve a remoção de uma parte dos moradores como parte do projeto. Ela se materializava, por exemplo, através da pavimentação e alargamento de uma das três vias que passam pela Gamboa, implicando na supressão de múltiplas casas sem compensação delas em outro lugar que estivesse nas mesmas imediações.

Nesse sentido, o período de execução das obras do Viver Melhor na Gamboa, entre 1996 e 1998, também foi permeado por disputas. A associação de moradores, junto à UFBA e ao CEAS, teve que reivindicar novas reuniões e novas demandas que iam sendo necessárias ao longo do processo da intervenção para garantir a máxima permanência dos moradores. Ao final, as

obras de urbanização da Gamboa foram concluídas reformando 201 casas, construindo outras 100 unidades habitacionais e fazendo 60 unidades sanitárias (ZANOLI, 2017, p.90). Além dessas melhorias, também foi realizada a transferência de vinte e seis famílias que, a despeito das tentativas da Associação, decidiram sair da Gamboa com destino à Cajazeiras XI,[73] bairro onde a CONDER também financiava a construção de moradias pelo referido Programa Viver Melhor. Essas moradias eram oferecidas como possibilidade de habitação para aqueles que optassem em desistir de morar na Gamboa de Baixo.

Deste momento de conclusão da urbanização realizada pela CONDER (1998) até o momento de constituição da Articulação de Luta por Moradia que vínhamos narrando (2003), uma outra ameaça à permanência dos moradores da Gamboa tomou forma. Esta nova ameaça surgiu após a tentativa da CONDER em negociar um terreno vizinho da Gamboa. O objetivo do órgão estadual era conseguir uma parte deste terreno para adequar as demandas do projeto da Gamboa. Esta negociação, entretanto, se configurou como uma tentativa frustrada, tendo em vista que o proprietário do terreno se recusou a estabelecer qualquer acordo com o Governo do Estado.

Este mesmo proprietário, entretanto, negociou o terreno com a construtora Odebrecht três anos após a conclusão das obras na Gamboa pelo Governo do Estado, em 2001. Surgiu, então, um projeto de um prédio que, até o ano de 2007, construiria apartamentos de luxo ao lado da Gamboa, utilizando a área marítima para a construção de um píer privativo para as embarcações desses moradores atracarem. Esta concretização, por sua vez, impactava novamente os moradores da Gamboa porque reduzia a área de extrativismo que sustenta seus moradores.

A emergência da Articulação de Luta pela Moradia para a Gamboa, então, aconteceu entre os desdobramentos do projeto de revitalização da Av. Contorno e a construção do edifício pela Odebrecht. Na verdade, no meio deste momento em que um projeto de revitalização se desdobrava em uma

[73] Cajazeiras XI é um bairro localizado próximo aos limites metropolitanos da cidade de Salvador e, assim como Fazenda Coutos (bairro para onde os moradores da sétima etapa do PRCHS foram deslocados), fica a uma média de 20km de distância do Centro.

intervenção de provisão de infraestrutura e esta, por sua vez, foi sucedida por um prédio de luxo que se estendia sobre a área costeira. Em síntese, uma combinação de ocorrências que aproximou os enunciados da associação dos moradores da Gamboa às elaborações de contestação dos projetos urbanísticos que impactavam os grupos componentes da ALM (CEAS, 2003).

Assim, é significativo observar a convergência da Gamboa com a AMACH a partir desta incidência compartilhada na dinâmica da revitalização. Por outro lado, é importante notar que a disputa que é desenvolvida na Gamboa, neste contexto, ainda não era considerada como parte integrante das situações de conflito que envolvem o Centro de Salvador (CEAS, 2003). Esta é uma constatação que nos aproxima do fato de que o projeto revitalização da Avenida Contorno não estava integrado a nenhum plano ou programa maior de revitalização para o Centro, e, também, do fato deste projeto não ter sido efetivamente realizado, permanecendo apenas como uma ameaça que, posteriormente, se transformou em outra tipologia urbanística de intervenção.

Outro elemento importante de ser percebido nessa aproximação entre AMACH e a Associação da Gamboa é a relação dessas entidades com a conjuntura do final da década de 1990, especialmente naquilo que concernia as políticas públicas de habitação. Percebamos que o programa que financia as obras da Gamboa até 1998, o Programa Viver Melhor, é o mesmo programa que viabiliza o Plano de Reassentamento dos moradores afetados pelo PRCHS, que, por sua vez, afasta essas pessoas para bairros distantes do Centro. Inclusive, as famílias que decidem deixar a Gamboa para morar em Cajazeiras XI são realocadas pelo mesmo mecanismo do programa que realocara parte dos antigos moradores do Centro. É significativo, então, que o financiamento do Viver Melhor tenha habilitado intervenções de melhoria de habitação na Gamboa somente pelo fato das intervenções urbanas nesta localidade serem consideradas "urbanização de assentamentos precários". Essa possibilidade estava negada aos moradores do Centro Histórico e à AMACH pelo fato desses moradores habitarem imóveis tombados.

Esta relação, por sua vez, é uma das evidências que realça a conquista da AMACH em manter a habitação de pessoas pobres dentro do patrimônio tombado. Além disso, reforça o atendimento da AMACH pelo PHIS como a

produção de uma inflexão que repercutiu na política habitacional do estado da Bahia, em que pesam também os seus elementos conjunturais. Lembremos que o PHIS é fruto de um decreto federal do primeiro governo Lula e a conclusão das dez primeiras unidades habitacionais destinadas aos membros da AMACH ocorreram em 2007, após a eleição do PT também para o Governo do Estado.

Soma-se a isso, o fato de que o momento que o PT assumiu as gestões do governos federal e estadual também produziu efeitos na ação do CEAS. Isto porque a associação dessa conjuntura à conclusão das obras da Gamboa e, também, aos primeiros encaminhamentos do TAC que envolveu a AMACH levaram o CEAS ao entendimento de que houve uma "estabilização do conflito"[74] dos coletivos assessorados nesse momento inicial. Isto é, uma nova situação em que a política de expulsões comandadas pelo Governo do Estado durante o PRCHS seria interrompida, tanto pelo caráter progressista do partido que passava a assumir o Governo do Estado, quanto pelos acordos que o TAC recém assinado preconizava. Nessa conjuntura, o CEAS reconfigurou a ação da sua equipe de assessoria no Centro de Salvador.

Nos grupos que detalhamos aqui, a reconfiguração da assessoria do CEAS implicou no fim do acompanhamento da Gamboa, em 2006, antes mesmo da intervenção da Odebrecht ser concluída. Na realidade da AMACH, por sua vez, a conjuntura de uma suposta estabilização do conflito levou esta Associação de Moradores e Amigos a destinar seus esforços para o cumprimento da agenda que havia sido estabelecida pelo TAC - uma condição, portanto, em que a urgência que anteriormente marcava o cenário de expulsões e ações violentas cotidianas estava minimamente contida, a ponto de permitir a redução no fluxo da dinâmica de assessoria com o CEAS neste momento inicial, sendo finalizada totalmente em 2012.

A partir desta mudança conjuntural, houve uma articulação do CEAS com outros grupos e movimentos cuja iminência de expulsão estava mais evidente. Um destes movimentos é o Movimento Sem Teto da Bahia, o MSTB. A aproximação do CEAS com o MSTB se deu também no ano de 2006, quando

[74] Como notamos no início do capítulo, a noção de "estabilização do conflito" foi mobilizada por Thaianna Valverde durante a entrevista que realizamos. A entrevistada utilizou essa expressão para explicar a conjuntura específica em que o CEAS reconfigurou a sua ação de assessoria no Centro.

esta entidade passou a contribuir em projetos de formação política para os integrantes do referido Movimento. Neste momento inicial, entretanto, a aproximação imediata do CEAS não se deu através de ocupações do MSTB no Centro, mas sim em outros espaços da cidade.

Se pelo lado do CEAS, as mudanças conjunturais foram marcadas por uma reorganização dos grupos acompanhados pela equipe de assessoria, pelo lado do MSTB este também foi um momento de transformação na sua estrutura organizativa. Isto porque o MSTB foi constituído em 2005, a partir de uma racha do Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS). Ainda que esta cisão tenha sido fundada sob a bandeira de estadualização do Movimento (cuja evidência maior está na nomenclatura que passou a ser utilizada para se diferenciar do MSTS), o seu elemento fundamental foi a discordância sobre a tática a ser adotada neste momento de mudança conjuntural, em especial, naquilo que concernia as formas de aproximação com o governo petista, que neste momento já se fazia presente em escala federal (CLOUX, 2008).

Nesse sentido, enquanto o MSTB construiu uma política de afastamento mais evidente em relação ao Governo, o MSTS construiu uma política de aproximação, especialmente quando o PT também assumiu o comando do Governo do Estado. Essa divergência se aprofundou quando ambos os movimentos passaram pela experiência de construção do PMCMV na sua modalidade Entidades. Após um momento em que os dois movimentos operaram o Programa, suas orientações programáticas assumiram desdobramentos opostos em função das condições que esta posição de gestão de um programa público impunha. Essa diferença se materializou, por exemplo, na forma de realização das ocupações que cada um desses movimentos adotou. Se o MSTS, por um lado, aprofundou a disputa por legitimidade através de um atrelamento às políticas habitacionais estatais, decidindo interromper a realização de novas ocupações que não fossem destinadas para se transformar em conjuntos habitacionais, por outro lado, após a experiência de gestão do PMCMV, o MSTB reafirmou a construção das ocupações como ferramenta de ação direta e de pressão pelo direito à moradia, independente de estarem vinculadas a um programa específico ou não.

A situação das ocupações localizadas no Centro de Salvador é ainda mais específica na caracterização deste contexto. Isso porque, no intervalo entre a fundação do MSTS (em 2003) e o momento exatamente anterior ao racha de 2005, quando seus respectivos membros integravam a mesma organização, houve uma expressiva intervenção do Movimento nos espaços supostamente desabitados da cidade – onde as suas ocupações aconteciam. Nesses quase três anos, foram realizadas um total de 36 ocupações em Salvador, das quais 10 estavam no Centro, sendo 6 dessas especificamente localizadas no bairro do Comércio (CLOUX, 2008).[75]

Após a cisão, entretanto, as ocupações do Centro que ficaram sob a organização do MSTS foram progressivamente dissolvidas, a ponto do Movimento não estar presente em nenhum espaço do Centro no contexto atual. Das famílias integrantes dessas ocupações, algumas foram direcionadas para as poucas unidades habitacionais do Centro que foram viabilizadas através do PHIS, enquanto que a maioria foi direcionada para disputar as áreas localizadas na franja urbana da cidade, onde foram construídas a grande maioria das unidades por meio do PMCMV.

O MSTB, por outro lado, intensificou o trabalho das ocupações no Centro, passando a atuar também em novos espaços. A trajetória de enredamento com o CEAS que vínhamos relatando, que vai do momento anterior à gestão do PMCMV Entidades até o momento de rompimento desta lógica, ilustra esta situação e nos permite vislumbrar ainda as suas consequências para o campo de conflitos que envolve a dinâmica de revitalização urbana numa escala ampla.

Lembremos que a aproximação entre o MSTB e o CEAS não estava vinculada ao Centro de maneira imediata logo em 2005, quando eles iniciaram uma parceria conjunta. A disputa política do Centro realizada conjuntamente passou a ocorrer após o MSTB liderar um conjunto específico de três ocupações e, consequentemente, realizar com o CEAS um trabalho de articulação entre

[75] Chamamos atenção específica para essas ocupações do Comércio porque elas estão majoritariamente localizadas na mesma área de intervenção do Plano de Habitação da Prefeitura que identificamos no capítulo 2.

esses espaços que, além de estarem em lugares próximos, demandavam atenções parecidas.

Emblematicamente, a primeira dessas ocupações que integraram o trabalho em parceria do CEAS e do MSTB foi realizada em um imóvel de propriedade do IPAC que tinha sido objeto das ações de revitalização do PRCHS – e que restaram inacabadas**.** Era um casarão que permanecera vazio e lacrado até o ano de 2006, quando a ocupação foi realizada.

De acordo com Santos *et al.* (2012), a reunião de pessoas que executaram esta ação foi formada após o MSTB ter contato com um grupo que vinha de um outro imóvel. Este, por sua vez, um imóvel que desabou e obrigou seus moradores a buscar uma nova alternativa de moradia. Tratava-se de uma outra ocupação no Centro, localizada na Ladeira do Taboão, sem vinculação com nenhum Movimento e que sucumbiu após um evento de fortes chuvas. Durante o período em que ficaram desabrigados, alguns desses moradores tiveram contato com pessoas vinculadas ao MSTB e, conjuntamente, se organizaram para ocupar o imóvel do IPAC, localizado na Rua do Passo, no número 32.

Pouco tempo depois, ainda em 2006, outro grupo de pessoas também tentou ocupar, nesta mesma rua, um casarão que passava por uma situação similar àquela do número 32. Um imóvel sob domínio do IPAC, desapropriado em 1994 no âmbito da segunda etapa do PRCHS, que permanecia fechado após uma reforma incompleta.

Contudo, após quinze dias dessa segunda tentativa de ocupação (em que o MSTB não estava envolvido), o grupo foi removido por meio da ação coerciva da polícia, que se valia de armamento ostensivo e um efetivo policial significativo (SANTOS, 2017). Uma das integrantes desse grupo era Sandra Coelho,[76] liderança que protagonizava a referida tentativa e que sabia da situação de desocupação do imóvel porque morava de favor na casa da tia,

[76] O relato de Sandra Coelho ora referido está reproduzido em Santos *et al.* (2012, pp.94-95). As outras informações dispostas sobre as ocupações mencionadas decorrem do conjunto de incursões a campo realizadas e também de alguns acessos ao Mapa Vivo do Centro de Salvador, uma publicação eletrônica coordenada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Panoramas Urbanos, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Disponível em: https://www.panoramasurbanos.com.br. Último acesso em 7 de outubro de 2021.

localizada exatamente ao lado desse outro casarão (SANTOS *et al*, 2012). Após a remoção forçada da polícia, uma nova estratégia de ocupação foi construída. Desta vez, de acordo com Coelho, levou-se em consideração a possibilidade de transição no Governo do Estado (era o ano da eleição) como um fator que poderia favorecer a possibilidade de permanência no casarão. Caso o PT ganhasse, a tentativa de ocupação neste imóvel, o casarão de número 46 da Rua do Passo, possivelmente enfrentaria menores problemas (SANTOS *et al*, 2012).

Nessa outra investida, Sandra Coelho se juntou com vizinhos das imediações da Rua do Passo e, também, com membros do MSTB, que se somavam a esta nova formação através da proximidade que mantinham por meio da ocupação que o movimento protagonizava no número 32. Este grupo, então, aguardou a concretização da mudança no Governo do Estado e, em janeiro de 2007, efetivaram a ocupação do casarão de número 46. Após este momento, a chegada da polícia se repetiu. Porém, como ela suspeitara, dessa vez se realizaria apenas com uma viatura policial e sem exigir a saída imediata dos ocupantes, os quais, sob a bandeira do MSTB, conseguiriam permanecer no imóvel.

As ocupações da Rua do Passo localizadas nos números 32 e 46 passaram, então, a integrar ao trabalho organizativo realizado pelo MSTB no Centro (Sandra Coelho viria a se tornar uma das suas lideranças). Além delas, o Movimento também estava presente em um imóvel localizado na Ladeira da Soledade, uma ocupação iniciada no momento anterior à cisão com o MSTS. Como este imóvel também era de propriedade do IPAC, as ocupações do MSTB no Centro passavam a ser nomeadas como IPAC I (Soledade), IPAC II (Nº32) e IPAC III (Nº46), organizadas a partir da sequência temporal em que as iniciativas foram realizadas.

De acordo com Santos (2017), a ocorrência dessas três ocupações conformam um momento de disputa em que a mudança no comando Governo do Estado se fez evidente. Foi quando a dinâmica das iniciativas de luta pela moradia no Centro também encontrou uma mudança na forma das gestões petistas lidarem com a dinâmica de ocupações. Nesse sentido, elas são especialmente interessantes no nosso percurso porque ilustram exatamente

este movimento de transformação. Se, inicialmente, a eleição de um governo progressista pôde representar uma possível "estabilização do conflito", através de um freio na execução das reintegrações de posse das ocupações do Centro, a reeleição deste governo também significou a interdição das negociações com os grupos, coletivos e movimentos que disputavam o Centro, em função de um conjunto de projetos urbanísticos que passaram a ameaçar estes mesmos sujeitos. Foi o que se revelou na sequência das ocupações do MSTB, como os episódios apresentados a seguir nos parecem demonstrar.

Santos (2017) pontua que a primeira ordem de reintegração de posse que chegou até o novo Secretário de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR-E) era relativa a uma das três referidas ocupações do MSTB. A partir dela, a SEDUR-E passou a colocar em prática uma postura que, diferentemente das expulsões sistemáticas do PRCHS, buscava a mediação dos conflitos fundiários, impedindo o prosseguimento imediato dos pedidos de reintegração de posse na medida em que acionava estruturas de governo para "alcançar soluções negociadas" em torno da não remoção das ocupações (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b). Demonstrou, a partir deste evento, uma abertura institucional que pudesse acatar as demandas do MSTB, ou pelo menos, mediar as disputas envolvendo as suas ocupações.

Um dos marcos do momento em que este espaço institucional começou a tomar forma foi a realização do Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, em agosto de 2007. Esse seminário estava vinculado ao Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e tinha sido realizado no estado da Bahia através de uma demanda da própria SEDUR-E. Esta Secretaria, por sua vez, tinha interesse em sediar o Seminário como uma possibilidade de desenvolver formas de atuação no sentido da promoção da mediação de conflitos.

Como repercussão direta deste momento, a SEDUR-E incorporou na sua estrutura interna um Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, através da Portaria nº55 de 01 de agosto de 2007. Essa instância foi posteriormente consolidada pelo Decreto Estadual 12.021/2010 (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010b), passando a regulamentar, no funcionamento da SEDUR-E, uma Diretoria de Regulação Fundiária composta, por sua vez, de uma

Coordenação de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários e de uma outra Coordenação de Regularização Fundiária.

A interlocução direta dessas instâncias com o MSTB foi efetivada a partir de uma manifestação realizada pelo referido Movimento na sede do Governo do Estado, em 2008. Como um dos encaminhamentos da manifestação, foi criada uma mesa de negociações entre Governo do Estado e o MSTB para tratar das demandas específicas deste Movimento, com destaque para as questões e ocupações do Centro.

Essa mesa de negociações teve uma periodicidade regular registrada pelo MSTB entre 2008 e o início de 2012 (MSTB, 2013). Ela se constituiu como um espaço em que a equipe da SEDUR-E e seu GT de Mediação de Conflitos funcionavam como os principais interlocutores que respondiam pelo Governo do Estado. A SEDUR-E, nesse sentido, se conformava como uma instância mais receptiva à pauta do MSTB. Inclusive, durante as reuniões realizadas, a SEDUR-E foi a única instância estadual presente em todas as edições. Além dela, as instâncias do Governo do Estado que participaram eventualmente das reuniões foram a Secretaria de Relações Institucionais (SERIN), o IPAC e a CONDER (SANTOS, 2017).

É importante salientar que, durante o período em que a mesa de negociações funcionou regularmente, o MSTB somou ao seu espaço de atuação no Centro outras três ocupações (ocupações da Rua das Flores, do Edifício Walter Center e da Baixa do Sapateiros). Encorpava, então, a demanda por uma política de habitação no Centro em que convergiam, nesta mesa de negociações, as reivindicações conjuntas das seis ocupações que organizavam. Essas reivindicações consistiam na garantia da permanência dos seus moradores no Centro, na extinção das ordens de reintegração de posse que seguidamente apareceram envolvendo suas ocupações, na instauração de um processo de regularização fundiária desses imóveis e, também, no aporte de financiamento para a realização de melhorias estruturais nas ocupações (MSTB, 2013).

As sucessivas colocações dessas demandas para o Governo do Estado e as indicações de quais encaminhamentos eram decididos nas reuniões estão reunidas no documento "Dossiê das Ocupações do MSTB no Centro Histórico"

(MSTB, 2013). Nele, há um "extrato" das atas das reuniões realizadas entre o MSTB e o Governo do Estado (ao todo, somam 16 reuniões) que indica essas movimentações dos agentes envolvidos ao longo de cada reunião.

Dois fatores chamam atenção no desenrolar desses encontros. O primeiro deles é a ausência de integração das instâncias decisórias do Governo do Estado: uma questão que fica evidente através de encaminhamentos assumidos pelos agentes da SEDUR-E, nos quais há uma recorrente menção à necessidade da presença nas reuniões de outras instâncias de governo para que as demandas sejam efetivamente atendidas.

O exemplo mais evidente dessa situação é relativo à ordem de reintegração de posse da ocupação "IPAC III". A demanda expressa pela SEDUR de requisição da presença do IPAC na mesa de negociação, o pedido (não atendido) da SEDUR-E para o IPAC de extinção do processo de reintegração de posse e, finalmente, o apontamento, na última reunião registrada, de que o IPAC "se mostra aberto a discutir habitação de interesse social" conformam registros que demonstram não ter havido uma movimentação conjunta entre essas duas instâncias do Governo do Estado. Isso evidencia que as atenções mobilizadas pela referida Secretaria esbarravam nas próprias instâncias de governo ou, pelo menos, na ausência de sintonia entre a política implementada por cada uma dessas instâncias. Nesse sentido, a política de mediação de conflitos implementada pela SEDUR-E aparecia como um resultado da receptividade específica do seu secretariado e não, efetivamente, de uma política de Estado que estivesse sendo transversalmente implantada.

Inclusive, por este aspecto, o MSTB classificou no seu dossiê as ações do Governo como fruto de "morosidade", "ineficácia" e "incapacidade" (MSTB, 2013). Essas percepções tiveram respaldo na inconsistência de muitos encaminhamentos assumidas ao longo das reuniões pela SEDUR-E e que representam, no balanço final desses encontros, uma forma de ação ambígua do Governo do Estado. Se de um lado, o poder público acenava aos horizontes de reivindicação do Movimento através da criação do referido GT e da própria mesa de negociações, de outro, o mesmo governo assistiu à tramitação das ações de reintegração de posse de algumas das ocupações do MSTB sem

barrá-las integralmente. Essas posições nem sempre culminaram na expulsão dos moradores, mas também não foram definitivamente suspensas.

O saldo das ocupações do MSTB, ao final do período da mesa de negociações, expressa exatamente isso. A ação de reintegração de posse do IPAC III, mesmo não tendo sido extinta pela SEDUR-E, não chegou a ser concluída com a expulsão dos moradores. Entretanto, a ocupação da Baixa dos Sapateiros, após um incêndio que provocou a saída dos moradores, teve sua reintegração de posse expedida e realizada – e sem ser discutida em nenhuma das reuniões, de modo a impedir que os moradores permanecessem no imóvel após o incêndio. Esse moradores deslocados, então, passaram a receber o aluguel social do Governo do Estado, se dispersando da localidade que habitavam. Santos (2017), inclusive, relata a migração de algumas dessas famílias para o município de Simões Filho (cidade da Região Metropolitana de Salvador), onde os custos de habitação eram compatíveis com o aluguel social recebido.

Essa forma de ação ambígua do Governo do Estado também se repete no segundo elemento que chama a atenção ao longo das reuniões: a utilização de programas públicos vinculados ao Governo Federal como fonte de financiamento das demandas do MSTB. Ao longo das reuniões, o Governo do Estado veiculou quatro sucessivas fontes de financiamento como formas de realização das melhorias nas ocupações do Movimento. Essas fontes foram sendo substituídas umas pelas outras à medida em que o dinheiro, que na reunião anterior estava supostamente garantido, aparecia, em seguida, cancelado.[77] Essas fontes de financiamento mencionadas começaram pelo PAC, passaram pelo PAC – Cidades Históricas, mudaram para um contrato da CONDER com uma empresa privada local que, por sua vez, tinha garantido um financiamento da Caixa Econômica Federal destinado a reformar dezesseis imóveis no Centro e, finalmente, terminaram com o PMCMV. Esse último programa tinha sido mencionado pelo fato de que o Governo do Estado investigaria uma possível "outra regulamentação" que pudesse converter suas fontes de financiamento para a manutenção da moradia popular no Centro de

[77] Na mesma lógica, quando uma fonte de financiamento era cancelada, uma outra aparecia como promessa de substituição.

Salvador (MSTB, 2013) – uma investigação que se revelou posteriormente estéril, visto que o PMCMV não esteve vinculado à construção de novas moradias no Centro de Salvador.

Com exceção do PMCMV, as outras três fontes de financiamento foram dadas ao MSTB como confirmadas. Tiveram seus "processos licitatórios" mencionados como "já iniciados", prevendo, no caso do PAC, a data de início das obras de melhoria nas ocupações, uma vez que o orçamento já estava, em tese, aprovado (MSTB, 2013). Todas as confirmações, entretanto, foram seguidamente retiradas, implicando na própria sequência de confirmação e cancelamento dos financiamentos como parte substantiva da agenda dessa mesa de negociações.

Soma-se ao panorama descrito o fato de que este encadeamento de propostas finalizou por conta da suspensão da regularidade das reuniões, como decorrência das mudanças no secretariado efetivadas na transição do primeiro para a segundo governo de Jaques Wagner. Essa transição começou no final de 2010, quando mudou o Secretário titular da SEDUR-E,[78] e se consolidou em 2013, quando a Coordenação da Mediação de Conflitos Fundiários passou para o comando de um major da Polícia Militar. É neste ínterim em que a mesa de negociações perdeu a sua regularidade e, principalmente, os integrantes do MSTB testemunharam a dissolução do comprometimento com as suas demandas por parte da SEDUR-E, que parecia ter se constituído ao longo do período dos quatro anos anteriores. Mesmo a mesa tendo uma repercussão restrita nas conquistas materiais para o movimento, era um espaço que possibilitava um horizonte mínimo de diálogo sobre a dinâmica das ocupações.

O MSTB, então, interrompeu este período após intensificar o trabalho em ocupações no Centro, sem que a maioria das reintegrações de posse fossem cumpridas. Simultaneamente, o Movimento teve as promessas de financiamento negadas, sem a regularização jurídica do domínio dos seus

[78] Esta mudança na titularidade da secretaria decorreu da saída de Afonso Florence, um quadro partidário do PT, para a assunção do cargo por Cícero Monteiro, um engenheiro de carreira da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), sem vinculação partidária, que se consolidou no governo de Jaques Wagner como um articulador político da base aliada do Governo do Estado.

espaços de atuação, e assistiu à ruptura do espaço institucional de diálogo com o Governo do Estado.

3.2 Cena 02 - Das promessas democráticas à investida do urbanismo anticíclico[79]

Nesta passagem do MSTB, parece emblemático que a ruptura vivenciada pelo Movimento, expressa pela mudança de orientação na condução política da SEDUR-E, veio a se repetir na forma como os programas públicos foram utilizados na política urbana do Centro. Isso porque os recursos que tinham sido anunciados incialmente como fontes de custeio de melhorias nas ocupações foram utilizados em projetos urbanísticos que, ao fim e ao cabo, representaram novas ameaças de remoção das ocupações do MSTB. Os programas que organizavam estes recursos, ao invés de subsidiar as referidas melhorias, viabilizaram um conjunto de intervenções que foram desenhadas e utilizadas como ferramentas de desenvolvimento econômico durante a conjuntura narrada. Destacamos aqui, especialmente, o PAC (iniciado em 2007) e o PAC-CH (iniciado em 2013), que foram importantes fontes de financiamento das intervenções de revitalização do Centro de Salvador.

Essa mudança no efeito dos programas públicos parece ser fruto de um aprofundamento da agenda governo petista na construção da sua agenda de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, se na conjuntura de substituição do governo do PFL para o PT houve um aceno para a suposta "estabilização do conflito", o contexto que se desenrolou posteriormente demonstra ter propiciado uma interdição e silenciamento do conflito em função da toada de "aceleração do crescimento" que passava a ganhar mais espaço - um movimento especialmente acentuado na conjuntura de crise de acumulação que se iniciou em 2008 e repercutiu no Brasil de maneira mais contundente em 2009, quando a construção civil e a execução de projetos urbanísticos

[79] Consideramos como "urbanismo anticíclico" a realização de uma política de intervenções urbanísticas sistematizadas como mecanismo de saída de uma situação de crise econômica. A noção de urbanismo anticíclico se faz explicativa no Centro de Salvador através do enredamento dos projetos de desenvolvimento frutos do PAC, lançado em 2007, com a crise econômica mundial que se desdobrou no Brasil especialmente a partir de 2009. Esta configuração desempenha um papel fundamental no campo de conflitos aqui abordado e constitui uma das questões que a descrição da Cena 02 abordará a seguir.

desempenharam um papel anticíclico, uma vez que foram ferramentas centrais para a promoção de desenvolvimento econômico e para a consequente contenção da crise.

Aqui, talvez, seja emblemático notar que a publicação do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (PRP-CAS), em 2010, está próxima a esta movimentação de contenção da crise e expansão do crescimento econômico. Nesse sentido, o PRP-CAS surge como um plano que integrou esta conjuntura em que a revitalização do Centro apareceu integrada a uma gama de intervenções urbanísticas que objetivavam dinamizar a economia baiana (e brasileira) no momento de transição para o segundo mandato petista à frente do estado da Bahia. Essa condição seria sobreposta às demandas dos grupos e movimentos que vinham disputando o Centro, como é o caso do MSTB.

Desta variedade de projetos urbanísticos que surgiram, salientamos aqui as intervenções de preparação para os megaeventos, isto é, a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo em 2014. Na mesma direção de Gordilho-Souza (2015), algumas delas nos parecem importantes de serem mencionadas especificamente: A primeira é o programa "Salvador Capital Mundial", que consistia em um pacote de 22 projetos lançado pela Prefeitura Municipal de Salvador, também em 2010, elencando intervenções urbanas "centrais para o futuro da cidade" – evidentemente condicionadas pela realização dos megaeventos.[80] Além de se valer de projetos de intervenção públicos, o pacote contava também com contribuições de entidades privadas, que, segundo foi revelado pela imprensa[81] e posteriormente confirmado pelo então prefeito João Henrique (PMDB), eram entidades que apareciam como *doadoras* de alguns desses projetos acatados pelo ente municipal (GORDILHO-SOUZA, 2015).[82]

[80] A capital baiana foi confirmada como cidade sede da copa do mundo em maio de 2009.

[81] Uma das notícias referentes ao caso foi publicada pelo Jornal A Tarde em 27 de fevereiro de 2010 com a seguinte manchete "Prefeitura omite quem patrocina projetos da 'Capital Mundial'". Disponível em https://atarde,uol.com.br/politica/noticias/1144137-prefeitura-omite-quem-patrocina-projetos-da-%22capital-mundial%22. Último acesso em 7 de outubro de 2021.

[82] Destacamos aqui a atuação da Fundação Baía Viva, uma entidade gerida por empresários do mercado imobiliário soteropolitano que foi responsável por parte desta doação de projetos à Prefeitura Municipal.

Nota-se que, da totalidade das intervenções, distribuídas pelo conjunto da cidade, seis delas incidiam especificamente no Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR e GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010). Eram os projetos de 1) construção de duas linhas de metrô (com duas estações no Centro); 2) transformação do Estádio Octávio Mangabeira em Arena Fonte Nova, nos moldes apropriados às recomendações da FIFA; 3) construção da Via Expressa, uma ligação rodoviária direta entre a BR-324 e o porto de Salvador para escoar a produção de *commodities* vinda do interior; 4) construção de um viaduto e de uma ponte no Dique do Tororó, no entorno do Estádio; 5) construção da Via Histórica, uma passarela rolante ligando a cumeada de duas encostas do Centro, cujas obras também incidiriam na "reconstrução do Mercado de São Miguel" e na "revitalização da Baixa dos Sapateiros"; e, finalmente, 6) execução da Nova Cidade Baixa, uma extensa transformação urbanística na faixa litorânea que ia do Mercado Modelo (passando pelo Comércio) até o bairro da Ribeira, na qual seriam implementados um estacionamento, uma esplanada próxima à Praça Cairu, um equipamento cultural de grande porte, "equipamentos comerciais semi-públicos" e mudanças no sistema viário (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR e GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010). Em conjunto, uma soma de projetos que envolviam novas ligações logísticas, novos equipamentos de entretenimento, transformações na infraestrutura viária, imobiliária e nos transportes.

Desses projetos, apenas os três primeiros foram realizados. Não coincidentemente, foram aqueles que estavam diretamente alinhados às demandas estaduais e federais para a realização dos megaeventos, os quais apareciam, também, no outro dispositivo de planejamento lançado pelo Governo Estadual importante de ser mencionado: o Plano Diretor da Copa do Mundo. Este Plano, por sua vez, previa um investimento na cidade de Salvador que girava em torno de dez bilhões de reais e estava voltada majoritariamente para os investimentos na construção do Estádio nos moldes da FIFA (Baptista, 2014). Uma parte menor dos investimentos seria destinada a projetos de

transporte e infraestrutura, a exemplo do (já citado) Terminal Marítimo de Passageiros.[83]

Ainda que as outras iniciativas do "Salvador Capital Mundial" não tenham sido levadas a cabo, fato que altera fundamentalmente os seus efeitos na dinâmica urbana, importa aqui salientar que este plano configurou uma postura ativa de inserção da Prefeitura Municipal de Salvador no contexto relatado. Além disso, qualificou a forma em que esta presença aconteceu, na medida em que se fez evidente articulando e alavancando interesses privados pelo Centro de Salvador, no momento mesmo em que um conjunto de investimentos públicos começou a ser desenhado. Não à toa, esta é uma maneira de inserção da Prefeitura que se repetiu dois anos depois, em 2012, quando o ente municipal veiculou uma outra proposta de intervenções urbanas, a "Proposta de Humanização de Bairros - Santa Tereza" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2012).

Esta proposta, por sua vez, buscava a captação de recursos e "realização de parcerias" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2012) voltada para a transformação de uma área de quinze hectares localizada no Centro. Mais especificamente, localizada entre a Avenida Lafaiete Coutinho, a Rua do Sodré, a Ladeira da Conceição da Praia e o bairro Dois de Julho.[84] Ela foi apresentada em Março de 2012 no Congresso do Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU), realizado em Barcelona, e, posteriormente, em Salvador, para empresários do setor imobiliário e alguns membros da Associação Comunitária do Largo Dois de Julho e Adjacências (ACLAJ). A Proposta de Humanização aparecia como uma decorrência do "Plano de Bairro Santa Tereza" (FMLF, 2008), uma publicação realizada pela Prefeitura em 2008, na qual o ente municipal expressava os resultados de um diagnóstico urbanístico da referida área, onde detalhava as tipologias de uso do solo, gabarito das construções e intervenções urbanas a serem realizadas

[83] Lembremos que o referido Terminal foi repetidamente mencionado no capítulo 2. Trata-se de uma infraestrutura de grande porte que, além de funcionar como um terminal de passageiros, também dispõe de outras áreas construídas. Em uma delas, a partir de 2018, o Hub Salvador foi instalado.

[84] A consideração do Dois de Julho como bairro é oriunda da ação dos seus moradores, que ao longo das suas formas de organização encamparam a disputa por este reconhecimento. A colocação deste problema como pauta dos integrantes do referido bairro é uma das questões levantadas na tese de doutorado de Rebouças (2019).

ou de conclusão recente. Em resumo, com a Proposta de Humanização, a Prefeitura buscava as formas de viabilizar um conjunto de intervenções públicas na mesma área em que o "Plano de Bairro Santa Tereza" havia feito o seu diagnóstico.

No mesmo diapasão do "Salvador, Capital Mundial", essa proposta expunha, novamente, o estado como um agente fiador da iniciativa privada, já que os limites da área de Santa Tereza tinham sido originalmente definidos pelas empresas Eurofort Patrimonial e a RFM Participações LTDA - e esta vinculação com a Prefeitura não tinha sequer conhecimento público, seja por meio de tramitação na Câmara de Vereadores ou de regulamentação por meio de algum contrato legal. Estas empresas, por sua vez, vinham adquirindo terrenos e desenhando a implantação de novos empreendimentos na área. Ações que vinham sendo concebidas desde 2007, por meio daquilo que foi nomeado como o projeto "Cluster Santa Tereza" (MOURAD, 2011).

A partir desse Cluster Santa Tereza, as referidas empresas buscavam reunir outros investidores que pudessem incrementar a transformação da área. Inclusive, de acordo com Mourad (2011), a própria "assessoria" na incorporação imobiliária constituía parte dos serviços ofertados pelas empresas no âmbito deste projeto. Como ponto de partida da transformação que objetivavam, a Eurofort Patrimonial e a RFM Participações divulgavam que já estavam previstos três projetos âncora realizados por outras empresas do mercado imobiliário: O Txai Salvador Hotel & Residence, um investimento de vinte milhões de reais que previa a construção de um hotel, duas unidades residenciais e um restaurante; O Cloc Marina Residence, um projeto que previa a construção de três edifícios com 128 unidades residenciais e um edifício para lazer e entretenimento; e, finalmente, o Adelaide Residence, um projeto de construção de vinte apartamentos, entre 306 e 741m², localizado na borda marítima (REBOUÇAS, 2019).

Diante do prenúncio desses empreendimentos, a proposta dos investimentos públicos pareciam se acomodar aos interesses privados. Da forma como foram desenhados, operavam a destinação dos fundos públicos para lastrear o processo de valorização fundiária, posteriormente convertido em acumulação privada. Inclusive, a própria forma como os referidos "projetos

âncora" do Cluster e a Proposta de Humanização se desenrolaram parece revelar nuances desta relação, uma vez que os projetos do Clock Marina e do Adelaide Residence tiveram suas obras iniciadas em 2009 e foram inaugurados, respectivamente, em 2015 e 2014. O Txai, por sua vez, teve sua execução cancelada, levando a empresa responsável pelo empreendimento, o Brazilian Hospitality Group (BHG), à tentativa (malograda) de leiloar os terrenos posteriormente, em 2018. Esta, por sua vez, era uma movimentação que acompanhou a Proposta de Humanização da Prefeitura Municipal, cuja realização também foi suspensa - acumulando uma outra tentativa não realizada de intervenções urbanas no Centro projetadas pela Prefeitura. Em resumo, observa-se um panorama que aponta para uma determinada sincronia entre o cancelamento dos investimentos públicos e a inviabilização das ações privadas.

É significativo que o cancelamento da Proposta de Humanização tenha sido influenciado por sua repercussão negativa na mídia local como efeito decorrente da ação dos alguns grupos e coletivos que se manifestaram contra as transformações propostas e que estes agentes, posteriormente, também se integraram a outras iniciativas de diferentes locais do Centro. Na verdade, o "Salvador Capital Mundial", a "Proposta de Humanização de Bairros – Santa Tereza", o "Cluster Santa Tereza", os programas públicos de financiamento dos megaeventos, o PAC, o PAC-CH e, também, o PRP-CAS constituem um momento de investida do poder público e de avanço da ação da iniciativa privada que, conjuntamente, suscitaram uma série de ações coletivas que passaram a construir formas de contestação desses projetos.

São iniciativas que, contadas a partir da contraposição à Proposta de Humanização, parecem antagonizar a investida dos poderes públicos de salvação da crise econômica por meio dos projetos urbanísticos que repercutiram especialmente nos processos de produção do Centro e na sua dinâmica de revitalização. Ao construírem a referida contraposição, essas iniciativas nos parecem integrar um momento de reivindicações conjuntas que, por sua vez, tensiona uma configuração específica do campo de conflitos pelo Centro de Salvador. Essa configuração, por sua vez, não seria mais condicionada pelo diálogo das pautas populares pelo poder público, o que foi

esboçado inicialmente em relação ao MSTB, uma vez que a conjuntura de crise econômica parece ter esgotado essa possibilidade de negociação. O que ocorreu, por outro lado, foi a reafirmação de um campo de disputas determinado, por um lado, pelo avanço das fronteiras da revitalização como modo de produção da cidade e, por outro, pelas experiências acumuladas desde a emergência do PRCHS, com suas perdas e vitórias pontuais conquistadas.

Uma dessas movimentações de contraposição à Proposta de Humanização teve início a partir das transformações que eram pretendidas para o bairro Dois de Julho – parte integrante da área que estava sendo concebida como Santa Tereza. Mais especificamente, transformações que incidiriam em um conjunto de sete casas construídas no século XIX e de atual propriedade da Irmandade São Pedro dos Clérigos, a Vila Coração de Maria. A referida Irmandade havia adquirido as casas e o terreno que integrava a Vila em 1966. Nelas moravam um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que, após a compra, passaram a viver pagando aluguéis módicos à Irmandade, por meio de contratos informais (REBOUÇAS, 2019).

Em 2008, quando as intervenções do Cluster Santa Tereza começaram a ganhar fôlego, a Irmandade passou a reivindicar a saída destes moradores. Sua justificava afirmava que os imóveis seriam vendidos para investidores[85] que, por sua vez, construiriam ali um estacionamento. Acontece que, nos anos anteriores, esta mesma agremiação religiosa já havia iniciado um processo de negociação das casas com os próprios moradores. A proposta de venda para a empresa construtora do estacionamento aparecia, então, de modo repentino, substituindo o acordo que vinha sendo acertado entre os moradores e a Irmandade. O interesse por esta opção se dava pela evidente superioridade do montante oferecido pelos investidores. Por outro lado, esta mesma situação posicionava os moradores da Vila Coração de Maria contra a condição de saída colocada pela Irmandade.

[85] Zanoli (2017, p. 65) e o blog intitulado Dois de Julho (https://doisdejulho.wordpress.com/vila-sagrado-coracao-de-maria/ - acesso em 6 de outubro de 2021) apontam que a empresa que buscava comprar o terreno da Vila Coração de Maria era a Garcez Construtura, a mesma empresa envolvida na construção do Clock Marina Residence.

Como forma de pressionar a desistência destes moradores, a Irmandade São Pedro dos Clérigos mobilizou ordens de despejo para obrigar que eles deixassem as suas casas (REBOUÇAS, 2019). Essa movimentação, em 2010, levou à expulsão de uma das famílias da Vila Coração de Maria. Após o incidente, parte restante das pessoas afetadas buscou apoio da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) para se contrapor judicialmente a essa situação. Elas alegavam que as ações da Irmandade violavam o direito à moradia.

Durante o período de acompanhamento, por meio da equipe de assessoria da DPE-BA (ARAÚJO; FIGUEIREDO; MOURAD, 2010 [86] apud REBOUÇAS, 2019), uma das moradoras da Vila Coração de Maria, Ivana Chastinet,[87] tomou conhecimento do projeto Cluster Santa Tereza. A partir daí, Chastinet teve ciência da trama em que a Vila Coração de Maria estava inserida e, consequentemente, das respectivas projeções que a iniciativa privada fazia para a área de intervenção. Estas eram informações que, até então, não eram de conhecimento da maioria dos habitantes do Dois de Julho.

Ivana Chastinet, então, tornou-se uma das pessoas que passaram a atuar na denúncia dos referidos projetos. Neste contexto, sua ação se destaca por ela ter mobilizado vizinhos e conhecidos para questionar as ações da Prefeitura e da iniciativa privada, especialmente quando passou a ser divulgado que haveria um evento de apresentação da Proposta de Humanização para os moradores do Dois de Julho.

---

[86] ARAÚJO, A.; FIGUEIREDO, G. C. dos S.; MOURAD, L. N. **Parecer técnico: análise da denúncia de violação do direito à moradia e do direito à cidade das famílias de Vila Coração de Maria**. Salvador: Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2010.

[87] Ivana Chastinet era uma artista e performer que atuou ativamente nas disputas do Centro. Não tive oportunidade de conhece-la pessoalmente, por conta do seu falecimento em agosto de 2017. Apesar disso, a sua presença foi constantemente evocada durante as incursões em campo que permearam os grupos e coletivos vinculados ao bairro do Dois de Julho, especialmente no momento do cortejo popular de 2019 vinculado às celebrações da Independência da Bahia (aprofundado posteriormente). Além disso, Chastinet disponibilizou importantes documentos audiovisuais na plataforma do Youtube que compreendem um documentário, algumas entrevistas, registros de suas performances e vídeos diversos. Na sua página pessoal do Facebook, ela também deixou múltiplas anotações, manifestos e informações. Ao todo, esse conjunto de registros contém passagens substantivas que tematizam os momentos de reivindicações e lutas ora retratados e que dialogam diretamente com as referências acadêmicas que citam o seu papel, onde destacamos o já citado trabalho de Rebouças (2019), outra importante referência para o que aqui elaboramos.

Este evento, marcado para junho de 2012, foi intermediado pela ACLAJ e tinha na sua divulgação que a Prefeitura Municipal seria a responsável pela apresentação da Proposta de Humanização. A presidenta da ACLAJ, entretanto, já tinha comparecido a um evento anterior, em abril (26) deste mesmo ano, quando a Prefeitura apresentara a mesma Proposta a empresários do mercado imobiliário. Este fato evidenciava, portanto, que havia uma certa afinidade entre a Associação, ou pelo menos de sua presidenta, e as ações da Prefeitura Municipal. A apresentação destinada aos moradores do Dois de Julho, então, aparentava ser uma forma da ACLAJ expandir a receptividade das intervenções de revitalização que estavam sendo pretendidas.

Apesar da divulgação da ACLAJ, a Prefeitura não compareceu ao evento. Restaram presentes apenas alguns membros da diretoria desta Associação e outros moradores que, juntamente com Ivana Chastinet, tinham ido à reunião para contestar os benefícios que os projetos tematizados trariam para as pessoas que integravam o Dois de Julho. Era um grupo que percebia que as transformações pretendidas prejudicariam as condições de vida daqueles que habitavam o bairro. Posicionados desta forma durante o evento, essas pessoas questionaram a posição dos membros da ACLAJ, expondo as divergências que continham suas respectivas posições.

Para o grupo que se posicionava contra os projetos da Prefeitura e da iniciativa privada, este momento ficou marcado pela contestação da capacidade de representação da ACLAJ pelos moradores do bairro. Eles reconheceram que a Associação estava motivada pelos interesses de alguns comerciantes que acreditavam ter as atividades dos seus negócios beneficiadas com a chegada dos novos projetos e, também, pelo interesse de moradores que viam nestas propostas possiblidades de valorização do bairro. Tinha ficado explícita uma diferença durante a reunião que já havia sido exposta em outra oportunidade, quando Ivana Chastinet bem como outras pessoas que não aceitavam a Proposta de Humanização tiveram seus pedidos de associação à ACLAJ negados por sua diretoria.

Posto esse cenário, Chastinet e seus vizinhos se mobilizaram para constituir um outro coletivo de representação dos moradores do bairro, uma

entidade que passaria a se pautar pelo enfrentamento à Proposta de Humanização da Prefeitura e à transformação do Dois de Julho em Santa Tereza. Eles consideravam: que os projetos descaracterizariam a diversidade social que, até então, julgavam ter espaço no Dois de Julho; que seus mandatários seriam responsáveis pela expulsão de outros moradores, assim como estava acontecendo na Vila Coração de Maria; e consideravam também que a Proposta de Humanização era uma ação pública que estava a serviço de benefícios privados. Inclusive, por este conjunto de motivos, nomearam este coletivo como "Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho" (MNB2J). Um título afirmativo que demonstra imprimir, na disputa pela nomeação do bairro, uma disputa pela própria possibilidade de existência dos seus habitantes.

De acordo com Rebouças (2019), a partir de entrevistas da autora com integrantes do MNB2J, o evento de embate com a ACLAJ foi o momento em que a maioria dos seus integrantes classificaram como de determinação formativa no Movimento. Além dele, a autora também retrata o posicionamento de Cacilda, uma integrante do MNB2J que defende que o momento fundamental para o surgimento do Movimento não foi exatamente o evento de embate com a ACLAJ, mas sim, uma audiência pública realizada pouco menos de um mês depois, em 12 de julho de 2012. Tratou-se de uma audiência realizada pela Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) e pela Comissão de Reparação da Câmara Municipal de Salvador (CMS). Seu objetivo era publicizar as discussões sobre as intervenções no bairro Dois de Julho que vinham acontecendo nos últimos meses sem a transparência devida. Esta iniciativa tinha sido articulada, inclusive, por uma das relatoras do parecer técnico que a equipe de assessoria da DPE tinha emitido em 2010, quando esta Defensoria havia sido acionada para conter as expulsões da Vila Coração de Maria. Esta mesma relatora também trabalhava como assessora da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA e contribuíra para a tramitação do evento nessas duas instâncias do poder público referidas, quando teve sua coordenação assumida pela Deputada Estadual Maria Del Carmen e pela Vereadora Marta Rodrigues, ambas do PT e membros titulares de cada uma das referidas instâncias do poder legislativo.

A audiência tinha sido programada para contar com os relatos dos "moradores, usuários e associações" do Dois de Julho, com as presença de profissionais de arquitetura e urbanismo, do relator nacional do direito humano à cidade da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)[88] e, finalmente, dos órgãos e dos agentes estatais envolvidos. Destes agentes públicos, as entidades legislativas responsáveis pelo evento divulgavam como convidados a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Município de Salvador (SEDHAM – atual SEDUR-M), instância responsável pela elaboração da Proposta de Humanização; o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS), órgão do Governo do Estado responsável pela elaboração do PRP-CAS (que fora posteriormente transformado na já citada DIRCAS); a SEDUR-E, a mesma secretaria que atuava na mediação de conflito com o MSTB; a Presidência da Câmara Municipal de Salvador; o MP-BA e, finalmente, a DPE-BA.

De acordo Rebouças (2019), esta audiência teve, para Cacilda, um papel definidor na constituição do MNB2J. Isto porque, durante a sua realização, foram apresentadas publicamente as questões que vinham se gestando desde os primeiros embates da Vila Coração de Maria. Neste âmbito, o Movimento assumiu uma posição clara, evidenciando os problemas e demandas dos moradores do Dois de Julho, bem como a incompatibilidade desta realidade com os projetos que queriam nomear aquele bairro como Santa Tereza. Essa perspectiva apontava para a incongruência com o interesse público que estava presente na Proposta de Humanização planejada pelo executivo municipal. Paralelamente a isso, a audiência também foi marcada pela recusa da representante da ACLAJ em apoiar publicamente a Proposta, alegando que não era favorável à mudança de nome do Dois de Julho. Ao mesmo tempo, também afirmava que era contra que não houvesse mudanças e melhorias no bairro; indefinições que se traduziram pela opção da representante de ACLAJ por retirar-se da mesa onde os convidados defendiam

[88] A DHESCA é uma rede internacional formada por organizações da sociedade civil que busca incidir no fortalecimento dos direitos humanos. No âmbito da audiência relatada, a presença do relator nacional significava um forma de ampliação de pressões externas sob os poderes públicos naquilo que concernia o respeito ao direito à moradia.

seus posicionamentos. Esse espaço de representação foi, para Cacilda, consequentemente ocupado pelo MNB2J. Simbolicamente, era um momento que consolidava a construção do Movimento no sentido de representar os moradores e frequentadores do bairro Dois de Julho (REBOUÇAS, 2019).

Nesta mesma direção, a audiência teve importância formativa na construção de laços importantes para o MNB2J (REBOUÇAS, 2019). Note-se também aqui as vinculações do Movimento com o MP-BA e com o grupo de pesquisa Lugar Comum, grupo pertencente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA que contava com profissionais de arquitetura e urbanismo presentes na audiência. De modo geral, estas duas entidades viriam desempenhar, num futuro próximo, um papel importante para os membros do MNB2J, quando novas situações de conflito emergiram. Inclusive, a ata da audiência registrou que, naquele momento, já havia um prenúncio da emergência de novas situações de conflito (ALBA, 2012). Isto porque parte dos encaminhamentos da audiência são requisições de informações direcionadas à SEDHAM solicitando acesso a "qualquer estudo, projeto, plano, programa, intervenção ou ação da Prefeitura que abranja o Dois de Julho" (ALBA, 2012) e, também, direcionadas ao Governo do Estado, naquilo que tange as ações vinculadas ao PRP-CAS. Ou seja, há um reconhecimento de que as respectivas instâncias tinham uma agenda a ser cumprida e, portanto, ações futuras a serem realizadas. Na verdade, a própria convocação do referido ERCAS para aquela audiência traçava essas mesmas nuances, uma vez que o Governo do Estado não tinha explicitado nenhuma ação direcionada ao Dois de Julho, mas cumpria uma agenda similar a da Prefeitura por meio do seu PRP-CAS e, por isso, era convocado à audiência.

Neste mesmo sentido, também ressaltamos o encaminhamento da audiência que reivindica a instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público. Com o objetivo de averiguar as denúncias colocadas pelos moradores do Dois de Julho e demais presentes na audiência, este inquérito foi pautado pela necessidade de esclarecimento e obtenção de novas informações acerca das ações que o poder público estava planejando. Em suma, é um conjunto de orientações postas ao final da audiência que atinam para a Proposta de

Humanização como uma ação inserida dentro de uma movimentação maior dos agentes públicos.

Não é à toa que, mesmo quando a Prefeitura Municipal anunciou a desistência da Proposta de Humanização, cerca de duas semanas após a audiência, esses processos relatados seguiram o seu curso. Inclusive, o argumento utilizado pelo secretário titular da SEDHAM, que justificou a desistência da Proposta por conta de um "clima de acirramento indevido", não repercutiu na retração das ações do MNB2J. Ao contrário, suas ações seguiram em consonância com o cenário desenhado na audiência.

Nesse curso, ao longo das reuniões semanais que encampavam a disputa do MNB2J, Rebouças (2019) registra a aproximação de Marcelo Teles, um dos moradores da Ladeira da Preguiça. Apesar da referência a esta ladeira específica, a Preguiça (como é costumeiramente chamada) representa uma área onde moram aproximadamente 180 pessoas (65 famílias). Além da ladeira homônima, ela é composta por mais duas ruas transversais e um beco que, por sua vez, se avizinham do Dois de Julho e integram a área que vinha sendo concebida pela iniciativa privada como Cluster Santa Tereza.

A Preguiça se distancia do Dois de Julho por um misto de razões. Além de ocupar uma área significativamente menor, parte da diversidade que é reivindicada pelo MNB2J não está presente no contexto da Preguiça, pois os residentes desta localidade são majoritariamente trabalhadores e trabalhadoras pobres, sem uma presença expressiva da chamada classe média que, por exemplo, integra o Dois de Julho. Além disso, enquanto o Dois de Julho ocupa a parte alta do frontispício soteropolitano, a Preguiça se estende através da parte baixa, sendo a sua importante ladeira um dos caminhos que levam da borda marítima até o topo da falha geológica da cidade.

Inclusive, é exatamente por esta ocupação de proximidade marítima que Marcelo Teles tinha chegado até a reunião do MNB2J (REBOUÇAS, 2019). Isto porque os moradores da Preguiça estavam enfrentando o fechamento de uma das praias que frequentavam e onde alguns desses moradores mantinham seus meios de sustento. Este fechamento decorria de uma ação da Bahia Marina, uma empresa proprietária do terreno vizinho à praia, onde funcionava um "centro de lazer náutico". Neste lugar, a empresa oferece o serviço de

marina para barcos de luxo, além de restaurantes e lojas de produtos e serviços náuticos. A Bahia Marina estava ampliando a sua área de atracação de barcos e indicava, também, a possibilidade de construir um novo empreendimento imobiliário, uma ação que, não por coincidência, seguia o caminho aberto pelo Adelaide Residence. Este, por sua vez, um daqueles referidos projetos âncora do Cluster Santa Tereza, cujas obras tinham sido iniciadas em 2009 em um terreno vizinho à Bahia Marina e à praia frequentada pelos moradores da Preguiça. Para a realização das obras de ampliação, a Bahia Marina construiu um bloqueio na praia, que impedia os moradores da Preguiça realizar suas atividades cotidianas.

Tendo em vista a situação vivenciada pelos moradores da Preguiça, Teles buscou o MNB2J por conta das notícias que vinha tendo sobre a mobilização que o Movimento estava construindo. Seu objetivo era fortalecer laços e encontrar caminhos de enfrentamento do que ocorria na Preguiça. Inclusive, como afirma Rebouças (2019), foi através desta interlocução que ele tomou conhecimento do Cluster Santa Tereza e do conjunto de projetos que estavam sendo desenhados naquela mesma área em que a Preguiça estava inserida, onde a ação da Bahia Marina aparecia rodeada por outras iniciativas similares.

A partir desta aproximação, o MNB2J passou a integrar ações de mobilização na Preguiça para divulgar aos seus moradores as ações do poder público e da iniciativa privada que vinham sendo desenhadas nos últimos anos. A maioria destas pessoas, assim como Marcelo Teles, desconheciam tanto a trama dos projetos da iniciativa privada em que a Preguiça estava inserida, quanto o planejamento que se fazia para os imóveis em que muitos deles moravam (REBOUÇAS, 2019). Além disso, os moradores da Preguiça lutavam pelo combate ao estigma que era atribuído ao seu local de moradia, pela presença de usuários e comerciantes de drogas ilícitas e pelo fato de ser um lugar de moradia de pessoas pobres, alguns sem teto e ocupantes de imóveis ditos irregulares. Esses fatores eram utilizados pela imprensa de modo recorrente, coadunando com uma perspectiva que imprimia à Preguiça um estigma de lugar *degradado* física e socialmente.

Esta tensão aparecia como um dos pontos em torno dos quais os moradores da Preguiça se mobilizavam. Nesse sentido, Marcelo Teles e alguns dos seus vizinhos protagonizaram a construção do "Centro Cultural *Que Ladeira é Essa*?". Fundado em 2013, este Centro Cultural passou a atuar na Preguiça por meio da promoção de oficinas de *grafitti*, que viriam intervir nos próprios muros da Preguiça, ações coletivas de pintura das fachadas dos imóveis, aulas de capoeira e, também, por meio da realização de eventos diversos que reuniriam pessoas de diferentes lugares da cidade na Ladeira da Preguiça. Em resumo, um conjunto de atividades, posicionamentos públicos e ações que incidiam sobre a imagem propagada da Preguiça, aproximando este lugar e seus moradores de práticas ditas culturais, que, por sua vez, combatiam o estigma divulgado de um lugar pobre dominado pelo tráfico de drogas.

É significativo que o combate à imagem estigmatizada realizado pelos moradores de uma área do Centro apareça novamente, agora nas ações do Centro Cultural *Que Ladeira É Essa*?. Esta é uma tensão que se repete nas sequência de eventos e conflitos anteriormente relatados dos moradores da Gamboa de Baixo e da AMACH, que também enfrentaram o estigma da *degradação* por meio de suas ações coletivas. Para retomar uma questão que pontuamos inicialmente, o uso de estigmas por parte do poder público através de imagens que distorcem e lançam preconceitos sobre os locais em questão e seus moradores aparece como uma prática recorrente e disseminada nos lugares em que a dinâmica de revitalização tem incidido. Ela aparenta ter por objetivo deslegitimar a atuação dos coletivos e movimentos populares que lutam contra a expulsão e remoção forçada dos seus locais de moradia e trabalho. Além disso, ainda que muitas vezes este estigma apareça vinculado apenas à dimensão retórica, seu discurso se efetiva exatamente por conta da dimensão material a qual ele está recorrentemente (e fundamentalmente) vinculado, dimensão que, assim como na Gamboa de Baixo e na AMACH, também se realizou de forma violenta sobre os moradores da Preguiça. Neste lugar, a truculência se concretizou na forma de uma ação da Prefeitura denominada "Operação Ordem na Casa", realizada na madrugada do dia 8 novembro de 2013, no mesmo período em que o Centro Cultural *Que Ladeira é Essa*? e o MNB2J vinham construindo suas ações conjuntas.

Há uma reportagem jornalística que concerne a referida operação de maneira muito emblemática (WENDEL, 2013). Sua referência nos parece a exata concretização do estigma construído pelos agentes de imprensa que relatamos como ponto de aglutinação e enfrentamento dos moradores da Preguiça. Esta, por sua vez, é uma reportagem do jornal Correio que veiculou a seguinte manchete: "Por motivos de segurança, prefeitura retira moradores e barracos da Preguiça". O texto jornalístico segue afirmando que a "Operação Ordem na Casa" foi "uma ação que contou com a Polícia Militar, a Guarda Municipal e 170 homens de 'praticamente todos os órgãos municipais'". Além disso, o jornal menciona que, durante a ação, a Prefeitura retirou aproximadamente 70 pessoas de "casas irregulares na Ladeira da Preguiça", realizando também a derrubada de outras casas. Reportando a nota divulgada pela Prefeitura Municipal, o jornal divulga que o objetivo da "operação" era de:

> "'garantir a segurança, combater o tráfico de drogas, oferecer auxílio a viciados, remanejar famílias vivendo em situação de risco social para outras áreas, fazer a limpeza e capinação de todo o terreno, além de retirar construções irregulares e que corriam o risco de desabamento'. Ainda segundo comunicado da prefeitura, 17 famílias retiradas da região foram cadastradas para receber auxílio-aluguel (R$ 300 mensais, por seis meses). Algumas foram inscritas em programas como o Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida e um grupo optou por ir para outro imóvel próprio ou de parente."
>
> (WENDEL, 2013)

Além disso, no final da reportagem, o jornal completa:

> "A operação Ordem na Casa faz parte de um projeto de requalificação da área, em parceria com o Iphan. Segundo a assessoria do órgão federal, o investimento faz parte do PAC Cidades Históricas, que prevê em Salvador 23 ações, entre requalificações, implantações e restaurações - um montante de R$ 142,1 milhões." (WENDEL, 2013)

Parece-nos bastante significativo o fato desta reportagem construir em pequena escala um esboço da dinâmica de revitalização que vem ameaçando os grupos e coletivos que vêm sendo referidos aqui. Isso decorre de três principais motivos: primeiro, porque a reportagem descreve a ação repressiva da Prefeitura a partir do estigma que vínhamos mencionando - e que Rebouças (2019) completa relatando a subtração de carrocinhas de alguns moradores de rua e o lançamento de jatos de água nos corpos de pessoas que dormiam nas

calçadas. Segundo, porque esta reportagem vincula a saída das ditas famílias irregulares com algumas das políticas sociais também já mencionadas aqui e que, por sua vez, se conformaram como os mecanismos que levaram estas pessoas para longe do Centro da cidade. E, finalmente, em terceiro lugar, porque ela aponta para a relação direta que a Operação Ordem na Casa estabelece com a dinâmica de revitalização, operada, neste caso, pelo PAC-CH.

Há, contudo, um elemento que a reportagem omite que é a vinculação da Operação com a publicação de um decreto municipal de desapropriação por utilidade pública. Este decreto (Nº24.435/2013) foi emitido no dia 7 de novembro, menos de 24 horas antes da referida operação. Diante da situação apresentada, é um decreto que se configura como uma das peças que faltavam para fechar o pequeno circuito da revitalização desenhado pela reportagem, uma vez que deu respaldo jurídico à ação do poder público de despossessão dos elementos de subsistência dos habitantes da Preguiça.

Além disso, o decreto responde ao momento de investida do poder público decorrente dos projetos de revitalização que vinham sendo anunciados desde 2007, com a emergência do Cluster Santa Tereza. Isto porque, entre novembro de 2013 e dezembro de 2014, foram publicados pelas três instâncias do poder executivo diversos atos que integraram os esforços de revitalização do Centro de Salvador. Somam-se a este decreto inicial os outros quatro decretos de desapropriação por utilidade pública emitidos pelo Governo do Estado, publicados pouco mais de um mês após o decreto municipal; além deles, foi também publicado o projeto de lei da Prefeitura Municipal de desafetação de terras públicas, lançado em maio de 2014; e, finalmente, um conjunto de sete licitações públicas emitidas pelo IPHAN ao longo de 2014.[89] Licitações estas que, por meio dos financiamento do PAC-CH, abriam editais de contratação de empresas de arquitetura e urbanismo, destinados à implementação de 15 dos 23 projetos de revitalização previstos pelo Programa para serem realizados no Centro de Salvador.

Com exceção do projeto de lei de desafetação de terras públicas, a correspondência destas medidas com a dinâmica de revitalização planejada

[89] Das 7 licitações, 3 foram publicadas em fevereiro, 1 em setembro, 1 em novembro e, finalmente, 2 em dezembro.

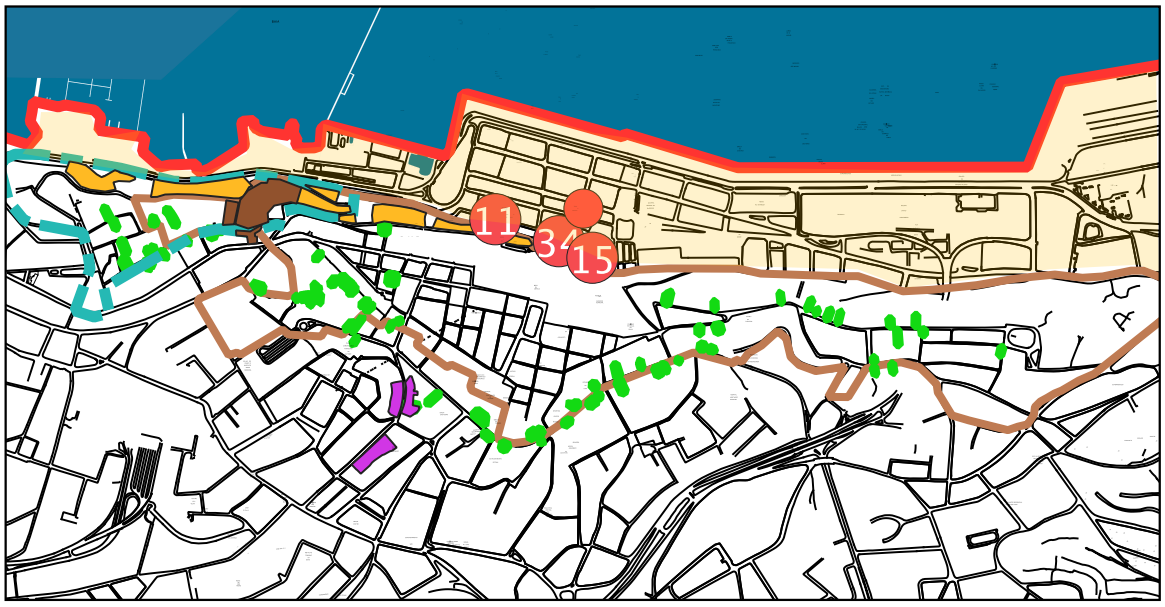
nos anos anteriores pode ser melhor entendida através dos lugares em que elas incidem na cidade. Lembremos que o projeto de lei de desafetação não mantém esta relação espacial direta porque, como esclarecemos no capítulo anterior, ele integra a dinâmica de revitalização por conta do dinheiro que arrecada aos cofres municipais e pela sua composição no capital da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador (CDEMS).[90] Trata-se assim de um mecanismo que integra a revitalização através da venda de imóveis públicos dispersos na cidade, seguido da conversão do montante arrecadado em investimentos municipais na infraestrutura urbana do Centro, sem que esses imóveis e terrenos desafetados mantenham uma relação espacial direta com a revitalização. Por outro lado, o restante dos decretos e licitações publicadas mantêm esta relação imediata, uma vez que os lugares especificados por estes mecanismos são, eles mesmos, os imóveis destinados a integrar a dinâmica de revitalização. Neste sentido, evidenciam uma relação direta com o movimento de planejamento inaugurado no período anterior.

Se retomarmos a leitura do Mapa 3, agora com a delimitação da área do Cluster Santa Tereza e resultando no Mapa 4, podemos perceber a constituição desta investida do poder público em diferentes escalas. Na primeira, vemos que o decreto municipal tem uma relação mais direta com aquilo que estava sendo planejado entre a área do Dois de Julho e da Preguiça, no âmbito do Cluster Santa Tereza, e, caso ampliemos este olhar, vemos que os decretos estaduais e os projetos do IPHAN complementam este movimento incidindo em um conjunto ampliado do Centro de Salvador, na área delimitada pelo PRP-CAS como área de incidência das suas ações, o que corresponde ao Centro Antigo de Salvador. Vale ressaltar que este conjunto de ações é uma das primeiras movimentações do poder público, especialmente do Governo do Estado, que podem ser diretamente atreladas ao PRP-CAS. Essa vinculação é explicitada pelo texto dos decretos, mas revela sua contundência, principalmente, pela incidência espacial nas fronteiras de expansão do chama-

[90] Como contextualizamos no capítulo 2, a CDEMS é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, que tem poderes para contrair empréstimos, emitir valores imobiliários e colocar seus ativos como lastros financeiros em projetos capitaneados pela Prefeitura Municipal.

MAPA 4

Áreas de desapropriação delimitadas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado (Nov/Dez 2013) e delimitação do Cluster Santa Tereza

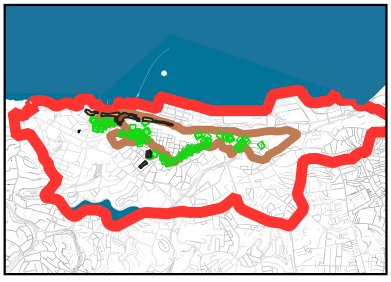


0 250 500 m

N

Legenda:

- Decreto Municipal Nº24.435/2014
- Decreto Estadual Nº14.865/2014
- Decreto Estadual Nº 14.866/2014
- Decreto Estadual Nº14.867/2014
- Decreto Estadual Nº14.868/2014
- Poligonal Centro Histórico
- Poligonal Centro Antigo
- Área do Cluster Santa Tereza
- Ruas e Avenidas Principais
- Bairro do Comércio (Lei Municipal 9.278/2017)



Fonte: Elaboração do autor por meio do *software* livre Quantum GIS (Versão 3.4 Madeira) utilizando como *basemap* o mapa intitulado "Plano de Bairro 2 de Julho" elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum e financiado pela Proext-UFBA.

Disponível em: http://planodebairro2dejulho.blogspot.com. Último acesso em outubro de 2019.

do Centro Histórico em direção aquilo que o referido plano instituiu como Centro Antigo.

Neste sentido, o entendimento desse conjunto de ações referidas como um momento de investida do poder público se faz ainda mais pertinente, tanto pelo fato de estarem concatenadas ações das três esferas do poder executivo, sendo lançadas num espaço de tempo muito curto, quanto pelo fato dessas ações, ao indicarem a forma de incidência dos primeiros decretos de desapropriação e projetos vinculados ao PRP-CAS, confirmarem e concretizarem o espraiamento da ação do poder público no Centro. Essas ações já vinham sendo indicadas, evidentemente, no texto deste Plano, mas só a partir deste momento que se materializaram de maneira evidente.

Além disso, a ideia de uma investida do poder público nos parece adequada pelas repercussões na vida de diferentes grupos e coletivos do Centro que esse conjunto de ações suscita. De volta ao que vínhamos relatando, com relação às ações do MNB2J e do Centro Cultural *Que Ladeira é Essa?*, esses atos do poder público repercutiram no Dois de Julho através dos imóveis deste bairro que se tornaram objetos de desapropriação pelo estado. Na Preguiça, por sua vez, isto ocorreu de maneira ainda mais clara por conta da Operação Ordem na Casa que, além de expulsar homens e mulheres em situação dita irregular do local (povo de rua, ocupantes de casas em ruínas, usuários e comerciantes de drogas ilícitas), também foi responsável pela demolição de alguns destes imóveis.

Apesar das repercussões parecidas, Rebouças (2019) relata que há um afastamento entre esses dois grupos motivado pelos desdobramentos da Operação Ordem na Casa. Isto porque houve uma aderência de Marcelo Teles, então liderança do Centro Cultural *Que Ladeira é Essa?*, à remoção do povo de rua, dos usuários e comerciantes de drogas ilícitas por conta da "dificuldade de convivência cotidiana" com estas pessoas (Rebouças, 2019, p.175). Essa postura, de alguma forma, reflete nuances do estigma que se imprimia à Preguiça e que tinha se conformado como um enfrentamento do Centro Cultural.

Por outro lado, o MNB2J considerava a Operação Ordem na Casa como uma ação que integrava as ameaças que ambos os grupos já estavam

enfrentando. Para estes, a condescendência em relação à operação demonstrada pelo Centro Cultural *Que Ladeira é Essa*? rumava em uma direção contrária aos esforços constituídos no momento anterior. Por conta deste desacordo, os grupos deixaram de construir as ações conjuntas que vinham realizando e o MNB2J passou a responder diretamente à investida do poder público no seu espaço de atuação. Essa movimentação se desdobrou em ações de divulgação dos decretos de desapropriação para os moradores do bairro, em especial àqueles que estavam sendo diretamente afetados. Além disso, repercutiu no fortalecimento dos seus engajamentos em manifestações públicas, a exemplo do cortejo que integra o desfile popular de Independência da Bahia,[91] ação que, por sua vez, já vinha sendo realizada desde 2013, quando o Movimento estava ganhando seus contornos iniciais, e que se repetiria em 2014 para denunciar a nova investida.

Um outro caminho que também passou a ser construído a partir deste momento foi fruto dos vínculos que tinham sido estreitados no âmbito da audiência pública que averiguava o projeto da Prefeitura de transformação do Dois de Julho em Santa Tereza, a referida Proposta de Humanização. Após os decretos do Governo do Estado, o MNB2J protocolou uma representação junto ao MP-BA, entidade que havia demonstrado receptividade às suas reivindicações na oportunidade anterior. Nesta representação, o Movimento demandava a discussão pública dos atos da política urbana que estavam sendo implementados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal (as licitações do IPHAN ainda não tinham sido publicadas). Como argumentava desde o lançamento da Proposta de Humanização, as ações destes entes públicos não estavam sendo discutidas com os moradores do Dois de Julho e de demais lugares do Centro, aparecendo, novamente, de modo repentino para as pessoas diretamente afetadas por estas ações.

[91] O desfile de Independência da Bahia constitui um ato público realizado no dia 2 de Julho que percorre o Centro da cidade e celebra o legado das lutas populares responsáveis pela expulsão dos portugueses no processo de emancipação brasileira da sua condição colonial. Atualmente, participam deste desfile movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e grupos de diversas ordens que, ao se aproximarem deste passado e desta memória, expõem suas pautas, lutas e bandeiras candentes. Nesse sentido, a participação neste desfile constitui um momento de apropriação política e publicização de questões importantes que concernem as disputas da cidade de Salvador.

Além desses grupos, esse momento de investida do poder público alavancou um embate em que, novamente, a Associação de Moradores Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo se viu diretamente ameaçada pela dinâmica de revitalização do Centro. Isto porque, dois meses após a representação ser protocolada no MP-BA, em fevereiro de 2014, o IPHAN publicou em uma das suas licitações a chamada de um projeto que incidia na Gamboa de Baixo. Se aquele referido Projeto de Revitalização da Avenida Contorno, na década de 1990, tinha se transmutado em um "projeto de reurbanização"; agora o IPHAN atuava na Gamboa por meio de um projeto que tinha o Forte São Paulo da Gamboa como objeto de intervenção. Este projeto, por sua vez, previa, através de melhorias infraestruturais no Forte, a criação de um Centro de Escoteiros do Mar[92] e, também, a construção de uma passarela que articularia o Forte ao conjunto museológico do Solar do Unhão e do Museu de Arte Moderna.

Lembremos que o Forte é uma construção que, além de estar numa área contígua às casas da Gamboa, abriga um conjunto de famílias residindo dentro das suas instalações. Isso significa que o projeto de criação da passarela e do Centro de Escoteiros do Mar ameaçava diretamente a habitação de algumas famílias moradoras da Gamboa e, indiretamente, o conjunto do total dos moradores desta localidade. Na verdade, a ameaça generalizada percebida e vivida pelos moradores da Gamboa era fruto da recorrência de projetos urbanísticos do poder público que constantemente previam a remoção de pessoas em diferentes áreas da Gamboa e que, por outro lado, eram contestados pela Associação de Moradores Amigos de Gegê na defesa pelo seus direitos à moradia e à permanência, que incluía o trabalho - uma vez que parte significativa dos moradores dali tinham como trabalho atividades ligadas ao mar, seja a pesca ou formas de turismo e lazer. Neste sentido, por mais que o projeto do PAC-CH estivesse, em tese, direcionado à relocação específica dos moradores de dentro do Forte, a incidência de mais uma ameaça (somada às transformações que ela poderia desencadear) representava um questionamento à permanência e aos direitos de todos os habitantes da Gamboa.

[92] Nas diversas fontes consultadas, não existem muitos detalhamentos do que viria a ser, objetivamente, este Centro de Escoteiros do Mar.

A repetida vinculação do Solar do Unhão e do Museu de Arte Moderna com a remoção dos moradores da Gamboa nos parece um dos elementos que configuram este questionamento. Isto porque, a relação da expansão deste conjunto museológico com a ameaça à área de moradia, pesca e vida dos habitantes da Gamboa já aparecia no projeto de revitalização da década de 1990 através da criação do Parque das Esculturas. Portanto, a emergência de uma proposta de criação de um Centro de Escoteiros do Mar e de uma a passarela que ligaria a Gamboa aos ditos equipamentos culturais era uma repetição deste mecanismo. As leituras de um processo de expulsão para toda a localidade, portanto, decorriam desta sobreposição de ameaças que, por sua vez, eram atualizadas com o novo projeto.

Ainda sobre esta dinâmica de sobreposição de ameaças na Gamboa, também ressaltamos que o projeto do IPHAN viabilizado pelo PAC-CH era, em alguma medida, o resultado de uma Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2009. Neste momento, o MPF acionara a Prefeitura de Salvador, o IPHAN e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) requisitando o restauro do Forte São Paulo da Gamboa para que seu uso fosse "compatível com a sua relevância histórico-cultural" (MPF, 2014a) e, também, para que fosse solucionada a situação do Forte estar "irregularmente ocupado por famílias de baixa renda" (MPF, 2014b). Na lógica institucional, era necessário resolver este *problema* para impedir novas interferências indevidas no monumento.

Uma motivação central da ação civil era o fato de que, anteriormente, a SPU tinha cedido à Prefeitura Municipal uma área que englobava toda a Gamboa e o Forte São Paulo. Esta cessão tinha sido requisitada pela Prefeitura Municipal para fazer a regularização fundiária da área, uma medida custeada através de um programa do Ministério das Cidades que mobilizava recursos do Orçamento Geral da União para garantir a segurança da posse em áreas de ocupação ditas irregulares – o Programa Papel Passado. O processo de regularização fundiária que envolvia a Gamboa, entretanto, foi marcado por irregularidades nos trâmites jurídicos que levaram à sua interrupção, sem que fosse efetivamente concretizado (ZANOLI, 2017, p.112).

A Ação Civil Pública instaurada pelo MPF, então, buscava incidir nestas irregularidades, passando a discutir a situação do processo anterior para viabilizar o restauro do Forte; sua intenção primordial. Diante das questões apresentadas, o MPF considerava a regularização fundiária que já vinha sendo prevista como uma etapa necessária para o prosseguimento das ações, uma vez que não seria possível incidir no Forte com as famílias dentro dele. Neste trâmite, a entidade realizou algumas audiências com os agentes públicos envolvidos[93] e, também, com a Associação Amigos de Gegê - que participava destes espaços institucionais reivindicando a permanência dos moradores da Gamboa, buscando impedir que a remoção para bairros longínquos fosse operada. Destas audiências, também se concluía que a ausência de uma fonte de financiamento para o restauro do Forte era um dos impedimentos responsáveis pela situação de estagnação do processo examinado.

A efetivação do PAC-CH, então, permitira a sequência desses procedimentos. Para a surpresa da associação de moradores, após o vínculo ao programa, a licitação publicada pelo IPHAN apareceria prevendo a construção do Centro de Escoteiros do Mar e da passarela, uma forma de operação que impunha novas condições à situação de conflito que vinham sendo vivenciadas.

Estas novas condições, por sua vez, traduziam um embate ainda mais próximo à dinâmica de revitalização do Centro planejada no âmbito do PACH-CH e do PRP-CAS. Diante da situação desenhada, essa proximidade pode ser traduzida em dois principais motivos: em primeiro lugar, pelos novos usos que as construções suscitariam, ao implicarem na dissolução da dinâmica de moradia e trabalho reivindicada pela Associação de Moradores; e, em segundo lugar, pelo fato destas construções desrespeitarem o diálogo que os moradores da Gamboa estavam tentando construir com os entes públicos, uma vez que essas construções não tinham sido anunciadas anteriormente – demonstrando, por sua vez, a tônica de implementação que o IPHAN estava optando por seguir. Em suma, duas razões que suprimiam os acordos e

[93] A CONDER, como representante do Governo do Estado, também se somou às entidades presentes ao longo das referidas audiências.

reivindicações dos moradores da Gamboa, vinculando o referido projeto ao PAC-CH e ao planejamento maior realizado no âmbito do PRP-CAS.

Nesta situação de conflito que assumia uma nova configuração, a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo também optou por outro caminho de enfrentamento. A nova proposta surgiu a partir do encontro da Associação com profissionais vinculados ao programa de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, que se deu na conjuntura da ação civil pública do MPF e com a posterior emergência do projeto do PAC-CH. Iniciado em 2013, o programa contava com profissionais que buscavam construir suas iniciativas junto aos habitantes de áreas inscritas no PDDU de Salvador como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), uma classificação que englobava a Gamboa e que seria um dos pontos de partida para a Associação e os profissionais vinculados à implementação da Especialização iniciarem suas trocas.

Como o projeto licitado pelo IPHAN envolvia a retirada daqueles que moravam dentro do Forte e a transformação dos seus usos, a Associação Amigos de Gegê e os profissionais vinculados à UFBA optaram por construir uma saída que apontasse nesta mesma direção. Nesse sentido, elaboraram uma proposta que englobava um projeto urbanístico, que previa o remanejamento dos residentes do Forte para uma outra área dentro da Gamboa (ZANOLI, 2015), e um plano de regularização fundiária, que buscava a titulação coletiva da área da Gamboa por meio do instrumento da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (ARAÚJO NETO, 2015). Os profissionais e a Associação apontavam, em suma, para uma possibilidade de intervenção urbanística que pudesse subsidiar a disputa institucional que vinha sendo travada pelos moradores da Gamboa.

Como relatamos no início do capítulo 2, a emergência de um novo uso a partir de reformas de infraestrutura e serviços públicos, que verificamos na situação da Gamboa, parece integrar o cerne da dinâmica de revitalização. Além disso, na situação descrita, é importante salientar a forma antidemocrática pela qual este novo uso aparece. Isso porque o aparecimento de um projeto urbanístico para uma área sem a existência de um diálogo prévio

com os seus respectivos habitantes reforça a disparidade entre o uso projetado e a vida das pessoas que integram este espaço. Inclusive, estas evidências também se explicitaram pela proposição de novos usos que se estenderam além do projeto vinculado à Gamboa. Na mesma licitação de 26 de fevereiro de 2014, que abriu os procedimentos do Centro de Escoteiros do Mar e da passarela, o IPHAN também anunciou a chamada pública que licitava um projeto de construção de "residências artísticas" dentro dos arcos da Ladeira da Montanha, na mesma rua onde o Decreto Estadual 14.868/2014 buscava desapropriar áreas para lastrear o FII planejado no âmbito do PRP-CAS.

Por mais que o nome possa confundir, esses arcos são edificações que estruturam e sustentam a Ladeira da Montanha, mas que se localizam numa rua exatamente abaixo dela, a Ladeira da Conceição da Praia. Dentre os catorze arcos da Ladeira da Conceição da Praia, no momento de publicação da licitação, em um deles funcionava um bar e, no restante, funcionavam oficinas de um mecânico e alguns ferreiros, serralheiros e marmoristas.

Os trabalhadores que ocupam os arcos integram uma dinâmica de trabalho de longa presença na Ladeira da Conceição. Isto se dá pelo fato de que a formação destes profissionais nos ofícios que ali predominam se dá por uma relação de mestre e aprendiz. Isto é, por meio da transmissão de saberes de profissionais mais velhos a profissionais mais novos, realizada em oficinas comandados por estes profissionais de maior experiência. Constituem assim, uma dinâmica que subsidia a continuidade destas oficinas nos arcos da Ladeira da Conceição da Praia, visto que os mestres, quando deixam de exercer o ofício, são substituídos por seus aprendizes que, muitas vezes, assumem a oficina e a clientela costumeira.

Atualmente, a geração dos profissionais mais jovens que são responsáveis pelas oficinas da Ladeira (nascidos entre 1968 e 1987) tiveram seus pais como mestres. Porém, isso não se repete na geração mais velha destes trabalhadores que lideram algumas das oficinas. Nas trajetórias destes (nascidos entre 1947 e 1956), é mais comum que a inserção no trabalho tenha sido iniciada por pessoas que não participavam dos seus núcleos familiares, implicando em trajetórias que vinculam a formação destes trabalhadores a

múltiplos mestres em diferentes oficinas, inclusive em diferentes oficinas na própria Ladeira da Conceição.

Os registros destes profissionais apontam para uma convergência da presença de trabalhadores de ofício na Ladeira da Conceição com a própria construção dos arcos, finalizada em 1885. Mestre Caneleira,[94] por exemplo, é um ferreiro que trabalhou na Ladeira entre as décadas de 1950 e a de 2000 e conta que o mestre que lhe ensinou o ofício, Mestre Antônio Manoel do Bonfim, chegou aos arcos para aprender seu ofício em 1901. Se cruzarmos esse registro com as contribuições do historiador João Reis, é possível contextualizar a presença de oficinas de profissionais de ofício na Ladeira da Conceição num espectro temporal ainda mais amplo. Isto porque Reis (2019) aponta que o agrupamento de trabalhadores de múltiplos ofícios em um mesmo lugar é uma organização vinculada aos *cantos*. O autor classifica os *cantos* como uma instituição oitocentista originada pelos escravos africanos ganhadores[95] que trabalhavam transportando pessoas e mercadorias. Estes cantos, que também funcionavam como importantes espaços de convivência, eram espaços estrategicamente posicionados em que os ganhadores se reuniam para aguardar o chamado para o serviço. Por isso, tinham suas localizações determinadas pela lógica da articulação e confluência da cidade, ocupando esquinas, "praças, ladeiras, ancoradouros, onde quer que fossem mais comum cruzarem ganhadores e fregueses" (REIS, 2019, p.85).

Dito de outra maneira, os cantos constituíam uma forma de organização do trabalho bastante consolidada ao longo do século XVIII, que se entrelaçava

[94] O relato de Mestre Caneleira ora referido decorre de uma entrevista realizada pela Professora Dra. Gabriela Pereira. O meu acesso a este documento foi gentilmente viabilizado por esta pesquisadora que, juntamente com os artífices da Ladeira da Conceição, organizaram uma publicação intitulada "Mestres Artífices da Ladeira da Conceição", onde reúnem informações produzidas no âmbito desta entrevista e demais relatos dos artífices. Disponível em http://lugarcomumfaufba.blogspot.com/2018/03/publicacao-mestres-artifices-da=-ladeira.html. Último acesso em 7 de outubro de 2021.

[95] De acordo com REIS (2019), os ganhadores são os trabalhadores de rua, majoritariamente constituídos por escravos e libertos nascidos em África (bem como os seus descendentes) que se ocupavam do transporte das pessoas e dos objetos de todo o tipo, além da venda de mercadorias diversas. Executavam estes serviços para conquistar o *ganho*, um tipo de pecúlio muitas vezes utilizado para a compra das alforrias de familiares, conhecidos ou as suas próprias. Para o autor, estes homens e mulheres desempenharam papeis fundamentais em um conjunto de revoltas que faziam frente ao sistema escravista, sobretudo, pelo papel que desempenhavam na articulação da rede urbana da cidade de Salvador. Ver João Reis, 2019.

ao funcionamento da cidade de Salvador. Nesse sentido, com a aproximação dos ganhadores e dos profissionais de ofício que se verificou já no final do século seguinte (REIS, 2019), por volta de 1890, os cantos passaram a funcionar como "pequenas empreiteiras prontas para tocar obras", estando concentrados sobretudo no chamado Bairro Comercial de Salvador, que abrigava 82% dos cantos da cidade numa área que reunia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia e Nossa Senhora do Pilar. Giravam, portanto, em torno da atividade portuária, das casas de comércio e da circulação de pessoas e mercadorias, constituindo uma dinâmica espacial que fomentava a reunião de trabalhadores de diferentes especialidades e ofícios num mesmo local, numa conjunção muito similar àquela que veio tomar forma na Ladeira da Conceição da Praia, inclusive após a construção dos arcos de sustentação da Ladeira da Montanha.

Se por um lado, a presença coletiva dos profissionais de ofício nos arcos da Ladeira da Conceição constitui um fio de aproximação à dinâmica espacial oitocentista dos cantos, por outro lado, o lugar na dinâmica produtiva ocupado por estes profissionais no momento atual acompanha as profundas transformações gestadas desde 1901. Há, nesse sentido, um conjunto de camadas presentes nas oficinas da Ladeira da Conceição atualmente que ilustram este movimento de transformação, de onde podemos citar: A mudança nos tipos de ofícios que se fazem presentes nos arcos, sendo especialmente evidente no caso do aparecimento de um mecânico de ar-condicionado; a pluralidade das formas de apropriação mercantil dos arcos, que também passaram a ser regulamentadas por aluguel e compra; o surgimento de uma mulher como uma profissional responsável pelo comando de uma oficina; e, finalmente, a própria mudança no destino final dos serviços ofertados por esses profissionais, em que se destaca a prestação de serviços para a Petrobrás, experiência bastante notória e difundida na trajetória desses profissionais. Todas essas características nos parecem evidências que demonstram o amálgama da ocupação dos arcos pelos profissionais de ofício à dinâmica da modernidade que tomou forma durante os séculos XX e XXI.

Nesse sentido, é neste misto de transformações das formas de ocupação que a intervenção urbanística proposta pelo IPHAN surgiu, buscando

reformar as referidas oficinas para constituírem as chamadas "residências artísticas". Tratou-se, então, de uma proposta que assumiu um caráter de aprofundamento radical das modificações gestadas a partir do século XX, uma vez que colocava em xeque a permanência secular destes profissionais por conta da evidente disparidade que o conteúdo do projeto mantinha em relação à realidade vivida pelos trabalhadores da Ladeira da Conceição.

Não é à toa que, reforçando aquilo que argumentamos anteriormente quando abordávamos outras situações de conflito, a notícia da intervenção urbanística que transformaria aqueles arcos também apareceu para os trabalhadores da Ladeira da Conceição da Praia de modo autoritário e sem diálogo. A chegada desta notícia, na forma de uma ameaça de expulsão, aconteceu em 15 de julho de 2014, cerca de cinco meses após a licitação ser publicada. Ela se materializou por meio de agentes públicos da então Superintendência de Controle e Ordenamento do Município (SUCOM)[96] que compareceram à Ladeira da Conceição distribuindo notificações aos trabalhadores dos arcos e informando que os seus locais de trabalho deveriam ser desocupados em até três dias. Esse fato gerou surpresa e revolta entre os profissionais da Ladeira da Conceição que, desconhecendo as licitações publicadas pelo IPHAN, tomariam conhecimento do planejamento que o estado estava fazendo sobre seus espaços de trabalho a partir deste ato violento e discricionário.

A maneira como os fatos se encadearam a partir desta ação dos funcionários da Prefeitura é, notadamente, fruto da investida dos poderes públicos que viemos relatando aqui. Isto porque se, por um lado, o estado avançou sobre as oficinas da Ladeira da Conceição da forma retratada, as práticas de enfrentamento aos projetos de revitalização que vinham sendo construídas ganharam um novo contorno, a partir da situação vivenciada pelos trabalhadores da Ladeira da Conceição. A situação da Ladeira da Conceição, na verdade, nos parece encerrar o ciclo de tensões que vinham sendo armadas ao longo deste momento de investida que relatamos aqui.

[96] Atualmente transformada SEDUR-M.

O maior indício deste fato é que as ações tomadas pelos trabalhadores da Ladeira da Conceição, isto é, seus protestos, cartas de denúncia, reuniões, audiências públicas e manifestações em órgãos públicos foram permeadas por outros grupos que também se organizavam em torno dos embates contra a dinâmica de revitalização. Isto tem início no próprio momento em que os funcionários da Prefeitura notificaram os trabalhadores da Ladeira. Durante a chegada destas pessoas, um professor e cineasta holandês, Mattijs de Port, gravava um filme com um dos ferreiros da Ladeira da Conceição que se dedica à forja de ferramentas de candomblé. Em solidariedade aos trabalhadores da Ladeira, Port publicou um relato do acontecimento na internet que, rapidamente, obteve um alcance significativo. Uma das pessoas que entrou em contato com este relato foi Ivana Chastinet, integrante do MNB2J, que já havia participado de uma das filmagens de Mattijs de Port e que também espalharia o acontecimento por meio da rede de contatos que ela vinha formando ao longo das ações do MNB2J.

Participava desta rede de contatos de Ivana Chastinet o Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Ação Social, o IDEAS. Firmado como Organização Não Governamental desde 2011, o IDEAS era uma entidade composta, inicialmente, por três advogados que desenvolviam um trabalho prévio de assessoria jurídica popular ao MSTB. Em um momento de reconfiguração deste trabalho e posterior afastamento do Movimento, estes advogados constituíram a ONG vislumbrando um espraiamento da atividade que concebiam como assessoria jurídica popular para um conjunto maior de entidades e grupos da cidade de Salvador. Um processo que levaria o IDEAS a constituir interlocuções pontuais com diversos grupos que lidavam com conflitos fundiários, inclusive com o MNB2J. Essas interlocuções os levariam também a serem comunicados sobre o acontecimento da Ladeira da Conceição por conta das irregularidades e violações de direitos que a situação apresentava.

Uma das primeiras movimentações que aproximaram estes grupos - e que também traduz a repercussão alcançada a partir da ameaça de expulsão - foi uma manifestação realizada no dia 21 de julho de 2014 na sede do IPHAN, cerca de uma semana após o dia da notificação. Ali estavam presentes um

conjunto de coletivos, associações e ativistas, organizados ou não, que vinham se mobilizando a partir das redes eletrônicas para questionar o projeto que estava sendo desenhado. Entre elas, Mattijs de Port, o IDEAS, o MNB2J, dois vereadores de Salvador, algumas pessoas dispersas atraídas pelas informações corridas em meio virtual e, naturalmente, os profissionais de ofício da Ladeira da Conceição. Eles buscavam esclarecimentos sobre a ação de caráter autoritário, tentando localizar seus responsáveis e prospectar as ações que deveriam tomar futuramente. Procuravam, também, entender em quais trâmites legais a notificação de expulsão se enquadrava e qual era a sua validade, dado que o prazo de três dias já havia corrido, sem que outro agente público tivesse comparecido na Ladeira para efetivar a expulsão.

É significativo notar que as práticas discricionárias seguiram permeando as tentativas de diálogo buscadas neste dia. Primeiro pelo fato de que, incialmente, houve uma negativa do IPHAN em receber o grupo de pessoas que se juntava na porta da sua sede, sob a falsa alegação de que o órgão público estava fechado. A entrada dos trabalhadores da Ladeira da Conceição e das demais pessoas que se somavam a eles só foi efetivada pela transgressão da barreira inicialmente imposta, permitindo que aquele grupo seguisse para dentro da sede para reivindicar uma reunião com Carlos Amorim, o superintendente do IPHAN-BA. Mesmo demonstrando esta disposição, o grupo seria comunicado da ausência deste superintendente, estando disponível apenas o seu substituto, Bruno Tavares, que, por sua vez, restringiu seu atendimento a apenas uma parcela reduzida das muitas pessoas que estavam ali.

Um outro elemento que marca a continuidade destas práticas discricionárias é o fato de que Tavares alegou que o IPHAN não tinha envolvimento com a ação da Prefeitura. Ele justificou que o projeto era de encargo da então Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Cultura e Turismo (SEDES),[97] eximindo o IPHAN da responsabilidade sobre as notificações de saída dos trabalhadores das suas oficinas. O motivo para este posicionamento

[97] Na reforma administrativa de 2015, a SEDES foi dividida em Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEMDEC), e em Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT).

(que seria publicada em nota pelo blog do IPHAN-BA de neste mesmo 21 de julho de 2014) era de que a propriedade dos arcos da Ladeira da Conceição era da Prefeitura Municipal, entidade responsável por "definir seus usos".

Esta alegação, entretanto, era uma brecha que o IPHAN tentava criar na situação para se desvincular das inconveniências do processo. O argumento, entretanto, não condizia com a postura do órgão federal porque, além do IPHAN ser responsável pela tramitação do financiamento do PAC-CH, era também o responsável por coordenar o projeto do ponto de vista da sua adequação técnica, tendo, portanto, a responsabilidade sob o conjunto de medidas administrativas a serem realizadas, ainda que efetivadas por outros entes públicos.

Após a reunião com Bruno Tavares, o grupo decidiu se dirigir à SEDES para questionar o titular da referida pasta, Guilherme Bellintani, sobre as informações que o órgão federal tinha passado. Lá foram recebidos por este secretário, que, por sua vez, confirmava que a SEDES estava sob encargo do projeto da Ladeira da Conceição. Bellintani também fez algumas ligações por telefone para outros setores da Prefeitura e, ao final delas, afirmou que o grupo poderia se tranquilizar quanto à tramitação do projeto de revitalização dos arcos, visto que os profissionais de ofício da Ladeira não acumulariam prejuízos durante a execução da referida intervenção, muito menos seriam expulsos das suas oficinas. O próprio secretário solicitaria à SUCOM que desfizesse o mal entendido.

Após a fala apaziguadora, entretanto, o grupo que ali se reunia sabia que a situação não estava exatamente resolvida, como Guilherme Bellintani desenhava. Em meio àquelas arbitrariedades, em trânsito entre diferentes agentes do estado e à escusa da responsabilidade daquelas pessoas envolvidas através de brechas nos trâmites burocráticos, estava evidente para os trabalhadores da Ladeira da Conceição que seria necessário encampar uma disputa para garantir a permanência nas suas oficinas de trabalho.

É neste contexto que o IDEAS se colocou como uma entidade disposta a acompanhar os trabalhadores da Ladeira da Conceição, prestando a assessoria jurídica e entrando neste embate institucional. Em conjunto, esses grupos lutavam para que as reformas fossem executadas, mas que

estivessem centradas pela manutenção dos profissionais de ofício nos arcos. Para isso, ao longo do tempo que se seguiu, eles se organizaram pautando demandas como a incorporação da Defensoria Pública na dinâmica de negociação com os órgãos do estado, a assinatura de um termo de compromisso em que o IPHAN pudesse se comprometer com a permanência dos profissionais de ofício nos arcos e, também, a elaboração de uma proposta de intervenção que dividisse a obra em duas etapas, visando garantir que os profissionais da Ladeira, em nenhum momento, deixassem os seus espaços de trabalho.

Um elemento que assumiu centralidade ao longo desta disputa encampada pelos profissionais de ofício da Ladeira da Conceição e pelo IDEAS residiu na própria forma de nomeação deste grupo de trabalhadores. Ainda no início da dinâmica de assessoria, o IDEAS propôs aos trabalhadores da Ladeira da Conceição que estes passassem a se intitular como os *artífices* da Ladeira da Conceição da Praia.

Esta proposta nos parece resultar do conteúdo da licitação do IPHAN e da proposição de transformar as oficinas em residências artísticas. Uma indicação que havia sido motivo de grande repercussão e revolta entre os profissionais de ofício da Ladeira e o conjunto de entidades que se organizava em torno desta pauta. A imagem das residências artísticas como algo que deveria substituir as oficinas dos profissionais de ofício da Ladeira da Conceição nos parece ter força na conformação desta situação de conflito. Isto porque ela parece evidenciar um traço da dinâmica da revitalização que organiza no seu espaço de incidência um cenário de degradação, exatamente para justificar esta ação. Ou seja, mesmo que o projeto não fosse realmente destinado a essas residências artísticas, sua menção impunha condições desfavoráveis à permanência de marmoristas, ferreiros e serralheiros na Ladeira, aproximando a existência destes profissionais ao ambiente degradado que o discurso institucional montava. Nesse sentido, a dinâmica de vida e trabalho destas pessoas era tomada a partir de um horizonte que os qualificava como elementos alheios às dimensões da cultura e da história tal como propagadas pelos discursos institucionais da revitalização. Não é à toa

que a justificativa que subsidiou o lançamento do projeto de revitalização dos arcos dizia que o projeto se baseava no:

> "melhor atendimento à comunidade e aos turistas no que diz respeito à sua funcionalidade e atrativo turístico. *Atualmente a área sofre com a criminalidade que assola a Ladeira da Conceição da Praia e a requalificação dos Arcos da Montanha tem por objetivo frear esse processo.* As medidas aqui propostas devem respeitar ao máximo as características originais do monumento e as imprescindíveis adaptações e requalificações dos espaços internos, adaptando-se às normas brasileiras regulamentadoras e orientações de preservação do Patrimônio, possibilitando o uso das edificações com as melhorias do mundo contemporâneo.
>
> (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014, grifos nossos)

Dito de outra forma, a presença daqueles trabalhadores integrava o espaço permeado pela criminalização que o IPHAN construía, no mesmo sentido do estigma de degradação que era imposto aos moradores da Gamboa de Baixo, da Preguiça e do chamado Centro Histórico. A alternativa posta pela identificação como artífices, então, nos parece disputar essas imagens, uma vez que o termo constrói uma aproximação do trabalho dos profissionais de ofício à própria arte.

É significativo, então, que a adoção desta nomenclatura – que hoje aparece bastante solidificada para muitos dos que trabalham na Ladeira da Conceição - implicou em um processo de mobilização de elementos da vida destes profissionais de ofício para disputar a legitimidade das suas permanências diante da ameaça de expulsão posta, a exemplo da forma de trabalho, em que pese a relação de mestre-aprendiz, e do próprio conjunto de códigos e valores que constituíram a formação destes trabalhadores.

Noutras palavras, este é um movimento que está em relação e em disputa com o ideário de revitalização que se monta em nome da cultura e da preservação do patrimônio histórico da cidade. Assim, quando estes artífices passam a reivindicar a presença desses dois elementos exatamente na constituição deles enquanto trabalhadores, ao mesmo tempo em que apontam para os abusos e violações que sofrem por meio da política urbana e de patrimônio operada na cidade, eles nos parecem esvaziar os argumentos utilizados pelo estado para sustentar a dinâmica de revitalização.

Um último elemento digno de nota é que a ação de nomear-se como artífice ocorre de modo heterogêneo dentre os trabalhadores da Ladeira da Conceição. Isto é, ela é mobilizada de modo mais próximo para uma parcela destes trabalhadores que se colocou à frente das lutas que se seguiram na disputa com o estado, havendo situações em que estes esforços eram recebidos com reservas por aqueles que não se aproximavam tanto desta identidade e nomeação.

Essa diferença aponta para o fato de que o deslocamento que estes trabalhadores buscam construir a partir desta nomeação de artífice completa seu sentido somente através da aproximação com as disputas que vinham sendo empenhadas pelos outros grupos mencionados. Ou seja, parte destes trabalhadores da Ladeira da Conceição construíram sua agência vinculada ao conjunto de ações que estavam sendo mobilizadas por diferentes grupos e coletivos do Centro a partir de questões próximas às que eles apresentavam. Esse elemento não era tão significativo para aqueles que não se vincularam diretamente a esta construção coletiva de modo direto.

Nesse sentido, é fundamental notar a profusão das iniciativas de questionamento da dinâmica de revitalização que permearam a constituição dos artífices da Ladeira da Conceição, já que elas se constituem, ao que tudo indica, como uma teia de relações por meio das quais os trabalhadores da Ladeira da Conceição puderam reconhecer uma dinâmica de reciprocidade nas condições em que estavam submetidos. Em larga medida, foram relações que deram contorno às condições que os localizavam nas disputas com o estado, ao desenho desertificador da cidade que avançava sobre as oficinas da Ladeira da Conceição e, também, aos enfrentamentos e sentidos que os constituiriam como artífices.

Em um sentido amplo, que extrapola a situação dos artífices, os traços desta dinâmica de reciprocidade interna entre os referidos grupos e as suas formas de vinculação à dinâmica de revitalização reúnem as diferentes situações de conflito referidas sob a leitura de um processo integrado de expulsão. Trata-se então de reconhecer na situação de conflito dos artífices da Ladeira da Conceição um momento e um desenho que confere sentido a um

ciclo de investida do poder público armado desde as primeiras movimentações em torno do Cluster Santa Tereza.

Este desenho, por sua vez, confere unidade ao conjunto das situações de conflito relatadas que constituem a segunda cena que abordamos aqui e também inscreve os projetos de revitalização que surgem em seguida em um outro ciclo de ações do poder público. A demarcação do contorno deste desenho fica ainda mais clara através dos desdobramentos políticos posteriores à notificação dos artífices. Isso porque uma das ações do MNB2J relatadas anteriormente, em que os integrantes do Movimento protocolaram uma representação junto ao Ministério Público, após quase dez meses de tramitação, alcançou desdobramentos que propiciaram uma integração das referidas iniciativas de contestação dos projetos de revitalização.

Se considerarmos uma ordem cronológica, é possível observar que este evento surgiu após o conjunto das situações de conflito anteriores terem sido deflagradas. É importante lembrar que temos a realização da Operação Ordem na Casa, juntamente com o decreto de desapropriação municipal, em novembro de 2013. Em dezembro, temos a publicação dos decretos de desapropriação do Governo do Estado, seguida do protocolo da representação do MNB2J no MP-BA em janeiro de 2014. Finalmente, fechando as movimentações que marcam essa investida do poder público, temos a publicação das licitações do IPHAN realizada em fevereiro deste mesmo ano, iniciando os procedimentos da intervenção na Gamboa e da Ladeira Conceição.[98]

Em outubro de 2014, o MP-BA convocou o MNB2J para uma audiência que trataria das decorrências da representação protocolada pelo referido movimento em janeiro. Na verdade, a promotora responsável pelo caso, a partir da representação do MNB2J, instalara um inquérito civil que buscava averiguar os atos da política urbana que estavam sendo implementadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal - além daqueles que apareciam no planejamento futuro destes agentes.[99]

[98] Lembremos que o procedimento de intervenção na Ladeira da Conceição implicou, em julho de 2014, no momento da notificação dos artífices.

[99] Trata-se, exatamente, do inquérito civil retratado no capítulo 2 que, em 2019, suscitou a audiência pública que constituiu o nosso relato de campo anteriormente discutido.

Como descrevemos, o objetivo do inquérito era o de garantir a participação democrática nas ações de revitalização do Centro. Neste sentido, esta primeira audiência proposta pelo MP-BA buscava um espaço para que as pessoas integrantes do MNB2J pudessem esclarecer aquilo que vinha sendo executado pelo estado de modo pouco transparente. O MP-BA convidava expressamente o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal para apresentarem as suas perspectivas.

Neste momento, o MNB2J já identificava a ação de outros grupos que caminhavam num sentido próximo ao seu. Esses grupos vinham construindo uma interlocução conjunta, a exemplo da manifestação na sede do IPHAN junto aos artífices da Ladeira da Conceição. Em conjunto, eles compartilhavam demandas relativas à falta de transparência na condução dos projetos urbanos que os ameaçavam e, por este motivo, foram chamados pelo MNB2J para integrar a referida audiência - um momento em que poderiam questionar coletivamente as instâncias que eles antagonizavam na disputa pela permanência no Centro de Salvador.

O conteúdo apresentado na audiência pelos entes públicos, entretanto, pouco respondeu às demandas expressas pela Promotoria do MP e pelos coletivos ali envolvidos. Isso se deu porque a Prefeitura Municipal não compareceu à audiência e o Governo do Estado não forneceu informações substantivas sobre o Fundo de Investimento Imobiliário que vinha sendo propagandeado no âmbito do PRP-CAS. Como relata Rebouças (2019) e demonstra a ata desta audiência (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020), o FII constituía um tema relevante naquele momento e repercutia especialmente para algumas das organizações presentes que, até aquele momento, não tinham conhecimento sobre este dispositivo do planejamento estadual.

Mesmo sem uma apresentação esclarecedora dos entes públicos, a audiência adquiriu uma relevância substantiva no contexto que estava inserida, porque foi uma das primeiras vezes em que os grupos, coletivos e movimentos que estavam ali presentes, além de pautar as disputas que vinham realizando nos seus espaços, puderam questionar os sentidos da transformação do Centro de Salvador de modo coletivo. Essa experiência se desenvolveria a partir daquele pontapé inicial e encontraria continuidade a

partir da criação, por parte daqueles grupos, da chamada Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador.[100]

No âmbito dos grupos que se contrapunham à Proposta de Humanização, a Articulação contaria, incialmente, com o MNB2J. O Centro Cultural *Que Ladeira é Essa*?, por sua vez, só se aproximaria depois, quando as questões divergentes com o MNB2J, ocorridas no âmbito da Operação Ordem na Casa, foram diluídas.

No âmbito do combate aos projetos do IPHAN, financiados pelo PAC-CH, participariam da Articulação desde este momento inicial a associação de moradores da Gamboa e os artífices da Ladeira da Conceição. E ainda, algumas entidades de assessoria jurídica, de onde destacamos o já referido IDEAS e o Serviço de Apoio Jurídico (SAJU) – esta última, uma entidade formada por estudantes da Faculdade de Direito da UFBA que também apoiavam juridicamente coletivos políticos e agrupamentos diversos.

Já num âmbito de disputas que não estavam vinculadas a um projeto específico, também faria parte daquela reunião de coletivos o MSTB. A participação desse Movimento se colocaria no esteio da referida disputa institucional em torno das variadas ocupações que seus integrantes realizavam no Centro. Finalmente, completariam esta composição o CEAS, que auxiliava a coordenação das ocupações do Centro do MSTB, e que também prestava assessoria a uma outra entidade, a Associação de Moradores e Amigos da Chácara Santo Antônio (AMACHA). Essa última Associação também se integraria à Articulação do CAS. Em suma, um conjunto de coletivos, grupos, "movimentos e comunidades" atraídos por meio do questionamento da política urbana que os afetava e que, até então, desenvolviam interlocuções pontuais uns com os outros, mas nunca de modo integrado.

Como é evidente, a AMACHA é o único destes grupos que não integra o recorte da dinâmica de revitalização que tentamos descrever aqui. Ela era uma associação constituída por habitantes de uma área localizada na falha geológica entre a cidade baixa e alta, próxima ao bairro do Santo Antônio Além Do Carmo. Seus membros integravam uma situação de conflito que não girava

[100] Doravante, Articulação do CAS ou apenas Articulação.

em torno de um projeto de revitalização específico, mas sim da ocorrência de um deslizamento de terra na área da Chácara Santo Antônio. Esse evento estava sendo utilizado pela CONDER e pela Defesa Civil municipal (CODESAL) como forma de interdição da possibilidade moradia de todos os habitantes daquele local. Por conta do risco alegado, eles teriam que sair das suas casas.

Para os moradores da Chácara, entretanto, o cerne desta situação de conflito se localizava além das questões de instabilidade do terreno. Residia no fato da interdição das suas moradias estar acompanhado da emergência de novos promotores imobiliários que vinham aparecendo paulatinamente no Santo Antônio Além do Carmo nos últimos anos.[101] Ou seja, a mobilização da AMACHA estava centrada no fato de que a ação da Prefeitura e do Governo do Estado vinha sendo lida como uma tentativa de expulsão, pois demonstrava resultar muito mais do interesse na intensificação das transformações no bairro, do que de uma preocupação com a manutenção das suas vidas e da integridade física das suas casas.

Nesse sentido, a aproximação da AMACHA ao restante dos grupos que passaram a integrar a Articulação levanta um elemento que parece importante salientar. Se por um lado, ela evidencia que a participação dos grupos na Articulação do CAS não estava sendo exclusivamente delimitada pela contraposição ao estado por meio dos seus projetos de revitalização, por outro lado, nos parece significativo perceber que as disputas travadas a partir da dinâmica de revitalização aglutinaram outras lutas que reivindicavam a ocupação popular do Centro de Salvador. De modo geral, elas demonstram integrar uma frente de atuação que, ao somar diferentes iniciativas e interlocutores, também transbordaria os limites dessa dinâmica de produção do espaço.

É significativo notar que, para a concretização desta disputa e realização deste transbordamento, foi necessário construir uma convergência na leitura dos referidos grupos. No exemplo da AMACHA, esta convergência

[101] Um dos exemplos mais emblemáticos da ação imobiliária no Santo Antônio Além do Carmo se traduz pela compra de trinta e cinco imóveis pelo Grupo LGR, uma empresa vinculada à lançamentos imobiliários como *Shopping Centers* que, até o ano de 2013, planejava instalar um empreendimento da mesma natureza no referido bairro. Para mais informações a respeito, ver Mourad (2011).

parece ser constituída através de dois elementos: da caracterização da interdição da Defesa Civil no terreno como uma forma de expulsão destes moradores, em função da ampliação das dinâmicas econômicas que vinham disputando os espaços no Centro e, também, da participação do CEAS como entidade de assessoria da AMACHA. Isso porque os próprios papeis desempenhados pelos interlocutores envolvidos nestas disputas também compunham uma teia de relações que passava a se entrelaçar - muitas vezes, inclusive, desempenhando papeis híbridos na sustentação destas diferentes situações de conflito. Se pensarmos o trabalho de assessoria que o CEAS desempenhou anteriormente na constituição da AMACH, a similaridade entre estes referidos nomes representa não apenas uma coincidência, mas uma aproximação nas suas formas de atuação.

A composição da Articulação do CAS, então, parece expressar este transbordamento só que para o conjunto maior destes referidos grupos. Ou seja, para além dos laços de solidariedade postos, a mobilização coletiva que compôs a referida Articulação decorre da constituição de uma leitura conjunta sobre a dinâmica de produção do Centro e, mais importante ainda, decorre da aglutinação sobre a discordância que seus membros tinham com relação à posição que os diferentes sujeitos constituintes do Centro assumiam nesta configuração.

Esse enfrentamento das diferentes situações de conflito por meio de uma frente é um ato que parece estar vinculado a um determinado posicionamento do campo de conflitos em torno da produção do Centro de Salvador. Esse posicionamento encena uma disputa realizada desde o momento de contraposição do PRCHS, através das ações da AMACH, ~~e~~ que se multiplica através de uma miríade de agrupamentos. Parece haver aqui a construção de uma "visão legitimadora" (THOMPSON, 1998, p.152) comum que unifica os referidos grupos, conferindo uma outra camada de legibilidade às disputas que vinham sendo levadas pontualmente, além de tematizar publicamente e expor os desmandos do momento mais recente de investida do estado.

Emerge daí uma perspectiva sobre a produção do Centro de Salvador que nos permite entrever a disputa material pelo espaço urbano numa escala

ainda mais estendida. Exatamente porque a constituição da Articulação unifica diferentes fragmentos da cidade em que incide o estigma da degradação, ao mesmo tempo em que também nos aproxima das formas de resistência que tentam responder coletivamente a esta questão. Objetivamente, é possível vislumbrar este horizonte por meio de uma das primeiras ações da Articulação. Trata-se da campanha "O Centro Antigo Sangra" que seus grupos integrantes construíram ao longo do primeiro semestre de 2015, quando a leitura comum que nos referimos vinha sendo forjada. Essa campanha foi integrada por um conjunto de atividades que envolveram as pessoas das "comunidades e movimentos" do Centro, como oficinas, reuniões e atos públicos que foram sendo construídas ao longo deste período. Elas culminaram na participação da Articulação do CAS no cortejo popular realizado no dia da Independência da Bahia.

Como pontuamos anteriormente, o MNB2J já vinha de uma participação anterior neste cortejo. Com a emergência da Articulação, esta participação se expandiu, passando a se utilizar de elementos que já vinham sendo experimentados anteriormente para congregar as demais entidades que ali se reuniam e representar publicamente a dinâmica na qual elas estavam inseridas.

É importante notar que a campanha d'O Centro Antigo Sangra vinha sendo influenciada, também, por um outro momento de demolições realizadas pelos órgãos da Prefeitura Municipal. Somando ao todo trinta e um imóveis, esta ação demolitória ocorreu em edificações que a CODESAL alegava ter as estruturas condenadas. Essa ação, por sua vez, estava sendo precedida por um deslizamento de terra na Ladeira da Montanha e por um desabamento na Ladeira da Preguiça, eventos que vitimaram um homem e uma mulher no intervalo dos dias 18 e 20 de maio de 2015, quando ocorriam chuvas intensas na cidade (SANDES, 2015). Por meio destes fatos, a Prefeitura justificava a demolição nas proximidades das duas ladeiras com suas retroescavadeiras e, também, na própria Ladeira da Conceição. Lá, foram demolidas construções vizinhas aos arcos dos artífices.[102]

[102] Lembremos que a Ladeira da Conceição está abaixo da Ladeira da Montanha e, por isso, integra esta área de proximidade ao evento do deslizamento de terra.

As demolições de trinta e um casarões no Centro tinham sido novamente realizadas sem qualquer diálogo com as entidades que compunham a Articulação. Para os componentes dos seus grupos, elas representavam uma afronta da Prefeitura, visto que exprimia uma nova ação arbitrária em que este ente municipal demolia as construções dos espaços de atuação dos grupos integrantes da Articulação (ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2015).

Inclusive, estes coletivos contrastavam a forma de ação do estado com as notícias que tinham sido veiculadas pela imprensa nos últimos meses. Isto é, informações que falavam da emergência de um novo promotor imobiliário no Centro de Salvador, o Grupo Fera Investimentos. As notícias veiculadas na imprensa informavam que esta empresa tinha acabado de comprar os 123 imóveis que citamos no início dessa dissertação, e também informavam sobre a futura construção do Hotel Fera Palace. Este, por sua vez, o primeiro empreendimento do Grupo Fera que, por sua vez, seria instalado na antiga estrutura do Hotel Palace, cujo funcionamento foi iniciado na década de 1930. Após a realização do chamado *retrofit*, o antigo hotel seria convertido neste badalado empreendimento que atualmente oferece, além dos serviços de hotelaria, salas para "eventos sociais ou corporativos", um restaurante e um bar, abertos também aos clientes que não estão hospedados no hotel. Para a realização destas primeiras ações, como seria revelado no âmbito do inquérito civil do MP-BA, o Grupo Fera Investimentos contou com um financiamento da ordem de quinze milhões de reais proveniente da Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)[103]

Nesta conjunção de elementos, é notório que os integrantes da Articulação presenciavam uma situação em que a Prefeitura participava ativamente da dinâmica de destruição dos seus locais de disputa. Por outro lado, o agente do capital imobiliário recém chegado dispunha de concessões

[103] Na verdade, o financiamento público concedido ao Grupo Fera Investimentos soma, ao todo, R$22.187.222,43. Quinze milhões (15.064.025,39) é a apenas a quantia que tem origem no fundo instituído pelo Governo do Estado da Bahia, o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), e que estava associado à construção do referido Hotel. Além deste contrato, a DESENBAHIA também viabilizou quantias de crédito bancário que tinham origem no BNDES e que se destinariam a um outro empreendimento do Grupo Fera Investimentos a ser construído no mesmo período do hotel, o estacionamento de automóveis Premium Car Park (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

milionárias de crédito para a alavancar seus empreendimentos. Esta situação, no contexto de produção da leitura comum que estes agentes vinham construindo, levou a Articulação a organizar uma manifestação na Ladeira da Conceição de denúncia da postura que o estado vinha assumindo.

Durante o ato, as pessoas removeram blocos de concreto postos pelos agentes da Prefeitura para impedir a circulação na Ladeira da Conceição por conta das demolições e realizaram, ainda, uma intervenção visual. Esta última seria composta por colagens de vários desenhos de retroescavadeiras manchadas de vermelho na muralha que divide as cidades alta e baixa, onde passa a ladeira da Montanha. Representações do sangue que esses grupos mostravam escorrer pelo Centro.

A chegada da data de celebração da Independência da Bahia vinha, então, no seguimento deste ato. A campanha "O Centro Antigo Sangra" se configurou como o mote do desfile realizado pela Articulação, onde suas "comunidades e movimentos" também empunharam faixas, vocalizaram palavras de ordem e expressaram demandas específicas de suas partes integrantes. Ao longo do cortejo, por meio de chapas de estêncil, os participantes da manifestação também foram espalhando o título da campanha nas fachadas dos imóveis vazios (Recorte 1), muitos dos quais estavam lacrados com tijolos nas janelas e portas (para evitar quaisquer ocupações indesejáveis).

Recorte 1: Stêncil da campanha "O Centro Antigo Sangra"

Fonte: Página do Facebook da Articulação do CAS. Disponível em: https://www.facebook.com/centroantigovivo. Último acesso em setembro de 2021.

Os membros da Articulação completavam a participação no desfile encenando, ao longo do cortejo, aquilo que se configurou como o emblema da Articulação (Recorte 2) e que representava as disputas empenhadas pelos

seus grupos: uma luta entre uma retroescavadeira e uma entidade cabocla. A retroescavadeira, de um lado, representando a ação empenhada pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e pelos agentes privados que apareciam associados aos primeiros, e de outro, a entidade cabocla, uma figura fundante do cortejo da Independência da Bahia que, se por um lado, marcava o caráter popular das lutas da Independência da Bahia de 1823, por outro, encarnava a diversidade de grupos e coletivos que integravam a Articulação, traçando os recortes raciais e de classe que vinham sendo mobilizados por eles na construção da legibilidade de suas disputas.

Recorte 2: Emblemas da Articulação do CAS e da campanha "O Centro Antigo Sangra"

Fonte: Página da Articulação do CAS do Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/centroantigovivo. Último acesso em setembro de 2021.

Estes emblemas parecem especialmente significativos porque representam a ação do estado a partir da dimensão de destruição que seus agentes realizavam, ao passo que está contraposta por uma entidade negra e multiétnica vinculada, na cultura afro-indígena, ao domínio sobre a terra. Esta contraposição, quando relacionada aos termos da campanha "O Centro Antigo Sangra" nos permite pensar o conflito pelo Centro de Salvador articulado e antagonizado por diferentes fundamentações, faces e formas desse espaço, além de apontar para um campo de conflitos que envolve agentes políticos de horizontes diferentes entre si, que conferem sentidos distintos para o Centro, conformando leituras antagônicas e provocando fricções.

Essa marcação parece importante porque nota que a disputa organizadora desse campo de conflitos está articulada em torno de diferentes formas de domínio e uso do espaço. A condição de hegemonia produzida pela ação dos dominantes, então, nos parece impor um limite à reprodução das práticas espaciais que organizam as existências populares no Centro. É por esse motivo que a ideia de sangramento colocada em tela nos parece tão explicativa.

Um outro elemento que tem importância é que, a partir do horizonte reivindicado pela campanha "O Centro Antigo Sangra", há uma aproximação específica dos grupos integrantes da Articulação à noção de Centro *Antigo*. Como relatamos ao longo das diferentes cenas de conflito mobilizadas neste capítulo, é evidente que alguns grupos estão no Centro há mais tempo do que outros. No entanto, a partir do conflito e das posições que a Articulação assume em relação à dinâmica de revitalização, há uma aproximação entre as formas de ocupação desses grupos e a formação histórica do Centro de Salvador que o caracteriza como antigo. Isso porque, a partir das referências postas em conflito, a participação na história da construção deste espaço passa a ser reivindicada por todos aqueles que se filiam à sua herança popular: todos os caboclos, homens e mulheres, negros e negras e trabalhadores forjados neste campo de conflitos.

Essa é uma figuração, portanto, que nos permite imaginar uma adoção às avessas da nomenclatura consolidada pela ação planificadora do Governo do Estado. Isso porque a busca pela delimitação de uma filiação popular do Centro de Salvador e a denúncia da destruição que está em curso parecem questionar o discurso do PRP-CAS e da revitalização urbana de modo geral. Elas fazem isso através do apontamento da contradição de uma política que se pretende valorizadora do passado constitutivo do Centro, ao passo que expulsa parte fundamental dos sujeitos que o ergueram. A filiação a uma mesma herança surge, então, em nome da disputa pela possibilidade de permanência e pela necessidade de legitimação das lutas dos sujeitos políticos que compõe os grupos expulsos pela ação do estado.

Por meio dessa perspectiva, o que fica evidente é que a dinâmica de revitalização do Centro de Salvador concretiza efeitos que estão além de uma

simples mudança de público que mora e vive neste espaço. O que os trabalhadores, moradores e ocupantes do Centro de Salvador nos informam é que a devastação das formas de vida que constituem a produção material e simbólica do Centro compõe um elemento estruturante para o desenvolvimento da dinâmica de acumulação contemporânea. E é por isso que neste campo de conflitos aparecem com tanta força as interdições, as demolições e os decretos de desapropriação.

Capítulo 4: Conclusões

Os vínculos que se estabelecem entre o arranjo institucional e as cenas de conflito nos permitem entender melhor as transformações do Centro de Salvador decorrentes da dinâmica de revitalização. Isso se dá porque as ações dos diferentes grupos, coletivos e movimentos aqui referidos, quando contrapostas à ação do Estado, constroem as facetas da dinâmica de revitalização dentro de uma perspectiva multiescalar em que estão presentes dimensões estruturais e conjunturais que atravessam a sociedade como um todo. Num sentido amplo, isso também significa que, através desses vínculos, é possível perceber traços do cruzamento das práticas do Estado, da habitação e da vida urbana; aspectos que conformam um nó fundamental da questão social brasileira.

Nesse sentido, essas experiências de contestação também produzem um conjunto de dissonâncias no texto planificado da revitalização urbana. Elas decorrem da experiência conflitiva vivida e, dentro do cenário de avanço de hegemonia aqui retratado, demonstram sua força como testemunhos fundamentais para o questionamento da revitalização enquanto política de desenvolvimento urbano-econômico.

As dissonâncias que nos referimos são, por exemplo, a reivindicação da moradia popular dentro de imóveis tombados, fora da "faixa 1", realizada pela AMACH e pelo MSTB; a exigência da manutenção das áreas de moradia e pesca da Gamboa de Baixo; a reivindicação de relações de trabalho organizada a partir da relação de mestre e aprendiz realizada pelos artífices; e, também, a reivindicação de uma herança popular do Centro, que tomou corpo no âmbito das lutas da Articulação do CAS.

Enquanto a revitalização urbana se sustenta em um regime que utiliza o passado como discurso em nome das formas de apropriação e reapropriação da cidade pelo capital, as cenas de conflito que analisamos e trouxemos a esta dissertação mobilizam outras referências espaciais e temporais. Pensando com Paoli (1992), essas outras referências nos parecem disputar as imagens de um passado vivo que se faz presente pelo chamamento dos sentidos construídos coletivamente no conflito e, nesse sentido, desestabilizam os sentidos da cidade projetada pela propaganda estatal da revitalização. Em um aspecto amplo, elas parecem significar, nos termos da autora, as possibilidades de uma "história aberta". Isto é, a configuração de lutas através das ações mobilizadas na disputa pelo Centro de Salvador que, mesmo não vitoriosas, "emergem ao lado da memória do poder em contestação ao seu triunfalismo". Nesse sentido, são elementos que nos parecem convocar para a disputa do "direito ao passado" e à construção do Centro de Salvador aberta ao espaço da cidadania "onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade" (PAOLI, 1992).

Essas experiências políticas nos permitem recolocar e alinhavar as discussões que mobilizamos anteriormente. Em primeiro lugar, porque vimos ao longo dos capítulos anteriores múltiplas situações em que a ideia de "preservação do patrimônio histórico" conferiu plausibilidade à dinâmica de revitalização, avalizando a apropriação privada do Centro e a consequente expulsão das pessoas que habitam este espaço e constituem sua diversidade. Dentre estas situações, podemos citar os seguintes exemplos: o parecer da PGE que atestou a utilização dos imóveis de domínio público para integrar a carteira de imóveis constituintes do FII do CAS, bem como a conversão de recursos de origem privada dos investidores deste Fundo para executar a política de desapropriação e remoção da população pobre do Centro - medidas essas que se justificavam pela "necessidade de preservação do patrimônio histórico". Podemos pensar, também, no posicionamento do MPF que requisitava a saída dos moradores do Forte da Gamboa para que seu uso fosse "compatível com a sua relevância histórico-cultural" e, de maneira ainda mais caricata, também podemos pensar no exemplo do funcionário do Grupo Fera que recomendava aos ouvintes do Laje Talks "bater no peito" e afirmar "o orgulho de ser soteropolitano" para comemorar os mais de vinte e dois milhões

de reais de dinheiro público que esta referida corporação utilizou para implementar seus empreendimentos.

O que nos parece evidente é que a revitalização urbana aparece nessas situações como um discurso de sustentação contundente em que o destino do patrimônio (leia-se o destino dos *imóveis* que integram este patrimônio) é a sua incorporação aos processos de valorização imobiliária. A normalização desta saída como o único destino possível e legítimo, aparecida inicialmente ainda na década de 1960 (GOMES e FERNANDES, 1995) e consolidada nos últimos trinta anos, nos parece o resultado de uma inflexão que unifica o conjunto dos planos e programas de governos diferentes propostos para a revitalização do Centro de Salvador. Os conflitos e disputas provocadas pela ação dos grupos, movimentos e coletivos populares do Centro, portanto, desestabilizam essa tônica e evidenciam a maneira pela qual esse discurso é produzido.

Nesse sentido, os conflitos também apontam para o fato de que este discurso e a sua integração ao longo dos últimos trinta anos se sustentam exatamente por disporem de uma sólida base econômica, técnica e política: Um arcabouço que ao longo do tempo foi constituindo a dinâmica de revitalização enquanto um mecanismo de produção do espaço capaz de expandir as bases de acumulação de capital dos circuitos econômicos que ela envolvia. E aqui ressaltamos, novamente, o momento de execução do PRCHS e, especificamente, de transição da sexta para a sétima etapa, como *o* momento em que as tentativas de revitalização anteriormente desenhadas tomaram a forma que tem sido utilizada até o presente. Vimos isso de maneira clara por três motivos principais: por esta referida transição ter consolidado uma política fundiária que centralizou a propriedade dos imóveis do Centro nas mãos do Estado; por conta do PRCHS ter representado a elevação do patamar do volume dos investimentos estatais, por sua vez construídos pelo empenho de fundos públicos na contratação de crédito bancário,[104] notadamente do BID; e, finalmente, por conta do Estado, nesta transição, ter consolidado as

[104] É importante reafirmar que a contratação de crédito bancário foi realizada no momento de transição da sexta para a sétima etapa do PRCHS. Até este momento, os investimentos eram realizados a partir do empenho do tesouro estadual.

desapropriações por utilidade pública como um mecanismo de expulsão sistematizado da população habitante das áreas a serem revitalizadas. Em suma, um momento de consolidação do funcionamento desta política urbana que, após a experimentação da década de 1990 e seus posteriores aperfeiçoamentos, foi responsável, em 2020, pelo estruturação econômica de parte majoritária do investimento público em infraestrutura na cidade de Salvador, respondendo não apenas ao Centro, mas por 60% do montante investido no conjunto da cidade.

Ainda notamos que a sustentação da revitalização urbana se reafirma no período analisado por meio de um arranjo institucional em que o poder executivo nas suas três instâncias (municipal, estadual e federal) desenvolve um papel estratégico. Isso porque são essas as instâncias responsáveis pelas atividades de contratação, administração e investimento dos créditos oriundos dos bancos nacionais e internacionais e, consequentemente, pelo empenho desses capitais em um conjunto expressivo de projetos de revitalização urbana. Uma ação organizada pelos seus respectivos planos e programas de governo continuamente montados através das consultorias e diretrizes da UNESCO.

Além disso, é importante retomar que este arranjo institucional tem suas ações aprofundadas ao longo deste período de análise. A adoção de novos tipos de projetos urbanísticos é um exemplo desta mudança, porque, além da reforma de imóveis já existentes, foram incluídos no escopo deste arranjo projetos de infraestrutura viária, construção de novas habitações e reformas de equipamentos públicos. Uma adoção que marcou o cerne da transição da sexta para a sétima etapa do PRCHS e foi progressivamente incorporada aos projetos realizados no âmbito do Salvador 360. Como exemplos dessa incorporação de novas tipos de projetos, além da construção de um Plano de Mobilidade e de uma Regulamentação Normativa da APCP apresentados pela Prefeitura na audiência relatada no Capítulo 2, apareceu aqui com força o Plano de Habitação desenhado para o bairro do Comércio. Um instrumento que é reflexo das exigências que conformaram a entrada da sétima etapa do PRCHS, quando a função habitacional passou a ser exigida pelo BID, e que também demonstra resultar das experiências de construção do PRP-CAS e do

seu respectivo decreto 14.868/2013, uma vez que as unidades de habitação do Plano estão planejadas para incidir na mesma área que tinha sido selecionada no âmbito do referido decreto. Este, por sua vez, um decreto que não foi levado à frente à sua época por conta das citadas questões conjunturais e políticas que transformaram o escopo inicial do Governo do Estado no âmbito do PRP-CAS.

Igualmente importante na conformação do Plano de Habitação como exemplo emblemático do acúmulo de experimentos dos poderes públicos no âmbito da revitalização urbana é o fato da disputa pela habitação ter sido uma luta empenhada por aqueles que se contrapunham às medidas do PRCHS, especialmente pela AMACH, no início dos anos 2000. Contudo, o que vemos no âmbito do Plano de Habitação é que o planejamento mais recente incorpora de forma rebaixada as reivindicações dos movimentos populares em seu escopo programático. A construção de novas unidades de habitação, por exemplo, destina-se a uma faixa de renda acima da faixa média dos moradores de ocupações e mira no rendimento dos funcionários públicos municipais. Essa medida demonstra a elisão dos mais pobres e uma contagem[105] de "todas as classes" no patamar daqueles que a renda média mensal é de dois mil e quinhentos reais. Nesse sentido, a diversidade de projetos e programas para atender a diferentes faixas e públicos propagandeada pela Prefeitura, em 2019, é falsa e não se comprova nem pela qualidade dos programas e tão pouco pela quantidade de unidades construídas para as faixas mais baixas que são a base destes movimentos que tratamos nesta dissertação. Aqui, novamente, vale lembrar do alvoroço da audiência pública relatada no Capítulo 2 e dos desentendimentos (RANCIÈRE, 1996) ali colocados.

Nessa incorporação rebaixada das reivindicações populares, na estruturação continuada de um arranjo institucional e na continuidade de projetos de um governo para outro, reside o nosso argumento que constata a permanência dos nexos e o encadeamento progressivo das intervenções

[105] Utilizamos o termo contagem com referência em Rancière (1996, p.21-22). Na discussão sobre a origem da filosofia política, o autor pontua: "O que os 'clássicos' nos ensinam é antes de mais nada o seguinte: a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das 'partes' da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem".

governamentais de revitalização do Centro de Salvador: ao contrário do que muitas vezes foi afirmado, essa revitalização se destinou à potencialização continuada de uma cadeia de circuitos econômicos que operam os novos usos e as transformações da cidade.

Há, ainda, um outro elemento a ser destacado nessa relação entre a revitalização urbana, de um lado, e os enunciados e as práticas dos agentes e sujeitos que a ela se contrapõem: trata-se de uma disputa pelo horizonte das relações sociais de produção. Isso se dá porque, na mesma medida em que os processos de revitalização urbana e seus agentes fomentam a ECC, assim como estimulam as práticas e formas de exploração vinculadas a um capitalismo pós-fordista como solução para a cidade, as lutas que descrevemos e as formas de organização que nelas estão implicadas desnudaram e se contrapuseram a essas mesmas formas de exploração e espoliação (HARVEY, 2004). Seja no momento de desentendimento (RANCIÈRE, 1996) posto pela liderança do MSTB na audiência, que apontava para uma implantação da Economia Criativa que não envolvia as pessoas que ficam "subindo e descendo essa cidade"; seja na postura dos artífices que reivindicavam, em contraposição às residências artísticas que iriam substituí-los, a presença da cultura e da arte nas formas de trabalho que estruturam suas vidas; ou seja pelo relato de Silvana, a guia turística que se sustentava pela venda de seus serviços por meio de uma plataforma virtual, é possível perceber (diretamente nos dois primeiros exemplos e no terceiro sem um conteúdo reivindicatório evidente) uma vinculação desta economia globalizada com postos de trabalho ainda mais precarizados e com as relações e as formas de divisão do trabalho ainda mais exploradas. A dinâmica que atravessa esses exemplos acabou por explicitar sua contraposição cada vez mais clara ao direito à moradia, aos direitos do trabalho e ao "direito à cidade" reivindicados pelos grupos e coletivos que foram descritos nas cenas do capítulo terceiro.

É necessário ainda complementar essa questão com duas observações. A primeira diz respeito ao fato de que essas perspectivas nos permitem enxergar as características de precarização e exploração não como externalidades negativas, como dá a entender o texto do Plano Salvador 500,

mas como elementos pressupostos e produtores da transformação preconizada pela revitalização. A segunda aponta para a constatação de que, na medida em que a revitalização afronta as formas de vida daqueles que constroem os usos populares do centro, cada cena de conflito delineada revela um modo de despossessão (operada sistematicamente pelos decretos de desapropriação) que estrutura esse mecanismo de acumulação pós-fordista (HARVEY, 2004).

Também cabe ainda observar que a vinculação da produção da cidade com os ditames da acumulação pós-fordista não é constante durante o recorte temporal que abordamos aqui. Ela é evidentemente intensificada ao longo deste período, sendo o indício mais emblemático a emergência do projeto de revitalização urbana do Hub Salvador. Um projeto que, por sua vez, se desdobrou em um empreendimento cuja proposição é ser um "ponto de gravitação" de empresas em que a divisão do trabalho é, por excelência, flexível.

A intensificação deste padrão de acumulação do capital que se desdobra nos processos de revitalização urbana permite compreender melhor o fenômeno, observado no capítulo 2, caracterizado por uma concentração das intervenções urbanísticas recentes no bairro do Comércio. Esta conjunção, cuja expressão espacial pôde ser caracterizada nos mapas aqui utilizados, nos permitiu compreender um deslizamento da nomeação de um Centro Histórico mais enxuto para um Centro Antigo ampliado, construído nos últimos dez anos. Se à época de lançamento do PRP-CAS o Governo do Estado justificava a nomeação de Centro Antigo com base em uma ruptura com o paradigma do PRCHS, o que pudemos perceber é que este processo de ampliação da área de incidência dos planos e programas dos poderes públicos decorre da expansão da fronteira de acumulação encampada pela dinâmica de revitalização urbana no Centro de Salvador. É no sentido deste aprofundamento que a dinâmica de revitalização urbana se configura como um mecanismo de produção do espaço que necessariamente opera uma transformação econômica no contexto soteropolitano. Além disso, toma corpo um mecanismo, tal como descrito no capítulo 1 dessa dissertação, que é constituído por uma "verdadeira dimensão

urbana" (GOMES e FERNANDES, 1995), já que a revitalização do Centro acaba por estruturar uma dinâmica urbana que se espraia pela cidade como um todo.

É por este conjunto de questões alinhavadas aqui que a revitalização do Centro de Salvador e o seu campo conflitos nos parecem alertar sobre o papel determinante que a produção das cidades tem desempenhado na dinâmica de acumulação do capital (HARVEY, 2004; LEFEBVRE, 2002). Ao localizarmos esse movimento de aprofundamento da agenda de destituição de direitos, de flexibilização do trabalho e ao percebermos os seus vínculos com a realização dos projetos de revitalização ao longo do tempo, temos uma chave importante de diálogo com a questão da mudança do lugar que a produção das cidades ocupa na produção, reprodução e circulação dos capitais, especialmente nos últimos trinta anos.

Voltando ao que anunciamos inicialmente, um último elemento que nos parece fundamental de observar é a conjuntura política nacional que se desenrola na (e pela) sucessão dos acontecimentos descritos aqui. Isso porque a experiência dos governos petistas no comando da política urbana voltada ao Centro de Salvador está situada entre as duas gerações de ACM e entre as formulações da direita brasileira que constituíram a transição do Partido da Frente Liberal para o Partido Democratas. Na verdade, dentro daquilo que se refere à dinâmica de revitalização do Centro de Salvador, a política urbana petista integrou a passagem da política do PFL para a política do DEM, lançando mão de mecanismos de governo que aprofundaram a agenda econômica de um momento ao outro, e é aqui que o planejamento do Fundo de Investimento Imobiliário do CAS ressoa novamente. O FII reaparece exatamente porque este instrumento desenhou um mecanismo de apropriação privada do Centro de Salvador que buscou alçar o patrimônio público à condição de ativo imobiliário e, mesmo não tendo alcançado o êxito planejado, teve alguns dos seus aspectos desdobrados no conjunto de projetos e estratégias de intervenção realizadas no âmbito do Salvador 360.

Junto com a ação reivindicatória dos membros do MSTB que constroem as ocupações do Centro, é importante notar que a operação desta agenda urbana-econômica de viés rentista não foi implantada pelos governos petistas assim que estes foram eleitos. O que revelam a dinâmica das ocupações do

MSTB é que há um momento inicial, correspondente ao início do governo estadual de 2007, em que havia uma certa inclinação do governo estadual petista, ou pelo menos de algumas das suas instâncias internas, à escuta das demandas de grupos populares que disputavam o Centro. Na situação do referido Movimento, este momento inicial era caracterizado pela existência de um Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos pertencente ao Governo do Estado e, também, por uma mesa de negociações com o Movimento em que as ocupações tinham seus mandatos de reintegração de posse barrados, ao mesmo tempo em que não alcançavam a regularização fundiária dos imóveis para o Movimento.

Contudo, a partir da emergência da crise econômica de 2008, a conjuntura internacional e o consequente movimento de indução estatal a partir da provisão de infraestrutura romperam esta breve situação. Ao mesmo tempo em que o Governo do Estado concedeu a política de mediação de conflito para os grupos que compunham a sua base aliada de governo, no âmbito nacional formulou-se uma política de desenvolvimento que correspondeu à emergência do PAC, do PAC-CH e das inciativas que, estadualmente, se desdobraram no PRP-CAS. Foi neste contexto que a direção do referido Grupo de Trabalho, já na forma de uma Diretoria, foi concedida para um major da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que a máquina estatal de indução de crescimento incidiu na revitalização do Centro de Salvador.

Importante, também, é destacar o papel de duas políticas habitacionais que também fizeram parte deste contexto, o PHIS e o PMCMV. Isso porque, se por um lado, o PHIS (decorrente da Lei Federal de 2005 que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) se conformou como o mecanismo de manutenção e de execução dos compromissos do TAC que estabelecia a permanência reivindicada pelos membros da AMACH no Centro,[106] por outro lado, o PMCMV, numa escala significativamente maior, a partir de 2009, repercutiu no desarranjo de uma parte significativa das ocupações realizadas no Centro pelos movimentos de moradia, uma vez que a dinâmica de produção de habitação do Programa não envolveu esta porção da cidade e, por isso,

[106] Numa ação "à conta-gotas" (SINGER, 2012) e guardando pendências até os dias atuais, é verdade.

levou parte da disputa por novas habitações para as localidades da franja urbana de Salvador. Inclusive, neste curso de deslocamento para a franja urbana, é notória uma forma de ação do PMCMV que deu continuidade a uma prática que vinha sendo executada na década de 1990, quando o Programa Viver Melhor operava a transferência dos moradores do chamado Centro Histórico e da Gamboa para bairros como Cajazeiras XI e Fazenda Coutos.

Em resumo, a existência dessas políticas habitacionais com efeitos e proporções divergentes também acompanharam as mudanças conjunturais dos governos petistas. Junto com os outros projetos de revitalização, elas desenham o movimento que, em função do papel anticíclico realizado pelo estado para contornar a crise de acumulação, avançou sobre a provisão de infraestrutura urbana para garantir uma agenda neodesenvolvimentista (ver SINGER, 2012) e interditou aquilo que havia de possibilidade de diálogo com movimentos sociais. A produção do Centro a partir da dinâmica de revitalização, nesse sentido, se conformou como uma dessas frentes de expansão, sendo o PRP-CAS um dispositivo da política urbana que encorpou um momento inicial de investida, levando o governo a articular novos projetos e, com isto, abrindo novas situações de conflito.

Este momento de investida dos poderes executivos e de emergência de novos projetos que tem início nas proximidades de 2007, ainda no contexto da Proposta de Humanização, repercutiu mesmo após 2016, quando a sustentação petista em nível nacional sofreu o golpe jurídico-parlamentar. Ainda que o golpe tenha sido realizado, o projeto de desenvolvimento econômico a partir da revitalização do Centro de Salvador manteve sua continuidade por meio das estratégias capitaneadas pela Prefeitura Municipal: o ente público já vinha tomando iniciativas pontuais na produção do Centro que se conformaram no Plano Salvador 360. O programa de governo, por sua vez, concatenou as diretrizes desta política de desenvolvimento econômico, partindo de uma estratégia em grande medida oriunda da expertise elaborada no momento precedente, no âmbito do PRP-CAS.

Assim, é preciso observar que, enquanto há uma ruptura institucional com o golpe jurídico-parlamentar, não há uma ruptura no modelo de desenvolvimento econômico. Na verdade, o que parece evidente é um

aprofundamento do modelo de desenvolvimento econômico centrado na revitalização urbana neste contexto político. Isso porque a construção petista de um instrumento de acumulação centrado na renda imobiliária, como é o FII enquanto mecanismo primordial do PRP-CAS, desembocou no Programa Salvador 360 sob a forma de um conjunto de projetos e medidas administrativas que, por sua vez, preveem unidades de habitação, intervenções urbanísticas em espaços públicos e estímulos diversos a circuitos econômicos estratégicos; em suma, um mix de iniciativas sem a presença da estrutura jurídica e financeira própria do Fundo, mas que igualmente aprofundaram os circuitos da revitalização envolvidos neste momento de investida do poder público no Centro.

No âmbito de discussão que mobilizamos, essa questão é fundamental porque coaduna com a formação da "hegemonia às avessas" que caracterizou o lulismo (OLIVEIRA; RIZEK; BRAGA, 2015). Isto é, a existência de um programa sustentado pela participação popular (ou pretensamente participativo), mas que, no frigir dos ovos, desemboca no aprofundamento das políticas neoliberais. No âmbito soteropolitano isso se comprova porque o que vemos tomar forma é um tipo de produção do Centro que conta com um FII, com agentes do capital como o Fera Empreendimentos, com ampliação da captação de crédito via bancos nacionais e internacionais e, finalmente, com um direcionamento claro à ativação de circuitos econômicos da ECC e do turismo.

Em uma palavra, a política de "ajuste urbano" (ARANTES, 2006) operada no Centro de Salvador pela soma dos governos do PT e do DEM é convergente com essa caracterização de "hegemonia às avessas", uma vez que desnuda um pacto de classes fundamentado em significativas concessões ao capital. Na verdade, o aprofundamento da revitalização como uma política de desenvolvimento econômico aponta para um tipo específico de vinculação entre o Estado e as relações sociais de produção que configuram o urbano: Lendo junto com Chico de Oliveira (OLIVEIRA; RIZEK; BRAGA, 2015), o papel de redução das desigualdades que, em tese, comporia o lulismo, é flagrado no seu avesso, especialmente se analisado numa escala territorial. Afinal, o que vemos através da produção do Centro de Salvador é a ampliação das desigualdades,

uma vez que os usos, as práticas e as formas de habitar o Centro da cidade se veem progressivamente afetados pelas formas de apropriação rentista da terra e estruturadas por dinâmicas espoliativas. Além disso, este avesso também se reafirma porque o (pretenso) diálogo com os movimentos sociais configura uma das dimensões da política urbana-econômica do estado que foi interditada nos momentos de crise econômica e de ruptura política. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento econômico que contava com breves traços desse diálogo, após a necessidade de ajuste, abriu mão daquilo que não era estrutural para o seu funcionamento e seguiu com o básico: a barbárie.

Aqui, finalmente, podemos voltar para o papel que a produção das cidades assume na dinâmica do capital: Se as possibilidades de mudanças nas relações sociais de produção que a política urbana do chamado neodesenvolvimentismo disse realizar já foram diminutas e nos levaram ao "avesso do avesso" (OLIVEIRA; RIZEK; BRAGA, 2015), agora que o elo perdido foi também golpeado, a sua versão mais recente não parece deixar dúvidas. Seguiremos dentro da ordem: tudo em construção, já sendo ruína.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. 4ª. ed. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, N. V. A rede de ascensores urbanos de Salvador: Do guindaste dos padres aos dias de hoje. **Anais do VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial,** São Paulo, 2012.

ANDRADE, K. E. D. S. **Candeal Pequeno, Salvador-Ba:** Estratégias cognitivas de apropriação e avaliação pós-ocupação dos conjuntos habitacionais populares implantados pelo Programa Viver Melhor. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 264.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2000. p. 11-74.

ARANTES, P. F. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **PósFAUUSP**, São Paulo, nº 20, p. 60-75, dez. 2006.

ARAUJO NETO, J. A. C. de. **Regularização Fundiária rebelde**: C.U.E.M como instrumento de resistência e permanência da Gamboa de Baixo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade) – Faculdade de Arquitetura (apoio da Escola Politécnica da UFBA), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 19.

ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. O centro antigo sangra! Não vamos aceitar ver o povo negro expulso de novo. **Nota pública**. [*online*]. Disponível em: https://passapalavra.info/2015/06/105113/. Acesso em: mar. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA (ALBA) – SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Relatório da Audiência Pública "Projetos no Bairro 2 de Julho: Impactos e medidas de salvaguarda da população"**. Salvador, 2012. [*online*]. Disponível em: https://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/08/01/preitura-desiste-de-santa-tereza-mas-nos-nao-desistiremos-do-2-de-julho/. Acesso em: mar. 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA (ALBA). **Relatório da Audiência Pública "Projetos no Bairro 2 de Julho: Impactos e medidas de salvaguarda da população"**. Estado da Bahia. Salvador. Movimento Desocupa. 01 ago. 2012. [*online*]. Disponível em: https://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/08/01/preitura-desiste-de-santa-tereza-mas-nos-nao-desistiremos-do-2-de-julho/. Acesso em: nov. 2019

BAPTISTA, P. C. L. **A copa do mundo da FIFA Brasil 2014 em Salvador:** Os possíveis impactos do megaevento, com ênfase no Centro Antigo de Salvador. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p. 266.

BITTENCOURT, J. M. C. D. **A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana**: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011, p. 166.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Baixo orçamento põe em risco existência do IPHAN, alertam dirigentes**. 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/527186-baixo-orcamento-poe-em-risco-existencia-do-iphan-alertam-dirigentes/. Acesso em novembro de 2019. [S.l.].

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei Nº 9452/2019 de 12 julho de 2019**, 2019. [*online*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2019/946/9452/lei-ordinaria- n-9452-2019-disciplina-a-locacao-de-imoveis-sob-medida-no-ambito-da-administracao-publica- municipal-direta-e-indireta-observadas-as-disposicoes-da-lei-n-8245-1991-e-. Acesso em: nov. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL (CEAS). Trajetórias das lutas das comunidades populares de Salvador (BA) pelo direito à moradia. **Cadernos CEAS - Dossiê "Como Salvador se faz?"**, Salvador, n. nº206, p. 67-96, Julho/Agosto 2003.

CLOUX, R. F. **MSTS/MSTB:** A trajetória do Movimento dos Sem Teto de Salvador/Bahia. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2008.

D'ALMEIDA, C. H. **Concessa Venia:** Estado, Empresas e a Concessão da Produção do Espaço Urbano. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019, p. 298.

DE SOUZA, D. M.; VIEIRA, N. M. Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA). **Cronos,** Natal, v. 11, n. 3, p. 79-102 jul-ago 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR. **Resumo de projeto de cooperação técnica entre a Fundação Mário Leal Ferreira e UNESCO** – PRODOC, v. Processo 182. Ano XXX, n. Nº6.904, p. 33, agosto 2017.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de campo**, Araraquara, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de Paula Siqueira e revisão de Tânia Stolze Lima.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA (FMLF). **Plano de Bairro Santa Tereza** – Primeira fase. Salvador, 2008. [*online*]. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Caderno_Sta_Teresa.pdf. Acesso em: mar. 2020.

GEERTZ, C**. a Interpretação das Culturas.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, M. A. A. de F.; FERNANDES, A. Pelourinho: Turismo, identiade e Consumo Cultural. *In:* GOMES, M. A. A. de F. (org.). **Pelo pelô:** história, cultura e cidade. Salvador: EDUFBA, 1995. p. 47-58.

GORDILHO-SOUZA, A. Vacância e intervenções no Centro Antigo de Salvador. *In:* A. D. L. P. B. (org.). **Vazios Urbanos:** Percursos contemporâneos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p. 223.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Autos do Inquérito Civil IDEA Nº 003.0.39287/2014** - Promotoria de Habitação e Urbanismo. Salvador, p. 719 pgs. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Decreto 12.021/2010**. Aprova o Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 2010b

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador**. Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador - ERCAS. Salvador, p. 344. 2010a.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador**: Avanços. Diretoria do Centro Antigo de Salvador - DIRCAS. Salvador, p. 212. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Portaria Nº55**, Salvador, 01 agosto 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, 2004.

HUB SALVADOR. **Hub Salvador: O que é?** Planos e Espaços. Salvador, 2019. 1 Panfleto

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Índice de remuneração para a Zona Turística da Baía de Todos os Santos**. *In:* IPEADATA. Brasil: IPEA, 2020. [*online*]. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2021.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 1ª reimpressão. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política:** O direito à cidade II. 2ª Edição. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LOPES, R. S. **Informação, conhecimento e valor.** 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 207.

MENDONÇA, F. A. R. A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984. **RUA 8:** Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, v. 2, n. 2, p. 61-83, 1989.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Edital de Concorrência Nº02/2014**, Processo Nº01502.000523/2014-71. Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**. Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014, Brasília, n. 1ª, p. 148, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Autos nº2009.33.00.011447-9**. Ação Civil Pública - Ministério Público Federal, Salvador, Maio 2014a.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Autos nº2009.33.00.011447-9**. Ação Civil Pública - Ministério Público Federal, Salvador, Dezembro 2014b.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente:** Tecnologias urbanas e democracia. 1ª reimpressão. ed. São Paulo: Ubu, 2020.

MOURAD, L. N. **O processo de gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 213.

MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA (MSTB). **Dossiê das ocupações do MSTB no Centro Histórico**, Salvador, p. 5, 2013.

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA (OBEC). **Impactos da Covid-19 na Economia Criativa.** ***In:*** **Boletim Resultados Preliminares**. Edição 2. Bahia: UFRB, 2020. [*online*]. Disponível em: https://www.obec.ufba.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim_Resultados_Preliminares_Ed.2_Impactos_da_COVID-19_na_Economia_Criativa.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

OLIVEIRA, F. D. **O elo perdido:** Classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, F. D. **O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. *In:* DPH, D. D. P. H. D. S. P. **O direito à memória:** Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: TDP/DPH, 1992, p. 25-28.

PELORES. Direção: Marília Hughes e Aline Frey. [S.l.]: [s.n.]. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano de Bairro Santa Tereza** - Primeira Fase. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira - Gerência de Projetos Urbanísticos. 2008. p. 46.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano Salvador 500** - caderno Agenda do Plano. Fundação Mário Leal Ferreira. Salvador, p. 154. 2020c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano Salvador 500** - caderno Cenários. Fundação Mário Leal Ferreira. Salvador, p. 405. 2020b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano Salvador 500** - caderno Sociedade, Economia e Território. Fundação Mário Leal Ferreira. Salvador, p. 397. 2020a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Programa Salvador 360** - Eixo Inclusão Econômica. Disponível em: Acesso em novembro de 2019. Salvador. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Proposta de Humanização de Bairros – Santa Tereza**. In: XX CONGRESSO DO CENTRO IBER0-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO URBANO - CiDEU, 2012, Barcelona. Apresentação. 2012. [*online*]. Disponível em: https://issuu.com/cideu/docs/humaniza__o_de_bairro_santatereza. Acesso em: mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Relatório de Atividades 2020** - Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão. Salvador. 2020d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADR.; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, . **Salvador Capital Mundial:** A cidade do nosso futuro. Salvador: Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira. 2010. p. 24.

PROJETOS Estruturantes. **BAHIAINVESTE**. 2020. [*online*]. Disponível em: http://www.bahiainveste.ba.gov.br/cherry-services/projetosestruturantes. Acesso em: 20 jan. 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Editora 34. 1996

REBOUÇAS, T. **Costurando escalas:** 7ª Etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID. 2012. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 152.

REBOUÇAS, T. **O bairro e o plano**: Estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no bairro 2 de julho, em Salvador, Bahia, Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, p. 337.

REBOUÇAS, T.; MOURAD, L. N. Operações Urbanas Consorciadas e Manifestações de Interesse Privado em Salvador: o regramento da cidade de exceção. *In:* GOMES, H.; SERRA, O.; NUNES, D. **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Salvador: EDUFBA, 2019, p. 231-255.

REIS, J. J. **Ganhadores:** A greve negra de 1857 na Bahia. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Extratos de Contrato Projeto 914BRZ4021 - **Projeto de Cooperação Técnica Internacional FMLF/UNESCO**. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, p.157, 25 de setembro de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades HIstóricas (PAC-CH) - Lista dos empreendimentos de Salvador Bahia. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241/. Acesso em novembro de 2019. [S.l.]. 2019.

RIZEK, C; OLIVEIRA, F; BRAGA, R (orgs.)**. Hegemonia às avessas**: Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RIZEK, C. Um balanço de pesquisa, 10 anos na Zona Leste e um social reconfigurado. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 13, n. 22, p. 94-140, 2016.
SANDES, J. 31 Imóveis são demolidos em uma semana. **Jornal A Tarde**. Salvador. 23 Mai. 2015. [*online*]. Disponível em: https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/31-imoveis-sao-demolidos-em-uma-semana-693207. Acesso em: mai. 2020

SANT'ANNA, M. G. D. **A cidade-atração:** a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANT'ANNA, M. G. D. A recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, sentidos e resultados. **RUA 8:** Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2003.

SANT'ANNA, M. G. D. Centro histórico de Salvador: vazio legal e oportunismo. **Arquisur Revista**, Santa Fé, v. 5, n. 8, p. 105-115, 2015.

SANTOS, E*. et al*. **Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, F. R. D.; SANTANA, L. C. D.; SILVEIRA, E. J. G. D. Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015. **Revista brasileira de pesquisa em turismo,** v. 12, n. 2, p. 65-82, 2018.

SANTOS, J. C. **"Revitalização" da área do Comércio em Salvador:** A construção de consensos sobre requalificação de áreas centrais urbanas. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 213.

SANTOS, V. F. **O silente despejo dos ocupantes populares do centro:** Estudo sobre a relação da política urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem Teto da Bahia entre 2007 e 2014**.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 180.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). Centro Histórico de Salvador: SEC espera enviar dossiê à UNESCO ainda este ano.

SPHAN próMemória, Brasília, n. Biblioteca IPHAN Noronha Santos, p. 13-14, Março/abril 1983.

SINDICATO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DO SALVADOR (SINDEPS). **Boletim do SINDEPS**, Salvador, Outubro 2018.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIMTH, N. Toward a theory of gentrification A back to the city movement by capital, not people. **Journal of the American Planning Association,** 45:4, 538-548, 1979.

SOUZA, A. G. **Salvador:** Os impactos da Copa do Mundo 2014. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, D. M. D.; VIEIRA, N. M. Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA). **Cronos,** Natal, v. 11, n. 3, p. 79-102, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR (SCAS). **Apresentação das ações realizadas pela CONDER**. Salvador, p. 26. 2019.

THOMPSON, E. P**. Costumes em comum**. 2ª reimpressão. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Eghteenth-century English society: Class struggle without class? **Social History**, v. 3, n. 2, p. 133-165, 1978.

WENDEL, B. Por motivos de segurança, prefeitura retira famílias e barracos da Preguiça. **Jornal Correio.** Salvador, 09 nov. 2013. [*online*]. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/por-motivos-de-seguranca-prefeitura-retira-familias-e-barracos-da-preguica/. Acesso em: mai. 2020.

ZANCHETI, M.; GABRIEL, J. The Sustainability of Urban Heritage Preservation. Inter-American Development Bank Discussion Papers, Washington D. C., p. 56, 2010.

ZANOLI, F. O. **Ação patrimonial, ocupação popular e conflitos da preservação:** O caso da comunidade da Gamboa de Baixo em Salvador - Ba. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 190.

ZANOLI, F. O. **Projeto de Habitação de Interesse Social para a Gamboa de Baixo**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.